

VOLUME IV

# ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

[2.<sup>a</sup> revisão do PDM]

Câmara Municipal de Alfândega da Fé



### Ficha Técnica do Documento

<b>Título:</b>	Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 2.ª Revisão do PDM de Alfândega da Fé
<b>Descrição:</b>	Relatório que pretende realizar a caracterização e o diagnóstico da realidade atual do concelho de Alfândega da Fé
<b>Data de produção:</b>	19 de agosto de 2019
<b>Data da última atualização:</b>	03 de junho de 2025
<b>Versão:</b>	Versão 14
<b>Desenvolvimento e produção:</b>	Planum, Assessorias e Projetos Lda
<b>Equipa:</b>	Ricardo Almendra   Coordenador do projeto – Geógrafo Célia Mendes   Gestora do projeto – Geógrafo Márcia Filha   Arquiteta Urbanista Helena Corrêa   Engenheira Agrónoma Manuel Miranda   Consultor externo
<b>Código de documento:</b>	254
<b>Estado do documento</b>	Versão final (para aprovação em Assembleia Municipal).
<b>Código do Projeto:</b>	011040101
<b>Nome do ficheiro digital:</b>	0401_rpdm_ecd_v14

## ACRÓNIMOS

AMU	Área Mediamente Urbana	ETA	Estação de Tratamento de Águas
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações	ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
APR	Área Predominantemente Rural	GNR	Guarda Nacional Republicana
APU	Área Predominantemente Urbana	IC	Itinerário Complementar
BVM	Bragança – Vilarça - Manteigas	ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
CAE	Classificação Portuguesa de Atividades Económicas	IDI	Índice de Dependência dos Idosos
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal	IDJ	Índice de Dependência dos Jovens
CC	Comissão Consultiva	IDT	Índice de Dependência Total
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	IE	Índice de Envelhecimento
CEF	Cursos de Educação e Formação	IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
CEGOT	Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território	IGP	Indicação Geográfica Protegida
CIM	Comunidade Intermunicipal	IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
CMAF	Câmara Municipal de Alfândega da Fé	IIM	Imóvel de Interesse Municipal
COS	Carta de Uso e Ocupação do Solo	IIP	Imóvel de Interesse Público
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia	IJ	Índice de Juventude
DGOTDU	Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	IL	Índice de Longevidade
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural	INE	Instituto Nacional de Estatística
DGT	Direção-Geral do Território	INSAAR	Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais
DL	Decreto-Lei	IP	Itinerário Principal
DOP	Denominação de Origem Protegida	IVDP	Instituto dos Vinhos do Douro e Porto
DR	Decreto Regulamentar	MI	Maciço Ibérico
EDEAF	Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé	NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
EM	Estrada Municipal	PDM	Plano Diretor Municipal
EN	Estrada Nacional	PDR	Programa de Desenvolvimento Rural 2014 - 2020
ER	Estrada Regional	PEOT	Planos Especiais de Ordenamento do Território
		PGF	Plano de Gestão Florestal

PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	RPDM	Revisão do Plano Diretor Municipal
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil	RSI	Rendimento Social de Inserção
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território	RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
PRN	Plano Rodoviário Nacional	SAU	Superfície Agrícola Utilizada
PROF	Programa Regional de Ordenamento Florestal	SIC	Sítio de Importância Comunitária
PROF TMAD	Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro	SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
PSRN2000	Plano Setorial da Rede Natura 2000	TBM	Taxa Bruta de Mortalidade
PSP	Polícia de Segurança Pública	TBN	Taxa Bruta de Natalidade
RAN	Reserva Agrícola Nacional	TDP	Turismo de Portugal
RCM	Resolução do Conselho de Ministros	TER	Turismo em Espaço Rural
REN	Reserva Ecológica Nacional	TFG	Taxa de Fecundidade Geral
RGN	Rede Geodésica Nacional	TIPAU	Tipologia das Áreas Urbanas
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial	UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
RJLAN	Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional	VP	Valores Paramétricos
RJREN	Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional	ZCA	Zona de Caça Associativa
RN2000	Rede Natura 2000	ZCM	Zona de Caça Municipal
RDD	Rede Demarcada do Douro	ZCN	Zonas de Caça Nacional
RNPV	Rede Nacional de Postos de Vigia	ZCT	Zona de Caça Turística
RNT	Registo Nacional de Turismo	ZPE	Zona de Proteção Especial

# ÍNDICE GERAL

<b>VOLUME I – ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ</b> .....	<b>18</b>
I11 .Introdução.....	181
I12 .Historial do processo.....	18
I13 .Metodologias e conteúdos do documento de caracterização/ diagnóstico.....	19
<b>CAPÍTULO I – BUSQUEJO HISTORICO-ECONÓMICO DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ</b> .....	<b>20</b>
<b>I1 .ORIGENS E PERCURSO</b> .....	<b>20</b>
<b>I2 .A TOPONÍMIA ÁRABE</b> .....	<b>22</b>
<b>I3 .BREVE ENQUADRAMENTO GEO-CLIMÁTICO</b> .....	<b>22</b>
I31 .A Geografia.....	22
I32 .Hidrografia.....	23
<b>I4 .ATIVIDADES ECONÓMICAS</b> .....	<b>24</b>
<b>I5 .PECUÁRIA</b> .....	<b>25</b>
<b>I6 .OS VINHOS</b> .....	<b>26</b>
<b>I7 .O PANORAMA SOCIAL E DEMOGRÁFICO</b> .....	<b>26</b>
<b>I8 .AS ACESSIBILIDADES</b> .....	<b>28</b>
<b>I9 .A AGRICULTURA: MARCA DE IDENTIDADE</b> .....	<b>28</b>
<b>CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO-ADMINISTRATIVO</b> .....	<b>31</b>
<b>CAPÍTULO III – SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA/ OUTRAS CONDICIONANTES</b> .....	<b>33</b>
<b>III1 REDE NATURA 2000</b> .....	<b>34</b>
<b>III2 .RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL E RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL</b> .....	<b>39</b>
III21 .Reserva Agrícola Nacional.....	40
III22 .Reserva Ecológica Nacional.....	42
<b>III3 .OUTROS RECURSOS NATURAIS</b> .....	<b>44</b>
III31 Domínio Público Hídrico.....	45
III32 .Albufeiras de águas públicas.....	46
III33 .Recursos Geológicos.....	50
III34 .Recursos Florestais.....	52
<b>CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA</b> .....	<b>58</b>
<b>IV1 .GEOLOGIA</b> .....	<b>58</b>
IV11 .Enquadramento geológico.....	58
IV12 .Litologias no concelho de Alfândega da Fé.....	60
IV13 .Depósitos minerais.....	63
<b>IV2 .MORFOLOGIA</b> .....	<b>65</b>
IV21 .Enquadramento geomorfológico.....	65
IV22 .Evolução geomorfológica.....	66

IV23 .Altimetria.....	68
IV24 Declives.....	70
IV25 .Exposição de vertentes.....	72
IV26 .Ocupação do solo.....	74
<b>IV3 .CLIMA .....</b>	<b>91</b>
<b>IV4 .HIDROGRAFIA .....</b>	<b>94</b>
IV41 . Bacias e sub-bacias hidrográficas.....	94
IV42 .Qualidade da água.....	97
IV43 .Usos da água.....	101
<b>IV5 .BIODIVERSIDADE .....</b>	<b>103</b>
IV51 Vegetação Natural.....	103
IV52 .Património Natural.....	105
<b><u>CAPÍTULO V – PATRIMÓNIO CULTURAL CONSTRUÍDO.....</u></b>	<b><u>107</u></b>
<b>V1 .INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL .....</b>	<b>107</b>
<b>V2 .IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO .....</b>	<b>110</b>
V21 .Imóveis de Interesse Público.....	110
V22 .Imóveis de Interesse Municipal.....	112
V23 .Outros imóveis com interesse.....	113
V24 .Património arqueológico.....	117
<b><u>CAPÍTULO VI – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA.....</u></b>	<b><u>121</u></b>
<b>VI1 .DEMOGRAFIA .....</b>	<b>121</b>
VI11 .População residente.....	121
VI12 .Densidade populacional.....	123
VI13 .Crescimento natural.....	124
VI14 .Estrutura etária da população.....	127
VI15 .Nível de instrução.....	136
VI16 .Projeções demográficas.....	139
<b>VI2 .ATIVIDADES ECONÓMICAS E EMPREGO.....</b>	<b>143</b>
VI21 .Caracterização geral das actividades económicas por setores de actividade.....	143
VI22 .Caracterização geral do emprego.....	147
<b>VI3 .ESTRUTURA FUNDIÁRIA .....</b>	<b>155</b>
VI31 .Estrutura das explorações agrárias.....	155
VI32 .Utilização das terras.....	158
VI33 .População e mão-de-obra agrícola.....	165
<b>VI4 .TURISMO .....</b>	<b>166</b>
VI41 .Turismo em espaço rural.....	167
VI42 .Identificação dos recursos turísticos.....	168
VI43 .Alojamento.....	174
VI44 .Plano Municipal de cultura e turismo.....	176

<b>CAPÍTULO VII – CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA URBANA.....</b>	<b>178</b>
<b>VII1 .MOBILIDADE.....</b>	<b>178</b>
VII11 .População residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo.....	178
VII12 .População residente segundo o tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho ou estudo.....	180
VII13 .População residente empregada ou estudante segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho ou estudo.....	181
VII14 Rede de transportes coletivos.....	183
<b>VII2 .TIPOLOGIA DAS ÁREAS URBANAS .....</b>	<b>185</b>
<b>VII3 ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DO EDIFICADO .....</b>	<b>186</b>
<b>VII4 .REDE URBANA/ PERÍMETROS URBANOS .....</b>	<b>196</b>
VII41 .Evolução das licenças de construção emitidas .....	196
VII42 .Evolução do número de licenciamentos .....	198
VII43 .Situação Urbanística.....	199
<b>CAPÍTULO VIII – EQUIPAMENTOS .....</b>	<b>201</b>
<b>VIII1 .EQUIPAMENTOS COLETIVOS.....</b>	<b>201</b>
VIII11 .Equipamentos administrativos .....	202
VIII12 .Equipamentos culturais.....	203
VIII13 .Equipamentos desportivos.....	204
VIII14 .Equipamentos de ensino.....	206
VIII15 .Equipamentos de prevenção e segurança pública .....	208
VIII16 .Equipamentos religiosos .....	210
VIII17 .Equipamentos de saúde .....	211
VIII18 .Equipamentos sociais .....	215
VIII19 .Equipamentos diversos.....	216
<b>CAPÍTULO IX - INFRAESTRUTURAS .....</b>	<b>217</b>
IX11 .Rede viária .....	217
IX12 .Abastecimento de energia .....	219
IX13 .Abastecimento de água .....	221
IX14 .Drenagem de águas residuais .....	225
IX15 .Resíduos sólidos .....	226
IX16 .Rede de gás .....	228
IX17 .Telecomunicações.....	229
IX18 .Marcos geodésicos.....	231
<b>CAPÍTULO X – RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS .....</b>	<b>232</b>
<b>X1 .RISCOS NATURAIS.....</b>	<b>233</b>
X11 . Movimentos de vertente.....	233
X12 . Cheias e inundações .....	234
X13 .Sismos.....	235
X14 .Secas .....	235
X15 .Ondas de calor .....	236
X16 .Vagas de frio .....	236

X17 .Geadas.....	237
X18 .Nevões .....	238
<b>X2 .RISCOS TECNOLÓGICOS.....</b>	<b>239</b>
X21 .Acidentes Rodoviários .....	239
X22 .Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas.....	240
X23 Cheias e inundações por rutura de barragens.....	240
X24 Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas.....	240
X25 Acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes .....	241
X26 Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional.....	241
<b>X3 .RISCOS MISTOS.....</b>	<b>241</b>
X31 .Incêndios rurais .....	241
<b>CAPÍTULO XI – DIAGNÓSTICO.....</b>	<b>243</b>
X11 .SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO/ ANÁLISE SWOT.....	243
<b>CAPÍTULO XII .BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>247</b>
<b>CAPÍTULO XIII .ANEXOS.....</b>	<b>254</b>
XIII1 ANEXO I – IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL.....	255
XIII2 ANEXO II – LISTAGEM DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO .....	288

## ÍNDICE DE MAPAS

mapa 1 – Carta do concelho de Alfândega da Fé.....	21
mapa 2 – Enquadramento geográfico e administrativo do concelho de Alfândega da Fé .....	31
mapa 3 – Rede Natura 2000 no concelho de Alfândega da Fé.....	35
mapa 4 – Habitats prioritários do Sítio da RN2000 Rios Sabor e Maçã .....	37
mapa 5 – Áreas afetas à Reserva Agrícola Nacional no concelho de Alfândega da Fé .....	40
mapa 6 – Áreas afetas à Reserva Ecológica Nacional no concelho de Alfândega da Fé .....	42
mapa 7 – Recursos geológicos do concelho de Alfandega da Fé.....	51
mapa 8 – Áreas afetas a Regime Florestal.....	53
mapa 9 – Localização dos povoamentos (puros e mistos) de Sobreiro e Azinheira no concelho de Alfândega da Fé .....	55
mapa 10 – Carta geológica simplificada do concelho de Alfândega da Fé .....	61
mapa 11 – Localização do concelho de Alfândega da Fé no contexto das Montanhas Galaico Portuguesas e do planalto da Meseta Norte .....	65
mapa 12 – Carta hipsométrica do concelho de Alfândega da Fé.....	68
mapa 13 – Rede hidrográfica no concelho de Alfândega da Fé.....	69
mapa 14 – Declives do concelho de Alfândega da Fé .....	71
mapa 15 – Carta de exposição de vertentes do concelho de Alfândega da Fé.....	73
mapa 16 – Ocupação do solo do concelho de Alfândega da Fé, segundo a COS 2015 .....	74
mapa 17 – Ocupação agrícola no concelho de Alfândega da Fé, segundo a COS 2015 .....	76
mapa 18 – Ocupação florestal no concelho de Alfândega da Fé, segundo a COS 2015 .....	78
mapa 19 – Delimitação das sub-regiões homogéneas do PROF TMAD com incidência no concelho de Alfândega da Fé.....	80
mapa 20 - Perigosidade de incêndio rural no concelho de Alfândega da Fé.....	83
mapa 21 – Distribuição espacial de áreas ardidas no concelho de Alfândega da Fé nos últimos 13 anos .....	87
mapa 22 – Zonas de caça e pesca do concelho de Alfândega da Fé .....	88
mapa 23 – Distribuição dos valores médios anuais da Temperatura Média do Ar (°C) e de Precipitação (mm) em Portugal Continental no período 1961-1990 .....	91

mapa 24 – Enquadramento do concelho de Alfândega da Fé na Bacia Hidrográfica do rio Douro.....	95
mapa 25 – Imóveis de Interesse Público, no concelho de Alfândega da Fé.....	112
mapa 26 – Património Arqueológico no concelho de Alfândega da Fé .....	120
mapa 27 – População residente (2021) e variação relativa da população residente (2011-2021), no concelho de Alfândega da Fé, por freguesia .....	122
mapa 28 – Densidade populacional, por freguesia, no concelho da Alfândega da Fé, em 2021 .....	124
mapa 29 – Estrutura etária da população residente, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2021 ....	129
mapa 30 – Índices de Envelhecimento e de Juventude, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2021 .....	135
mapa 31 – População empregada por setor de atividade económica, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2021 .....	145
mapa 32 – Explorações Agrícolas (2009) e respetiva variação relativa (1089 – 2009), por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé.....	156
mapa 33 – Superfície Agrícola Utilizada (2009) e respetiva variação relativa (1989 – 2009), por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé.....	160
mapa 34 – Tratores agrícolas (2009) e respetiva variação relativa (1989 – 2009), por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé.....	164
mapa 35 – RDD no concelho de Alfândega da Fé.....	170
Mapa 36 - Percursos pedestres existentes no concelho de Alfândega da Fé .....	173
mapa 37 – População residente empregada ou estudante segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho ou estudo, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2011 ...	183
Mapa 38 - Rede de transportes coletivos do concelho de Alfândega da Fé.....	184
mapa 39 – Tipologia das áreas urbanas no concelho de Alfândega da Fé (2014).....	186
mapa 40 – Alojamentos familiares clássicos (2011) e respetiva variação relativa, no concelho de Alfândega da Fé (entre 2001 e 2011).....	189
mapa 41 – Edifícios (2011) e respetiva variação relativa, no concelho de Alfândega da Fé (entre 2001 e 2011)...	192
mapa 42 – Edifícios segundo o tipo de utilização (principalmente residenciais) no concelho de Alfândega da Fé (2011).....	194
mapa 43 – Situação urbanística existente no concelho de Alfândega da Fé.....	199
mapa 44 – Localização dos equipamentos administrativos .....	202



mapa 45 – Localização dos equipamentos culturais e recreativos.....	203
mapa 46 – Localização dos equipamentos desportivos.....	205
mapa 47 – Localização dos equipamentos escolares.....	207
mapa 48 – Localização dos equipamentos de prevenção e segurança pública .....	209
mapa 49 – Localização dos equipamentos religiosos.....	211
mapa 50 – Localização dos equipamentos de saúde .....	212
mapa 51 – Rede Viária do concelho de Alfândega da Fé.....	218
mapa 52 – Rede elétrica do concelho de Alfândega da Fé.....	220
mapa 53 – Infraestruturas de abastecimento de água do concelho de Alfândega da Fé .....	224
mapa 54 – Infraestruturas de saneamento do concelho de Alfândega da Fé.....	225
mapa 55 – Rede de Ecopontos do concelho de Alfândega da Fé.....	227
mapa 56 – Infraestruturas da rede de gás do concelho de Alfândega da Fé .....	229
mapa 57 – Rede de telecomunicações do concelho de Alfândega da Fé.....	230
Mapa 58 - Suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes .....	234
Mapa 59 - Localização do risco de geada no concelho de Alfândega da Fé.....	237
Mapa 60 - Limiares de altitude associados ao risco de nevões no concelho de Alfândega da Fé.....	239

## ÍNDICE DE QUADROS

quadro 1 – Área das freguesias do concelho de Alfândega da Fé.....	32
quadro 2 – Servidões administrativas e restrições de utilidade pública do concelho de Alfândega da Fé .....	33
quadro 3 – Uso do solo no concelho de Alfândega da Fé abrangido pela RN2000.....	35
quadro 4 – Orientações de gestão dos habitats presentes no Sítio Rios Sabor e Maçã coincidentes com o concelho de Alfândega da Fé.....	37
quadro 5 – Orientações de gestão para a ZPE Rios Sabor e Maçã.....	38
quadro 6 – Contabilização das áreas de RAN e REN no concelho de Alfândega da Fé .....	39
quadro 7 – Tipologias das áreas a integrar na REN no concelho de Alfândega da Fé.....	43

quadro 8 – Áreas dos sistemas de REN no concelho de Alfândega da Fé .....	43
quadro 9 – Servidões administrativas e restrições de utilidade pública de outros recursos naturais no concelho de Alfândega da Fé .....	44
quadro 10 – Atividades interditas e condicionadas nas zonas de proteção de albufeiras de água pública .....	47
quadro 11 – Atividades interditas nas zonas de proteção e zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira .....	50
quadro 12 – Reclassificação para a carta de exposição de vertentes .....	72
quadro 13 – Percentagem de ocupação do solo na COS 2010 e na COS 2015, e respetiva variação .....	75
quadro 14 – Distribuição das “Áreas agrícolas e agroflorestais” do concelho de Alfândega da Fé, segundo a COS 2015 .....	76
quadro 15 – Distribuição das “Florestas e meios naturais e seminaturais” no concelho de Alfândega da Fé, segundo a COS 2015 .....	78
quadro 16 – Funções principais a desenvolver em cada uma das sub-regiões homogéneas que abrangem o concelho de Alfândega da Fé .....	81
quadro 17 – Pontos fortes e limitações/ ameaças identificadas para cada sub-região homogénea que abrange o concelho de Alfândega da Fé. ....	81
quadro 18 – Classificação bioclimática da região transmontana .....	93
quadro 19 – Sub-bacias hidrográficas que compõem a Bacia Hidrográfica do rio Douro .....	95
quadro 20 – Principais características das bacias hidrográficas das albufeiras .....	96
quadro 21 – Principais características das albufeiras .....	96
quadro 22 – Principais características das barragens .....	97
quadro 23 – Classificações e parâmetros responsáveis pela classificação no período 1995-2013 .....	99
quadro 24 – Qualidade da água para consumo humano, no concelho de Alfândega da Fé .....	101
quadro 25 – Património classificado e em vias de classificação em Alfândega da Fé .....	110
quadro 26 – Listagem dos Imóveis de Interesse Patrimonial .....	113
quadro 27 – Listagem do Património Arqueológico .....	118
quadro 28 – Densidade populacional em Alfândega da Fé e concelhos vizinhos, em 2021 (Enquadramento Territorial) .....	123
quadro 29 – Variação relativa da população residente, segundo a estrutura etária, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2021 .....	130

quadro 30 – Índice de Dependência Jovens e Idosos (em %), em 2021, e respetiva variação relativa, entre 2011 e 2021, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento Territorial) .....	132
quadro 31 – Taxa de analfabetismo, por freguesia, em 2011 e 2021 no concelho de Alfândega da Fé .....	137
quadro 32 – Percentagem de população residente segundo a qualificação académica, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2021 .....	138
quadro 33 – Projeções da população residente em 2021 e 2031 .....	141
quadro 34 – Empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço dos estabelecimentos, segundo a classificação das atividades económicas para o concelho de Alfândega da Fé em 2021 .....	146
quadro 35 – Desemprego registado em Portugal Continental, na região Norte, na sub-região Terras de Trás-os-Montes e no concelho de Alfândega da Fé segundo o género e a situação face à procura de emprego em 2021 .....	147
quadro 36 – Natureza jurídica do produtor agrícola singular, em 2009, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento geográfico) .....	157
quadro 37 – Recursos turísticos do concelho de Alfândega da Fé .....	168
quadro 38 – Número de camas por tipologia de empreendimento turístico e por modalidade de alojamento local .....	174
quadro 39 – Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico, em 2017 .....	175
quadro 40 – População residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2011 .....	179
quadro 41 – População residente empregada ou estudante segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho ou estudo no concelho de Alfândega da Fé, em 2011 .....	182
quadro 42 – Evolução do número de edifícios por tipo de utilização: enquadramento territorial .....	193
quadro 43 – Edifícios segundo o número de alojamento em Alfândega da Fé (2001/ 2011) .....	195
quadro 44 – Edifícios licenciados .....	196
quadro 45 – Valor médio dos prédios transacionados (2011 e 2017) .....	197
quadro 46 – Situação urbanística existente nas freguesias do concelho de Alfândega da Fé .....	200
quadro 47 – Capacidade de respostas sociais, em 2018, no concelho de Alfândega da Fé .....	216
quadro 48 – Evolução do consumo de energia (tipo), entre 2011 e 2017, no concelho de Alfândega da Fé .....	221
quadro 49 – Evolução do número de consumidores de eletricidade, entre 2011 e 2017, no concelho de Alfândega da Fé .....	221
quadro 50 -Vértices Geodésicos da área geográfica de Alfândega da Fé, no sistema de referência Hayford-Gauss Datum 73 .....	231

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

gráfico 1 – Totais a) dos géneros no vizinho "distrito" de Ansiães (c. 1790-1800) e b) dos géneros em valor monetário no vizinho "distrito" de Ansiães (c. 1790-1800) .....	24
gráfico 2 – Área ocupada por classe hipsométrica (em percentagem).....	69
gráfico 3 – Área ocupada por classe de declive (em percentagem).....	71
gráfico 4 – Distribuição de área por orientação de vertente.....	73
gráfico 5 – Ocupação do solo em cada uma das sub-regiões homogéneas que intersectam o concelho de Alfândega da Fé.....	81
gráfico 6 – Número de ocorrências e área ardida total no concelho de Alfândega da Fé, entre 2005 e 2015 .....	84
gráfico 7 – Número de ocorrências e área ardida, por freguesia (em 2015 e média para o período de 2010 a 2014) .....	86
gráfico 8 – Evolução da qualidade da água na Bacia Hidrográfica do rio Douro, entre 1995 e 2013.....	98
gráfico 9 – Evolução da população residente no concelho da Alfândega da Fé, entre 1960 e 2021 .....	121
gráfico 10 – Evolução da TBN no concelho da Alfândega da Fé, entre 2011 e 2022 (enquadramento territorial) ..	125
gráfico 11 – Evolução da TFG (‰) e mulheres em idade fértil (%) na população residente feminina no concelho de Alfândega da fé, entre 2011 e 2022.....	126
gráfico 12 – Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade (‰) no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2021 ....	127
gráfico 13 – Estrutura etária da população residente, em 2021, no concelho de Alfândega da Fé (enquadramento territorial).....	128
gráfico 14 – Estrutura etária da população residente no concelho de Alfândega da Fé .....	131
gráfico 15 – Índice de Dependência Total, em 2011 e 2021, e respetiva variação relativa no concelho de Alfândega da Fé.....	131
gráfico 16 – Índices de dependência, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2021 .....	133
gráfico 17 – Evolução dos Índices de Juventude e Envelhecimento, no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2021 .....	134
gráfico 18 – Taxa de analfabetismo, em 2011 e 2021, no concelho de Alfândega da Fé e enquadramento territorial .....	136
gráfico 19 – População residente segundo a qualificação académica, em 2021, no concelho de Alfândega da Fé	138

gráfico 20 – Evolução da população residente no concelho de Alfândega da Fé (2001 a 2021) .....	139
gráfico 21 – População residente em 2011 e projeções em 2021 e 2031 no concelho de Alfândega da Fé .....	141
gráfico 22 – Variação (%) da população projetada, para o ritmo de crescimento contínuo, face a 2011 .....	142
gráfico 23 – População empregada segundo o setor de atividade económica para o concelho de Alfândega Fé entre 2011-2021 e População empregada por local de residência em 2021 .....	144
gráfico 24 – Variação do número de desempregados em Portugal Continental, na região Norte, na sub-região Terras de Trás-os-Montes e no concelho de Alfândega da Fé, entre 2001 e 2021 .....	147
gráfico 25 – Desemprego registado em Alfândega da Fé segundo os níveis de escolaridade em 2021 .....	148
gráfico 26 – População com 15 ou mais anos com e sem atividade económica, por faixa etária em Alfândega da Fé, 2021 .....	149
gráfico 27 – População residente com atividade económica (empregada e desempregada), segundo a faixa etária em Alfândega da Fé para 2021 .....	150
gráfico 28 – População desempregada segundo a última profissão por atividades económicas, em Alfândega da Fé para 2011 .....	151
Gráfico 29 - Ganho médio mensal, entre 2011 e 2016 .....	152
Gráfico 30 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2018 .....	153
Gráfico 31 - Pensionistas da Segurança Social no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2017 .....	153
gráfico 32 – Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%) (à data dos Censos 2011) e principal meio de transporte para o concelho de Alfândega da Fé .....	154
gráfico 33 – Variação relativa do número de explorações agrícolas, entre 1989 e 2009, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento geográfico) .....	155
gráfico 34 – Forma de exploração da SAU, em 2009, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento geográfico) .....	157
gráfico 35 – Contabilidade agrícola, em 1999, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento geográfico) .....	158
gráfico 36 – Variação relativa do número de explorações agrícolas e área ocupada com SAU, entre 1989 e 2009, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento geográfico) .....	159
gráfico 37 – Composição da SAU no concelho de Alfândega da Fé (2009) .....	161
gráfico 38 – Variação relativa da composição da SAU, entre 1989 e 2009 (enquadramento geográfico) .....	161
gráfico 39 – Variação relativa do n.º de explorações com animais e n.º de cabeças, no concelho de Alfândega da Fé, entre 1989 e 2009 .....	162

gráfico 40 – Variação relativa do número de tratores e explorações com tratores, entre 1989 e 2009, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento Geográfico).....	163
gráfico 41 – Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor no concelho de Alfândega da Fé, em 2009 (Enquadramento geográfico) .....	165
gráfico 42 – População residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo, em 2011, no concelho de Alfândega da Fé .....	179
gráfico 43 – População residente empregada ou estudante segundo o tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho ou estudo.....	180
gráfico 44 – População residente empregada ou estudante segundo o tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho ou estudo.....	181
gráfico 45 – Variação do parque habitacional e população residente entre 2011e 2018 (Enquadramento geográfico) .....	187
gráfico 46 – Evolução do parque habitacional por concelho (índice de base de 100 em 2011) (Enquadramento geográfico) .....	187
gráfico 47 – Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação em Alfândega da Fé (2011).....	190
gráfico 48 – Evolução do parque edificado por concelho (índice de base de 100 em 2001) (Enquadramento geográfico) .....	191
gráfico 49 – Edifícios licenciados por destino de obra, entre 2011 e 2018.....	196
gráfico 50 – Edifícios licenciados por tipo de obra, entre 2011 e 2018.....	197
gráfico 51 – Número de edifícios licenciados pela CMAF entre 2011 e 2018.....	198
gráfico 52 – Edifícios licenciados por destino de obra entre 2011 e 2018, no concelho de Alfândega da Fé .....	198
gráfico 53 – Número de estabelecimentos escolares no concelho de Alfândega da Fé, entre os anos letivos 2010/2011 e 2017/2018.....	206
gráfico 54 – Número de alunos nos estabelecimentos escolares no concelho de Alfândega da Fé, entre os anos letivos 2010/2011 e 2017/2018.....	208
gráfico 55 – Número de médicos e de enfermeiros no concelho e Alfândega da Fé (2011 – 2018) .....	213
gráfico 56 – Número de médicos por 1000 habitantes, entre 2011 e 2018 .....	214
gráfico 57 – Número de enfermeiros por 1000 habitantes, entre 2011 e 2017 .....	215
gráfico 58 – Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (2017).....	222
gráfico 59 – Consumo de água por habitante, entre 2011 e 2017.....	223
gráfico 60 – Proporção de água segura para consumo humano, entre 2011 e 2017 .....	223

gráfico 61 – População servida por sistemas de drenagem de águas residuais, em 2017 ..... 226

gráfico 62 – Resíduos produzidos por habitante, entre 2011 e 2017 ..... 228

## ÍNDICE DE FIGURAS

figura 1 – Enquadramento geológico do concelho de Alfândega da Fé no NW da Península Ibérica..... 59

figura 3 – Classes de Classificação da Qualidade da Água ..... 97

figura 4 – Enquadramento do concelho de Alfândega da Fé nos domínios de vegetação potencial natural no Norte de Portugal..... 103

figura 5 – Enquadramento do concelho de Alfândega da Fé na carta biogeográfica do Norte de Portugal. .... 104

figura 6 – Capela de São Bernardino ..... 111

figura 7 – Matriz de Sambade ..... 111

figura 8 – Capela de Nossa Sr.<sup>a</sup> de Jerusalém ..... 111

figura 9 – Casa do Adro ..... 113

figura 10 – Torre do Relógio..... 113

figura 11 - Exemplos de intervenções de arte urbana do projeto Voltagem do programa Arte Pública Fundação EDP ..... 172

# VOLUME I – ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

---

## I11 .INTRODUÇÃO

Para compreender a importância do instrumento de gestão territorial (IGT) que é o Plano Diretor Municipal (PDM), importa, antes de mais, refletir sobre os propósitos e questões inerentes ao ordenamento e planeamento do território.

Apesar de operarem a escalas de análise diferentes, ambos – ordenamento e planeamento – pressupõem a organização e a gestão do espaço territorial. É importante que se compreenda a diferença entre estes dois conceitos, para que não se restrinja o âmbito do primeiro. Assim, o ordenamento é o “resultado da implementação espacial coordenada das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade” (DGOTDU, 2000) com a finalidade de alcançar um desenvolvimento equilibrado das regiões, através da organização do espaço físico pensada à escala da região. As ações que daqui decorrem serão concretizadas pelo planeamento do território.

O PDM responde a estes propósitos ao estabelecer a estrutura espacial para o território do município, a classificação dos solos, os perímetros urbanos e os indicadores urbanísticos, assumindo como objetivo final o desenvolvimento do território conseguido através da distribuição racional das atividades económicas, desenvolvimento social e a igualdade entre os cidadãos, acesso aos equipamentos e serviços públicos, redes de transporte, comunicações e infraestruturas, etc.

## I12 .HISTORIAL DO PROCESSO

O PDM de Alfândega da Fé atualmente em vigor foi aprovado pela Assembleia Municipal a 13 de dezembro de 2014 e ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 2147/2015, de 26 de fevereiro, com publicação em Diário da República – II Série, n.º 40, de 26 de fevereiro de 2015, com os seguintes objetivos (Relatório da Proposta do Plano da Revisão do PDM de Alfândega da Fé, 2014):

- “Melhoria das condições de vida (criação de oportunidades de emprego/ contrariar o decréscimo populacional);
- “Preservação e potenciação dos recursos naturais e culturais;
- Revitalização e diversificação económica (agricultura/ indústria agroalimentar/ turismo sustentável);
- Reabilitação urbanística dos aglomerados urbanos e qualificação ambiental do território;
- Otimização dos sistemas urbanos (redes de infraestruturas/ rede de equipamentos coletivos)”.

Este foi alterado pelo Aviso n.º 1079/2018, de 23 de janeiro, publicado em Diário da República, II Série, n.º 16, de 23 de janeiro de 2018, que incidiu sobre o artigo 88.º do Regulamento do PDM e sobre a Planta de Ordenamento II – Salvaguardas e Qualificação Operativa do Solo, sendo incluída uma nova UOPG (designada de UOPG 4) nos setores 091-2 e 091-4.

## I13 .METODOLOGIAS E CONTEÚDOS DO DOCUMENTO DE CARACTERIZAÇÃO/ DIAGNÓSTICO

O Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e que estabelece as bases da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, refere nos seus artigos 96.º e 97.º quais são os conteúdos material e documental, respetivamente.

O documento que agora se apresenta irá debruçar-se sobre as temáticas mais relevantes, entre as enumeradas no artigo 96.º, nomeadamente, *“a) A caracterização, ou a sua atualização, económica, social e biofísica, incluindo a identificação dos valores culturais, do sistema urbano e das redes de transportes e de equipamentos, de educação, de saúde e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de gás, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos”*.

Assim, o trabalho aqui desenvolvido é de caracterização da realidade concelhia, com a finalidade de permitir um diagnóstico atual e fiel, que constituirá o suporte para a definição do modelo territorial futuro, dos objetivos e das estratégias de desenvolvimento e de ordenamento do território a prosseguir ou a implementar e ainda das propostas de alteração, regulamentares ou programáticas, a formular.

# CAPÍTULO I – BUSQUEJO HISTORICO-ECONÓMICO DO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Pertencente ao Distrito de Bragança, está enquadrado por cinco concelhos com os quais divide boa parte das suas características geoclimáticas e com quem, em tempos, partilhou algumas terras e a quem, finalmente, tomou outras: a norte Macedo de Cavaleiros; a noroeste Mirandela; a oeste Vila Flor; a sul Torres de Moncorvo; e a este Mogadouro.

## 11 .ORIGENS E PERCURSO

---

A sua existência como concelho e a sua articulação à comarca e depois ao distrito sofreu algumas vicissitudes históricas num processo nem sempre, cronologicamente, muito bem definido. Já alguém o classificou, até à sua configuração atual, como de um verdadeiro emaranhado administrativo apenas clarificado com as reformas de meados do século XIX.

Aquando das inquirições de 1258 quase não se refere Alfândega da Fé e algumas das suas atuais freguesias andam dispersas por outras circunscrições. Gebelim, Agrobom, Vale Pereiro e Soeima pertenceram ao Termo de Chacim; outras a Castro Vicente, hoje por sua vez de Mogadouro. Gouveia e Eucísia a Moncorvo, Sambade e Vilares de Vilariça ao Couto e Sambade. Assim continuarão por bastante tempo, sendo que nesta altura Sambade aparece até como circunscrição mais importante definida e privilegiada como Couto. O foral de D. Dinis (de 1294) atribuiu-lhe um largo circuito, que englobava Alfândega da Fé, Água Revés, Carrazeda, Freixo de Espada à Cinta, Mirandela, Cortiços, Rio Livre, Mós, Pulo, S. Paio, Sezulfe, Torre D. Chama, Vale de Asnas, Vila Flor, Vilarinho da Castanheira e Moncorvo, depois repartidas por Castro Vicente, Chacim, Vila Flor e Moncorvo.

Desta Carta de Foral de D. Dinis se conclui ser terra (ou terras) ainda em repovoamento. Privilegiou, por isso, o lugar com carta de foro, em que consagra várias garantias e privilégios aos seus (re)povoadores ao mesmo tempo integrando a terra numa linha de defesa e proteção, munindo o povoado com um castelo que tudo indica ter sido erguido sobre fortificação árabe anterior e do qual restam apenas referências e algumas ruínas (estado em que já se encontrava ou em grave deterioração por 1530). Na verdade, tudo indica ter existido em Alfândega da Fé (S. Pedro) um castelo de mouros, que em torno dele se fez povoação. De facto, Castelo – hoje lugar de Alfândega da Fé – foi durante muito tempo freguesia e assim o era ainda em 1758. D. Dinis isentou os moradores de algumas taxas e alcabalas tendo, naturalmente, como principal atividade a agricultura. É interessante referir nesta carta a isenção aos que fizessem “vinharias” (a par dos arroteios para cereal).

Por 1320-21 refere-se Alfândega da Fé como “terra de Vilariça” (consagrando uma divisão administrativa eclesiástica que vinha do Século XII) e, ao tempo das guerras fernandinas (anos Oitenta do Século XIV), ver-se-ia atribuído ao senhorio de Fernando Afonso de Samora. Um emaranhado que só se definiria com mais clareza após nova carta de Foral de D. Manuel de 1510, que então alargou o seu termo dando-lhe mais terras [tomando, em particular, algumas terras de Vila Flor anexando-as ao núcleo primitivo formado essencialmente em torno de Alfândega da Fé (S. Pedro/Castelo), Ferradosa, Ribeira e Sendim da Ribeira, Valverde (Vilaverde) e Vilarchão].



## 12 .A TOPONÍMIA ÁRABE

---

Foi rápida, isto é, pouco demorada em termos históricos a presença dos árabes a Norte do Rio Douro. Todavia, foi a suficiente para que se tivessem radicado em certos locais dando origem a algumas povoações, como passa por ter sido com Alfândega da Fé. Mais seguro é que existiam aí povoados, porque eles se instalaram, preferentemente, em locais já antes ocupados, aproveitando as estruturas existentes, por poucas que fossem, e melhorando-as. Na verdade, a esmagadora maioria dos cristãos fugiu na frente dos árabes “ermando” (despovoando as terras). Crê-se que Alfândega da Fé (como lugar bem definido – ou mesmo abrangendo um conjunto de outros povoados próximos) foi um desses lugares ocupados pelos árabes (daí lhe provindo o nome original de *Alfandaq*). Como recinto mais circunscrito e, logo, centro e local mais estratégico, foi escolhido para essa presença e implantação de população ou dos guerreiros árabes. Foi o processo da Reconquista, pelos inícios do Século X (pelos finais do Século IX o avanço dos cristãos tinha chegado até às margens do Douro) e com o repovoamento durante os tempos posteriores (XI e XII) que terá, então, ajuntado ao topónimo árabe *alfandaq* o qualificativo de *Fé*. *Alfandaq da Fé* ou, melhor, na terminologia agora cristã ou recristianizada (visto que os cristãos tinham abandonado (ermado) o território fugindo dos árabes) da *Alfândega da Fé* definitivamente consagrado no decurso dos séculos XII/ XIII. “Origem” árabe que, aliás, reparte com outros mais lugares de “sua vizinhança” e do seu atual “distrito” como é o exemplo mais claro Soeima e Sambade – também numa posição estratégica no Alto Trás-os-Montes nos contrafortes da Serra de Bornes – e, esta última, até demograficamente sempre mais importante que Alfândega da Fé. Mas há por aí outros topónimos com a mesma origem, como por exemplo o de Alfandaquinha (praticamente sem corruptela do português, salvo o diminutivo; Aldivas, Azibro, Alvar e outros).

## 13 .BREVE ENQUADRAMENTO GEO-CLIMÁTICO

---

### 131 .A GEOGRAFIA

Geograficamente, Alfândega da Fé integra as Terras de Trás-os-Montes, de cuja climatologia e geografia genericamente comunga. Todavia, apresenta características mais particulares nesse conjunto que engloba pedaços da Terra fria e da Terra quente.

Assim, conjuntamente com as terras próximas de Mirandela, apresenta uma natureza mista que climática e geograficamente modela as terras a norte e sul desse Alto Trás-os-Montes. Condições especiais de altitude e exposição geram aqui aspetos peculiares de clima, logo de vegetação e culturas. A região de Alfândega da Fé, que se prende a noroeste à Serra de Bornes, inclina-se de um lado para o Sabor, de outro para o Vilarça “recebendo assim o hálito dos ares propriamente durienses”. Variedades locais ou microclimas que, sinteticamente, Virgílio Tabora definiu e quadrou deste modo: “*Alfândega (como Soeima) tem invernos frios e verões frescos mas Vilares da Vilarça ou Sendim da Ribeira têm verões ardentes, de altas temperaturas*”. (NB: De Vale (Vale Pereiro) ficaria curiosa quadra popular:

*“Eu hei-dei casar ao Vale  
que mo deram por degredo  
É uma terra mui quente  
Canta lá o cuco cedo!”*

Por isso, a variedade de vegetação e culturas. Às terras mais áridas a norte sucedem as terras de cultura, mais sul. Nas vertentes do Sabor e, sobretudo nas terras de Vilaríça, assiste-se ao predomínio das vinhas, oliveiras e amendoeiras. Ainda culturas de regadio como os linhos tendo recebido, muito precocemente em relação às demais terras destes “distritos”, o milho grosso. No conjunto, porém, são os cereais que marcam o predomínio (V. Tabora). A produção cerealífera caracterizou o seu território, aliás, de base esmagadoramente agrícola, até tempos muito recentes, praticamente até à atualidade.

Nas terras altas, o território da atual Alfândega da Fé, está enquadrado por algumas formações orográficas importantes que condicionam o seu clima e suas atividades: a serra de Bornes (no prolongamento do Montesinho) é a mais importante. Em vários dos seus morros ou cumes teve, em tempos antigos, alguma ocupação castreja e romana (com alguma mineração). Esta serra foi curiosamente descrita no século XVIII como “a Sintra de Trás-os-Montes pela sua frescura e pela sua beleza”.

Há, depois, outras elevações como as elevações de Burga (serra de Burga) nos prolongamentos de Bornes (Colmeais/Vales); de Vilar Chão, com o grande planalto de Castro Vicente; a sul, a meio caminho de Moncorvo, a segunda mais importante elevação – a serra de Gouveia tal como as elevações dos contrafortes da serra de Mogadouro, aquém do Sabor. No conjunto, estas elevações (com outros cabeços menores como o de Alfandeguinha, Eslavados ou Borda) de Alfândega da Fé e os seus planaltos (o de Castro Vicente é o mais importante e de mais nomeada), constituem terras aptas para os cereais de inverno (com o centeio a dominar por todo o lado), para a pastorícia, para a caça e para as culturas de recolção, como pode ser o caso do mel donde, aliás, veio o nome de Montemel (Bornes) e a antiga freguesia Colmeais. O mesmo se diga da castanha – abundante por todo o lado – e a caça de várias espécies cinegéticas de que Bornes é particularmente abundante (coelho, lebre e perdiz).

## 132 .HIDROGRAFIA

A sua hidrografia encontra-se balizada por duas importantes linhas de água: a do rio Sabor, a este, e o da Vilaríça, a oeste. Para esses rios converge um número considerável de pequenos rios (ribeiros e ribeiras) que irrigam e fertilizam o seu território (Vale Pereiro, Gebelim, Camba, Soeima, Agrobom, Sambade; Vila, Bouças, Alvazinhos, e tal como as ribeiras de Zacarias, Ribeira de Alvar, Vilar e outras), contribuindo para a irrigação das terras de cultura. Pelas margens desta rede implantou-se, até tempos ainda muito recentes, uma infinidade de moinhos, azenhas, pisões e lagares de azeite de que a terra, desde os inícios a Época Moderna, sempre foi abundante. Sempre aproveitados para regadios, e hoje em vista do mesmo aproveitamento, armazenados e regulados alguns por pequenas barragens que os responsáveis do Município se têm esforçado por erguer, com o intuito, bem difícil, de fixar as atividades e a população campesina.

No que respeita às albufeiras o concelho conta com seis, a saber: Albufeira da Camba a nordeste, Albufeira de Salgueiro e Albufeira de Santa Justa a oeste, Albufeira do Baixo Sabor a sul, Albufeira de Sambade a norte e a Albufeira de Esteveíña no centro.

Para além de satisfazer a atividade principal e agrícola com a necessidade de extensão dos regadios para culturas novas ou tradicionais, servem hoje outros objetivos económicos: o aproveitamento turístico em torno do imobiliário,

do lazer e da pesca, isto é, do aproveitamento turístico quer das albufeiras criadas, quer dos terrenos que bordejam.

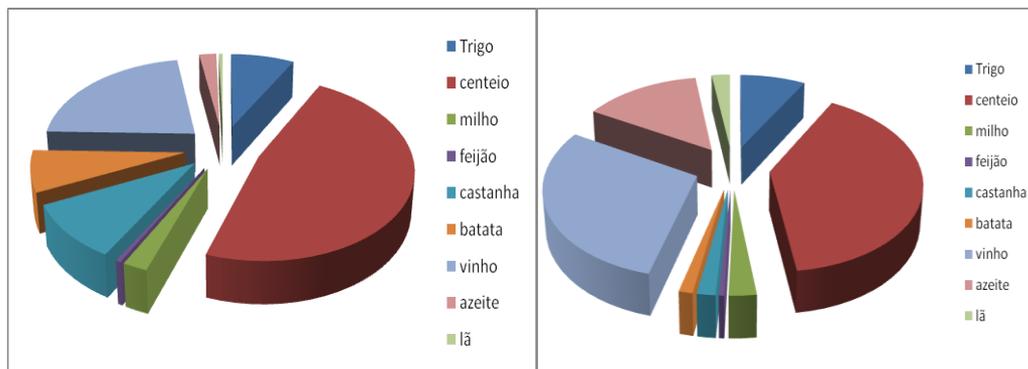
## 14 .ATIVIDADES ECONÓMICAS

A sua principal atividade económica assentou no passado no setor primário, e este na cultura dos cereais. Depois na pecuária do ovino, a partir de determinada altura na amoreira/ bicho-da-seda, seguindo-se as frutas (variadas e de qualidade).

Os campos da Vilariça avultam e destoam no conjunto destas terras mostrando outras potencialidades agrícolas, sobretudo em torno de culturas ricas como é o caso do azeite e dos vinhos e linhos. Mas por 1791 o peso está nos cereais. Embora o centeio ceda aqui o lugar ao trigo, e o milho grosso (que com muita dificuldade entrava por outras terras) já tinha aqui expressão relevante (trigo 59%, milho 29,5%, isto é, invertendo a posição dominante quase esmagadora do centeio que se verificava – e verifica ainda – no resto do território). Em termos económicos, o azeite constituía já um produto particularmente importante.

Nesta altura (segundo um testemunho de c. 1790 e ainda por bastante tempo depois), neste lado do rio Douro onde se implantam as terras de Alfândega da Fé, as culturas estavam assim distribuídas (a estender até aqui os valores encontrados para o Concelho de Anciãos - seu vizinho do Sul e da mesma comarca de Torre de Moncorvo):

*gráfico 1 – Totais a) dos géneros no vizinho "distrito" de Ansiães (c. 1790-1800) e b) dos géneros em valor monetário no vizinho "distrito" de Ansiães (c. 1790-1800)*



Fonte: em Aurélio de Oliveira, Um Manuscrito (c. 1790) cit.).

A seda era aqui um produto nuclear em termos económicos e sociais pelas ocupações laterais que originava. Por meados do Século XVIII “havia casas com recolha de mais de 6.000 réis de seda” – que é valor considerável. Formaram-se fiadeiros comunitários referindo que em Vilares (da Vilariça) havia, por 1758, mais de 50 destes fiadeiros. Esta atividade direta ou indireta atrairia mercadores de muitos lados, em particular de Bragança, Chacim, Vinhais e Rebordelo (centros transformadores mais importantes).

Foi atividade de relevo para outras terras do atual concelho, ajudando a alimentar as manufaturas de Bragança e de Chacim, em particular. A manufatura da seda (com a expansão das amoreiras) levou a “inovações” importantes não só em algumas terras da Província, como Bragança e Chacim, mas também no “distrito” de Alfândega da Fé. Estas manufaturas tiveram então considerável efeito nos terrenos agrícolas circumpostos. Veja-se, ali próximo, Chacim: “de doze anos a esta parte, se tem feito o maior progresso nas culturas: abundante de trigo, centeio, milho, feijão, castanha, azeite e todo o tipo de hortaliças”. Com a decadência destes centros manufatureiros que atingiu os fins do século XVIII e se prolongou por toda a primeira metade do século XIX, a cultura da amoreira também se abateu não obstante medidas sucessivas para reanimar umas e outra. Todavia, as suas terras figuravam ainda durante grande parte da segunda metade do século XIX, como as segundas mais importantes na produção da amoreira.

Seguiam-se por aqui e nas restantes terras hoje de Alfândega da Fé: o peso dos linhos. Estes assumem também real importância em algumas áreas como são os campos da Vilarça.

Os linhos tiveram muita importância económica sobretudo nas terras a oeste do concelho, nos terrenos que confinam e vão até aos ditos campos da Vilarça. Diga-se que pelos inícios do século XIX, estes linhos em bruto ou manufatura igualam, no conjunto da Província, o valor dos vinhos, em termos de exportação, indo o grosso às terras de Castela. Abundância de linhos, para além da muita amoreira segundo testemunho de 1783 (Compendio de Observações. Lisboa. 1783).

Eram também produtos muito importantes o azeite, os vinhos, a castanha e a batata, tendo sido das primeiras terras a conhecê-la. Esta é, ainda hoje, de bastante significado económico.

## 15 .PECUÁRIA

---

Finalmente a pecuária – a pastorícia – com o aproveitamento das lãs. Pelos fins do século XVIII e inícios do XIX, a pastorícia do lanígero e seus derivados concentrava a maior parte da mão-de-obra laboral. A estatística e a descrição de Columbano Ribeiro de Castro são o retrato mais exato destas gentes e destas atividades de Trás-os-Montes dos fins de Setecentos/ inícios do século XIX. Para além do fabrico de algum queijo, esta pecuária alimentou a exportação de lãs para vários centros manufatureiros em particular para as manufaturas da Guarda, mas também em direção às manufaturas chapeleiras de Braga e Porto. Deu também origem ao fabrico doméstico de panos tendo-se verificado apreciável concentração de cardadores e fiadores (além dos ditos fabricantes de panos em todo este circuito). Alfândega da Fé, por 1795, contava com a segunda maior concentração de cardadores da Província (cerca de 77) e com o número mais elevado destes pequenos fabricantes domésticos envolvidos no têxtil lanígero. Cerca de 217 fabricantes. Nos inícios do século XIX, ainda funcionava uma manufatura em Sambade que produzia essencialmente panos grossos. Pelo último quarto do século XIX, o lanígero (passando embora pelo geral mau estado dos rebanhos) era particularmente importante ganhando muito significado pelas terras das Comarcas de Miranda e de Moncorvo isto é, em toda a área de que participa Alfândega da Fé. O conjunto do distrito de Bragança emergia, por 1870, como o principal produtor das lãs do Reino, concentrando a maior mancha do ovino: cerca de 67% do total que, somado com o caprino atingia valores muito elevados – aproximadamente 80% de todo o quadro nacional.

## 16 .OS VINHOS

---

Desde muito cedo se cultivaram vinhas. Para mais não recuar, já referimos as isenções de D. Dinis aos que pusessem “vinharias” nas terras de Alfândega da Fé. A sua expansão, porém, ficou bloqueada até à abertura do Cachão da Valeira só se incrementando pela primeira metade de Oitocentos. Todavia, havia vinhos, e bons, por estas terras em tempos anteriores. Em meados do século XVIII testemunha-se haver bons vinhos por várias localidades. Caso direto para Alfândega da Fé e o mesmo se referindo para algumas outras, como é o caso de Vilar Chão e, em particular, da Vilariça. Boas uvas para vinho e para passa: Vilariça “uvas há muntas assim nas vinhas como nas parreiras”. Isto é, ao modo do Minho e do vinho verde. Em Alfândega da Fé (por 1758), se diz ter vinho de excelente qualidade.

O avanço da vinha para estes terrenos a montante do Cachão da Valeira (apenas aberto em 1792), apesar de facilitado, foi lento. Ainda por 1870, a mancha vinícola se marcava ainda principalmente até à linha do Sabor. Mas as terras de Alfândega da Fé avultavam no panorama vinícola dos demais “distritos”. Por esta altura, e graças ao avanço das vinhas, Alfândega da Fé veria a sua primeira instalação industrial, em torno da destilação, em 1862. Todavia, por 1920, a vinha se dizia de pouca importância no conjunto do Douro Superior, ressaltando alguma, precisamente, por estas terras de Alfândega da Fé (as quais, agora, se distinguem principalmente pelo vinho e pelo azeite). Uma produção vinícola do concelho assentou essencial e geralmente na média e pequena propriedade, isto é, até aos 1,7 a 2,0 hectares.

## 17 .O PANORAMA SOCIAL E DEMOGRÁFICO

---

No conjunto, a Província – disse António de Sá pelos finais do século XVIII – tem excelentes capacidades nos vales amenos que são capazes de produzir todo o género de frutos. Entre eles estão, como referido, pedaços vários de Alfândega da Fé como as terras que vizinham a Vilariça e margens do Sabor.

Por 1800, em termos de produção agrícola, o escalonamento em valor espacial e monetário está nos cereais, no azeite e na castanha, alguns vinhos, gados e caça ([coelhos lebres perdizes e javalis (Cornide)]. Culturas de horta diversas, com várias e saborosas frutas. Seguramente de referir é a cultura do melão que, por várias terras (c. 1758), se diz de muito boa qualidade. Assim em Alfândega da Fé há “excelentes melões”. Também por Sambade, Vilar Chão, Vilares e outras.

Todavia, e não obstante estas capacidades da terra, a panorâmica social desses tempos deixou muito a desejar. Era mesmo grave. E não se alterou significativamente ao longo do século XIX. António de Sá – o que melhor conhece, por então, o conjunto destas terras de que participa Alfândega da Fé – deixou-nos uma pesada imagem de pobreza e exploração das gentes, com uma alargada população campesina comida pelos impostos sobre as terras e as culturas de que resultava um campesinato quase próximo do estatuto de autênticos servos da gleba por sua vez governadas por autênticos pachás (são palavras suas), salvo raras exceções, cometendo todo o tipo de abusos e vexames. Para isto concorre também não serem senhores das terras que trabalham, das quais pagam rendas, e algumas bem avultadas – verdadeiramente inoportáveis: “todo o tipo de vexações se praticam com os miseráveis lavradores” (José António de Sá, Memória dos abusos). Em suma, “são gravadíssimos com foros usurários, tributos e pensões de diversos géneros além das ordinárias décimas e sizas, dízimos, real d’água,

sabão, etc. Impostos pesadíssimos esmagados com todo o tipo de impostos e vexações, sujeitos a uma verdadeira guerra fiscal” (Lourenço José dos Guimarães Moreira). (Os instrumentos – as armas – pouco mudaram e a guerra continua...!)

De tudo provinha uma gravosa situação, por vezes de insuficiência alimentar e de fome – com uma esperança de vida muito curta (Ignacio de Carvalho Salazar, Descrição da Villa de Mirandella e seus contornos). Uma população irregularmente repartida pelos campos e pelos muito pequenos núcleos urbanos, sofrendo um pequeno impacto positivo da indústria – concentrada, neste caso essencialmente, no têxtil e na extração da seda, das lãs e dos linhos e sua transformação em sistema familiar doméstico (José Amado Mendes, Trás-os-Montes nos finais do Século XVIII segundo um Manuscrito de 1796 - Columbano Pinto Ribeiro de Castro). Uma realidade económica e social que não se alterou grandemente nos tempos seguintes, agravados, aliás, por conflitos vários durante o século XIX que fizeram piorar o estado geral da população (Anais da Saúde Publica de Bragança). Só recentemente têm estas populações experimentado melhorias - sempre esquecidas do poder central e, com poucas exceções, das passadas oligarquias municipais (geralmente sempre familiares).

Os testemunhos são particularmente gravosos para a situação social e económica da sua população, como também para o estado geral das culturas. A fronteira da modernização foi por muito tempo impossível de franquear por todos estes condicionalismos. Há hoje, é verdade, por parte dos munícipes e alguns particulares um esforço enorme de inverter esta pesada situação do passado tentando aproveitar quer as tradições quer os recursos típicos desse passado, ora diversificando atividades, ora abrindo novos caminhos e tentando atrair e instalar indústrias (atividades) modernas capazes de fixar e interessar as populações no concelho tentando travar a desertificação demográfica que, entretanto, continua como mostram as estatísticas dos anos recentes. Em direção aos centros urbanos mais importantes ou para o litoral ou mesmo para fora como se tem verificado praticamente sem recuo e sempre acentuada desde os anos Sessenta do século passado. Mas, na realidade, desde os anos quarenta e já por 1920 se constatava desertificação acelerada por uma corrente migratória para o exterior e em direção aos centros do litoral. Deve dizer-se que por 1909/ 1915 o distrito de Bragança (de que faz parte Alfândega de Fé) era o que apresentava os mais elevados valores em todo o conjunto Nacional.

Diga-se, porém, que não haverá remédio para esta desertificação demográfica galopante a que, por todo o interior e por todo o lado, se assiste no tecido fundiário (e não só). Poder-se-á levantar barragens, abrir estradas e autoestradas, espalmar aeroportos. A população campesina abandonará a terra ou fugirá agora inevitavelmente a não ser que a sua atividade tenha um retorno justo e compatível. Verdade mezinha de que os nossos altos responsáveis políticos se não aperceberam ainda. E as atividades industriais e de serviços tenderão a comportar-se do mesmo modo sobretudo neste país interior, se as suas atividades não tiveram o mesmo retorno compatível e aliciante. Os subsídios nunca se poderão tornar estruturais na atividade económica qualquer que ela seja. Mesmo que deifiquem quem “dá” (geralmente com as duas mãos à frente e de trombone no campanário, dando o que não é seu e prometendo o que não têm) e isso dê grande satisfação (momentânea ao pedinte ou recetor do óbulo se este lhe chegar por inteiro). E estas gentes de Trás-os-Montes (e dos campos em geral) não querem nem pedem nada disso. Pedem apenas políticas que tornem os seus retornos justos, razoáveis, “interessantes”, isto é, que produzam algum interesse. Disse um dia Basílio Teles (no início tão próximo do nosso século XX), qualificando estes bloqueios, esta realidade da terra portuguesa e a estafada dita menoridade das suas gentes e da dita incapacidade de progredir e avançar: a razão não está nem nos povos nem na terra (que aqueles ainda põem a

produzir contra todos os obstáculos) mas, em verdade, na estupidez governativa dos seus dirigentes. (E ninguém o acusou de blasfémia)!

## 18 .AS ACESSIBILIDADES

---

A vida e a ocupação económica destas terras, dependeu e depende ainda hoje das acessibilidades. Esta fase tem um marco histórico assinalável. Sem dúvida a navegabilidade do Douro que se marcou nos fins do século XVIII (em 1792) com a quebra do Adamastor do Douro – o Cachão da Valeira. Abriam-se outras perspetivas económicas aos territórios a montante do Cachão. Mas por 1800 o impacto era ainda muito reduzido e assim continuaria por muito tempo, estorvado também pelas convulsões sociais e políticas que genericamente cobriram toda a primeira metade do século XIX. Alfândega da Fé apesar de não nomeadamente confinante como rio (mas salvo pelo seu vizinho de Ansiães da mesma Comarca de Torre de Moncorvo), acabou por beneficiar também com esta navegabilidade, acentuada ainda mais nos tempos de hoje com a exploração turístico-fluvial do Rio Douro.

A abertura de estradas data praticamente da mesma altura (c. 1790) e graças aos esforços particulares da Companhia dos Vinhos. Este esforço, porém, privilegiou espaço tradicional dos Vinhos do Douro e só mais lentamente beneficiou estas terras. Levou tempo até que o rio e a terra estendessem os braços até às gentes e terras de Alfândega da Fé.

## 19 .A AGRICULTURA: MARCA DE IDENTIDADE

---

Nos inícios do século XVI a agricultura constituía o grosso das atividades. O Novo Foral de D. Manuel, mantendo ainda algumas cláusulas de incentivo ao povoamento, acaba por radiografar e referir as principais atividades. Porque algumas ganharam raízes definitivas (ainda que hoje praticamente abandonadas, mas diga-se que outras em recuperação) convém referi-las. Sente-se que as atividades aumentaram consideravelmente desde os tempos anteriores: o peso está nos cereais. Referem-se depois os vinhos, a linhaça (os linhos) e a pecuária do ovino. São os linhos e as lãs que estão na base das atividades “industriais” que se referem como dominantes ou, até, muito importantes neste circuito. Nos maninhos e montados reservados ao concelho, a importância da caça.

Aqui a primeira referência a algumas atividades mesterais em torno do têxtil. Alude-se ao fabrico e exportação de panos e panos finos para fora; linhos, lãs e todo o tipo de panos de lã, cobertores, xales, sacos, etc. Da pecuária saem outros preparados: peles, peletaria (das diversas espécies cinegéticas provenientes da caça) “calçaduras”, as borrachas e odres para vinhos e outros líquidos. Depois o mel e a cera, e o azeite. Ainda as frutas e as frutas secas (que incluem a castanha, a amêndoa, o figo seco e as passas – as ditas uvas de pendura). Finalmente a olaria e a tanoaria, a “louça de madeira” (que serve de vasilhame para acomodar todo o tipo de frutas e alguns líquidos que saem da terra).

Pouco depois se somou a importância da seda que se avoluma sobretudo desde o último quarto do século XVI engrossando no século XVII para atingir o auge no século XVIII. Viria depois a recessão e a crise: decadência desde finais desta centúria e durante todo o século XIX. Reanimar-se-ia um pouco apenas após 1860, sob direto impulso da Sociedade Agrícola de Bragança e do seu presidente e Governador Civil Guilhermino Augusto de

Barros que incentivou o cultivo para todo o distrito tentando inverter uma situação de crise que em Bragança levou ao fecho de uns 60 teares entre 1844 e 1867. O impacto positivo destas medidas tornou-se particularmente visível em terras de Alfândega de Fé e Torre de Moncorvo logo pelos anos de 1864. Nos finais do século ainda se assistirá a outra medida de apoio à cultura nestes distritos de que fazia parte Alfândega da Fé, com incentivo que foi dado em 1893 (sob Administração do Conselheiro Bernardino Machado Guimarães) beneficiando a extração de sericultura de Mirandela. Mas a tendência foi para quebras sucessivas em todo o distrito.

Teve alguma importância a “indústria” da cal a qual sofreu exportação para os centros urbanos (sobretudo Moncorvo), mas desceu também o Rio Douro em direção ao Porto.

Depois do Foral Novo, aí por 1540-45, não se mencionando Alfândega da Fé (apenas se diz “vila pequena pertencente a Mogadouro”), referem-se as produções das terras adjacentes, algumas das quais pertencem hoje ao seu território como é o caso de parte de Vilarça e Vila Flor. Como culturas mais importantes e abundantes: muito pão e linhos (Vilarça) e por outras suas vizinhas novamente muito pão, mel, linhos e, por vezes, bons vinhos, lãs e panos e muita caça. Alfândega da Fé está incluída nesta geografia descritiva do ouvidor bracarense João de Barros. Raras referências para os tempos posteriores. Das suas redondezas se refere, por 1630-40, os montes e planaltos como “férteis montanhas semeadas da loura Ceres”. E por todo o lado muito mel. Nos inícios do século XVIII (c. 1700-1709), as culturas principais continuam centradas nos cereais. Aqui, agora, a referência a muita castanha. Em locais vários, terras boas para vinho, mas fora dos circuitos dos mercados que a in navegabilidade do Douro não permitia que saíssem em direção ao Porto. Depois, a caça nos muitos matagais da região, nos importantes montados e maninhos que D. Manuel reservou como terras livres para os povos.

Depois bastante azeite (e azeitona de curtimento) especialmente concentrado em Vale Pereiro, Cerejais e Sendim da Ribeira. Refere-se também para Vilarelho, Vilar Chão, Alfândega de Fé e Pombal e particularmente na Vilarça (Vilares).

O Vinho, como se disse, ficou bloqueado por muito tempo até à abertura do Cachão nos finais do século XVIII. A expansão dos vinhedos nestas terras é posterior, mas é inegável que existiam antes e em alguns lugares de muito boa qualidade. Nos inícios do século XVIII (c. 1700-1709) se faz elogiosa referência à sua presença ainda que de “produção mediana”, e em meados deste século é especialmente referido como de boa qualidade em Alfândega da Fé (esta também com boas uvas de goarda e/ou “boas uvas de pendura”). Tem grande valor espacial a castanha ainda que de fraco valor económico (no passado), como se refere também para o vizinho concelho de Ancilões. Seda é especialmente citada, pela quantidade e qualidade, com um número elevado de fiadeiras. Todavia, é nos cereais que está a força da produção em termos espaciais e de valor económico, no genérico das freguesias, com o centeio na frente, seguido do trigo, depois milho e alguma cevada.

Finalmente, as frutas, desde as secas (a já referida castanha como também a amêndoa) às frescas, de especial qualidade, que no presente estão dando origem ao seu aproveitamento industrial (incluindo a sua saborosa azeitona - Vilarça e Alfândega da Fé). Destas frutas verdes são de destacar ainda os figos verdes e secos a par da passa (as referidas “boas uvas de pendura”). Muito importante é hoje neste concelho a produção da cereja que está dando origem a idêntica transformação e animando uma feira anual importante em termos económicos e turísticos com a realização da Festa da Cereja. A cereja, porém, é fruta de larga tradição nestas terras, tendo contribuído para batizar topónimos como a povoação de Cerejais (e Cerejais de Agrobom). Conjunto de frutas que

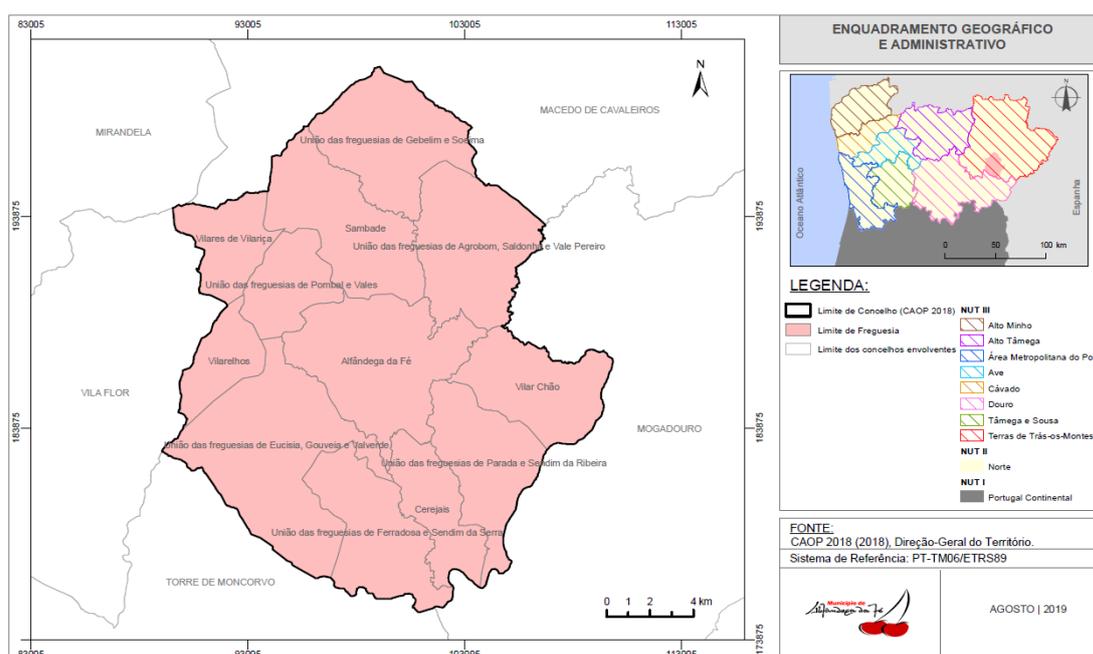
estão animando variado tipo de conservas e a doçaria tradicional destas terras e que hoje apresentam já interessantes resultados económicos e sociais.

## CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO-ADMINISTRATIVO

Em termos administrativos, o município de Alfândega da Fé localiza-se no distrito de Bragança e enquadra-se na NUTII – Norte, integrando juntamente com os municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais a NUTIII – Terras de Trás-os-Montes e a Comunidade Intermunicipal (CIM) Terras de Trás-os-Montes. Os limites geográficos do concelho são definidos a norte pela serra de Bornes e a sul pelo vale do rio Sabor.

A uma distância de cerca de 70 km da sede de distrito – Bragança – o município de Alfândega da Fé tem como concelhos limítrofes a norte Macedo de Cavaleiros, a este Mogadouro, a sul Torre de Moncorvo, a oeste Vila Flor e a noroeste Mirandela. Pertence, juntamente com os municípios de Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor à Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

mapa 2 – Enquadramento geográfico e administrativo do concelho de Alfândega da Fé



Refira-se ainda que o município integra a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM)-TTM, na qual também se incluem os municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. Os estatutos da CIM-TTM foram aprovados, por unanimidade, pela Assembleia Intermunicipal da CIM-TTM em 31 de dezembro de 2013, sob proposta do Conselho Intermunicipal aprovada em 13 de novembro de 2013.

Com uma área total de 321,95 km<sup>2</sup>, o concelho conta com 12 freguesias, cuja área pode observar-se no quadro seguinte:

*quadro 1 – Área das freguesias do concelho de Alfândega da Fé*

FREGUESIA	ÁREA (km <sup>2</sup> )	ÁREA (%)
Alfândega da Fé	40,62	12,62%
Cerejais	17,00	5,28%
Sambade	31,49	9,78%
Vilar Chão	24,55	7,63%
Vilarelhos	12,05	3,74%
Vilares da Vilarça	14,92	4,63%
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	32,60	10,13%
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	50,82	15,79%
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	27,06	8,41%
União das freguesias de Gebelim e Soeima	30,60	9,50%
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	25,04	7,78%
União das freguesias de Pombal e Vales	15,19	4,72%

Fonte: CAOP 2018, Direção-Geral do Território, 2019.

## CAPÍTULO III – SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA/ OUTRAS CONDICIONANTES

Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 97.º do RJGT, o Plano Diretor Municipal é constituído por uma Planta de Condicionantes, onde são identificadas as “*servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento*”.

Neste seguimento, entende-se por servidão administrativa o “*encargo imposto por disposição da lei sobre certo prédio em proveito da utilidade pública de uma coisa. No entanto, este conceito tem evoluído na medida em que, por um lado, a servidão administrativa pode incidir sobre imóvel não considerado prédio ou até sobre um direito e, por outro lado, as servidões administrativas também podem ser constituídas por atos administrativos praticados para o efeito*” (“*Servidões e Restrições de Utilidade Pública*”, 2011, da ex-Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Por seu turno, de acordo com o mesmo autor, deve entender-se como restrição de utilidade pública “*toda e qualquer limitação sobre o uso, ocupação e transformação do solo que impede o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade pleno, sem depender de qualquer ato administrativo uma vez que decorre diretamente da Lei*”.

O atual PDM enumera as seguintes servidões administrativas e restrições de utilidade pública como as identificáveis à data da sua ratificação (Anexo III do Regulamento da RPDM de Alfândega da Fé):

### quadro 2 – Servidões administrativas e restrições de utilidade pública do concelho de Alfândega da Fé

SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	
Recursos Hídricos	Domínio Hídrico
	Albufeiras
Recursos Geológicos	Zona Alargada de Proteção de Água Mineral Natural – Águas de Bem Saúde, HM0050000 (fixada pela Portaria n.º 77/97, de 31 de janeiro)
	Reserva Agrícola Nacional (RAN)
Recursos Naturais	Aproveitamento Hidroagrícola de Alfândega da Fé (delimitação aprovada pelo Despacho n.º 10903/2013, de 23 de agosto) e Aproveitamento Hidroagrícola do Vale da Vilaríça (classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2013, de 9 de maio)
	Recursos Agrícolas e Florestais
	Regime Florestal (Perímetro Florestal da Serra de Bornes)
	Espécies Florestais Protegidas por Regime Legal: Sobreiro, Azinheira e Azevinho Espontâneo
	Árvores de Interesse Público ( <i>Quercus suber L.</i> )
Recursos Ecológicos	Povoamentos Florestais Percorridos por Incêndios
	Áreas de Risco de Incêndio Alto e Muito Alto
	Reserva Ecológica Nacional (REN)
	Rede Natura 2000 (SIC e ZPE “Rios Sabor e Maçã”)

#### SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

Património Cultural	Imóveis de Interesse Público
	Imóveis de Interesse Municipal
	Imóveis em Vias de Classificação
	Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro – Património Mundial
Infraestruturas	Abastecimento de Água
	Drenagem de Águas Residuais
	Linhas Elétricas
	Telecomunicações
	Rede Viária
	Rede Geodésica

Fonte: Anexo III, Aviso n.º 2147/2015, de 26 de fevereiro.

Ao longo do presente capítulo serão analisadas as condicionantes ao uso do solo, de acordo com a legislação em vigor, em particular no que respeita aos recursos naturais presentes no concelho de Alfândega da Fé. As restantes servidões administrativas e restrições de utilidade pública serão mencionadas ao longo do documento mediante os assuntos em análise (rede viária, infraestruturas básicas, património cultural, etc.).

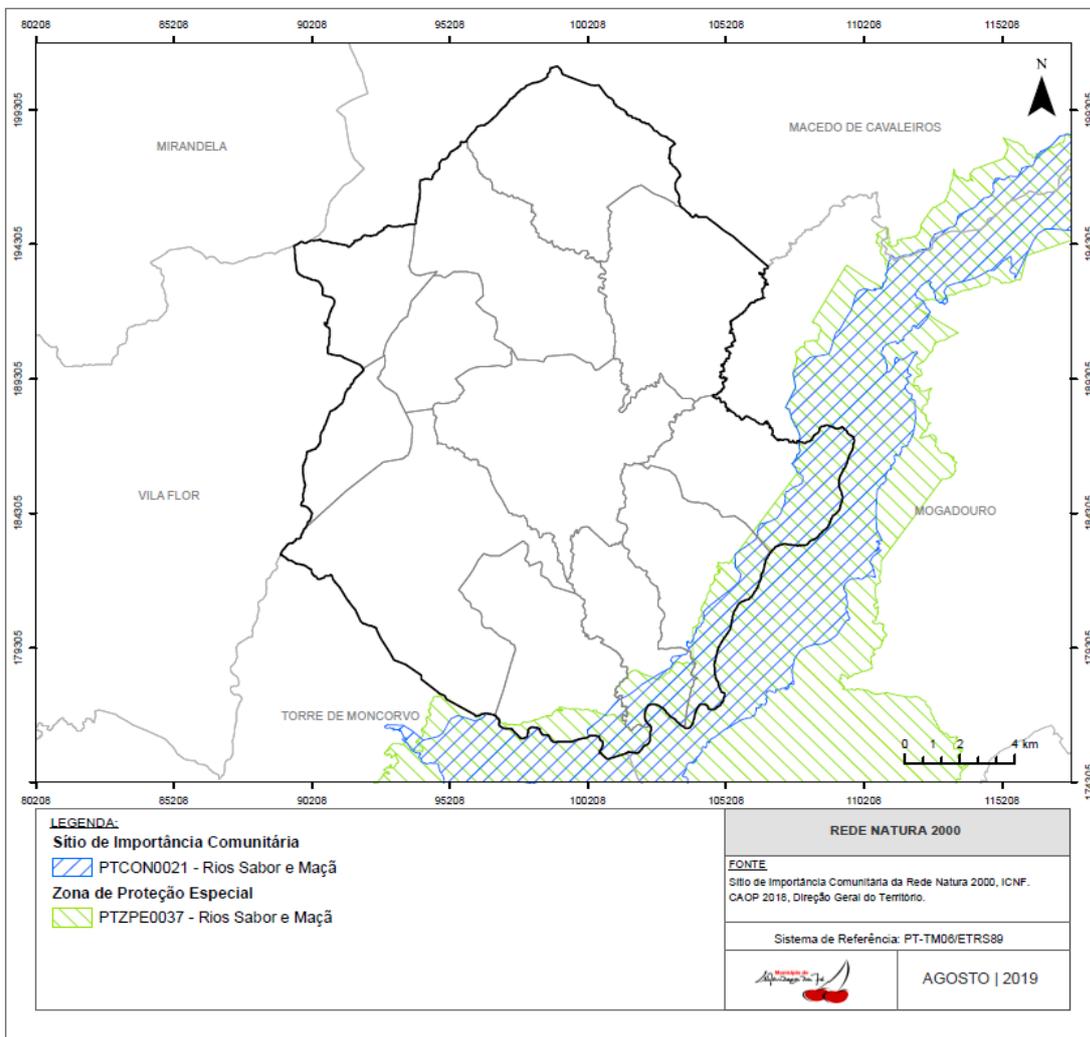
### III1 REDE NATURA 2000

Um dos objetivos do PSRN2000 é o de “fornecer a tipologia das restrições ao uso do solo, tendo em conta a distribuição dos habitats a proteger” (n.º 3 do Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008). Além disso, determina a “transposição dos limites de Sítios e ZPE, para a respetiva escala de elaboração, devendo esse polígono ser vertido para a planta de condicionantes” (alínea a) do n.º 7.3 do Anexo I da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008). Assim, será localizada a área do concelho de Alfândega da Fé classificada ao abrigo da RN2000, e os respetivos habitats a proteger.

A RN2000 no concelho de Alfândega da Fé abrange cerca de 7% do concelho e é composta por (ver mapa 3):

- Zona de Proteção Especial (ZPE) PTZPE0037 Rios Sabor e Maçãs, classificada pelo DL n.º 384-B/99, de 23 de setembro;
- Sítio da lista nacional PTCO0021 Rios Sabor e Maçãs, classificado pela RCM n.º 142/97, de 28 de agosto.

mapa 3 – Rede Natura 2000 no concelho de Alfândega da Fé



Importa em primeiro lugar compreender qual a ocupação atual do solo nas áreas abrangidas pela RN2000. Para isso efetuou-se uma análise comparativa entre a Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2015 (COS2015) e a cartografia da RN2000 no concelho de Alfândega da Fé, a qual permitiu verificar a seguinte distribuição de usos do solo:

quadro 3 – Uso do solo no concelho de Alfândega da Fé abrangido pela RN2000

NÍVEL 5 DA COS 2015	SÍTIO		ZPE		
	ÁREA [HA]	%	ÁREA [HA]	%	
1.1.1.00.0	Tecido urbano contínuo	0	0,0	0,25	0,01
1.2.2.00.0	Rede viária e espaços associados	10,88	0,5	9,85	0,4
1.4.2.03.0	Outros equipamentos culturais e outros e zonas históricas	1,49	0,1	1,49	0,1
2.1.0.00.0	Culturas temporárias de sequeiro e de regadio	47,46	2,3	80,45	3,1
2.2.1.00.0	Vinhas	0	0,0	2,95	0,1
2.2.2.00.0	Pomares	74,43	3,5	76,69	3,0
2.2.3.00.0	Olivais	312,43	14,8	431,51	16,9

NÍVEL 5 DA COS 2015	SÍTIO		ZPE		
	ÁREA [HA]	%	ÁREA [HA]	%	
2.4.2.01.1	Sistemas culturais e parcelares complexos	3,03	0,1	3,75	0,1
3.1.1.00.1	Florestas de sobreiro	124,92	5,9	124,21	4,9
3.1.1.00.3	Florestas de outros carvalhos	38,91	1,8	51,92	2,0
3.1.1.00.7	Florestas de outras folhosas	4,28	0,2	4,28	0,2
3.1.2.00.1	Florestas de pinheiro bravo	300,61	14,3	377,9	14,8
3.1.2.00.3	Florestas de outras resinosas	84,97	4,0	125,87	4,9
3.2.1.01.1	Vegetação herbácea natural	29,25	1,4	31,2	1,2
3.2.2.00.0	Matos	688,91	32,7	865,8	33,8
5.1.2.00.0	Planos de água	385,33	18,3	372,78	14,6
	Total	2.106,90	100	2.558,94	100

Da análise apresentada no quadro anterior, relativamente à ocupação do solo da área abrangida por RN2000, importa começar por referir que a COS 2015 teve por base imagens aéreas datadas de 2015, pelo que nesse ano a albufeira abrangida ainda se encontrava em processo de enchimento, tendo apenas entrado em funcionamento no ano 2016. Assim, a análise efetuada tendo em conta a COS 2015 apresenta discrepâncias relativamente à ocupação do território atual, uma vez que o plano de água atualmente apresenta maior importância.

No que diz respeito aos territórios artificializados abrangidos pela RN2000, estes correspondem essencialmente ao IC5 e ao local para onde foi deslocado o Santuário de Santo Antão (dado que a localização original coincide com a área ocupada pela albufeira). Assim, estas áreas já foram alvo de apreciação por parte das entidades competentes e consequentemente validadas pela tutela da ZPE/ SIC.

Por sua vez, importa destacar as áreas de matos, os planos de água, os olivais e as florestas de pinheiro bravo por apresentarem uma maior representatividade no território abrangido por RN2000. Sendo que no concelho de Alfândega da Fé predominam, entre outros, os olivais, verifica-se que nesta área esta cultura detém também elevada representatividade.

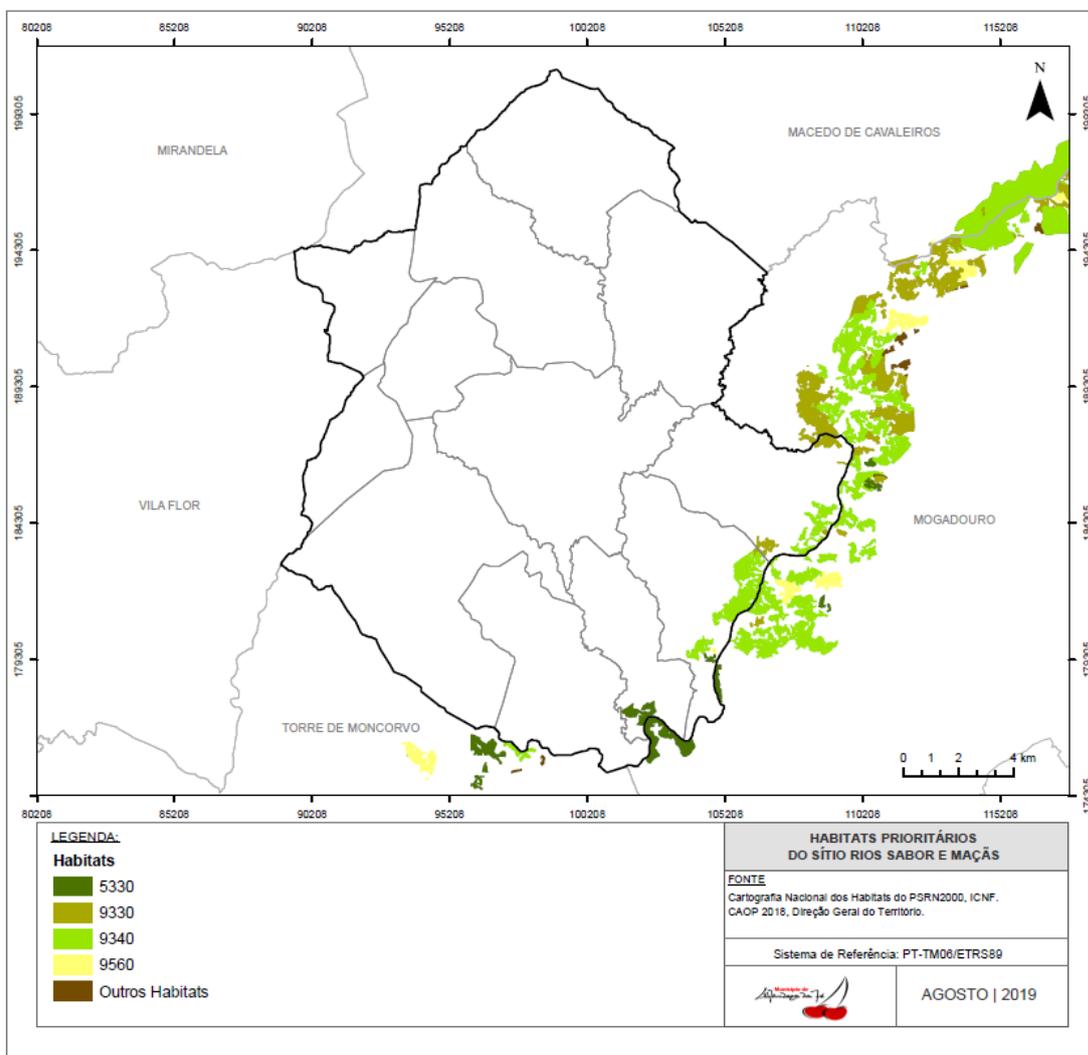
No decorrer dos anos, observou-se um crescimento da representatividade das culturas temporárias de sequeiro, florestas de folhosas e resinosas e dos matos, enquanto a ocupação de pomares decresceu e olival manteve-se relativamente estável (note-se que os parâmetros de classificação podem ter algumas diferenças no decorrer dos anos, nomeadamente entre o caso analisado nos Estudos de Caracterização e Diagnóstico de 2009 e a análise atual).

Considere-se de seguida as orientações de gestão apresentadas pelo PSRN2000, segundo as duas áreas classificadas. No Sítio da lista nacional Rio Sabor e Maçãs, os habitats presentes no concelho de Alfândega da Fé, segundo a cartografia de base da RN2000, são os que se listam de seguida, estando as respetivas orientações de gestão constantes no quadro 4:

- 9560 - Florestas endémicas de *Juniperus spp.* (habitat prioritário);
- 5330 - Matos termomediterrânicos pré-desérticos;
- 9330 - Florestas de *Quercus suber* (Sobreiro, Sobro);

- 9340 - Florestas de *Quercus ilex* (Azinheira) e *Quercus rotundifolia* (Azinheira-de-bolota-doce, Sardoeira).

mapa 4 – Habitats prioritários do Sítio da RN2000 Rios Sabor e Maça



quadro 4 – Orientações de gestão dos habitats presentes no Sítio Rios Sabor e Maça coincidentes com o concelho de Alfândega da Fé

CÓDIGO	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO	HABITATS AFERIDOS PELA ORIENTAÇÃO DE GESTÃO
44	Promover áreas de matagal mediterrânico	Todos menos 5330
47	Impedir introdução de espécies não autóctones/controlar existentes	9330, 9340
48	Promover a regeneração natural	Todos menos 5330
50	Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação	Todos menos 5330
51b	Adotar práticas silvícolas específicas	Todos
58a	Adotar práticas de pastoreio específicas	5330
59	Salvaguardar de pastoreio	Todos menos 5330
62	Promover a recuperação dos zimbrais	9560

CÓDIGO	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO	HABITATS AFERIDOS PELA ORIENTAÇÃO DE GESTÃO
63	Reduzir risco de incêndio	Todos
64	Efetuar gestão por fogo controlado	5330
65	Condicionar a florestação	Todos menos 9560
66	Tomar medidas que impeçam a florestação	9560
70	Efetuar desmatações seletivas	5330
76	Condicionar expansão urbano-turística	Todos
83	Ordenar acessibilidades	9330, 9340
84	Condicionar o acesso	9560
100	Condicionar expansão do uso agrícola	Todos
116	Condicionar mobilização do solo	5330
130	Condicionar ou tomar medidas que impeçam o corte e a colheita de espécies	9560
134	Condicionar a construção de infraestruturas	Todos menos 9560
137	Definir zonas de proteção para a espécie/habitat	Todos menos 5330

Relativamente à ZPE Rios Sabor e Maçãs, as orientações de gestão indicadas pelo PSRN2000 são as apresentadas no quadro 5, consoante o uso do solo. Contudo, segundo o sítio da Internet da cartografia on-line do PSRN2000<sup>1</sup>, as orientações de gestão a aplicar no concelho de Alfândega da Fé são aquelas com os seguintes códigos: 123; 43 e 44; 58; 39 (e 103<sup>2</sup>); 41; 118; 26.

*quadro 5 – Orientações de gestão para a ZPE Rios Sabor e Maçã*

USO DO SOLO	CÓDIGO	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO
	49	Assegurar mosaico de habitats
	63	Reduzir risco de incêndio
	58	Manter práticas de pastoreio extensivo
AGRICULTURA E PASTORÍCIA	50	Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação
	123	Manter olival tradicional existente
	128	Conservar/ promover sebes, bosquetes e arbustos
SILVICULTURA	63	Reduzir risco de incêndio
	48	Promover regeneração natural
	40	Conservar/recuperar povoamentos florestais autóctones
	44	Promover áreas de matagal mediterrâneo
	129	Promover a manutenção de prados húmidos
	47	Impedir a introdução de espécies não autóctones/ controlar as existentes
	41	Conservar/recuperar vegetação ribeirinha autóctone
	43	Conservar/recuperar vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo
50	Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação	
CONSTRUÇÃO E INFRA - ESTRUTURAS	134	Condicionar a construção de infraestruturas
	4	Reduzir mortalidade acidental associada a linhas de transporte de energia
	26	Restringir construção de barragens em zonas sensíveis

<sup>1</sup> <http://www2.icnf.pt/portal/pn/biodiversidade/rn2000/resource/doc/zpe-cont/sabormacas>

<sup>2</sup> "Condicionar pesca ou apanha por artes ou métodos que revolvam o fundo" – Orientação de gestão com o código n.º 103.

USO DO SOLO	CÓDIGO	ORIENTAÇÕES DE GESTÃO
OUTROS USOS E ACTIVIDADES	83	Ordenar acessibilidades
	77	Ordenar atividades de recreio e lazer
	72	Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie
	30	Condicionar intervenções nas margens e leito de linhas de água
	39	Condicionar pesca
	50	Incrementar sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação
	35	Manter/melhorar qualidade da água
ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS	118	Preservar os maciços rochosos e habitats rupícolas associados
	12	Promover alimentação artificial
	84	Condicionar o acesso

Todas as orientações de gestão indicadas pelo PSRN2000 (quadros anteriores) devem ser devidamente enquadradas na proposta de ordenamento a apresentar nas seguintes fases do processo de revisão do PDM de Alfândega da Fé, a fim de tornar sustentável o desenvolvimento económico e social do concelho a par da proteção e valorização dos recursos naturais nele existentes.

## III2 .RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL E RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

O PDM em vigor delimitou a RAN e a REN de acordo com os diplomas legais vigentes à data de ratificação do mesmo, respetivamente o Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março; e o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, e a Portaria n.º 1356/2008, de 28 de novembro.

Segundo estes diplomas legais, entende-se por RAN o “conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola” (n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março). No que respeita à REN, é definida como “uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial” (n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto).

De seguida encontram-se identificadas as áreas de RAN e de REN existentes no concelho de Alfândega da Fé.

quadro 6 – Contabilização das áreas de RAN e REN no concelho de Alfândega da Fé

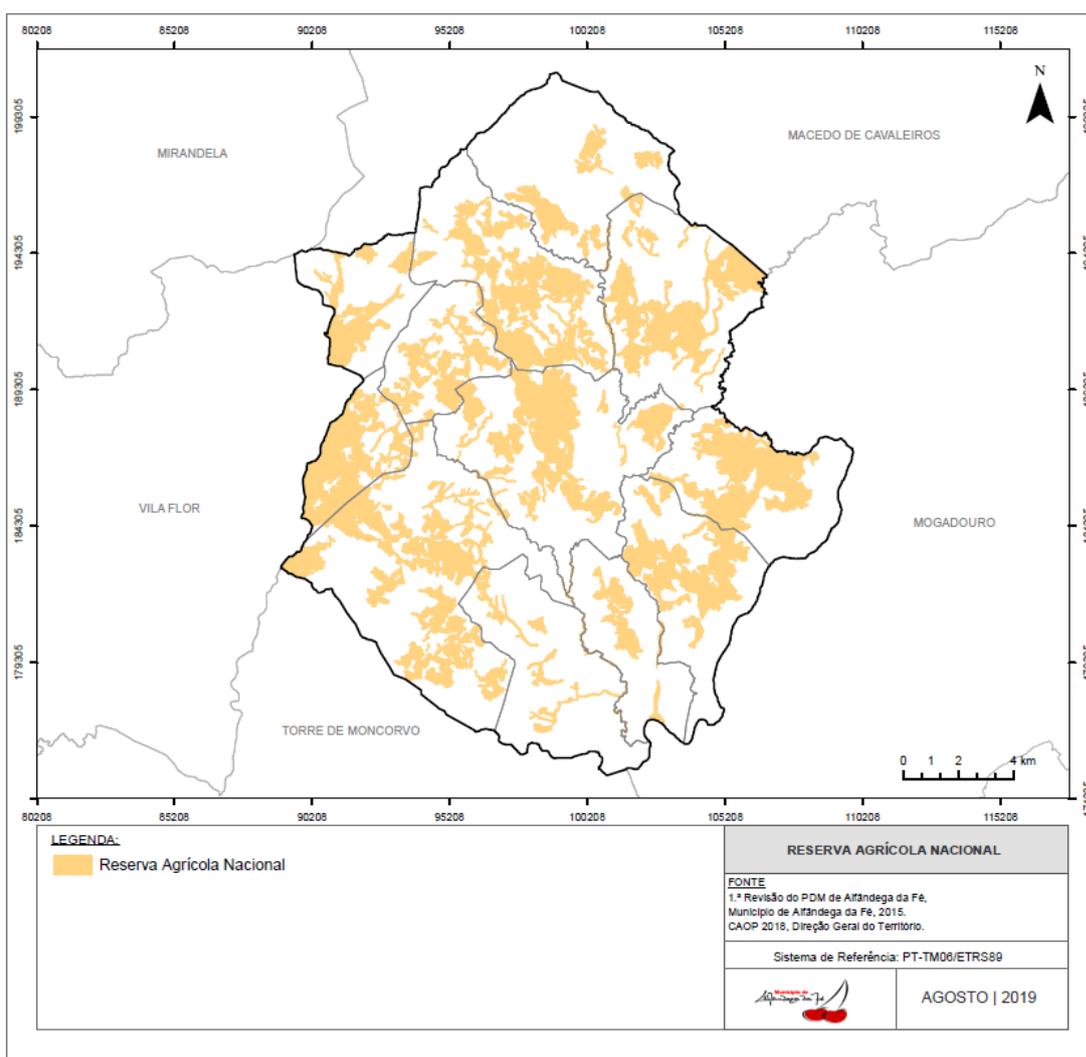
	ÁREA (HA)	% DO TOTAL CONCELHIO
RAN	8923	32,0
REN	20375	63,0
Sobreposição de RAN e REN	3111	9,7 <sup>3</sup>
Área total de reservas nacionais	29298	90,9

<sup>3</sup> Este valor corresponde a 34,9% do total de área de RAN e a 15,3% do total de área de REN.

## III21 .RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

A RAN em vigor no concelho de Alfândega da Fé foi publicada na Carta de Condicionantes da Revisão do PDM de Alfândega da Fé, em 2015 e é a constante no mapa 5, onde se pode verificar que as respetivas áreas afetadas correspondem a 32% do concelho (8923 ha), verificando-se que esta se distribui ao longo do território concelhio. De destacar as áreas com declives mais suaves, com proximidade às linhas de água, onde se encontram os solos com maior aptidão agrícola.

mapa 5 – Áreas afetadas à Reserva Agrícola Nacional no concelho de Alfândega da Fé



O Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro, aprovou o novo regime jurídico da RAN (RJAN). Neste diploma está expresso que “as áreas da RAN devem ser afetadas à atividade agrícola e são áreas non aedificandi, numa ótica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural” (n.º 1 do artigo 20.º do RJAN). São, portanto, integradas em RAN as áreas com aptidão agrícola elevada ou muito elevada e, na ausência de classificação face ao nível de aptidão agrícola dos solos, são incluídas (n.º 2 do art. 8º do RJAN):

- “As áreas com solos das classes de capacidade de uso A, B e Ch<sup>4</sup> (...);
- As áreas com unidades de solos classificados como baixas aluvionares e coluviais;
- As áreas em que as classes e unidades referidas nas alíneas a) e b) estejam maioritariamente representadas, quando em complexo com outras classes e unidades de solo”.

De acordo com o n.º 3 do artigo 8.º do RJRAN, são igualmente integradas na RAN as áreas beneficiadas por obras de aproveitamento hidroagrícola que não se encontrem inseridas em solo urbano identificado nos planos territoriais de âmbito municipal ou intermunicipal. Podem ainda ser integradas as terras e solos de outras classes quando:

- Tenham sido submetidas a importantes investimentos destinados a aumentar com carácter duradouro a capacidade produtiva dos solos ou a promover a sua sustentabilidade;
- O aproveitamento seja determinante para a viabilidade económica de explorações agrícolas existentes;
- Detenha interesse estratégico, pedogenético ou patrimonial.

Estas áreas são reservadas ao uso agrícola, ficando interditas “todas as ações que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da atividade agrícola” (artigo 21º do RJRAN), designadamente:

- “Operações de loteamento e obras de urbanização, construção ou ampliação, com exceção das utilizações previstas no artigo seguinte;
- Lançamento ou depósito de resíduos radioativos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar e deteriorar as características do solo;
- Aplicação de volumes excessivos de lamas nos termos da legislação aplicável, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes;
- Intervenções ou utilizações que provoquem a degradação do solo, nomeadamente erosão, compactação, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade, poluição e outros efeitos perniciosos;
- Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos;
- Deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos”.

Contudo, fica em aberto a possibilidade de ocorrerem utilizações não agrícolas em áreas afetas à RAN “quando, cumulativamente, não causem graves prejuízos para os objetivos a que se refere o artigo 4.º e não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental

---

<sup>4</sup> Os solos classificam-se em: classe A – capacidade de uso muito elevada, com poucas ou nenhuma limitações, sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros, suscetíveis de utilização intensiva ou de outras utilizações; classe B – capacidade de uso elevada, limitações moderadas, riscos de erosão moderados, suscetíveis de utilização agrícola moderadamente intensiva e de outras utilizações; subclasse Ch – apresentam excesso de água ou uma drenagem pobre, que constitui o principal fator limitante da sua utilização ou condicionador dos riscos a que o solo está sujeito em resultado de uma permeabilidade lenta, de um nível freático elevado ou da frequência de inundações (ver alíneas a), b) e d) do n.º 2 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 73/2009)

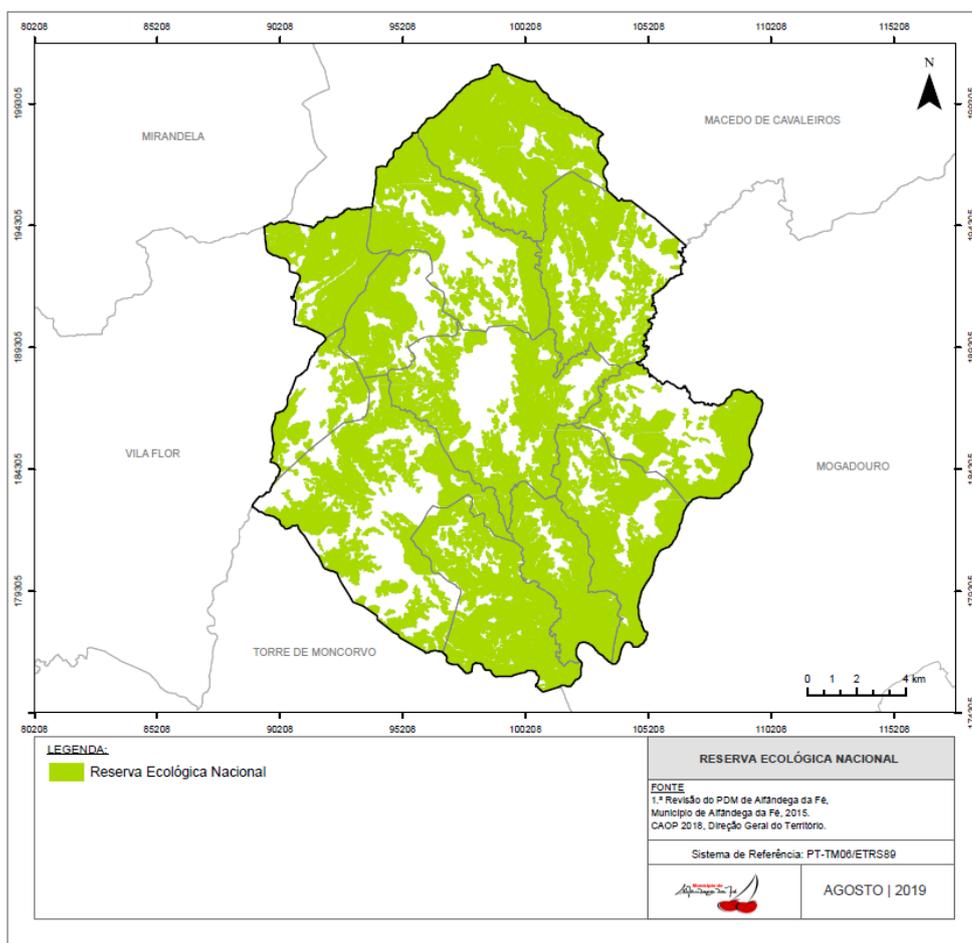
e cultural, devendo localizar-se, preferencialmente, nas terras e solos classificados como de menor aptidão” (n.º 1 do artigo 22.º do RJRAN).

Refira-se ainda que as áreas incluídas em perímetros urbanos identificados em PMOT não integram a RAN, segundo o artigo 10º do RJRAN.

## III22 .RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

A delimitação da REN do concelho de Alfândega da Fé foi aprovada pela Portaria n.º 156/2015, de 28 de maio, em Diário da República, I série, n.º 103, de 28 de maio de 2015. Conforme se pode verificar no mapa 6, a REN vigente no concelho de Alfândega da Fé ocupa grande parte do concelho, cerca de 20375 ha, o que corresponde a cerca de 63% do total concelhio.

mapa 6 – Áreas afetadas à Reserva Ecológica Nacional no concelho de Alfândega da Fé



A delimitação da REN de Alfândega da Fé foi realizada à luz do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março. Atualmente a legislação vigente sobre o regime jurídico da REN é o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 63-B/2008, de 21 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, n.º 96/2013 de 19 de julho, n.º 80/2015, de 14 de maio e n.º 124/2019, de 28 de agosto). De acordo com este diploma legal, os Municípios terão de realizar as revisões das REN no prazo de cinco anos, até lá a

correspondência das áreas definidas no Decreto -Lei n.º 93/90, de 19 de março, com as novas categorias das áreas integradas na REN é identificada no anexo IV. As áreas a integrar na REN do concelho de Alfândega da Fé correspondem às seguintes tipologias:

*quadro 7 – Tipologias das áreas a integrar na REN no concelho de Alfândega da Fé*

ÁREAS INTEGRADAS EM REN	TIPOLOGIAS
Áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre	Cursos de água e respetivos leitos e margens;
	Lagoas e lagos e respetivos leitos, margens e faixas de proteção;
	Albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção;
Áreas de prevenção de riscos naturais	Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos.”
	Zonas ameaçadas pelas cheias;
	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo;

Fonte: Anexo IV do Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.

O RJREN lista ainda os “*usos e as ações de iniciativa pública ou privada*” *interditos nas áreas afetas à REN, designadamente* (n.º 1 do artigo 20.º do RJREN):

- *“Operações de loteamento;*
- *Obras de urbanização, construção e ampliação;*
- *Vias de comunicação;*
- *Escavações e aterros;*
- *Destruição do revestimento vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações culturais de aproveitamento agrícola do solo e das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais e de ações extraordinárias de proteção fitossanitária previstas em legislação específica”.*

Desta listagem de usos e ações excetuam-se aqueles que “*sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais*” (n.º 2 do artigo 20.º do RJREN). Incluídas nesta exceção encontram-se as operações de loteamento, desde que as áreas abrangidas por REN “*não sejam destinadas a usos ou ações incompatíveis com objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais*” (n.º 1 do artigo 26.º do RJREN). Assim, ao contrário do estipulado legalmente para a RAN, as áreas de REN podem ocorrer dentro de perímetros urbanos identificados em PMOT, desde que assumam usos compatíveis com os seus objetivos.

No concelho de Alfândega da Fé cada um dos sistemas de REN apresentava as seguintes áreas:

*quadro 8 – Áreas dos sistemas de REN no concelho de Alfândega da Fé*

TIPOLOGIA DA REN	ÁREA REN (HA)
Áreas com risco de erosão	16617
Áreas de máxima infiltração	455
Albufeiras	958
Faixas de proteção a albufeiras	686
Zonas ameaçadas por cheias	90

TIPOLOGIA DA REN	ÁREA REN (HA)
Cabeceiras de linhas de água	4654
Leito de cursos de água	2
Total (de REN no concelho)	20375

Fonte: Memória descritiva da proposta de delimitação da REN do concelho de Alfândega da Fé, 2013.

## III3 .OUTROS RECURSOS NATURAIS

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública a analisar ao longo do presente subcapítulo referem-se exclusivamente a recursos naturais existentes no concelho de Alfândega da Fé, nomeadamente os apresentados no quadro 9, seguindo-se a respetiva análise consoante o tipo de servidão.

*quadro 9 – Servidões administrativas e restrições de utilidade pública de outros recursos naturais no concelho de Alfândega da Fé*

TIPO DE SERVIDÃO	ELEMENTO	LEGISLAÇÃO DE BASE	RESTRIÇÃO AO USO DO SOLO
Domínio Público Hídrico	Leito e margem de cursos de água	Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual	A margem das águas não navegáveis nem fluviáveis com uma largura de 10 metros
	Zona inundáveis	Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual	Estende-se desde o limite da margem até à linha alcançada pela maior cheia, com período de retorno de 100 anos, ou de uma faixa de 100 metros para cada lado da linha da margem do curso de água quando se desconheça aquele limite
Albufeiras de águas públicas	Zona terrestre de proteção	Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, na sua redação atual	Largura de 500m, como regra geral, com a possibilidade de a mesma ser ajustada para uma largura máxima de 1000m nos casos em que seja elaborado um PEOT
	Zona reservada	Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, na sua redação atual	Largura de 100m dentro da zona terrestre de proteção
	Zona de proteção e de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira	Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, na sua redação atual	Plano de água
Recursos geológicos	Águas de Nascente	Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março e Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março (na sua redação atual)	Perímetro de proteção à captação de águas minerais naturais – zona alargada de proteção
	Massas e depósitos minerais	Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março e Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro (na sua redação atual)	Zonas de defesa segundo os elementos a proteger
Recursos florestais	Regime florestal (total, parcial ou especial)	Decreto de 24 de dezembro de 1901 (publicado no Diário do Governo n.º 296, de 31 de	Criação, exploração e conservação da riqueza silvícola e revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública.

TIPO DE SERVIDÃO	ELEMENTO	LEGISLAÇÃO DE BASE	RESTRIÇÃO AO USO DO SOLO
		dezembro)	
	Povoamentos de sobreiros ou azinheiras	Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua redação atual	Salvaguarda dos povoamentos (inibição de alteração de uso do solo por 25 anos em áreas ocupadas por povoamentos que tenham sofrido conversões)
	Arvoredo de interesse público	Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro	Proibição de intervenções que possam destruir ou danificar o arvoredo de interesse público
	Espaços florestais percorridos por incêndios	Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na sua redação atual	Proibição de alteração, revisão ou suspensão das disposições dos PMOT num período de 10 anos
	Áreas de risco de incêndio alto e muito alto	Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual	Não é permitida a construção de novos edifícios nas áreas classificadas com perigosidade alta e muito alta de incêndio rural.

## III31 DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO

A Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual, estabelece a titularidade dos recursos hídricos, compreendendo as águas e “*os respetivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas*” (n.º 1 do artigo 1º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro).

São particulares, sujeitos a servidões administrativas (n.º1 do artigo 12.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual):

- a) “*Os leitos e margens de águas do mar e de águas navegáveis e fluviáveis que forem objeto de desafetação e ulterior alinação, ou que tenham sido, ou venham a ser, reconhecidos como privados por força de direitos adquiridos anteriormente, ao abrigo de disposições expressas desta lei, presumindo-se públicos em todos os demais casos;*”
- b) “*As margens das albufeiras públicas de serviço público, com exceção das parcelas que tenham sido objeto de expropriação ou que pertençam ao Estado por qualquer outra via*”.

Caso o leito e margem das águas públicas não navegáveis e não fluviáveis se localizem em prédios particulares, os mesmos constituem servidões administrativas.

Nestas áreas “*não é permitida a execução de quaisquer obras permanentes ou temporárias sem autorização da entidade a quem couber a jurisdição sobre a utilização das águas públicas correspondentes*” (n.º 2 do artigo 21º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual).

No quadro 9, foram ainda referidas as zonas inundáveis que constituem “*a área contígua à margem que como tal seja classificada por se encontrar ameaçada (...) pelas cheias*” (n.º 1 do artigo 24º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual). As zonas inundáveis devem também ser ponderadas no âmbito das restrições ao uso do solo, uma vez que foram consideradas no atual PDM de Alfândega da Fé. Estas zonas “mantêm-se sobre

propriedade privada ainda que sujeitas a restrições de utilidade pública” (n.º 3 do artigo 24.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual).

## III32 .ALBUFEIRAS DE ÁGUAS PÚBLICAS

O Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, na sua redação atual, estabelece regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas, sendo aplicável “a) às albufeiras de águas públicas de serviço público, (...) decorrentes da construção de uma infraestrutura hidráulica, bem como aos respetivos leitos, às margens e aos terrenos circundantes, numa faixa que corresponde à zona terrestre de proteção; b) às lagoas ou lagos de águas públicas (...), bem como aos respetivos leitos, às margens e aos terrenos circundantes, numa faixa que corresponde à zona terrestre de proteção” (n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio).

Apesar de a Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio, classificar a Albufeira de Alfândega da Fé/ Esteveíinha e a Albufeira de Salgueiro como Albufeiras Protegidas de Águas Públicas de Serviço Público, o Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, aplica-se a todas as “albufeiras que resultam do armazenamento de águas públicas e que têm como fins principais o abastecimento público, a rega ou a produção de energia” (alínea c) do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio). O PDM em vigor considerava já as albufeiras reclassificadas pela Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio e pela Portaria n.º 91/2010, de 11 de fevereiro que classifica a albufeira do Baixo Sabor (escalão de montante) como “Protegida”, além de que propunha a classificação da Albufeira de Camba para “Protegida”.

Compilam-se de seguida as atividades interditas e condicionadas em cada faixa de proteção da albufeira.

quadro 10 – Atividades interditas e condicionadas nas zonas de proteção de albufeiras de água pública

ARTIGOS/ TEMAS	ACTIVIDADES INTERDITAS	ACTIVIDADES CONDICIONADAS
Albufeiras (artigo 17º e artigo 18º)	a) A realização de atividades subaquáticas recreativas; [Exceção: (...) sempre que a albufeira apresente características compatíveis com a sua realização (...) e desde que tais atividades se integrem em programas organizados para o efeito (...) (n.º 2)]	
	b) A execução de operações urbanísticas e de atividades agrícolas nas ilhas existentes no plano de água;	
	c) A execução, nas áreas internáveis <sup>5</sup> , de obras de estabilização e consolidação, bem como a realização de atividades agrícolas; [Exceção: (...) nos casos em que seja comprovado (...) que tais obras são imprescindíveis para assegurar a segurança de pessoas ou bens ou a segurança da barragem (n.º 3)]	
	d) O abeberamento do gado, nas albufeiras de utilização protegida;	1 – (...) a pesca com recurso a engodo, no âmbito de concursos, competições ou provas de pesca desportiva, está sujeita a autorização da ARH (...).
	e) A caça, incluindo nas ilhas existentes no plano de água, até à aprovação de plano de gestão cinegética (...);	2 – (...) são ainda condicionadas (...):
	f) A instalação ou ampliação de estabelecimentos de aquicultura;	a) A navegação de recreio está condicionada ao cumprimento do disposto no Regulamento da Navegação em Albufeiras (...);
	g) A extração de inertes, salvo quando realizada nos termos e condições definidos na Lei da Água e no regime jurídico de utilização dos recursos hídricos;	b) A atividade marítimo-turística está condicionada ao cumprimento do disposto no Regulamento da Atividade Marítimo-Turística (...);
	h) O estacionamento de embarcações com abandono das mesmas (...);	c) O exercício da pesca está condicionado ao disposto na Lei da pesca nas águas interiores (...).
	i) A prática de pára-quedismo rebocado por embarcações ou outras formas de reboque;	
	j) A rejeição de efluentes de qualquer natureza, mesmo quando tratados; [Exceção: (...) nos casos em que não haja qualquer alternativa técnica viável (n.º 4)]	
	l) A deposição, o abandono, o depósito ou o lançamento de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos;	
	m) A introdução de espécies não indígenas da fauna e da flora, em incumprimento da legislação em vigor;	
	n) A prática balnear, incluindo banhos ou natação, nas zonas de proteção às captações de água;	
	o) A lavagem e o abandono de embarcações;	
p) A circulação de embarcações de recreio motorizadas nas zonas balneares.		
(...)		

<sup>5</sup> “a faixa do leito da albufeira situada entre o nível de pleno armazenamento e o nível do plano de água em determinado momento” (alínea d) do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 107/2009 de 15 de maio, na sua redação atual)

<p>Zona terrestre de proteção (artigo 19º e artigo 20º)</p>	<p>2 – (...) são interditas as atividades elencadas no n.º 3 do artigo 20.º da Lei da Água:</p> <p>a) O estabelecimento de indústrias que produzam ou usem produtos químicos tóxicos ou com elevados teores de fósforo ou de azoto;</p> <p>b) A instalação de explorações pecuárias intensivas, incluindo as avícolas;</p> <p>c) O armazenamento de pesticidas e de adubos orgânicos ou químicos;</p> <p>d) O emprego de pesticidas, a não ser em casos justificados e condicionados às zonas a tratar e quanto à natureza, características e doses dos produtos a usar;</p> <p>e) O emprego de adubos químicos azotados ou fosfatados, nos casos que impliquem risco de contaminação de água destinada ao abastecimento de populações e de eutrofização da albufeira;</p> <p>f) O lançamento de excedentes de pesticidas ou de caldas pesticidas e de águas de lavagem com uso de detergentes;</p> <p>g) A descarga ou infiltração no terreno de esgotos de qualquer natureza não devidamente tratados e, mesmo tratados, quando excedam determinados valores fixados nos instrumentos de planeamento de recursos hídricos dos teores de fósforo, azoto, carbono, mercúrio e outros metais pesados;</p> <p>h) A instalação de aterros sanitários que se destinem a resíduos urbanos ou industriais.]</p> <hr/> <p>a) A deposição, o abandono ou o depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos fora dos locais para tal destinados;</p> <p>b) A rejeição de efluentes de qualquer natureza, mesmo quando tratados, nas linhas de água afluentes ao plano de água; [Exceção: (...) nos casos em que não haja qualquer alternativa técnica viável (n.º 4)]</p> <hr/> <p>c) A prática de campismo ou caravanismo fora dos locais previstos para esse fim;</p> <hr/> <p>d) A realização de acampamentos ocasionais; [Exceção: (...) quando autorizada nos termos e condições previstos na alínea h) do n.º 1 do artigo 20º (n.º 5)]</p> <hr/> <p>e) A prática de atividades passíveis de conduzir ao aumento da erosão, ao transporte de material sólido para o meio hídrico ou que induzam alterações ao relevo existente (...); [Exceção: a prática das atividades permitidas ou autorizadas nos termos do n.º 4 do artigo 20º (n.º 6)]</p> <hr/> <p>f) A introdução de espécies não indígenas da fauna e da flora, em incumprimento da legislação em vigor;</p> <hr/> <p>g) O encerramento ou bloqueio dos acessos públicos ao plano de água;</p> <hr/> <p>h) A instalação de estabelecimentos industriais que, nos termos do regime do exercício da atividade industrial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de outubro, sejam considerados de tipo 1;</p> <hr/> <p>i) A instalação ou ampliação de aterros destinados a resíduos perigosos, não perigosos ou inertes;</p> <hr/> <p>j) A caça, em terrenos não ordenados;</p> <hr/> <p>l) A prática de atividades desportivas que possam constituir uma ameaça aos objetivos de proteção dos recursos hídricos, que provoquem poluição ou que deteriorem os valores naturais, e que envolvam designadamente veículos todo-o-terreno, motocross, moto-quadro, karting e atividades similares.</p>	<p>1 – (...) estão sujeitas a parecer prévio vinculativo da ARH (...):</p> <p>a) A instalação, alteração ou ampliação de qualquer tipo de empreendimentos turísticos (...);</p> <p>b) A instalação ou ampliação de campos de golfe, quando não sujeitos a avaliação de impacte ambiental;</p> <p>c) A instalação ou alteração de estabelecimentos industriais, com exceção dos estabelecimentos referidos na alínea a) do n.º 3 do artigo 20º da Lei da Água e na alínea h) do n.º 3 do artigo 19º do presente DL;</p> <p>d) A instalação, alteração ou ampliação de explorações ou instalações pecuárias, com exceção das explorações ou instalações referidas na alínea b) do n.º 3 do artigo 20º da Lei da Água;</p> <p>e) A instalação, alteração ou reconversão de parques industriais ou de áreas de localização empresarial;</p> <p>f) A realização de quaisquer operações urbanísticas, operações de loteamento e obras de demolição;</p> <p>g) A realização de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de massas minerais;</p> <p>h) A realização de acampamentos ocasionais, sempre que esta atividade se realize ao abrigo de programas organizados para esse efeito.</p> <p>2 - São aplicáveis ao parecer referido no número anterior, quando respeite a operações urbanísticas, os artigos 13º a 13º -B do regime jurídico da urbanização e edificação (...).</p> <p>4 - As atividades florestais a realizar (...) que impliquem significativas mobilizações do solo, que representem riscos para o meio hídrico ou que possam conduzir ao aumento da erosão ou ao transporte de material sólido para o meio hídrico estão sujeitas a autorização da (...) AFN, que deve ser precedida de parecer prévio favorável da ARH (...).</p> <p>6 - As atividades agrícolas a realizar (...) não podem implicar significativas mobilizações do solo, representar riscos para o meio hídrico, ou conduzir ao aumento da erosão ou ao transporte de material sólido para o meio hídrico.</p>
---	--	--

Zona reservada (artigo 21º e artigo 22º)	1 - (...) para além das interdições constantes dos n.º 2 e 3 do artigo 19º, são ainda interditas, com exceção das obras que venham a ser autorizadas nos termos do artigo 22º:	1 – (...) para além das atividades condicionadas referidas no artigo 20º, estão ainda sujeitas a autorização da ARH (...):
	a) As operações de loteamento e obras de urbanização;	a) Obras de construção ou montagem de infraestruturas de apoio à utilização da albufeira de águas públicas;
	b) As obras de construção;	b) Obras de estabilização e consolidação das margens;
	c) As obras de ampliação;	c) A instalação de florestas de produção, cujo regime de exploração seja passível de conduzir ao aumento de erosão e ao transporte de material sólido para o meio hídrico;
	d) A instalação ou ampliação de estabelecimentos de aquicultura;	d) A realização de aterros ou escavações, resultantes da prática agrícola ou florestal, nos casos em que estas atividades não estejam previstas em plano de gestão florestal (PGF) que tenha sido objeto de parecer favorável da ARH.
	e) A realização de aterros ou escavações;	2 — Quando os aterros e escavações referidos na alínea d) do número anterior se encontrem previstos em PGF que tenha sido objeto de parecer favorável da ARH, as referidas atividades ficam isentas de qualquer tipo de autorização ou licenciamento no âmbito do presente Decreto-Lei.
	f) A instalação de vedações com exceção daquelas que constituam a única alternativa viável à proteção e segurança de pessoas e bens, sem prejuízo do dever de garantia de acesso à albufeira e circulação em torno da mesma;	3 — Independentemente da sua previsão em PGF ou da sua autorização pela ARH, os aterros e escavações resultantes da prática agrícola ou florestal devem obrigatoriamente aproximar-se das curvas de nível, não podendo ser constituídos depósitos de terras soltas em áreas declivosas e devendo existir dispositivos que evitem o arraste de terras ou solo.
	g) A pernoita e o estacionamento de gado e a construção de sistemas de abeberamento, mesmo que amovíveis;	
	h) A abertura de novas vias de comunicação ou de acesso ou a ampliação das vias existentes sobre as margens;	
	i) As atividades de prospeção, pesquisa e exploração de massas minerais;	
	j) A instalação ou ampliação de campos de golfe;	
	l) A aplicação de fertilizantes orgânicos no solo, nomeadamente efluentes pecuários e lamas;	
	m) O abandono de embarcações nas margens.	

Considere-se ainda a “Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira” que corresponde à “faixa delimitada a montante da barragem, no plano de água, definida com o objetivo de salvaguardar a integridade da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira e garantir a segurança de pessoas e bens” (alínea z) do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio) e a “Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira” que integra a “faixa delimitada a jusante da barragem, na zona terrestre de proteção, definida com o objetivo de salvaguardar a integridade da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira e garantir a segurança de pessoas e bens” (alínea aa) do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio). Para estas zonas estabeleceram-se algumas atividades como interditas (quadro 11).

*quadro 11 – Atividades interditas nas zonas de proteção e zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira.*

ARTIGOS/ TEMAS	ACTIVIDADES INTERDITAS
Zona de proteção da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira (artigo 23º)	a) A prática banhear, incluindo banhos ou natação; b) A pesca; c) A realização de competições desportivas ou de atividades ou desportos náuticos, tais como remo, vela, prancha à vela, windsurf, canoagem, mota de água ou jet-ski; d) A navegação de qualquer tipo de embarcações, com exceção de embarcações destinadas à fiscalização, à manutenção ou a operações de emergência.
Zona de respeito da barragem e dos órgãos de segurança e de utilização da albufeira (artigo 24º)	É interdita a edificação, com exceção das obras que forem necessárias ao funcionamento da infraestrutura hidráulica.

## III33 .RECURSOS GEOLÓGICOS

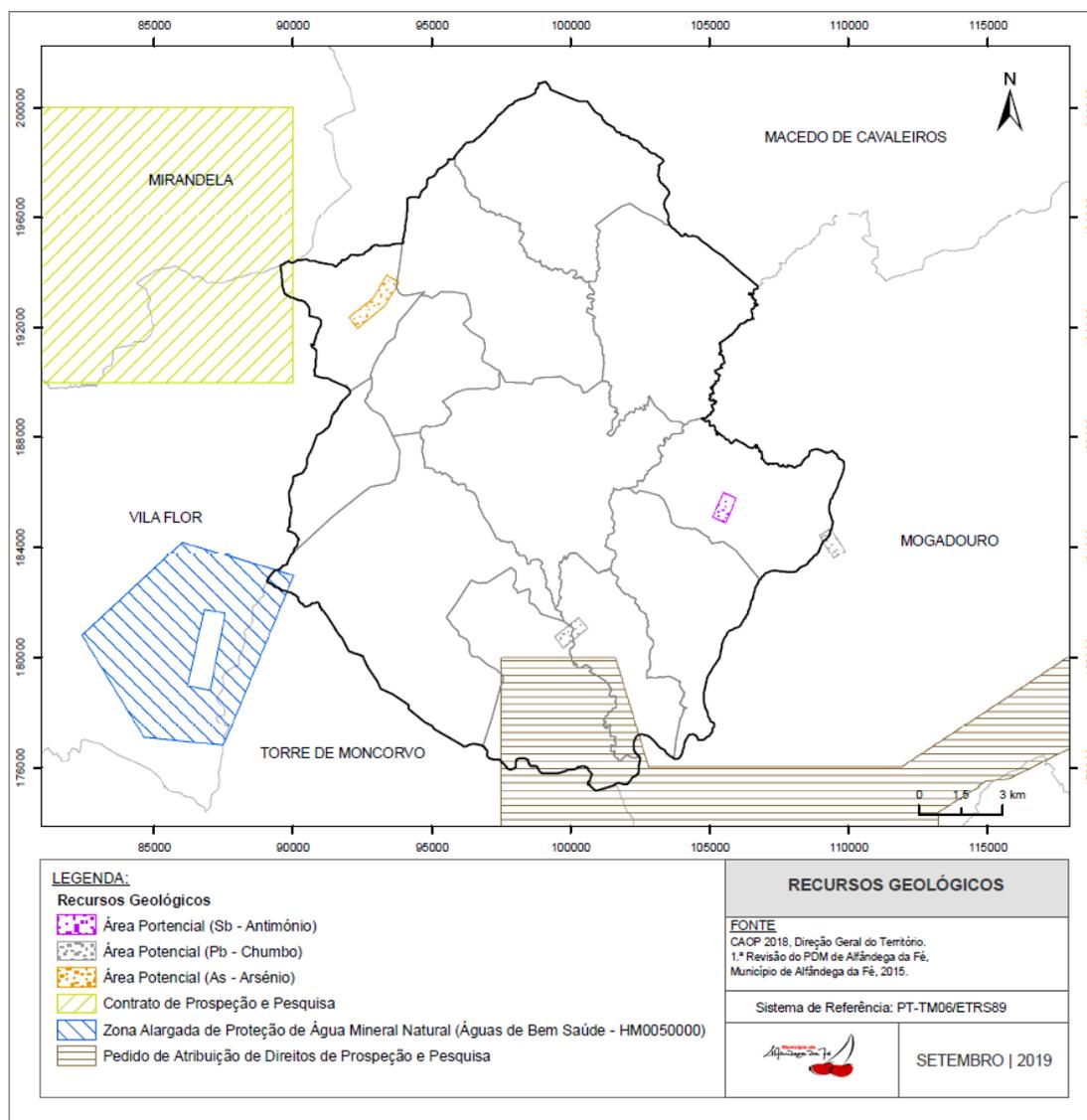
Existem na área do concelho algumas ocorrências minerais que devem ser consideradas em PDM como de potencial exploração, uma vez que correspondem a minas conhecidas e cuja exploração cessou há mais de 30 anos: Cabecinho do Prado (freguesia de Vilar Chão) de antimónio (Sb), de Vale das Cervas (freguesia de Vilares de Vilarça) de arsénio (As) e de Covas (entre as freguesias de Sendim da Serra e de Cerejais) de chumbo (Pb).

Nesse sentido, estes espaços de recursos geológicos devem ser registados como “áreas potenciais”, sendo os depósitos minerais respetivos caracterizados no capítulo seguinte. Considerando-se que não constituem uma servidão para integrar a Planta de Condicionantes, deverá deixar-se em aberto, na Planta de Ordenamento e regulamento de PDM, a possibilidade de exploração, tratando-se de uma mais-valia para o município.

Uma pequena área da freguesia de Vilares de Vilarça (mapa 7) é abrangida por um contrato de prospeção e pesquisa para cobre (Cu), chumbo (Pb), zinco (Zn), ouro (Au) e prata (Ag). O território subjacente a este contrato insere-se maioritariamente nos concelhos de Mirandela e Vila Flor. Para além disso, uma parte da União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra, e da freguesia de Cerejais, encontra-se abrangida por um pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa para tungsténio (W), estanho (Sn), ouro (Au) e outros depósitos minerais.

Caso estas áreas potenciais passem a ser exploradas, apresenta-se necessário definir-se uma zona de defesa. Estas zonas correspondem a áreas onde fica vedada a exploração de massas minerais, em terrenos que circundem “edifícios, vias, instalações públicas, monumentos e outros imóveis classificados ou em vias de classificação, bem como nas respetivas zonas de proteção, ocorrências naturais relevantes e locais classificados de interesse científico ou paisagístico, dentro dos limites definidos no regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais” (artigo n.º 45, da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho). Estas zonas de defesa devem ter em consideração as larguras fixadas por portaria de cativação e, na falta destas, estabelecidas segundo o Anexo II do Decreto-Lei n.º 270/2001, de 6 de outubro, na redação do Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de outubro.

*mapa 7 – Recursos geológicos do concelho de Alfândega da Fé*



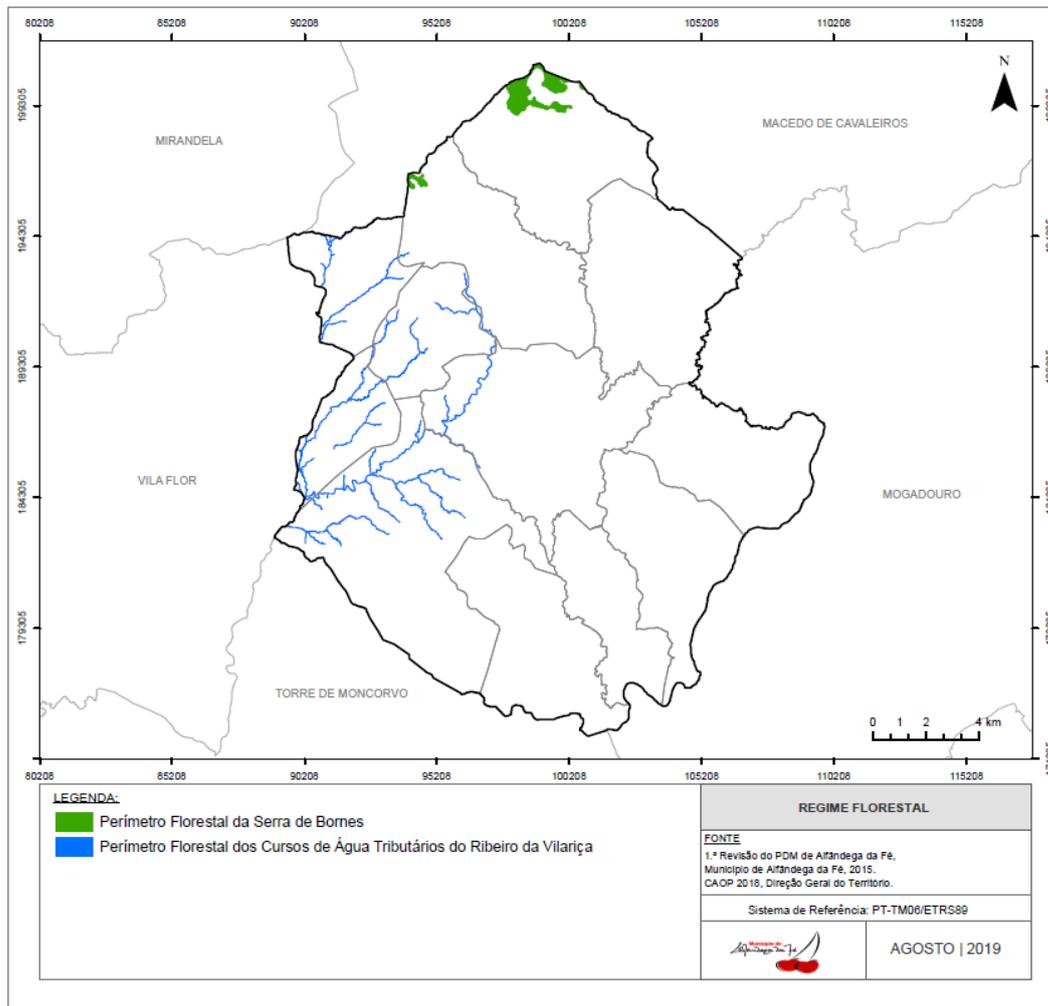
No âmbito de recursos hidrominerais, há a registar uma pequena parte da freguesia de Eucísia abrangida por uma zona alargada de proteção de água mineral natural (Águas de Bem Saúde), a qual se desenvolve maioritariamente nos concelhos de Vila Flor e Torre de Moncorvo (mapa 7).

## III34 .RECURSOS FLORESTAIS

### III341 .REGIME FLORESTAL

Os terrenos submetidos a Regime Florestal apresentam restrições ao uso do solo, sendo que este “*compreende o conjunto de disposições destinadas a assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias, no litoral marítimo*” (Decreto de 24 de dezembro de 1901). No concelho de Alfândega da Fé, estão submetidas a Regime Florestal Parcial (mapa 8) as áreas incluídas no Perímetro Florestal da Serra de Bornes (Deliberação do ICNF, n.º 717/2017, de 27 de julho), que abrange a União das freguesias de Gebelim e Soeima e a freguesia de Sambade, numa área de aproximadamente 201ha. Para além disso, observa-se que os cursos de água tributários do Ribeiro da Vilarça, encontram-se também submetidos a regime florestal (de acordo com o Decreto-Lei n.º 41845, de 9 de setembro) (note-se que a informação disponibilizada pelo ICNF não tem em consideração este perímetro florestal).

mapa 8 – Áreas afetadas a Regime Florestal



### III342 .POVOAMENTOS DE SOBREIROS E AZINHEIRAS

Nos povoamentos de sobreiros, de azinheiras e/ou mistos não são permitidas as seguintes atividades:

- Conversões, exceto nas condições descritas no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua redação atual;
- Corte ou arranque sem autorização, exceto nas condições descritas no n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua redação atual.

Para além destas ações, “ficam vedadas por um período de 25 anos quaisquer alterações do uso do solo em áreas ocupadas por povoamentos de sobreiros ou azinheira e que tenham sofrido conversões devido a (artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, na sua redação atual):

- a) “Terem sido percorridas por incêndio (...);
- b) Terem sido realizados cortes ou arranques não autorizados;

- c) *Ter ocorrido anormal mortalidade ou depreciação do arvoredado em consequência de ações ou intervenções por qualquer forma prejudiciais que determinaram a degradação das condições vegetativas ou sanitárias do povoamento”.*

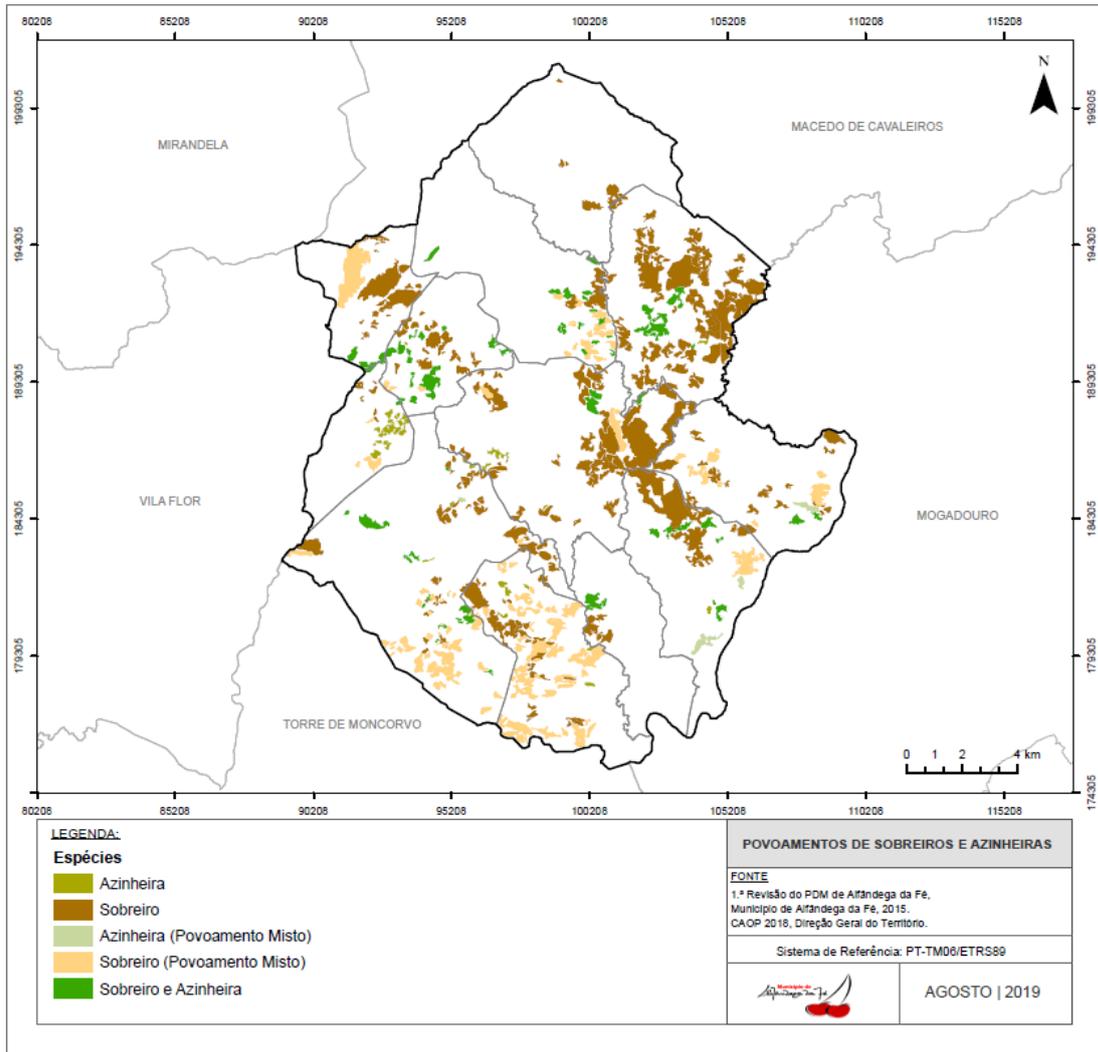
Esta servidão também se aplica ao referido no artigo 1.º-A do Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, decretando que “o disposto no presente diploma quanto a povoamentos aplica-se igualmente às formações vegetais com área igual ou inferior a 0,50 ha e, no caso de estruturas lineares, àquelas que tenham área superior a 0,50 ha e largura igual ou inferior a 20 m, onde se verifique a presença de sobreiros ou azinheiras associados ou não entre si ou com outras espécies, cuja densidade satisfaça os valores mínimos definidos na alínea q) do artigo 1.º, desde que revelem valor ecológico elevado, avaliado de acordo com parâmetros aprovados pela Direção-Geral dos Recursos Florestais”.

Por sua vez o azevinho, sendo já poucos os locais onde é possível encontrá-lo de forma espontânea, constitui uma espécie a proteger. O enquadramento legal da proteção desta espécie é dado pelo Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de dezembro, que proíbe, em todo o território do continente, o arranque, corte total ou parcial, o transporte e a venda do azevinho espontâneo (*Ilex Aquifolium*), exceto quando é indispensável à realização de obras públicas ou privadas de interesse geral, sendo estas ações fiscalizadas e autorizadas pela entidade competente (artigo 1.º).

Estas restrições ao uso do solo advêm da importância económica e ambiental destas espécies, nomeadamente (1) pelo papel decisivo na prevenção da degradação dos solos, (2) pela conservação da biodiversidade, uma vez que constitui um agro-sistema que sustenta várias espécies de arbustos mediterrâneos, aves de rapina (algumas ameaçadas) e espécies cinegéticas, (3) pelo importante valor socioeconómico, constituindo uma indústria que, além de não criar resíduos e ser energeticamente eficiente, cria empregos e alimenta um setor onde Portugal é líder mundial, (4) pela elevada adaptabilidade a solos secos e degradados e (5) pela resistência excepcional ao fogo, com capacidade para se regenerar vegetativamente após uma ocorrência (Relatório SIG, 2009, pp. 6-7).

Considere-se o mapa seguinte onde estão localizados os povoamentos de sobreiro, de azinheira e os povoamentos mistos destas espécies ao longo do território concelhio.

mapa 9 – Localização dos povoamentos (puros e mistos) de Sobreiro e Azinheira no concelho de Alfândega da Fé



### III343 .ARVOREDO DE INTERESSE PÚBLICO

Entende-se por arvoredo de interesse público “os povoamentos florestais, bosques ou bosquetes e jardins de interesse botânico, histórico, paisagístico ou artístico, bem como os exemplares isolados de espécies vegetais que pela sua representatividade, raridade, porte, idade, historial ou significado cultural possam ser considerados de relevante interesse público, e se recomende a cuidadosa manutenção, gestão e conservação” (n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro).

O concelho de Alfândega da Fé tem uma árvore classificada como de interesse público. Trata-se de um sobreiro (*Quercus suber L.*) considerado “em regular estado de conservação que se destaca ao longe no interior do montado”<sup>6</sup>. Este exemplar encontra-se na freguesia de Alfândega da Fé (Quinta do Zacarias), tem 300 anos, com 24,3m de altura, 3,92m de perímetro de base e uma copa que atinge 20,3m de diâmetro.

<sup>6</sup> <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/ArvoresFicha?Processo=KNJ1/351&Concelho=&Freguesia=&Distrito=>

No n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, é estabelecido que “*são proibidas quaisquer intervenções que possam destruir ou danificar o arvoredo de interesse público, designadamente:*

- a) o corte do tronco, ramos ou raízes;*
- b) a remoção de terras ou outro tipo de escavação, na zona de proteção;*
- c) o depósito de materiais, seja qual for a sua natureza, e a queima de detritos ou outros produtos combustíveis, bem como a utilização de produtos fitotóxicos na zona de proteção;*
- d) qualquer operação que possa causar dano, mutile, deteriore ou prejudique o estado vegetativo dos exemplares classificados”.*

### III344 . POVOAMENTOS FLORESTAIS PERCORRIDOS POR INCÊNDIOS

O Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na sua atual redação, veio estabelecer que “*nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndio, não incluídos em espaços classificados em planos municipais de ordenamento do território como urbanos, urbanizáveis ou industriais, ficam proibidos, pelo prazo de 10 anos (...) a realização de obras de construção de quaisquer edificações, o estabelecimento de quaisquer novas atividades agrícolas, industriais, turísticas ou outras que possam ter impacte ambiental negativo, a substituição de espécies florestais por outras técnicas e ecologicamente desadequadas, o lançamento de águas residuais industriais ou de uso doméstico ou quaisquer outros efluentes líquidos poluentes e o campismo fora de locais destinados a esse fim*” (n.º 1 do artigo 1.º).

Para além do disposto, ficam também proibidas nestas áreas, pelo período de 10 anos, a realização de operações de loteamento, obras de urbanização e obras de reconstrução ou ampliação das edificações existentes.

Em concordância com o Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndio, não podem ser revistas ou alteradas as disposições dos planos municipais de ordenamento do território, bem como elaborar-se novos instrumentos de planeamento territorial de modo a permitir-se a sua ocupação urbanística, igualmente durante o prazo de 10 anos (o presente prazo tem início na data de ocorrência do incêndio).

Contudo, estas disposições podem ser levantadas por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelas áreas do ambiente e do ordenamento do território e da agricultura, a requerimento dos interessados ou da respetiva Câmara Municipal, desde que seja apresentado no prazo máximo de um ano.

Na carta de condicionantes do PDM de Alfândega da Fé, serão identificadas as áreas percorridas por incêndios rurais, ao longo dos últimos 10 anos. Refira-se ainda que a presente servidão fica desatualizada anualmente, graças às novas áreas ardidas, bem como pelo levantamento da restrição imposta quando ultrapassados os 10 anos.

## III341 . ÁREAS DE RISCO DE INCÊNDIO ALTO E MUITO ALTO

O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, prevendo o “conjunto de medidas e ações de articulação institucional, de planeamento e de intervenção relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, nas vertentes da compatibilização de instrumentos de ordenamento, de sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal, silvicultura, infraestruturação, vigilância deteção. Combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e fiscalização, a levar a cabo pelas entidades públicas com competências na defesa da floresta contra incêndios e entidades privadas com intervenção no setor florestal” (n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual).

Em concordância com o disposto no n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, “a classificação e qualificação do solo definidas no âmbito dos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares devem considerar a cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI a integrar, obrigatoriamente, na planta de condicionantes dos planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território”. Assim, em perímetros que não correspondam a áreas consolidadas, a construção de novos edifícios não é permitida, sempre que essas áreas coincidam com “áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida no PMDFCI como de alta e muito alta perigosidade (n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual).

No n.º3 do mesmo artigo é referido que a ampliação de edifícios ou a construção de novos edifícios fora de áreas consolidadas, apenas são permitidas em áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural se apresentarem uma classe muito baixa, baixa ou média e têm de cumprir, cumulativamente os condicionalismos seguintes: “a) garantir, na sua implantação no terreno, a distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50m, quando confinantes com terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais, ou a dimensão definida no PMDFCI respetivo, quando inseridas ou confinantes com outras ocupações (...); b) adotar medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos; c) existência de parecer favorável da CMDF” (n.º do artigo supracitado).

## CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA

### IV1 .GEOLOGIA

---

#### INTRODUÇÃO

O concelho de Alfândega da Fé está abrangido pelas folhas 11-A (Vila Flor), 11-B (Mogadouro), 11-C (Torre de Moncorvo) e 11-D (Carviçais) da Carta Geológica de Portugal à escala 1:50.000, dos Serviços Geológicos de Portugal. Destas, apenas as folhas 11-B e 11-C estão editadas e apenas a folha 11-C tem notícia explicativa publicada (Silva et al., 1989). Assim, grande parte do concelho (abrangido pela folha 11-A) não possui cartografia geológica de pormenor e não existe informação de suporte à cartografia relativa ao setor oriental do concelho (folha 11-B). A escalas menos detalhadas, os documentos de índole geológica mais importantes são a Folha 2 da Carta Geológica de Portugal à escala 1:200.000, a Folha Norte das Carta Geológica e Carta Mineira de Portugal à escala 1:500.000 e a Carta Neotectónica de Portugal à escala 1:1.000.000.

#### IV11 .ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO

Em termos geológicos, o concelho de Alfândega da Fé situa-se no Maciço Ibérico (MI), o qual representa a maior parte do setor ocidental da Península Ibérica. Esta unidade é constituída por rochas precâmblicas e principalmente paleozóicas, deformadas, metamorfizadas e intruídas por diferentes tipos de granitóides anteriormente ao Pérmico. O MI é o afloramento mais ocidental do Orógeno Varisco Europeu, que se estende desde a Península Ibérica até à Boémia (Polónia-Checoslováquia), por cerca de 3.000 km de extensão e numa largura entre 700 e 900 km. Esta cadeia hercínica apresenta uma grande curvatura na parte sudoeste da Europa, conhecida como Arco Ibero-Armoricano. Nalguns setores, o Orógeno Varisco encontra-se coberto por bacias sedimentares ou plataformas marinhas e foi também deformado pela orogenia alpina, com maior incidência em setores como os Alpes, a Cordilheira Bética e os Pirenéus.

O MI corresponde ao soco herdado da orogenia Varisca. Esta colisão tectónica, responsável pela sua edificação, iniciou-se no Devónico Médio e prolongou-se até ao Pérmico, com todas as implicações inerentes: deformação, metamorfismo e magmatismo orogénico. Com efeito, a orogenia Hercínica foi longa e complexa, num processo de convergência que levou à colisão do Bloco Autóctone Ibérico com outras massas continentais, provocando deformação, metamorfismo e plutonismo. Importantes estudos sobre a geologia regional identificaram uma sucessão de fases principais, que levaram a uma sobreposição de efeitos estruturais, como dobras, microdobras, cavalgamentos, xistosidade e lineações, seguidas de outras deformações menos importantes. As forças compressivas envolvidas tiveram três principais momentos de paroxismo, correspondentes às três fases de deformação hercínica, cujos efeitos estão, em geral, registados quer nas rochas contemporâneas quer nas mais antigas.

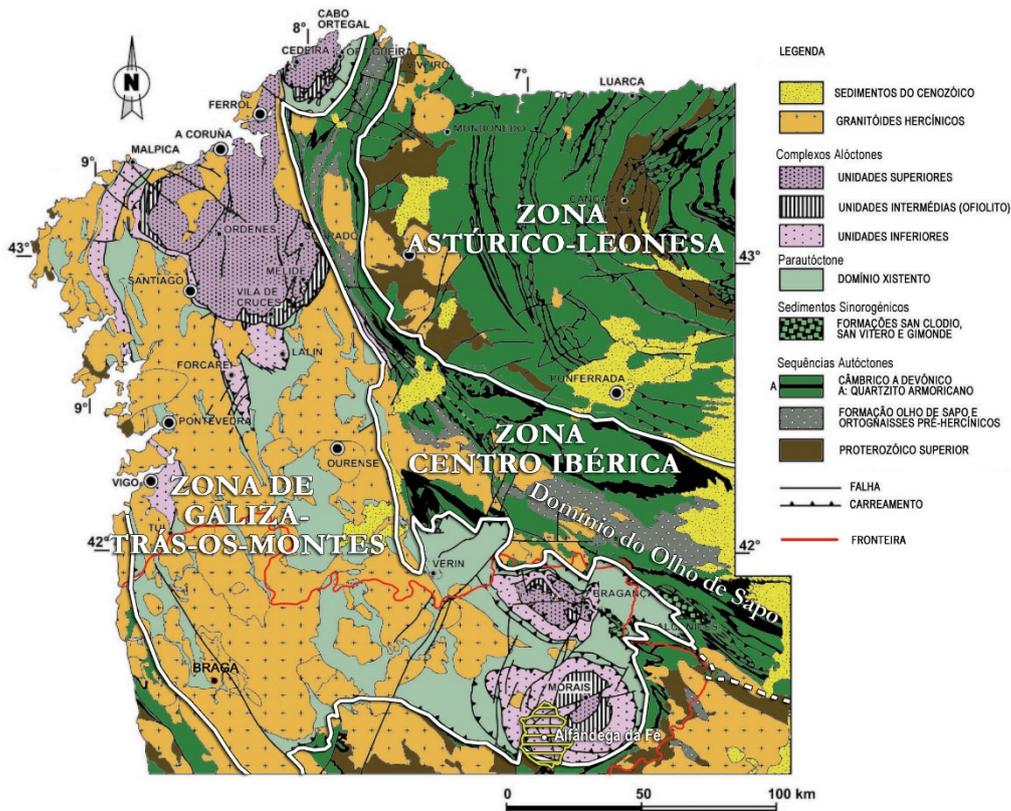
Vários autores têm proposto divisões do MI em zonas com características estratigráficas, estruturais, de metamorfismo e de magmatismo diferentes. Estas zonas representam blocos continentais, gerados em diferentes

condições geotectónicas, os quais foram suturados durante a Orogenia Varisca, formando o MI. O concelho de Alfândega da Fé situa-se numa das mais complexas áreas geológicas do noroeste Peninsular (figura 1). Engloba unidades autóctones da Zona Centro Ibérica, unidades paraúctones e alóctones da Zona Galiza-Trás-os-Montes e intrusões graníticas variscas.

Na Zona Centro-Ibérica os autores espanhóis distinguem dois domínios principais, o Domínio Olho de Sapo na parte Norte e o Complexo Xisto-Grauváquico na parte meridional (Martínez-Catalán et al., 2004). O primeiro caracteriza-se pela presença de extensos afloramentos de gnaisses glandulares, de granitóides sintectónicos e áreas com elevado grau de metamorfismo. O segundo pela existência de xistos e grauvaques ante-ordovícicos, de granitóides tarditectónicos e pelo baixo grau de metamorfismo.

A Zona de Galiza-Trás-os-Montes, no noroeste da península, é constituída por uma escama alóctone cavalgada sobre a Zona Centro-Ibérica. A presença de unidades ofiolíticas, de fragmentos de margem continental passiva e de arco vulcânico, testemunha a dinâmica de placas e a evolução estrutural da Orogenia Varisca. Inclui dois domínios sobrepostos, o Domínio Xistento (Parautóctone) na parte inferior e os Complexos Alóctones da Galiza-Trás-os-Montes na parte superior (figura 1).

figura 1 – Enquadramento geológico do concelho de Alfândega da Fé no NW da Península Ibérica



Na região dominam as rochas do maciço máfico/ultramáfico de Morais e a complexa imbricação de mantos de carreamento, instalados durante a primeira fase da Orogenia Varisca. O Maciço de Morais é um dos cinco complexos polimetamórficos do noroeste Peninsular, ocupando grande parte do concelho (figura 1). Destacam-se

ainda a sequência paleozóica subautóctone envolvente do Maciço de Morais, com predomínio de xistos do Silúrico, a sequência paleozóica autóctone, composta por xistos e quartzitos do Ordovícico, e rochas graníticas variscas.

Nos finais da orogenia Hercínica, no Carbonífero Superior, o Maciço Hespérico foi afetado por uma densa rede de fraturas, no decurso de dois importantes episódios enquadrados no modelo de fracturação tardi-hercínica proposto por Ribeiro et al. (1979). Os Terrenos tornaram-se mais rígidos e foram afetados por uma tectónica de fratura, de orientação preferencial NNE-SSW, NE-SW e N-S, que assinala uma fase de deformação, também conhecida como tardi-hercínica ou tardi-varisca. As zonas de fragilidade tardi-hercínicas, estruturas profundas e extensas, de escala quilométrica, foram reativadas em episódios tectónicos posteriores, relacionados com a deformação alpina (Cabral, 1995). Na região transmontana, este aspeto é assinalado por falhas com orientação N10-20E, das quais a mais importante é a falha Bragança-Vilariça-Manteigas (BVM), que controla a morfologia atual e à qual estão associados fenómenos de termalismo. Este acidente tectónico ocorre no concelho de Alfândega da Fé, nomeadamente no seu setor ocidental (Vilares da Vilariça-Vilarelhos), controlando a morfologia local.

## IV12 .LITOLOGIAS NO CONCELHO DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O mapa 10 apresenta a geologia simplificada do concelho de Alfândega da Fé, baseada na Carta Geológica de Portugal na escala 1:200.000, editada no ano 2000. As Unidades Autóctones e Subautóctones inserem-se na Zona Centro Ibérica, enquanto o Complexo Alóctone Intermédio e o Complexo Alóctone Inferior se enquadram na Zona Galiza-Trás-os-Montes. A descrição das litologias assenta na notícia explicativa da mesma carta, publicada recentemente (Pereira, 2006).

### IV121 .UNIDADES METASSEDIMENTARES AUTÓCTONES E SUB-AUTÓCTONES

#### DE – FORMAÇÃO DE DESEJOSA – COMPLEXO XISTO-GRAUVÁQUICO (NEOPROTEROZÓICO-CÂMBRICO)

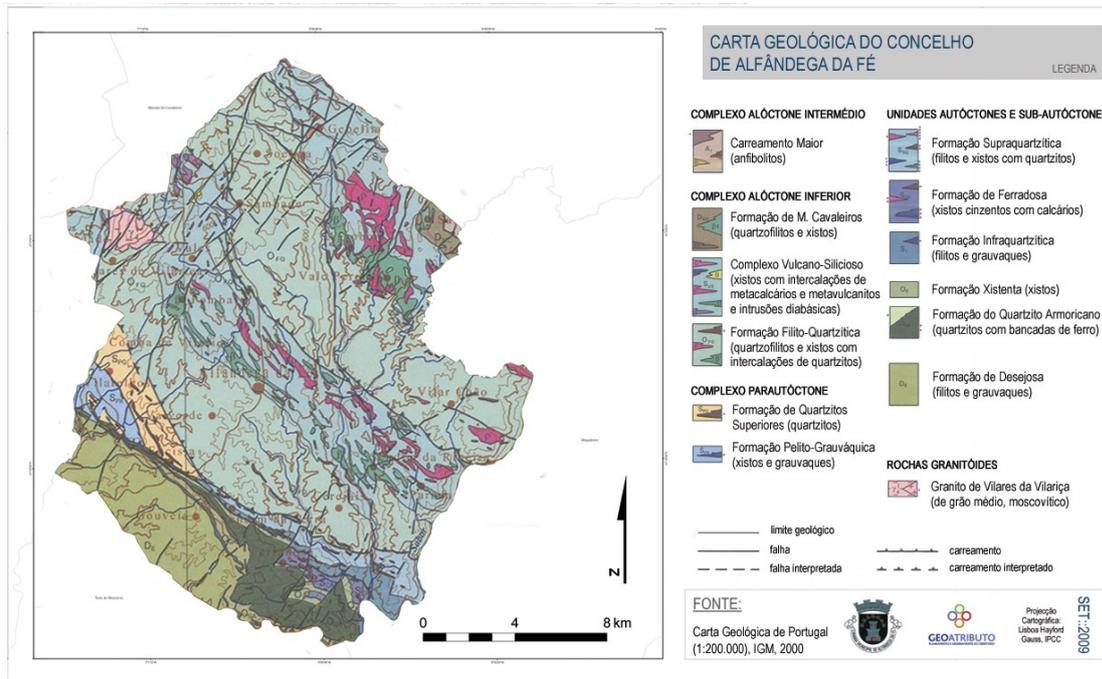
Esta formação é caracterizada por alternâncias milimétricas a centimétricas de xistos cinzentos-escuros e finos leitões, normalmente milimétricos, de metassiltitos claros que conferem à unidade um aspeto listrado. Localmente, intercalam-se grupos de bancadas de metagrauvaques e de metaconglomerados intraformacionais. A espessura da unidade é de cerca de 300 metros, mas próximo do topo da formação, na região de Moncorvo, esta aumenta de espessura, tendo-se aí encontrado restos fósseis de trilobites.

#### O<sub>QA</sub> – FORMAÇÃO DO QUARTZITO ARMORICANO (ORDOVÍCICO)

No setor de Alfândega da Fé ocorre o membro dos Quartzitos Inferiores da Formação O<sub>QA</sub>. Em regra, são quartzitos de grão grosseiro a médio, matriz filito-arenítica, alternando com xistos argilosos, em bancadas métricas a decimétricas. São igualmente frequentes horizontes de conglomerados de matriz arenítica a envolver clastos sub-

rolados e também quartzo filoniano. Para o topo aumenta a componente argilosa e os quartzitos passam lateralmente a níveis de ferro, os quais são mais frequentes na região de Torre de Moncorvo.

mapa 10 – Carta geológica simplificada do concelho de Alfândega da Fé



Fonte: "Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM de Alfândega da Fé", Câmara Municipal de Alfândega da Fé, GeoAtributo, Lda. (2010)

#### OX – FORMAÇÃO XISTENTA (ORDOVÍCIO)

Trata-se de uma unidade litoestratigráfica muito monótona, com uma total constância litológica em Trás-os-Montes. Consta de xistos cloríticos ou micáceos com intercalações milimétricas a centimétricas de metassiltitos, de filitos cinzentos e negros, com níveis siliciosos muito finos que, nalguns locais, contêm cubos de pirite e nódulos piritosos ou siliciosos. O topo da formação é de granularidade muito fina, não se reconhecendo estruturas primárias, mas que, dependendo da intensidade da deformação tectónica, dá lugar a xistos ardosíferos de baixa qualidade.

#### SI – FORMAÇÃO INFRAQUARTZÍTICA (SILÚRICO)

De acordo com a revisão da cartografia geológica regional recentemente efetuada (Pereira, 2006), a Formação Infraquartzítica (SI) consta essencialmente de uma sequência turbidítica monótona negativa, isto é, na parte superior da série, os grauvaques tornam-se mais espessos e de granularidade crescente. Trata-se de uma alternância de filitos e siltitos cinzentos e esverdeados na base que progressivamente vai dando lugar a bancos decimétricos de grauvaques alternando com filitos cloríticos, na parte superior.

#### SCA – FORMAÇÃO DE FERRADOSA (SILÚRICO)

Corresponde à Formação de Campanhá, na região do Marão. Na região de Alfândega da Fé/ Moncorvo, a SCA é constituída por xistos cinzentos e carbonosos com intercalações de ampelitos, liditos e de níveis de ferro com

carbonatos e níveis fosfatados e calcários negros, na parte superior. As fácies da faixa que se estende de Ferradosa à Quinta das Quebradas, e correspondente prolongamento para NE, têm a particularidade de se encontrarem muito tectonizadas e delaminadas em espessura.

#### SSQ – FORMAÇÃO SUPRAQUARTZÍTICA (SILÚRICO-DEVÓNICO INFERIOR)

Nesta unidade, as litologias mais frequentes são xistos negros carbonosos e xistos finamente laminados silto-filíticos cinzentos com intercalações de liditos ou ftanitos e ampelitos. Nalguns locais identificam-se calcoxitos em leitões muito finos intercalados nos xistos negros. De igual forma, quartzitos e metagrés imaturos são também muito frequentes, ocorrendo em bancadas desmembradas no seio de xistos negros. Na parte Sul do Maciço de Morais, isto é, no setor meridional do concelho de Alfândega da Fé, a SSQ contacta diretamente com o Complexo Alóctone Inferior, sendo que noutros setores de Trás-os-Montes a SSQ contacta com as Unidades Parautóctones.

## IV122 .UNIDADES METASSEDIMENTARES PARAUTÓCTONES

#### SPX – FORMAÇÃO PELITO-GRAUVÁQUICA

Trata-se da unidade mais espessa e de afloramento mais extenso da sucessão parautóctone em Trás-os-Montes. Sendo caracterizada pela diversidade litológica, dominam os filitos, os metagrauvaques e, em menor quantidade, os níveis de metapsamitos imaturos. Estas litologias surgem como intercalações finas, milimétricas, dando à rocha um aspeto finamente listrado. São também comuns bancadas de metagrauvaques e metapsamitos de espessuras métricas intercaladas em conjuntos mais finos, filitosos. No concelho de Alfândega da Fé a SPX ocorre apenas no seu setor ocidental, contactando com a Formação do Quartzito Armoricano.

#### SPQ – FORMAÇÃO DOS QUARTZITOS SUPERIORES

Esta unidade é dominada por litologias quartzíticas que correspondem a bancadas originais de arenitos quártzicos, por vezes microconglomerados, depositados em ambientes litorais pouco profundos, facto evidenciado pela ocorrência de estratificação cruzada de média a grande escala. As rochas originais possuíam elevada maturidade textural e composicional. Os níveis mais puros estão intercalados numa série predominantemente quartzítica, em que a maior ou menor percentagem de materiais mais finos gera rochas quartzíticas xistentas onde, de forma esparsa, se encontram algumas intercalações de níveis filíticos e quartzofilíticos.

## IV123 .COMPLEXO ALÓCTONE INFERIOR

#### OFQ – FORMAÇÃO FILITO-QUARTZÍTICA

Constitui uma sucessão espessa de filitos quartzosos, filitos e quartzofilitos onde se individualizam níveis de quartzitos sericíticos, às vezes espessos. Na parte superior desta sequência ocorrem com frequência metagrauvaques. Intrusões de rochas ácidas porfíricas e escassas intrusões de diabases correspondem, neste nível, às escoadas efusivas características do nível estratigráfico superior, o Complexo Vulcano-Silicioso.

#### SVS – COMPLEXO VULCANO-SILICIOSO

Trata-se de uma sequência sedimentar e vulcânica muito diversificada, constituída, da base para o topo, por xistos verdes cloríticos ou cinzentos sericíticos com intercalações de rochas básicas hiperalcalinas e alcalinas, intrusivas e efusivas. Sucodem-se níveis de tufos riolíticos porfíricos e porfíricos que dão lugar, lateralmente, a metavulcanitos intermédios, tufitos ácidos e liditos. A componente xistosa da unidade assume coloração borra de vinho por alteração da hematite. Na parte superior da unidade ocorrem níveis lenticulares de calcários negros de tipo recifal, calcoxistos e metagrauvaques.

#### DMC – FORMAÇÃO DE MACEDO DE CAVALEIROS

A sucessão litoestratigráfica da Formação DMC compreende, da base para o topo, filitos escuros de tom cinza e violeta, com intercalações de xistos negros e siltitos. Sucodem-se tufitos esverdeados, raras manifestações de vulcanitos ácidos e intercalações de dois níveis de lavas básicas, sendo o inferior lenticular e o superior contínuo e espesso. Sobrepõem-se filitos com laminação milimétrica de siltitos e na parte superior ocorrem quartzofilitos e níveis lenticulares de quartzitos cinzentos imaturos.

## IV124 .COMPLEXO ALÓCTONE INTERMÉDIO (OFIOLÍTICO)

#### AF – ANFIBOLITOS ESPESSOS E COMPLEXO DE DIQUES MUITO DEFORMADO

O Complexo Ofiolítico, muito melhor preservado no Maciço de Morais que no Maciço de Bragança, consta de uma sequência completa de crosta oceânica, constituída, do topo para a base, por: anfibolitos espessos e complexo de diques muito deformado; complexo de diques em gabro (diques inferiores); “flaser-gabros”, anfibolitizados e cumulados máficos; rochas ultramáficas, essencialmente dunitos, harzburgitos e serpentinitos xistificados. No concelho de Alfândega da Fé, do Complexo Ofiolítico ocorre apenas uma pequena mancha de anfibolitos na freguesia de Saldonha, nos limites com os concelhos de Macedo de Cavaleiros e de Mogadouro.

## IV125 .ROCHAS GRANITÓIDES

#### Y41 – GRANITO DE BENLHEVAI-VILARES DA VILARIÇA

Os granitos de Benlhevai e Vilares da Vilarica correspondem a dois pequenos maciços graníticos, que se apresentam deslocados devido ao movimento da falha Bragança-Vilarica-Manteigas (BVM). No concelho de Alfândega da Fé ocorre apenas a mancha de Vilares da Vilarica, constituída por uma fácies granítica predominantemente moscovítica, de grão fino a médio. Trata-se de um granito tardi a pós-tectónico relativamente a D3, possuindo fácies e mineralogia idênticas às dos granitos de duas micas sintectónicos.

## IV13 .DEPÓSITOS MINERAIS

Tendo sido enumerados no capítulo anterior (mapa 7), os depósitos minerais conhecidos no concelho de Alfândega da Fé constituem espaços de recursos geológicos que devem ser considerados como “áreas potenciais” de

exploração: Cabecinho do Prado (freguesia de Vilar Chão) de antimónio (Sb), Vale das Cervas (freguesia de Vilares de Vilarça) de arsénio (As) e de Covas (entre as freguesias de Sendim da Serra e de Cerejais) de chumbo (Pb).

De acordo com parecer do Laboratório Nacional de Energia e Geologia:

O recurso mineral medido de Cabecinho de Prado é de pequena dimensão e consiste em quatro filões quartzosos brechóides, orientados N 60° a 80° W, com pendores 60° N a verticais e possanças entre 0,2 e 0,3 metros em andamentos até 50 metros. Estes filões encontram-se instalados em fraturas, relacionadas com a falha da Vilarça, dentro do Complexo de Filádios quartzosos da Unidade Centro Transmontana. As mineralizações principais consistem em antimonite e ouro. Este recurso esteve concessionado (concessão n.º 210 – Cabecinha do Prado) pela Sociedade Mineira de Santa Baia, Lda., entre 1888 e 1974. A tonelagem “*in situ*” é estimada em 3000 toneladas, contendo antimonite (estibina) e ouro. O período de produção e a tonelagem explorada são desconhecidos;

A ocorrência de tungsténio e arsénio de Vale das Cervas tem uma pequena dimensão e consiste num filão de quartzo, com scheelite e arsenopirite, orientado 25° N e 27° W e com 0,6 metros de possança. Este filão encontra-se em zona de contacto da Formação Filito-quartzítica com o maciço granítico de Benlhevai – Vilares de Vilarça, afetada por ramo de falha da Vilarça. O principal minério é a scheelite e a arsenopirite surge como minério secundário. Esta ocorrência esteve concessionada por Álvaro Augusto Dias (concessão n.º 1419 – Vale das Cervas) entre 1923 e 1974 e não se conhece qualquer exploração realizada ou cálculo de reservas;

A ocorrência de chumbo de Covas, que se desenvolve pelas freguesias de Sendim da Serra e Cerejais, é de pequena dimensão e consiste num filão de quartzo, orientado 55° N e 80° SE e com 0,8 metros de possança, inserido na Formação Filito-quartzítica do Ordovícico Superior. O principal minério é a galena. Esta ocorrência esteve concessionada (concessão n.º 391 – Covas) entre 1905 e 1964 pela Sociedade Mineira de Almofala, Lda. Desconhece-se o período de produção, a tonelagem explorada e a tonelagem “*in situ*”.

## IV2 .MORFOLOGIA

### INTRODUÇÃO

A nível geomorfológico, o concelho de Alfândega da Fé situa-se num setor relativamente acidentado, onde o relevo é um fator determinante de algumas atividades humanas. Nesse sentido, a caracterização morfológica do concelho é importante, sobretudo no âmbito do suporte à definição de áreas condicionadas a algumas dessas atividades. Assim, neste subcapítulo caracteriza-se a estrutura e a morfologia da superfície topográfica do concelho através da análise da altimetria e declives das vertentes. Para além disso, é feito um enquadramento geomorfológico regional, salientando-se as particularidades da morfologia na área do concelho.

### IV21 .ENQUADRAMENTO GEOMORFOLÓGICO

O concelho de Alfândega da Fé localiza-se no nordeste de Portugal, região habitualmente associada a uma área planáltica, prolongamento ocidental da superfície da Meseta Norte (Ribeiro et al., 1987) ou Superfície Fundamental castelhana (Martin-Serrano, 1988). Na verdade, este aplanamento encontra-se bem preservado na região de Miranda do Douro, por volta dos 700 metros de altitude, onde o rio Douro e os seus afluentes da margem portuguesa estão fortemente encaixados. Contudo, o concelho situa-se na transição entre o planalto e as montanhas do nordeste de Portugal, prolongamento para sudoeste da Cordilheira Cantábrica, principal área montanhosa do noroeste da Península Ibérica (mapa 11). Por outro lado, na área do concelho é evidente a influência do encaixe dos principais cursos de água, afluentes do rio Douro, através do desenvolvimento de uma morfologia fluvial que recorta os aplanamentos regionais.

*mapa 11 – Localização do concelho de Alfândega da Fé no contexto das Montanhas Galaico Portuguesas e do planalto da Meseta Norte*



De acordo com estudos de base da geomorfologia transmontana, consideram-se como elementos fundamentais do relevo de Trás-os-Montes oriental (Pereira, 1997, 2004, 2006):

(i) *o planalto* - unidade geomorfológica tradicionalmente reconhecida e referida na região, ocorre em particular no setor mais oriental, a leste do rio Sabor, a altitudes entre os 700 e os 800 metros. Trata-se de um setor bem conservado da superfície fundamental de aplanamento da Meseta Norte, com continuidade para o interior da Península Ibérica;

(ii) *as depressões tectónicas* – os movimentos tectónicos cenozóicos por reactivação de falhas tardi-variscas tiveram um papel importante na evolução geomorfológica regional. Salientam-se os desligamentos esquerdos ao longo de falhas NNE-SSW que constituem os acidentes tectónicos de Verín-Penacova e de Bragança-Vilariça-Manteigas, responsáveis pela abertura de depressões tectónicas, como as de Chaves, Bragança e Vilariça. No concelho de Alfândega da Fé este acidente tectónico controla a morfologia dos seus setores ocidental e Norte, quer pela presença do Vale da Vilariça quer pelo relevo da Serra de Bornes, do tipo “push up”, levantado no contexto do desligamento tectónico;

(iii) *as serras* – os relevos que se erguem algumas centenas de metros acima do planalto marcam o modelado regional e enquadram-se na transição entre as altas montanhas galaico-leonesas e da superfície da Meseta. Algumas destas serras estão relacionadas com movimentos de soerguimento ao longo dos referidos acidentes tectónicos. Outros são relevos residuais de dureza, em quartzitos ou em rochas dos maciços de Bragança e de Morais;

(iv) *os vales fluviais profundos* – em particular no setor oriental de Trás-os-Montes, observa-se um contraste entre os setores relativamente bem conservados da Meseta e aqueles dissecados pelo encaixe profundo da rede fluvial atlântica. À drenagem regional endorreica seguiu-se a atual drenagem atlântica levada a efeito pelo Douro, em captura sucessiva de zonas mais interiores. A juventude desta captura, sucessivamente para o interior da Península até atingir a bacia Terciária do Douro, é expressa pelas vertentes abruptas dos vales do Douro e dos seus afluentes principais.

Deve ainda atender-se que, à escala local, a região transmontana exhibe formas de relevo particulares, resultantes da elevada geodiversidade, o que acontece no concelho de Alfândega da Fé. Salientam-se, como exemplos, as cristas em quartzitos do Ordovícico e do Silúrico, a morfologia condicionada pelas litologias dos Terrenos Exóticos, as vertentes suaves com pequenos ressaltos, na alternância de bancadas de filitos, metagrauvaques e lilitos do Silúrico ou o modelado granítico condicionado pelas características mineralógicas e estruturais.

## IV22 .EVOLUÇÃO GEOMORFOLÓGICA

A geomorfologia geral desta região é resultado dos processos que, principalmente após o Mesozóico, transformaram este setor do Maciço Ibérico. Regionalmente, a herança varisca traduz-se essencialmente pela existência de macroestruturas metassedimentares anticlinais e sinclinais e por um importante sistema de fraturas de orientação predominante N-S a NNE-SSW. Todavia, a evolução e deformação pós-paleozóica da região do noroeste peninsular está relacionada com os processos da abertura do Atlântico, com início no Triásico, e da convergência cenozóica das placas Africana e Euroasiática. Esta convergência originou várias fases tectónicas de levantamento dos atuais setores montanhosos.

Com efeito, no fim do Mesozóico, período geotectónico especialmente distensivo, o Maciço Ibérico, profundamente alterado sob condições climáticas tropicais húmidas e sob predominio de processos erosivos, encontrar-se-ia arrasado, tendo-se desenvolvido uma superfície aplanada, a Superfície Inicial, com um manto de alteração menos espesso nas formações quartzíticas. No início do Cenozóico, com tectónica compressiva e mudança climática, a geomorfologia regional começou a tomar a sua configuração atual. Inicia-se a evacuação do manto de alteração mesozóico. As cristas quartzíticas destacam-se, como vestígios da Superfície Inicial e desenvolve-se nos xistos e granitos um nível topográfico principal, a Superfície Fundamental (Martin-Serrano, 1988). Os diferentes impulsos tectónicos fraturaram e reativaram fraturas tardi-variscas. A Superfície Fundamental, o nível de referência do aplanamento da Meseta, deve ser identificada em áreas de maior estabilidade tectónica, no caso do norte de Portugal, no seu setor mais oriental, entre o planalto Mirandês e o planalto da Beira Transmontana. Neste setor, a superfície fundamental pode ser observada aproximadamente entre os 700 e os 800 metros. A partir deste nível, reconhecem-se os níveis superiores, em áreas de maior levantamento, como é o caso das montanhas do nordeste de Portugal.

Estas foram soerguidas ao longo de várias fases tectónicas, principalmente durante os últimos 30 milhões de anos. A fase Pirenaica do ciclo alpino está assinalada nos sedimentos da Bacia do Douro pela discordância na transição Eocénico Inferior-Eocénico Médio, com atuação dos sistemas E-W e NE-SW e desenvolvendo um sistema de horst-graben e basculamento generalizado para leste. A fase Sávica está assinalada em movimentos tectónicos N-S e NE-SW ocorridos no Oligocénico Superior, desenvolvendo sistemas de horst-graben de pequeno relevo (Pereira, 2004). A fase Castelhana iniciou-se no final do Oligocénico e está marcada por uma discordância nas principais bacias peninsulares. Do Miocénico inferior ao Tortoniano inferior ocorreu uma convergência ortogonal Europa-África segundo a direção NNE-SSW. A partir desse momento, dá-se uma convergência oblíqua, segundo NW a NNW, gerando uma intensa compressão intraplaca e o principal episódio de levantamento das cordilheiras Bética e Central. Esta compressão atingiu o seu máximo há cerca de 9,5 milhões de anos (auge da compressão bética em Portugal).

Para compreender a evolução da rede de drenagem regional é importante atender à cronologia das etapas de levantamento das montanhas. Para a Cordilheira Cantábrica é indicada a sucessão de etapas de levantamento até ao fim do Neogénico, sendo a mais antiga paleogénica. O movimento ao longo dos acidentes tectónicos de orientação NNE-SSW tem sido particularmente relacionado com um eixo de compressão máxima NW-SE com auge no Miocénico superior. Esta compressão resultou nos desligamentos esquerdos e relevos do tipo push-up, característicos do setor transmontano, e de que a Serra de Bornes é o melhor exemplo, bem como no principal evento de levantamento da Cordilheira Central e dos principais relevos do noroeste de Portugal.

A rede de drenagem no noroeste de Portugal evoluiu assim em concordância com a evolução das principais estruturas e formas do relevo referidas anteriormente e com a presença do Atlântico a Oeste. Para a evolução da rede de drenagem deverá ter contribuído também a herança varisca que impôs algum condicionamento na captura de setores interiores, com destaque para os contrastes entre os maciços graníticos, relevos diferenciais quartzíticos e as unidades xisto-grauváquicas, bem como pela influência da rede de fraturas tardi-variscas no entalhe dos cursos fluviais.

A região foi sendo capturada pela drenagem atlântica, em captura sucessiva de setores mais interiores incluindo o Douro endorreico, gerador da Bacia Terciária do Douro. Para esta inversão do sentido da drenagem do Douro

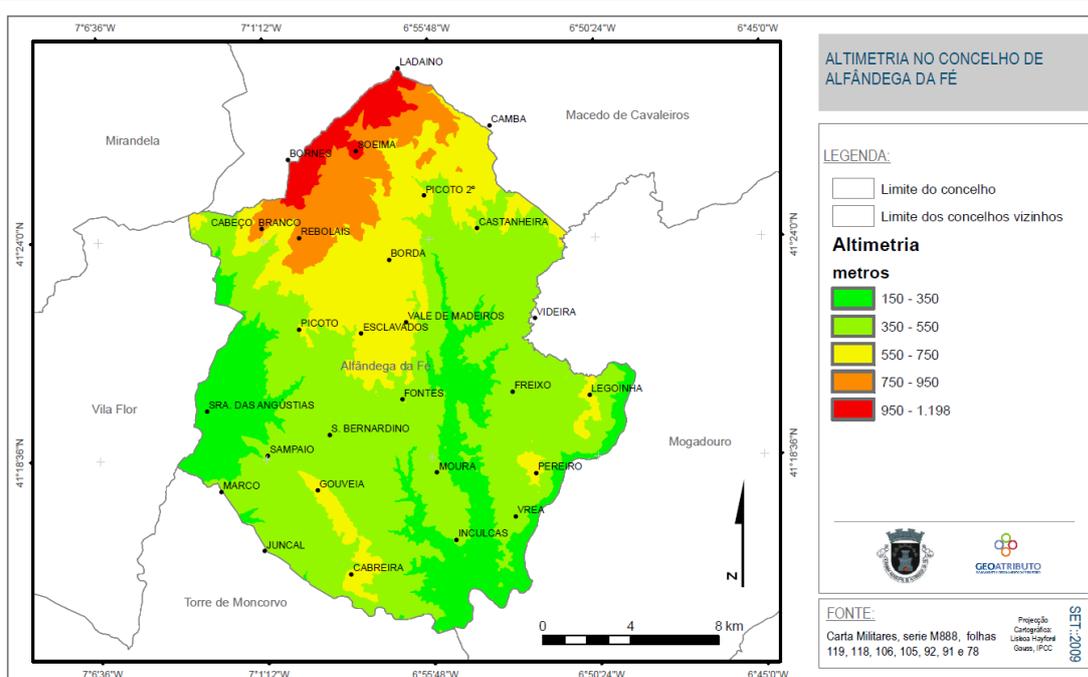
antigo (Terciário) contribuíram quer o maior levantamento tectónico, quer o abaixamento acentuado do nível do mar, em relação com as primeiras crises climáticas na transição Pliocénico-Plistocénico. Na região, o impulso tectónico quaternário continuou a reativação dos acidentes tardi-hercínicos, nos quais se inclui o acidente tectónico BVM, presente no setor ocidental do concelho.

## IV23 .ALTIMETRIA

A análise morfométrica constitui um fator essencial para a definição de unidades territoriais com vista à determinação de aptidões, capacidades e potencialidades para todas as utilizações e funções úteis para o Homem. Os fatores anteriormente referidos, relativos à evolução geomorfológica regional, atribuíram ao relevo transmontano características muito próprias, com coexistência em áreas relativamente restritas, de aspetos morfológicos de planalto, de montanha e de vales encaixados. O concelho de Alfândega da Fé, situado na parte central da região transmontana é exemplo dessa situação, com a ocorrência dos elementos fundamentais do relevo regional (serra, planalto, depressão tectónica e vales encaixados).

Como se pode observar pelo mapa 12, a altitude aumenta, em termos gerais, de sul para norte, onde se situa o ponto mais alto, no alto da Serra de Bornes, no limite fronteiriço com o concelho de Macedo de Cavaleiros. A amplitude altimétrica no concelho é de cerca de 1050 metros, variando entre os 152 metros no vale do rio Sabor, na parte sul do concelho, e os 1198 metros na Serra de Bornes. As altitudes mais baixas estão associadas ao encaixe do rio Sabor e dos seus afluentes principais no concelho (ribeiras de Zacarias e do Calvário) e à ribeira da Vilarça, no setor ocidental, igualmente afluente do rio Sabor, já próximo da confluência com o rio Douro no concelho de Torre de Moncorvo.

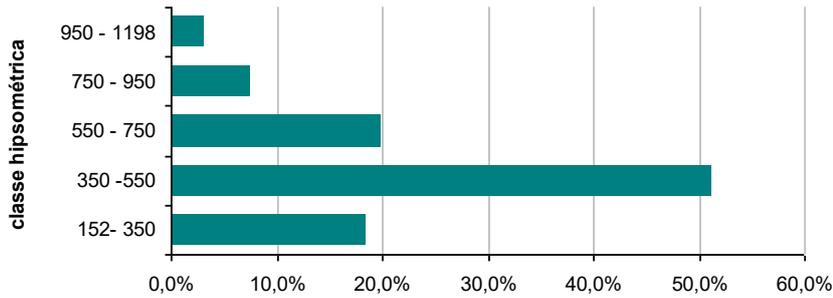
mapa 12 – Carta hipsométrica do concelho de Alfândega da Fé



Fonte: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM de Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé, GeoAtributo, Lda. (2010)

No gráfico 2 está representada a distribuição da altitude por classes hipsométricas no concelho. Verifica-se o predomínio das altitudes entre os 350 e os 550 metros, representado mais de metade (51%) do total da área concelhia. As classes dos 550-750 metros e dos 150-350 metros são as que se seguem em termos de área ocupada, com 19,8% e 18,5%, respetivamente. A classe hipsométrica dos 750-950 metros possui 7,5 % da área concelhia e a área acima dos 950 metros de altitude representa apenas 3,2% do território.

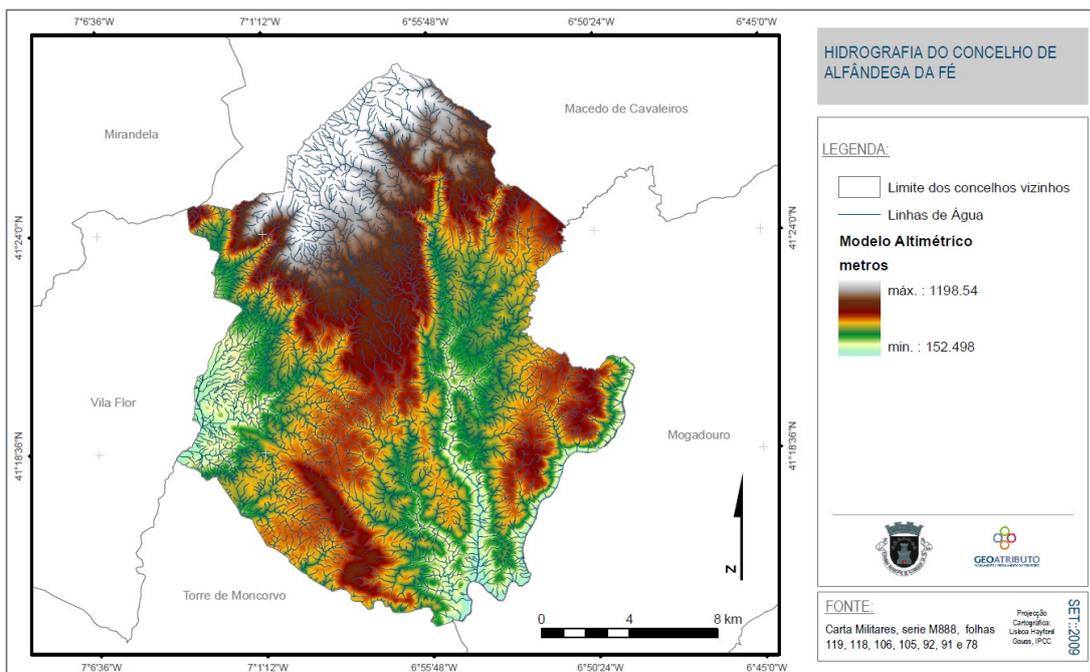
gráfico 2 – Área ocupada por classe hipsométrica (em percentagem)



Fonte: Carta Militares, série M888 folhas 119/118/106/105/92/91 e 78.

O relevo encontra-se fortemente marcado pela ação tectónica quer do ciclo hercínico quer do ciclo alpino. O traçado dos dois principais cursos de água no concelho (rio Sabor e ribeira da Vilarça) e seus afluentes principais está fortemente associado à disposição geral do relevo transmontano, controlado pelas estruturas geológicas antigas (Maciço de Morais e mantos de carreamento associados) e também pela tectónica fraturante mais recente (acidente tectónico BVM). É neste contexto que se estabelece a rede de drenagem no concelho, com os cursos de água principais a fluir de norte para sul, em direção ao nível de base regional constituído pelo rio Douro (mapa 13).

mapa 13 – Rede hidrográfica no concelho de Alfândega da Fé



Com efeito, todos os cursos de água na região Transmontana estão incluídos na bacia hidrográfica do rio Douro que é a bacia mais extensa da Península Ibérica. Na definição do relevo regional e na configuração da rede hidrográfica local é particularmente importante a base estrutural e a ocorrência do relevo principal constituído pela Serra de Bornes, o qual alberga a maioria das cabeceiras das linhas de água do concelho. É de salientar igualmente um interflúvio principal, na parte central do concelho, entre a bacia hidrográfica principal do rio Sabor e a bacia hidrográfica da ribeira da Vilarça, no qual se inserem os setores de Alfândega da Fé-Sendim da Serra.

De um modo geral, a morfologia do concelho é marcada pela forte incisão dos principais cursos de água, pela massa montanhosa constituída pela Serra de Bornes a norte e pela ocorrência de alguns setores aplanados, testemunhos do aplanamento da Meseta. No concelho verifica-se que o aplanamento está, em geral, muito degradado, devido essencialmente ao forte encaixe dos cursos de água e à proximidade de confluências dos mesmos. Desse modo o aplanamento por volta dos 600-700 metros de altitude que ocorre no setor de Sambade corresponderá ao setor mais preservado da superfície da Meseta, enquanto outros retalhos aplanados correspondem a superfícies embutidas e terraços rochosos no âmbito da degradação do relevo inicial, provocado pela evolução recente da drenagem fluvial.

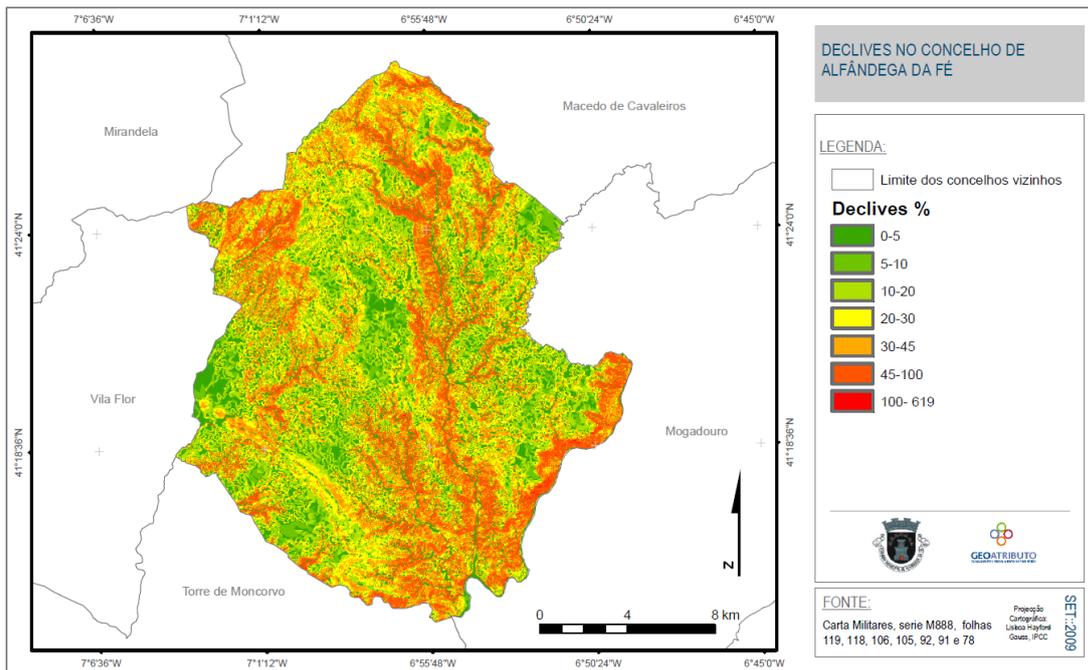
## IV24 DECLIVES

Por declive entende-se a inclinação de um terreno relativamente a um plano horizontal. Por ser uma das formas de medição do relevo, o declive representa mais um dos indicadores indispensáveis ao planeamento do território uma vez que se repercute nas *“condicionantes positivas e negativas para usos e funções existentes ou previstos no território riscos de erosão, drenagem hídrica e atmosférica, implantação de estruturas e infraestruturas, trabalho de maquinaria diversa, sistemas agrícolas e florestais, etc.”* (Cancela d’Abreu, 1989).

Faz-se aqui uma análise dos declives com a finalidade de caracterizar morfologicamente o concelho de Alfândega da Fé e principalmente de delimitar áreas em função da sua inclinação, o que pode constituir condicionantes à implementação de algumas atividades humanas. No mapa 14 representam-se os declives do concelho, por classes. Esta divisão de classes foi obtida a partir do cruzamento de várias metodologias de forma a identificar limiares a utilizar no planeamento do território nas suas variadas vertentes. Assim, e segundo Magalhães (2001), 10% é o limite até ao qual “é possível edificar”, assim como a classe dos 25 a 30% corresponde ao “limite a partir do qual é desaconselhável qualquer uso que não seja o florestal” (idem). Também Canguero (1991) diz que são solos a integrar na REN (importante condicionante do território e dos seus instrumentos de gestão) todos os que se encontrem classificados como com risco de erosão muito elevado, ou seja, acima dos 30%.

Como se constata pelo mapa 14, o declive das encostas nalguns setores do concelho é elevado ou muito elevado, ocorrendo uma vasta área de declives superiores a 30%, associados ao desenvolvimento da Serra de Bornes, na parte norte do concelho e principalmente à forte incisão dos vales provocada pelo encaixe profundo do rio Sabor e das ribeiras de Zacarias, do Calvário e do ribeiro do Cerejal. As classes menos declivosas (abaixo de 20%) correspondem aos aplanamentos verificados nos setores de Alfândega da Fé, Gouveia, Valverde, Saldonha e Vilar Chão, onde os cursos de água estão menos encaixados e principalmente no setor de Vilarelhos, onde o vale da ribeira da Vilarça se apresenta com o fundo relativamente aplanado.

mapa 14 – Declives do concelho de Alfândega da Fé

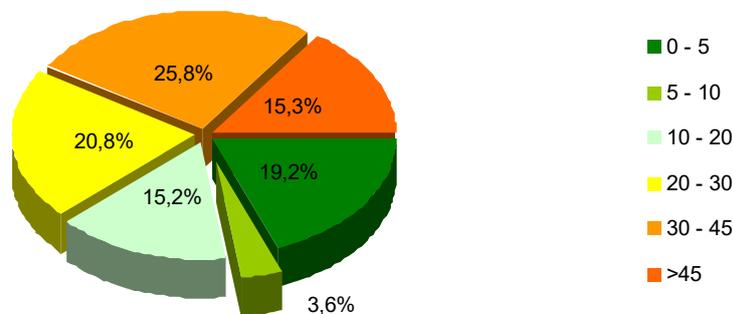


Fonte: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM de Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé, GeoAtributo, Lda. (2010)

Junto de alguns cursos de água ocorrem pequenos setores de aluviões ocupados com pastagens. Nas áreas adjacentes aos planos de água podem encontrar-se zonas naturalmente declivosas em que a ocupação do solo é essencialmente florestal. Quando tal não acontece, e não estamos perante situações de vale, ocorre o socaldamento, que origina terrenos agrícolas de dimensões reduzidas, apenas utilizáveis para uma produção agrícola de subsistência.

No gráfico 3 pode ler-se que quase metade do território do concelho (41%) tem declives acima de 30%, sendo este território limitado ao uso florestal. Por outro lado, principalmente devido às características planálticas de alguns setores do concelho, constata-se que 1/5 da sua área apresenta quase ausência de declive (entre 0% e 5%).

gráfico 3 – Área ocupada por classe de declive (em percentagem)



Fonte: Carta Militares, série M888 folhas 119/118/106/105/92/91 e 78.

Verifica-se igualmente que a classe de declives com a menor expressão territorial (4%) é a classe de declives entre 5% e 10%. À exceção da classe com declives inferiores a 5%, que representa 19% da área do concelho, constata-se que existe uma progressão de área ocupada em função do aumento. Aos 4% de área ocupados pela classe de declives entre os 5% e os 10%, seguem-se os 15% do território ocupados pela classe de declive entre 10% e 20%, os 21% ocupados pela classe de declive entre 20% e 30% e os 26% de território ocupados pela classe de declives entre 30% e 45%. Finalmente, os declives acima dos 45% de inclinação representam 15% da área do concelho. Estes dados são significativos no que diz respeito à potencialidade das atividades humanas na área do concelho, onde 41% do seu território possui uma inclinação das vertentes superior a 30%.

## IV25 .EXPOSIÇÃO DE VERTENTES

A orientação das encostas reveste-se de elevada importância na temática do ordenamento do território, uma vez que as diversas exposições das vertentes ao sol geram diferentes microclimas, determinantes no conforto bioclimático, assim como na natureza da vegetação espontânea ou das culturas instaladas (Magalhães, 2001). Relativamente ao conforto bioclimático, as vertentes expostas a sul (no hemisfério norte) são as que recebem maiores quantitativos de radiação ao longo do ano, tornando-as mais aprazíveis mesmo do ponto de vista da eficiência energética dos edifícios. Por outro lado, as vertentes voltadas a norte praticamente não recebem radiação, razão pela qual são apontadas como desfavoráveis em matéria de conforto bioclimático.

Por outro lado, diversos estudos têm demonstrado que situações de maior humidade ou de ausência de determinados tipos de vegetação (fatores típicos de exposição de vertentes a norte) podem ser condicionantes de situações de risco geomorfológico, nomeadamente de movimentos de massa em vertentes. Assim, para além da importância desta análise relativamente a ações de ordenamento do território, torna-se igualmente importante considerar este aspeto em trabalhos de cartografia de risco.

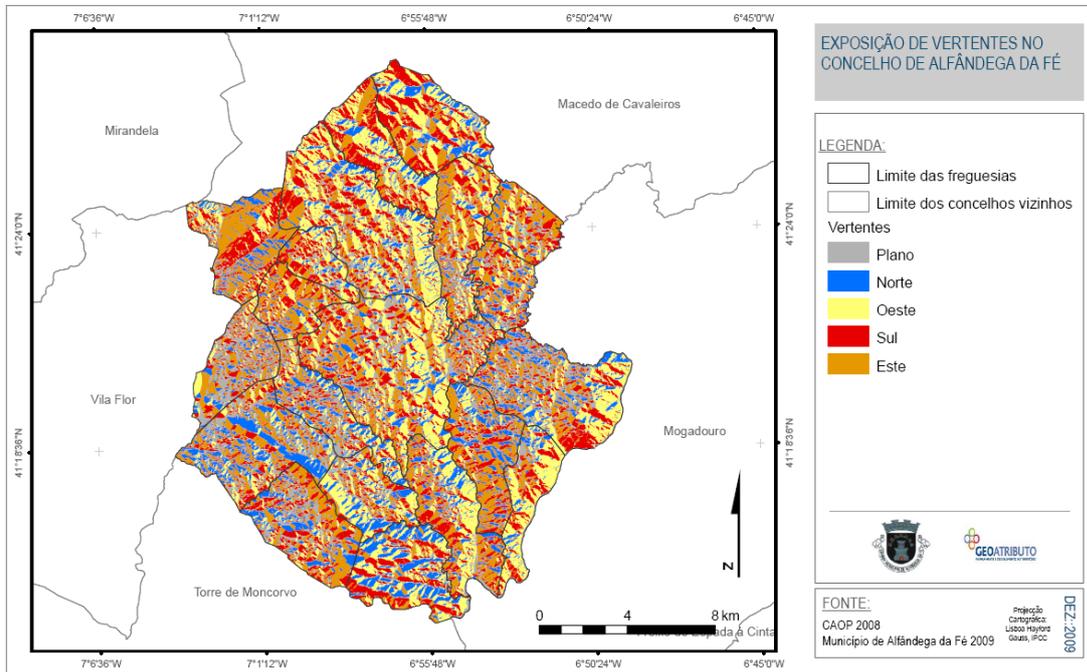
À semelhança do que foi realizado na cartografia de declives, também a carta de exposição de vertentes teve como base o Modelo Digital do Terreno de Alfândega da Fé, a partir do qual foi realizada uma reclassificação dos valores de acordo com os quadrantes principais (quadro 12).

*quadro 12 – Reclassificação para a carta de exposição de vertentes*

ORIENTAÇÃO DA VERTENTE	GRAUS
Plano	-1° - 0°
Norte	1° - 45° e 315° - 360°
Este	45° - 135°
Sul	135° - 225°
Oeste	225° - 315°

No mapa 15 estão representadas as exposições das vertentes do concelho de Alfândega da Fé, onde é possível verificar que as várias vertentes se distribuem quase uniformemente por todo o território. De notar somente uma espécie de faixa longitudinal (quase central) de vertentes voltadas a este. Na parte norte do concelho (Serra de Bornes) as vertentes a sul são igualmente notórias, contudo esta é também uma área onde se verificam declives bastante acentuados.

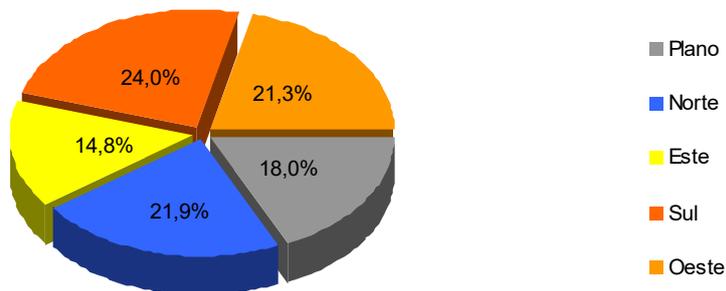
mapa 15 – Carta de exposição de vertentes do concelho de Alfândega da Fé



Fonte: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM de Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé, GeoAtributo, Lda. (2010)

Através da leitura do gráfico 4 constata-se que, de facto, o concelho é bastante homogéneo relativamente à orientação das suas vertentes, mesmo em termos de áreas planas, sendo a orientação sul a que assume o valor mais alto (24%). Sendo as orientações mais propícias do ponto de vista do conforto bioclimático as de sul e oeste, pode-se afirmar que o concelho dispõe de boa orientação, uma vez que ambas representam quase 45% do concelho.

gráfico 4 – Distribuição de área por orientação de vertente

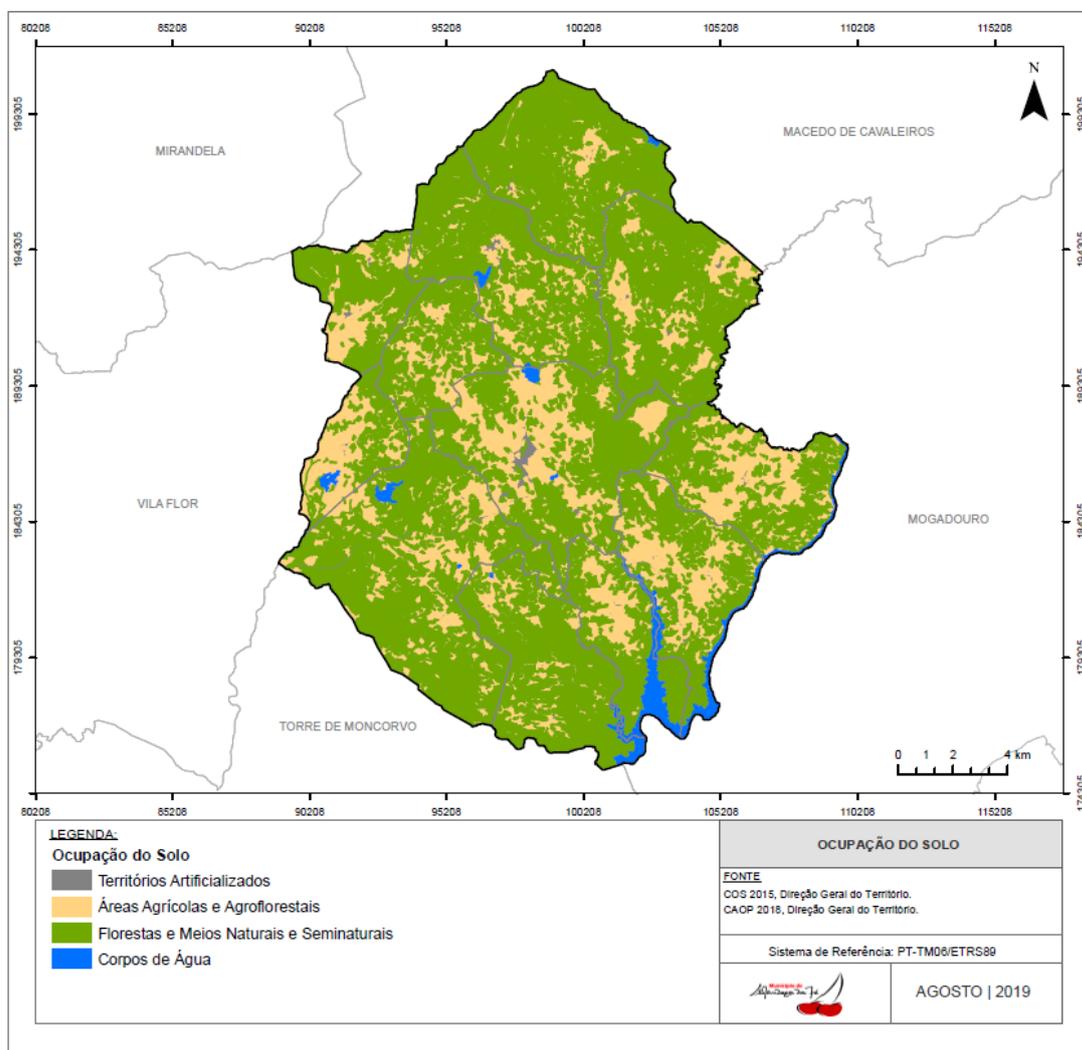


## IV26 .OCUPAÇÃO DO SOLO

A ponderação da ocupação atual do solo deve ser o ponto de partida para qualquer exercício de planeamento e ordenamento de um determinado território. No caso particular de Alfândega da Fé, considerou-se a ocupação atual do solo com base nos resultados cartográficos da Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2015 (COS2015).

O mapa 16 permite visualizar a ocupação do solo no concelho de Alfândega da Fé, onde se constata o predomínio das áreas ocupadas por florestas e meios naturais e seminaturais e áreas agrícolas e agroflorestais.

mapa 16 – Ocupação do solo do concelho de Alfândega da Fé, segundo a COS 2015



Em termos comparativos, as florestas e meios naturais e seminaturais destacam-se, uma vez que representam 63,8% do território concelhio (20.538,9ha), seguindo-se em relevância as áreas agrícolas e agroflorestais que correspondem a 33,0% da área do concelho (10.617,0ha). Por seu turno, os corpos de água (595,1ha) e os territórios artificializados (443,6ha) correspondem às ocupações do solo menos expressivas, dado que correspondem apenas a 1,4% da área do concelho, respetivamente.

Relativamente à evolução verificada entre a COS 2010 e a COS 2015, tal como se pode observar no quadro 13, constata-se que não ocorreram alterações significativas, à exceção dos corpos de água que registaram um expressivo aumento (aumentaram 301,6% entre os dois períodos analisados) graças às barragens existentes no território concelhio.

*quadro 13 – Percentagem de ocupação do solo na COS 2010 e na COS 2015, e respetiva variação*

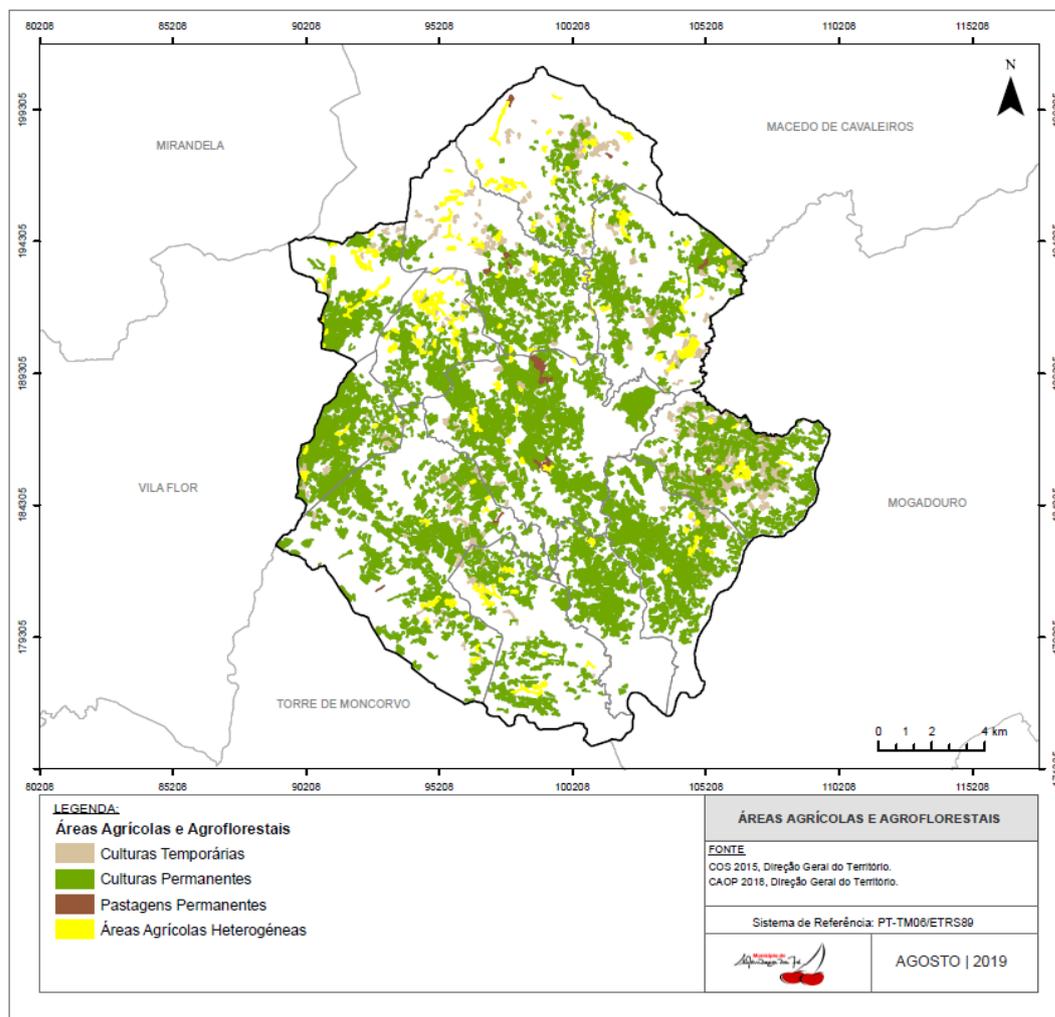
OCUPAÇÃO DO SOLO	2010	2015	VARIAÇÃO
1 - Territórios artificializados	1,3	1,4	2,4
2 - Área Agrícolas e agroflorestais	35,3	33,0	-6,6
3 - Florestas e meios naturais e seminaturais	62,9	63,8	1,5
4 – Zonas Húmidas	-	-	-
5 - Corpos de água	0,5	1,8	301,6

Aproveite-se este ponto para referir que, segundo dados do ICNF, existem atualmente no concelho onze zonas de caça, que abrangem um total de cerca de 28.792 hectares, distribuídos ao longo do território concelhio.

## IV261 .OCUPAÇÃO AGRÍCOLA

Particularizando agora cada uma das ocupações dominantes, considere-se o mapa 17 onde se apresenta a distribuição das áreas agrícolas e agroflorestais, onde se constata que as “culturas permanentes” são as que se destacam ao longo de todo o território concelhio (ocupam cerca de 83% da área agrícola).

mapa 17 – Ocupação agrícola no concelho de Alfândega da Fé, segundo a COS 2015



Tendo em conta o total de área agrícola do concelho de Alfândega da Fé, constata-se que 71% encontra-se integrada na Reserva Agrícola Nacional (RAN).

Tendo em consideração os dados apresentados no quadro que se segue, constata-se que dentro das “culturas permanentes” são os “olivais” que se destacam (corresponde a cerca de 68,7% das áreas agrícolas do concelho) seguindo-se os “pomares” (corresponde a 12,8% das áreas agrícolas do concelho). De destacar, ainda, as “culturas temporárias” que ocupam 10,2% do concelho.

quadro 14 – Distribuição das “Áreas agrícolas e agroflorestais” do concelho de Alfândega da Fé, segundo a COS 2015

OCUPAÇÃO DO SOLO	ÁREA [HA]	PERCENTAGEM
2.1 - Culturas temporárias	1081,36	10,2
2.2 - Culturas permanentes	8821,03	82,9
2.2.1 – Vinhas	149,94	1,4
2.2.2 - Pomares	1363,35	12,8
2.2.3 – Olivais	7307,73	68,7

OCUPAÇÃO DO SOLO	ÁREA [HA]	PERCENTAGEM
2.3 – Pastagens Permanentes	64,00	0,6
2.4 - Áreas agrícolas heterogêneas	650,64	6,12
2.4.1 - Culturas temporárias e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	103,33	1,0
2.4.2 - Sistemas culturais e parcelares complexos	312,95	2,9
2.4.3 - Agricultura com espaços naturais e seminaturais	136,19	1,3
2.4.4 – Sistemas agroflorestais (SAF)	98,17	0,9

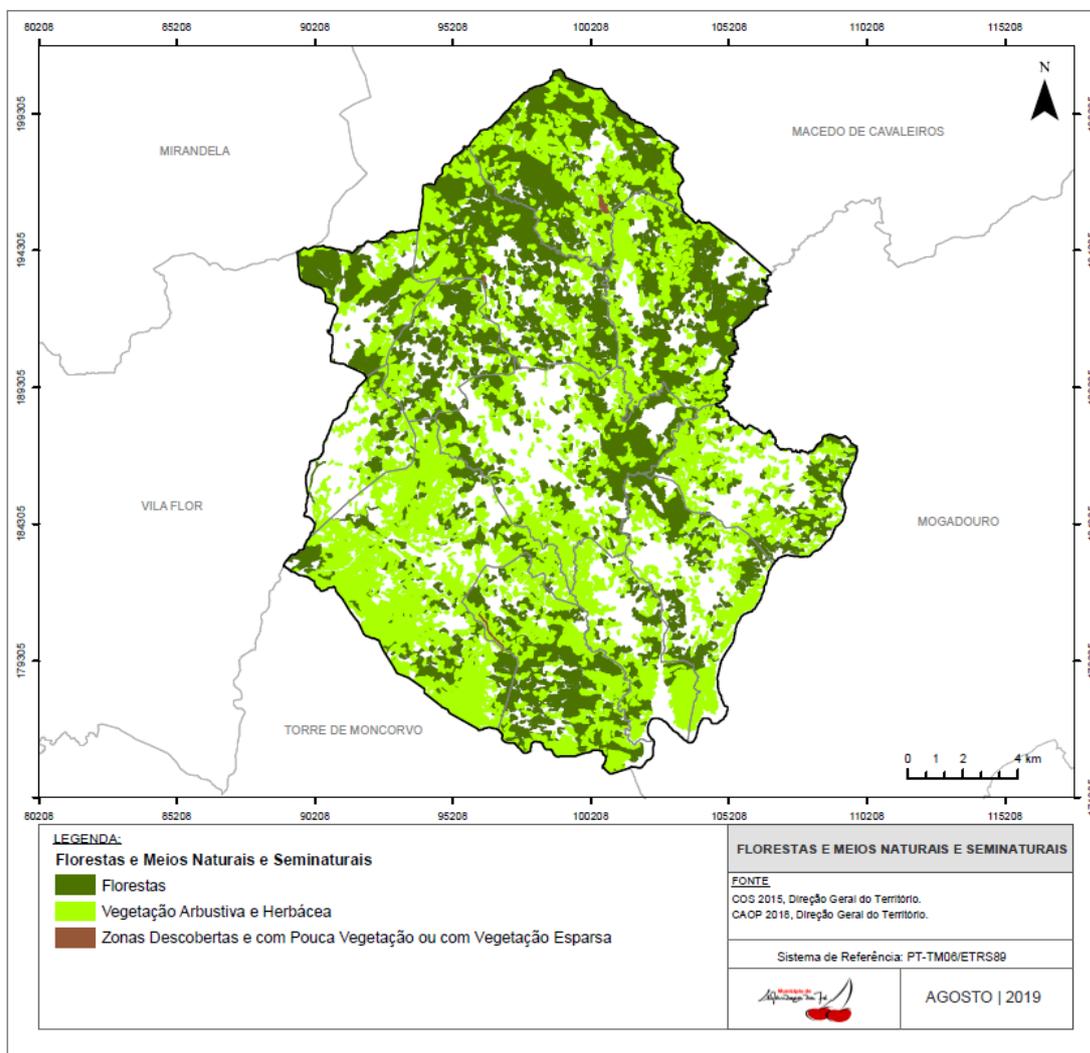
Considere-se ainda a descrição do PROT-N no âmbito da separação da região em três territórios, segundo os padrões de especialização agroflorestal, e onde o concelho de Alfândega da Fé foi incluído em “Grande território C – Douro e Terra Quente, onde dominam as especializações “vinha”, “olival”, “ovinos” e “amendoal” (PROT-N, 2007, pp. 28). Aqui destaca-se a cultura do olival que possui enorme relevância pelo peso que possui nas áreas agrícolas do concelho, que se justifica pelas boas condições morfológicas e climáticas do concelho para a sua produção.

## IV262 .OCUPAÇÃO FLORESTAL

Em termos de ocupação florestal, o mapa seguinte mostra que as “florestas” ocupam cerca de 53% das áreas florestais, sobretudo no setor norte do concelho, e a “vegetação arbustiva e herbácea” ocupa 47% das áreas florestais.

Esta predominância de “florestas” na zona Norte do concelho compreende-se pelos declives aí registados (na maioria entre os 20 e os 45%), além de ser a zona do concelho com altitudes mais elevadas (superiores a 840 metros) que corresponde à Serra de Bornes.

mapa 18 – Ocupação florestal no concelho de Alfândega da Fé, segundo a COS 2015



Tendo em conta os dados apresentados no quadro que se segue, observa-se que dentro das “florestas” são as “florestas de folhosas” que se destacam (corresponde a cerca de 29%% das áreas florestais do concelho), nomeadamente as florestas de sobreiro (2.537,2ha), as florestas de castanheiro (1.875,3ha), as florestas de outros carvalhos (556,3ha), as florestas de eucalipto (531,0ha) e as florestas de outras folhosas (417,9ha). No que concerne à “vegetação arbustiva e herbácea” importa destacar a representatividade dos “matos (corresponde a 45% das áreas florestais do concelho).

quadro 15 – Distribuição das “Florestas e meios naturais e seminaturais” no concelho de Alfândega da Fé, segundo a COS 2015

OCUPAÇÃO DO SOLO	ÁREA [HA]	PERCENTAGEM [%]
3.1 - Florestas	10884,5	53,0
3.1.1 - Florestas de folhosas	5917,6	28,8
3.1.2 - Florestas de resinosas	4966,9	24,2
3.2 - Vegetação arbustiva e herbácea	9637,2	46,9
3.2.1 - Vegetação herbácea natural	334,7	1,6

OCUPAÇÃO DO SOLO	ÁREA [HA]	PERCENTAGEM [%]
3.2.2 - Matos	9302,6	45,3
3.3 – Zonas descobertas e com pouca vegetação ou com vegetação esparsa	17,2	0,1

## A. A FLORESTA DO CONCELHO E O PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL

As “Florestas e os meios naturais e seminaturais” ocupam cerca de 64% da área total concelhia, o que confere uma importância significativa ao modo de gestão aplicado aos espaços florestais. O PROF TMAD (aprovado pela Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro) afirma que *“em linha com a Estratégia Nacional para as Florestas, os PROF assumem a visão para as Florestas Europeias 2020, que considera «Um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais. Onde as florestas contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, assegurando bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico. Onde o potencial único das florestas para apoiar uma economia verde, providenciar meios de subsistência, mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade da água e combate à desertificação, é realizado em benefício da sociedade”* (Preâmbulo do PROF TMAD). Assim, o PROF TMAD define para o espaço florestal *“o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços”* (n.º 1 do artigo 1.º do PROF TMAD).

No que respeita ao concelho de Alfândega da Fé, a floresta detém elevada relevância, não só no que respeita à atividade produtiva, como também no ponto de vista ambiental e ecológico. Nesta perspetiva, importa atualizar a identificação dos recursos florestais existentes, além dos objetivos e medidas de proteção e valorização que, no âmbito de instrumentos de gestão territorial de nível superior, tenham já sido definidos.

## B. REGIME FLORESTAL

No que concerne às áreas afetas a regime florestal, o concelho de Alfândega da Fé possui áreas incluídas no Perímetro Florestal da Serra de Bornes (ocupa cerca de 201ha) e nos cursos de água tributários do Ribeiro da Vilarça e seus afluentes e subafluentes.

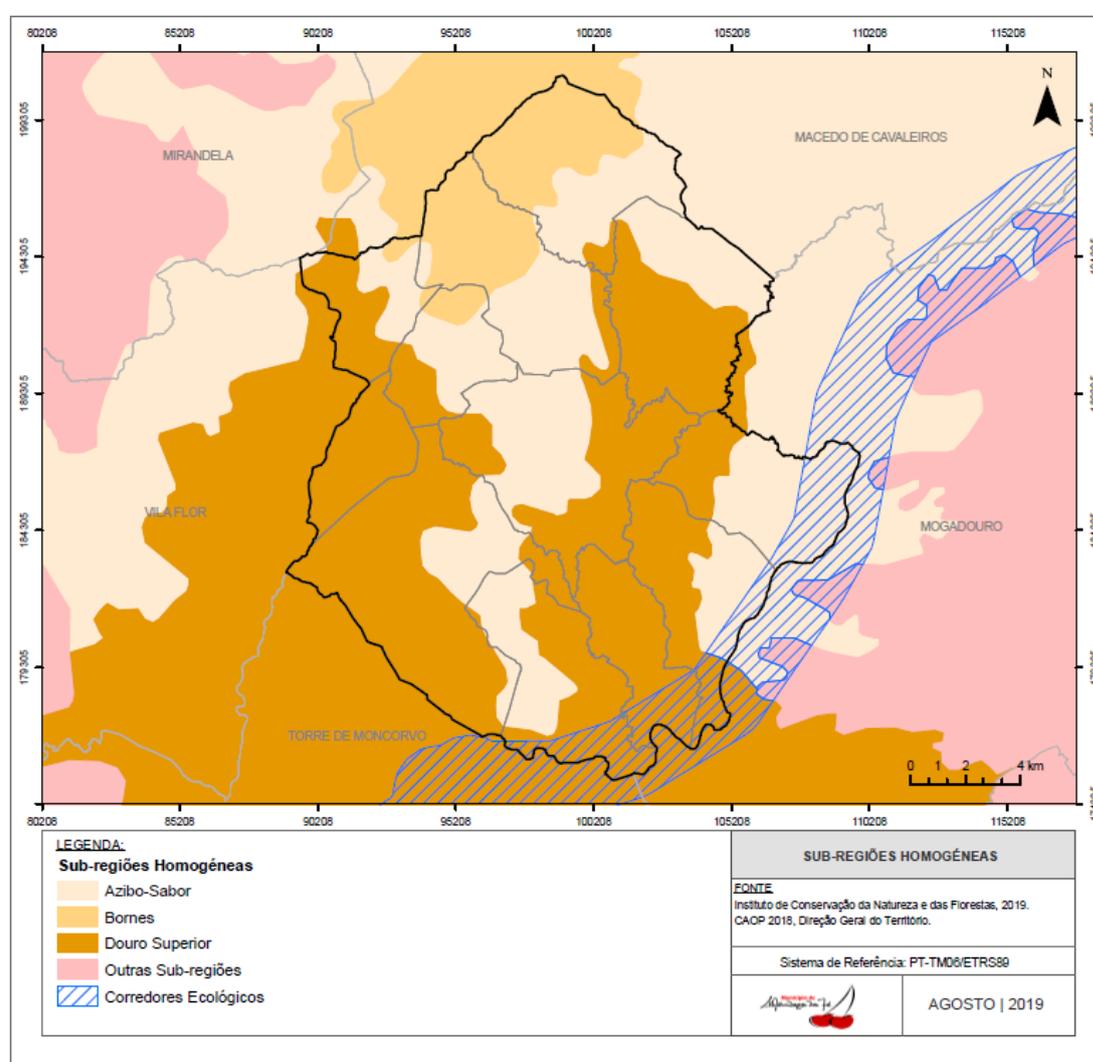
O PROF TMAD aponta, no seu artigo 7.º, que o Perímetro Florestal da Serra de Bornes encontra-se obrigado a elaborar um Plano de Gestão Florestal (PGF), que corresponde a um *“instrumento de administração de espaços florestais que, de acordo com as orientações definidas no PROF, determina, no espaço e no tempo, as intervenções de natureza cultural e de exploração dos recursos, visando a produção sustentada dos bens e serviços por eles proporcionados e tendo em conta as atividades e os usos dos espaços envolventes”* (artigo 3.º do PROF TMAD).

## C. DELIMITAÇÃO DAS SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS

As sub-regiões homogéneas correspondem a unidades territoriais “com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil dominante das funções dos espaços florestais e às suas características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização, como resultado da otimização combinada de três funções principais” (artigo 3.º do PROF TMAD).

No mapa seguinte estão identificadas as sub-regiões homogéneas que compõem o PROF TMAD e, em particular, que abrangem o concelho de Alfândega da Fé.

mapa 19 – Delimitação das sub-regiões homogéneas do PROF TMAD com incidência no concelho de Alfândega da Fé



Foram consideradas, a nível nacional, cinco funções gerais a atribuir aos espaços florestais e às sub-regiões homogéneas: (1) Produção; (2) Proteção; (3) Conservação de habitats, de espécies da fauna e flora e de geomonumentos; (4) Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores.; (5) Recreio e valorização da paisagem. Às sub-regiões homogéneas que abrangem o concelho de Alfândega da Fé foram atribuídas as seguintes funções.

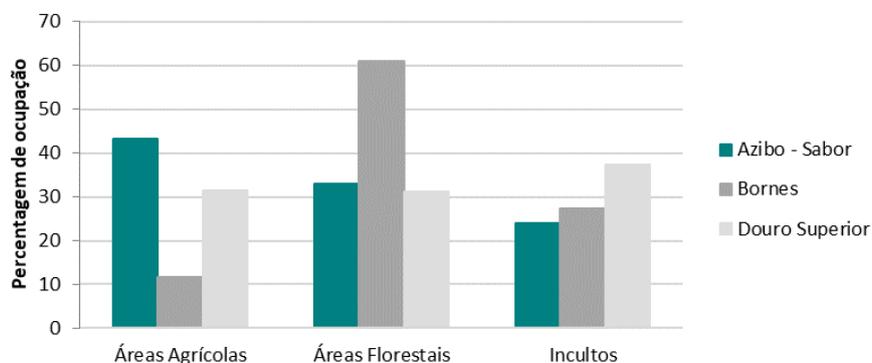
*quadro 16 – Funções principais a desenvolver em cada uma das sub-regiões homogéneas que abrangem o concelho de Alfândega da Fé*

SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	PERCENTAGEM DO CONCELHO ABRANGIDO	FUNÇÕES		
Azibo - Sabor	37,8	Conservação de habitats, de espécies da fauna e flora e de geomonumentos	Produção	Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores
Bornes	10,5	Produção	Recreio e valorização da paisagem	Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores
Douro Superior	51,7	Conservação de habitats, de espécies da fauna e flora e de geomonumentos	Produção	Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

Fonte: Adaptado de PROF TMAD (2019).

A delimitação das sub-regiões homogéneas relaciona-se com a ocupação do solo. Segundo o gráfico que se segue, na sub-região do Azibo - Sabor, caracterizada pela proximidade de importantes linhas de água e de menores altitudes, a ocupação agrícola detém elevada relevância, enquanto na sub-região de Bornes, com características de montanha, predominam os espaços florestais.

*gráfico 5 – Ocupação do solo em cada uma das sub-regiões homogéneas que intersectam o concelho de Alfândega da Fé*



Fonte: ICNF 2019; COS 2015.

Cada sub-região relaciona-se igualmente com um conjunto de pontos fortes e limitações/ ameaças identificadas. Estes aspetos, além de permitirem identificar oportunidades e riscos para o desenvolvimento do território que abrangem, constituem também uma base sólida para o estabelecimento do quadro prévio de ordenamento.

*quadro 17 – Pontos fortes e limitações/ ameaças identificadas para cada sub-região homogénea que abrange o concelho de Alfândega da Fé.*

SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	PONTOS FORTES	LIMITAÇÕES/ AMEAÇAS
Bornes	- Elevado potencial produtivo para lenho (pseudotsuga, castanheiro, pinheiro bravo); - Região com elevado valor paisagístico - Paisagem	- Reduzida dimensão da propriedade florestal; - Falta de gestão profissional dos povoamentos existentes;

SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA	PONTOS FORTES	LIMITAÇÕES/ AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>de montanha, vales e planaltos;</li> <li>- Potencial de lazer - Associado a atividades desportivas, (parapente, raids e caminhadas);</li> <li>- Existência de duas associações de produtores florestais afetas à área desta sub-região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elevada pressão dos empreiteiros florestais (especulação), sobre as áreas florestais existentes;</li> <li>- Baixa percentagem de regeneração natural de pseudotsuga;</li> <li>- Elevado risco de incêndio;</li> <li>- Delapidação dos povoamentos de pseudotsuga e castanheiro bravo.</li> </ul>
Douro Superior	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Condições propícias à expansão do sobreiro, azinheira, zimbro, carvalho cerquinho e castanheiro. Os montados de sobreiro e azinho encontram nesta sub-região condições ideais para a sua expansão e desenvolvimento, em povoamentos puros e mistos;</li> <li>- Elevado potencial para o desenvolvimento das atividades de caça e pesca;</li> <li>- Potencial para desenvolver atividades de recreio e interpretação da paisagem;</li> <li>- Elevada percentagem de espaços em que a presença de matos e pastagens é frequente;</li> <li>- Potencial para atividades de recreio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de extensas zonas sujeitas a risco de erosão significativo, com a consequente perda de solo;</li> <li>- Os solos desta sub-região apresentam elevada suscetibilidade à desertificação, daí a necessidade de apoios de forma a minimizar esta tendência;</li> <li>- Condições climatéricas marginais;</li> <li>- Fortes condicionantes ao surgimento de espaços florestais;</li> <li>- Elevado risco de incêndio nos espaços florestais existentes.</li> </ul>
Sabor	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Presença significativa de sobreirais na região;</li> <li>- Presença de espaços florestais e silvestres nas encostas do Rio Sabor;</li> <li>- Existência de atividades piscatórias;</li> <li>- Presença da atividade de caça;</li> <li>- Integração harmoniosa da Paisagem Protegida do Azibo, dos Sítios da Rede “Natura 2000” Rios Sabor e Maçãs, Morais, e Romeu na globalidade da sub-região homogénea.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elevada suscetibilidade à erosão do solo;</li> <li>- Existência de declives acentuados;</li> <li>- Perda de solos.</li> </ul>

Fonte: “Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM de Alfândega da Fé”, Câmara Municipal de Alfândega da Fé, GeoAtributo, Lda. (2010)

## D. PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

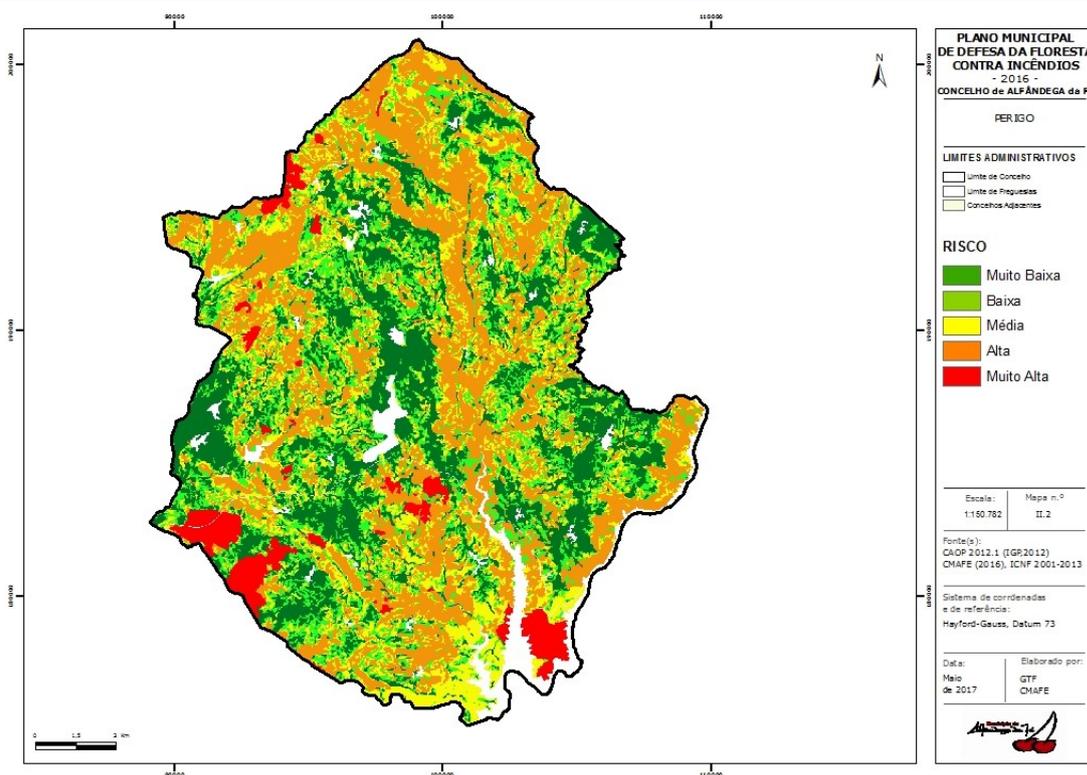
O PMDFCI contém “*as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das ações de prevenção, incluem a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios*” (n.º 1 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual).

Atendendo ao carácter executivo e de programação operacional que o planeamento da defesa da floresta contra incêndios assume a nível municipal, o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, expressa a necessidade de enquadrar o risco de incêndio rural nos PMOT, designadamente “*a cartografia da rede de defesa da floresta contra incêndios constituída pela rede primária de faixas de gestão de combustível, rede viária florestal fundamental, rede de pontos de água e rede nacional de postos de vigia (RNPV), assim como a carta de perigosidade de incêndio florestal, constante dos PMDFCI (...)*” (n.º 5º do artigo 10º do DL n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual), a qual deverá ser delimitada e regulamentada.

Sobre a defesa da floresta contra incêndios, o Decreto-Lei supracitado, prevê a manutenção das designadas redes secundárias de faixas de gestão de combustível, sobre as quais se obriga o estabelecimento de uma faixa de 50 metros à volta, “sempre que esta faixa abranja terrenos ocupados com floresta, matos ou pastagens naturais” ou com o mínimo de 10 metros e máximo de 50 metros “quando a faixa abranja exclusivamente terrenos ocupados com outras ocupações” (n.º 2 do artigo 15º). Prevê ainda a manutenção de uma faixa exterior de proteção de largura não inferior a 100 metros “nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais, e previamente definidos nos PMDFCI” (n.º 10 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual).

O PMDFCI de Alfândega da Fé em vigor data o mês de maio de 2017, estando em vigor até o ano de 2022. Como referido anteriormente, este plano define as áreas de maior perigosidade de incêndio rural no concelho, repartindo-a nas classes muito baixa, baixa, média, alta e muito alta. Assim, cerca de 36% do território concelhio apresenta classes de perigosidade alta e muito alta, nomeadamente ao longo dos vales dos principais cursos de água do concelho, nas vertentes da serra de Bornes e da serra de Gouveia e nos locais de reincidência de incêndios rurais. As áreas de menor nível de perigosidade correspondem aos setores mais planos do concelho e com menor ocupação florestal.

mapa 20 - Perigosidade de incêndio rural no concelho de Alfândega da Fé



## E. RISCO DE INCÊNDIO RURAL

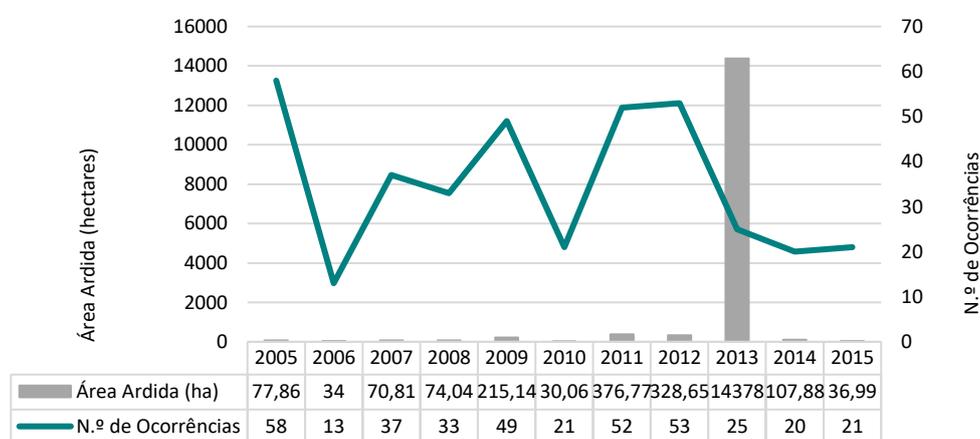
No sentido de promover a proteção de pessoas e bens, de prevenir o registo de ocorrências e no âmbito do enquadramento do risco de incêndio nos PMOT (segundo o n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28

A análise da temática dos incêndios florestais surge da obrigatoriedade de identificação das áreas percorridas por incêndios florestais e respetivo reconhecimento como restrição ao uso do solo. Atenda-se, portanto, à análise sucinta do histórico de incêndios florestais no concelho de Alfândega da Fé.

O histórico, de seguida apresentado, tem por base os dados disponibilizados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e o Caderno I do PMDFCI de Alfândega da Fé para o período entre 2017 e 2021. A análise estatística é realizada sobre o período entre 2005 e 2015 enquanto na análise espacial é possível analisar-se o período entre 2005 e 2018. No que concerne ao perfil de ocorrências do concelho de Alfândega da Fé (gráfico 6), desde logo é possível verificar que não existe uma correlação direta entre o número de ocorrências e a área ardida. Assim, as maiores áreas ardidadas registaram-se em 2013 (14.378ha), em 2011 (376,77ha) e em 2012 (328,65ha), constatando-se que o ano 2013 apresentou uma área ardida muito expressiva face aos restantes anos.

No que respeita ao número de ocorrências, verifica-se que o número mais expressivo se registou no ano 2005 (58 ocorrências), seguindo-se o ano 2012 (53 ocorrências) e o ano 2011 (52 ocorrências). De notar que, no ano 2013, embora a área ardida tenha sido bastante expressiva, o número de ocorrências de incêndios foi reduzido (20 ignições).

gráfico 6 – Número de ocorrências e área ardida total no concelho de Alfândega da Fé, entre 2005 e 2015



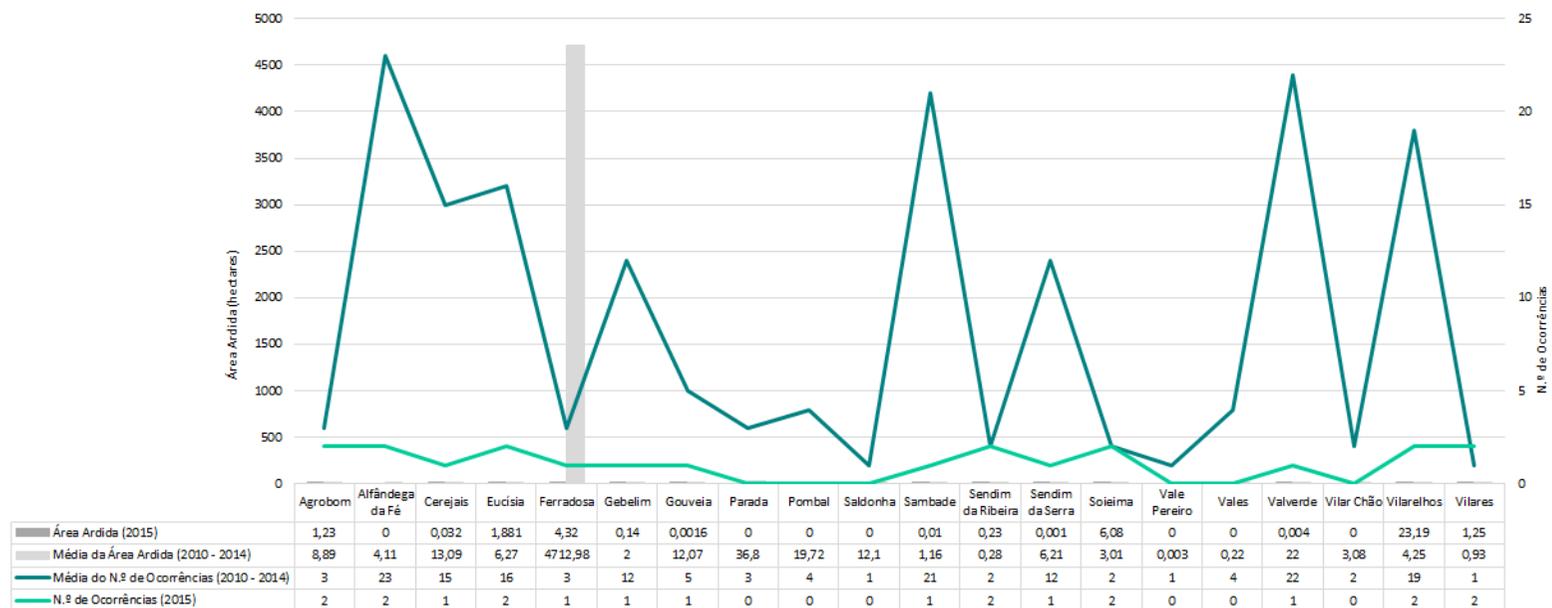
Fonte: Caderno I – PMDFCI de Alfândega da Fé 2017 – 2021 (2017).

A análise do histórico de ocorrências por freguesia tem em conta a média no período 2010-2014 e o ano de 2015, tendo como base a informação disponibilizada no PMDFCI de Alfândega da Fé.

Relativamente à área ardida em 2015, constata-se que foi a freguesia de Vilarelhos que se destacou (23,19ha), seguindo-se a freguesia de Soeima (6,08ha) e a freguesia de Ferradosa (4,32ha), já no que se refere à média da área ardida para o período que compreende os anos 2010 a 2014, verifica-se que foi a freguesia de Ferradosa que se salientou (em média arderam 4.712,98ha por ano).

Em termos de número de ocorrências, verifica-se que no ano 2015 foram as freguesias de Agrobom, Alfândega da Fé, Eucísia, Sendim da Ribeira, Soeima, Vilarelhos e Vilares que registaram um maior número de ocorrências de incêndios (2 ignições), enquanto a média do número de ocorrências para 2010 a 2014 salientou-se nas freguesias de Alfândega da Fé (23 ignições), Valverde (22 ignições) e Sambade (21 ignições) que registaram um número de ocorrências mais expressivo.

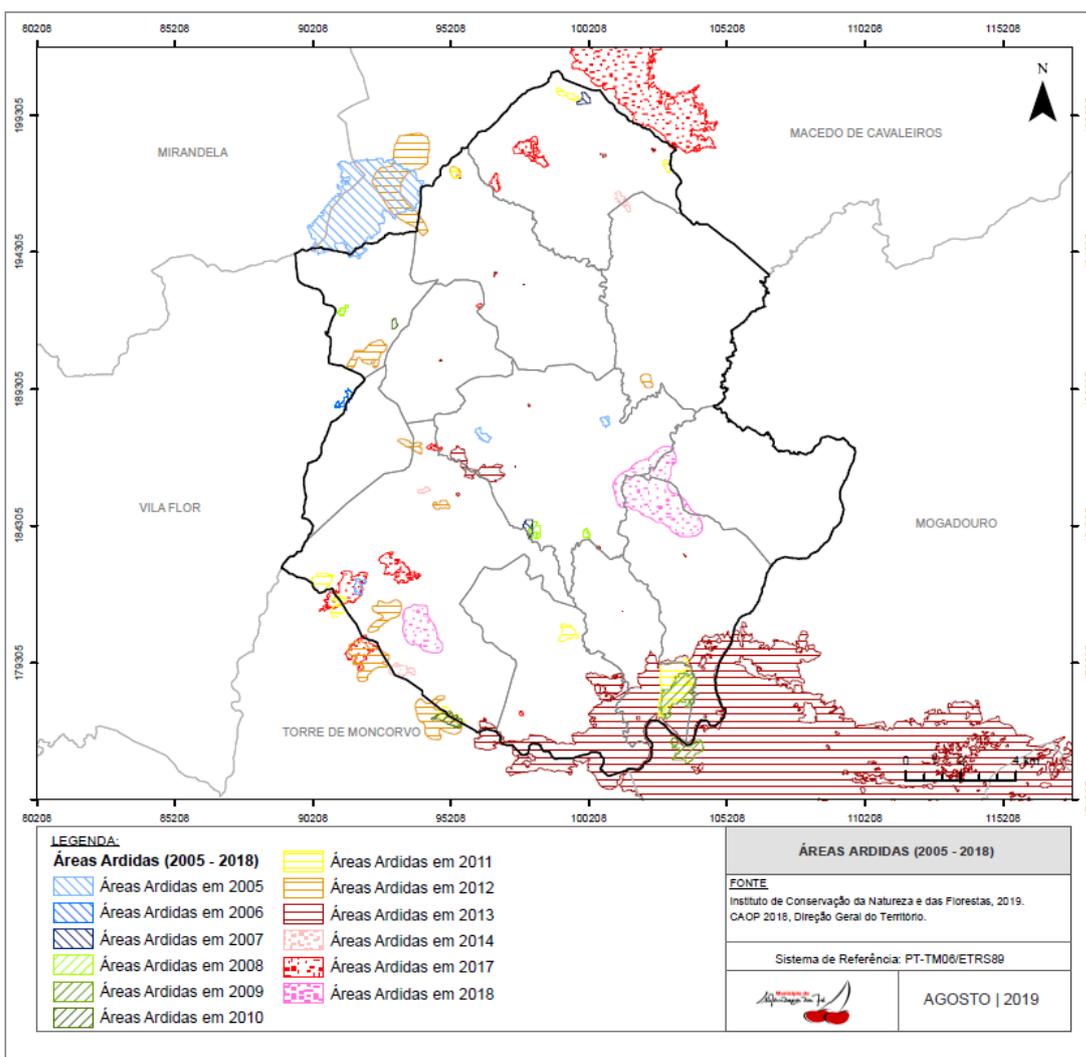
gráfico 7 – Número de ocorrências e área ardida, por freguesia (em 2015 e média para o período de 2010 a 2014)



Fonte: Caderno I – PMDFCI de Alfândega da Fé 2017 – 2021 (2017).

Em termos espaciais, a distribuição das áreas percorridas por incêndios florestais é a que se apresenta no mapa 21, constatando-se que todas as freguesias foram afetadas por incêndios rurais. De notar que o setor sul é o mais afetado, correspondendo ao setor onde a vegetação arbustiva e herbácea tem maior significado. Por seu turno, o setor central do concelho é o que regista uma menor área ardida, graças ao predomínio das áreas agrícolas e agroflorestais e de territórios artificializados.

mapa 21 – Distribuição espacial de áreas ardidas no concelho de Alfândega da Fé nos últimos 13 anos



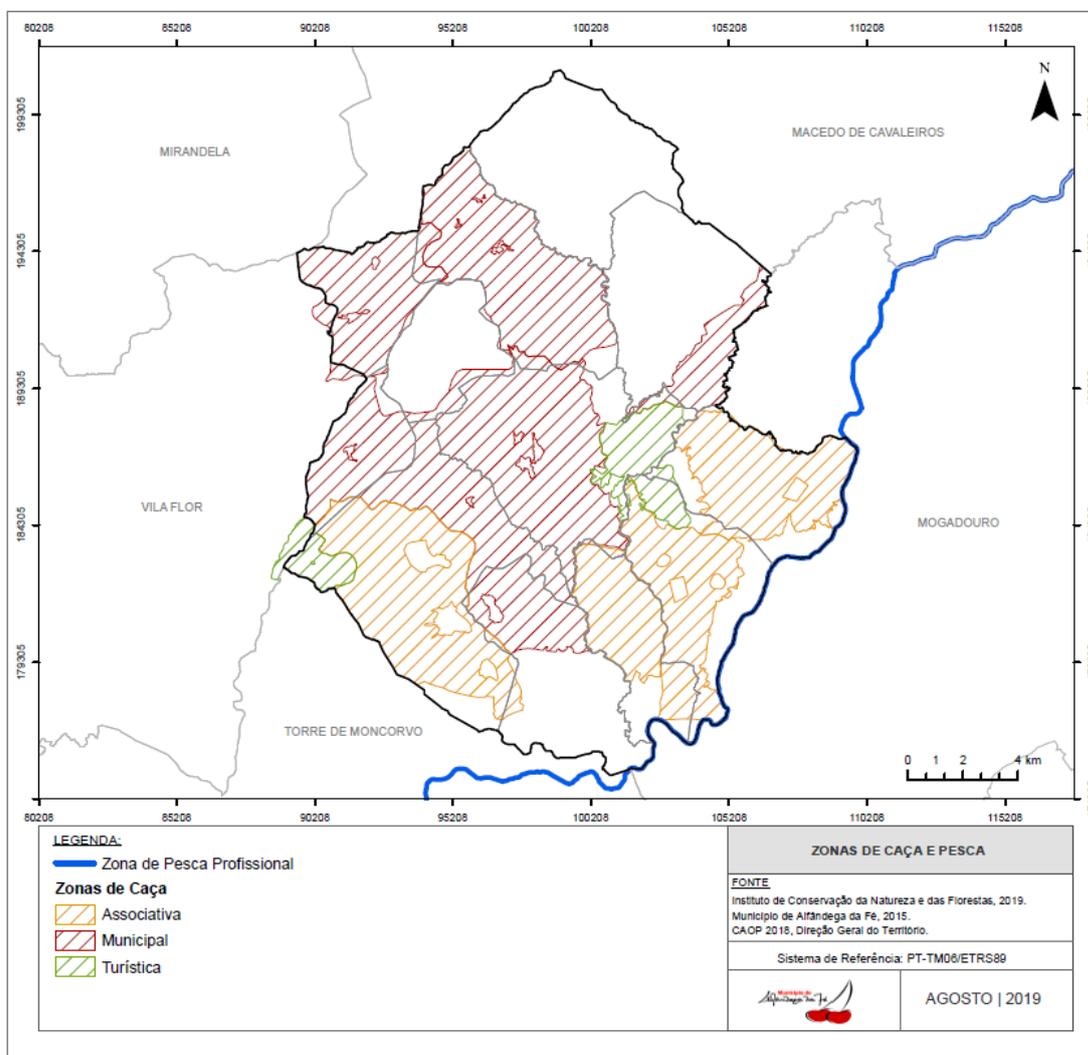
## F. CAÇA E PESCA

A caça pode ser vista como um meio de subsistência, de lazer, de combate ao stress, de ligação e desfrute da natureza, ou de convívio, sendo, no concelho de Alfândega da Fé, uma das atividades de maior relevo no que diz respeito à associação com os espaços florestais.

No mapa 22 é possível verificar que quase todo o concelho se encontra ordenado em zonas de caça, designadamente 5 zonas de caça associativa (ZCA), 2 zonas de caça turística (ZCT) e 4 zonas de caça municipal

(ZCM). Em particular, denota-se o predomínio das zonas de caça municipal, embora a caça associativa tenha também um peso considerável.

mapa 22 – Zonas de caça e pesca do concelho de Alfândega da Fé<sup>7</sup>



Importa efetuar uma breve caracterização das zonas de caça do território concelhio:

- ZCA 2042 – Leguinha: Possui uma área de 2395ha totalmente inseridos no concelho e tem como entidade a Associação de Caça e Pesca de Vilar Chão;
- ZCA 2179 – Santo antão: Possui uma área de 1159ha totalmente inseridos no concelho e tem como entidade a Associação de Caça de Parada de Sendim;
- ZCT 2230 – Quinta de Zacarias: Possui uma área de 925ha totalmente inseridos no concelho e tem como entidade a Quinta de Zacarias – Exploração de Atividades Turísticas, Lda.;

<sup>7</sup> De acordo com o ICNF (2019), falta representar duas zonas de caça no presente mapa, nomeadamente a zona 6131 e 6528.

- ZCA 2260 – Cerejais: Possui uma área de 1001ha totalmente inseridos no concelho e tem como entidade a Associação Desportiva de Caça e Pesca de Cerejais;
- ZCM 3002 – Sambade: Possui uma área de 2736ha totalmente inseridos no concelho e tem como entidade a Junta de freguesia de Sambade;
- ZCM 3157 – Alfândega da Fé: Possui uma área de 9671ha, sendo que 9564ha encontram-se no concelho, e tem como entidade o Clube de Caça e Pesca de Alfândega da Fé;
- ZCM 3402 – Valpereiro: Possui uma área de 3186ha, sendo que 3140ha encontram-se no concelho, e tem como entidade a VASFEC – Associação de Caça de Valpereiro, Agrobom, Saldonha, Felgueiras e Castelo;
- ZCA 3944 – Gouveia e Eucísia: Possui uma área de 2682ha totalmente inseridos no concelho e tem como entidade o Clube de Caça e Pesca de Gouveia e Eucísia;
- ZCT 4674 – Vilariça: Possui uma área de 419ha, sendo que 296 encontram-se no concelho, e tem como entidade a Sociedade Agrícola Quinta do Barroão;
- ZCA 6131 – Ferradosa e Picões: Possui uma área de 1775ha, sendo que 1507ha encontram-se no concelho, e tem como entidade a ACFP – Associação de Caçadores de Ferradosa e Picões;
- ZCM 6528 – Gebelim e Soeima: Possui uma área de 2843ha totalmente inseridos no concelho e tem como entidade a União das freguesias de Gebelim e Soeima.

Considere-se ainda que o Município de Alfândega da Fé tem já criado e em funcionamento o Conselho Cinegético da Conservação da Fauna Municipal de acordo com o artigo 157º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de novembro. Este conselho tem como competências:

- Propor à Administração as medidas que considerem úteis à gestão e exploração dos recursos cinegéticos;
- Propiciar que o fomento cinegético e o exercício da caça, bem como a conservação da fauna, contribuam para o desenvolvimento local, nomeadamente para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais;
- Apoiar a Administração na fiscalização das normas legais sobre a caça e na definição de medidas tendentes a evitar danos causados pela caça à agricultura;
- Emitir parecer, no prazo de 15 dias, sobre a concessão de ZCA e ZCT, a criação e transferência de ZCN (zonas de caça nacionais) e ZCM, bem como sobre a anexação de prédios rústicos a zonas de caça e, ainda, sobre a transferência de gestão de terrenos cinegéticos não ordenados e suas renovações, findo o qual pode o procedimento prosseguir e vir a ser decidido sem o parecer;
- Emitir parecer sobre as prioridades e limitações dos diversos tipos de zona de caça;

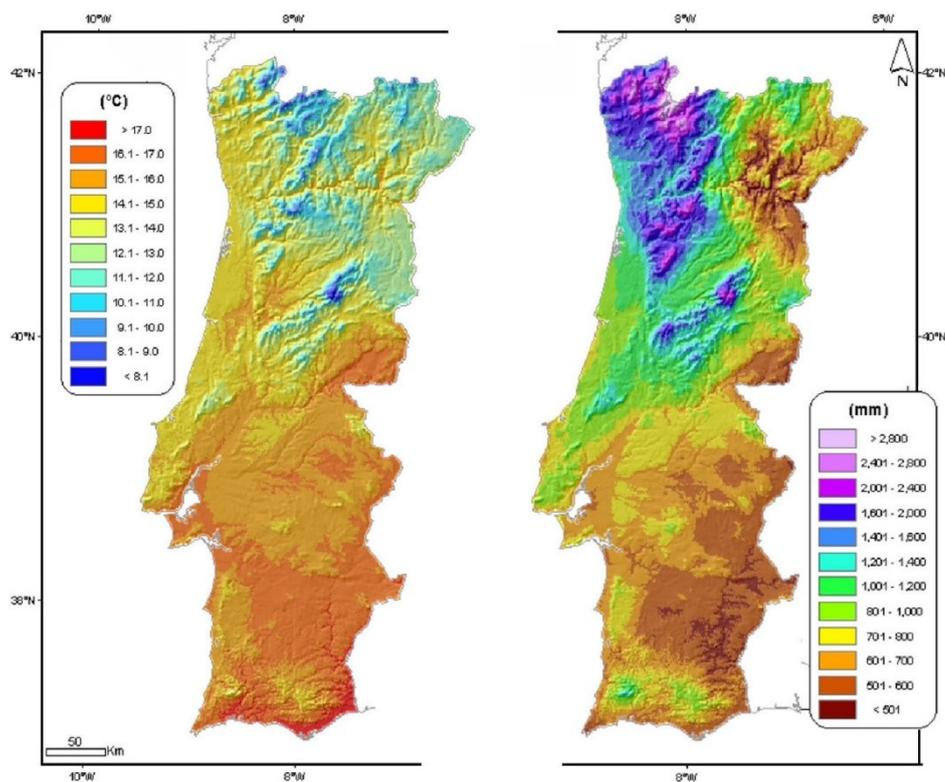
- Facilitar e estimular a cooperação entre os organismos cujas ações interfiram com o ordenamento dos recursos cinegéticos.

Em relação à pesca, o mapa 22 mostra a zona de pesca existente no rio Sabor, para além da existência de uma zona de proteção na freguesia de Cerejais, na Ribeira de Zacarias. O concelho tem ainda dois pesqueiros, um na barragem da Esteveinha e outra na Freguesia de Vilar Chão no Rio Sabor.

## IV3 .CLIMA

O território continental português apresenta uma diversidade climática significativa, não apenas nos valores de temperatura, mas também (e principalmente) da precipitação (mapa 23). Esta é mais elevada no norte do que no sul, devido à maior influência das depressões atmosféricas e às diferenças orográficas existentes entre o norte, mais montanhoso, e o sul. Por outro lado, a disposição paralela à linha de costa da maior parte das montanhas portuguesas acentua também o contraste climático entre a faixa litoral e o interior (Ribeiro et al., 1988).

*mapa 23 – Distribuição dos valores médios anuais da Temperatura Média do Ar (°C) e de Precipitação (mm) em Portugal Continental no período 1961-1990*



Fonte: <http://www.meteo.pt>.

Segundo a classificação de Köppen, são considerados quatro tipos diferentes de climas (BSc, CSa, CSb e CSc) para Portugal Continental, devido às variações de latitude, altitude, continentalidade e ainda devido à sua localização relativamente aos grandes continentes e oceanos. Na década de 1930, Hermann Lautensach propôs a divisão de Portugal Continental em 11 províncias climáticas, baseado nos contrastes norte-sul, litoral-interior e na altitude (Ribeiro et al., 1988): quatro províncias atlânticas (Norte, Média, Sudoeste e Algarve), seis províncias continentais (Norte, Alto Douro, Beira Interior, Centro, Alto Alentejo e Sul) e uma província de montanha (Serras do Norte). O território transmontano abrange as províncias continentais do Norte e do Alto Douro.

O clima da região transmontana reflete em grande medida a influência da interioridade e da morfologia, quer nos valores de temperatura, quer nos valores de precipitação; os dois elementos fundamentais na caracterização climática.

A influência atlântica é reduzida devido ao efeito das barreiras montanhosas localizadas a oeste e a norte, que condicionam a condensação das massas de ar (provenientes na maioria do quadrante NW) a sotavento (Daveau et al., 1977). A oeste ocorrem alinhamentos montanhosos com orientação N-S; o principal da Serra da Peneda à Serra do Marão e outro intermédio, da Serra da Padrela à Serra de S. Domingos. A norte situa-se o sistema montanhoso Galaico-Duriense e os montes Cantábricos. Têm menor influência as serras do Sistema Central Ibérico, situadas a sul.

Por outro lado, a região sofre a influência climática do planalto Castelhana-Leonês, a leste, cujas características continentais influenciam o clima da região transmontana. Consequentemente, a variação da precipitação em Trás-os-Montes é muito elevada: atinge mais de 2500 mm (ombroclima hiper-húmido) nas montanhas ocidentais, ronda os 1500 mm nas montanhas do interior norte e reduz-se a menos de 400 mm (ombroclima semi-árido) nos vales encaixados do Douro Superior (Aguiar, 2001).

A nível nacional, é precisamente na região transmontana, e mais propriamente nas áreas de planaltos, onde os contrastes térmicos mais se acentuam, originando as amplitudes mais elevadas (Daveau, 1985). A amplitude térmica regional é superior a 60° C, tendo-se observado valores de -16° C nos planaltos de Bragança-Miranda e de 46° C no Vale do Douro (Aguiar, 2001). Comparados com o resto do país, estes valores refletem um macroclima com características continentalizadas, resumidas no refrão popular “em Trás-os-Montes existem nove meses de Inverno e três de inferno”, conjugadas por um regime tipicamente mediterrâneo com uma estação estival muito marcada (Gonçalves, 1990; Aguiar, 2001).

A grande disparidade climática dentro da mesma região levou à definição tradicional de duas sub-regiões transmontanas, denominadas de Terra Fria e de Terra Quente. São expressões que representam a divisão informal de Trás-os-Montes em dois grandes territórios homogêneos do ponto de vista macroclimático, agrícola e geomorfológico e o seu uso está generalizado tanto na documentação técnica como no discurso político e mesmo na organização política e administrativa territorial (Aguiar, 2001). Na divisão proposta por Hermann Lautensach, a Terra Fria e a Terra Quente correspondem às Províncias Continental do Norte e do Alto Douro, respetivamente (Ribeiro et al., 1988):

A **Província Continental do Norte** corresponde aos planaltos de Trás-os-Montes e caracteriza-se por um Verão quente e curto e um Inverno longo e frio, com neves ocasionais. A precipitação varia com a altitude, e mesmo nos pontos mais orientais é superior a 600 mm;

A **Província do Alto Douro** corresponde à área da bacia hidrográfica do Alto Douro, abaixo dos 600 metros de altitude. Caracteriza-se por um Verão longo e muito quente e um Inverno suave e curto. A precipitação anual é inferior a 500 mm e existem três ou mais meses secos, com humidade do ar fraca no pino do Verão.

Entre a Terra Fria e a Terra Quente é igualmente reconhecida uma Terra de Transição, também denominada por Terra Temperada pelos autores dos primeiros textos sobre a agricultura e a geografia regionais (Aguiar, 2001). Gonçalves (1985) esquematizou estes domínios com base na temperatura média anual (quadro 18): Terra Quente, entre 14-15°C, a menos de 400 metros de altitude; Terra de Transição, entre 13-14°C e entre 400 e 700 metros de altitude; Terra Fria, entre 12-13°C e a mais de 700 metros de altitude. Esta abordagem bioclimatológica tem vindo a

ser mais pormenorizada e a considerar igualmente a precipitação média anual, definindo “zonas climaticamente homogéneas” (quadro 18).

*quadro 18 – Classificação bioclimática da região transmontana*

TIPO CLIMÁTICO	SUBTIPO	PRECIPITAÇÃO (mm)	TEMP. MÉDIA ANUAL (°C)	ALTITUDE (m)
Terra Fria de Alta Montanha	A	> 1200	< 9	> 1200/1300
Terra Fria de Montanha	M1	> 1200	9 - 10	900/1000 - 1200/1300
	M2	1000 - 1200		
Terra Fria de Planalto	F1	> 1200	10 - 12,5	600/700 - 900/1000
	F2	1000 - 1200		
	F3	800 - 1000		
	F4	600 - 800		
	F5	< 600		
Terra de Transição	T1	> 1200	12,5 - 14	400/500 - 600/700
	T2	1000 - 1200		
	T3	800 - 1000		
	T4	600 - 800		
	T5	< 600		
Terra Quente	Q1	> 1200	>14	< 400/500
	Q2	1000 - 1200		
	Q3	800 - 1000		
	Q4	600 - 800		
	Q5	< 600		

Fonte: Adaptado de Pereira (2006).

Neste contexto, é possível estabelecer o enquadramento climático do concelho de Alfândega da Fé, sobretudo no domínio da Terra Quente, uma vez que grande parte da área concelhia se situa abaixo dos 550 metros de altitude. Contudo, a diversidade morfológica do concelho é igualmente responsável por uma diversidade climática local, fazendo com que na área concelhia coexistam climas típicos da Terra Fria, Terra Quente e Terra de Transição.

Assim, nos principais vales do concelho, abaixo dos 500 metros de altitude, as características climáticas são típicas da Terra Quente, onde a precipitação é bastante reduzida e a temperatura média anual é superior a 14°C. Nos setores mais elevados do concelho, nomeadamente na Serra de Bornes, acima dos 900 metros de altitude, predominam características da Terra Fria, com precipitações acentuadas e temperatura média anual inferior a 12°C. A restante área do concelho pode considerar-se como integrada na Terra de Transição.

## IV4 .HIDROGRAFIA

---

A Hidrologia é a ciência que estuda a ocorrência, circulação, distribuição e as propriedades da água da terra, bem como a sua interação com o ambiente<sup>8</sup>. Esta ciência estuda, portanto, os processos físicos, químicos e biológicos inerentes ao ciclo da água, e onde se inclui a relação com os seres vivos. Nesta perspetiva, e atendendo à necessidade de recursos hídricos em quantidade e em qualidade por parte dos seres vivos, importa compreender como este ocorre no meio, enquadrando essa informação no quadro de ordenamento pretendido e possibilitando, assim, atividades como o abastecimento de água, a agricultura, a aquicultura, a produção de energia elétrica, a recreação e o lazer e preservação da fauna e flora, etc.

Os recursos hídricos “*compreendem as águas, abrangendo ainda os respetivos leitos e margens, zonas adjacentes, zonas de infiltração máxima e zonas protegidas*” (n.º 1 do art. 1º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua redação atual), que dependendo da sua titularidade compreendem “*recursos dominiais, ou pertencentes ao domínio público, e os recursos patrimoniais, pertencentes a entidades públicas ou particulares*” (n.º 2 do artigo 1º). Importa, assim, conhecer os recursos hídricos presentes no concelho de Alfândega da Fé, a fim de integrar o planeamento estratégico destes no quadro de ordenamento do território concelhio.

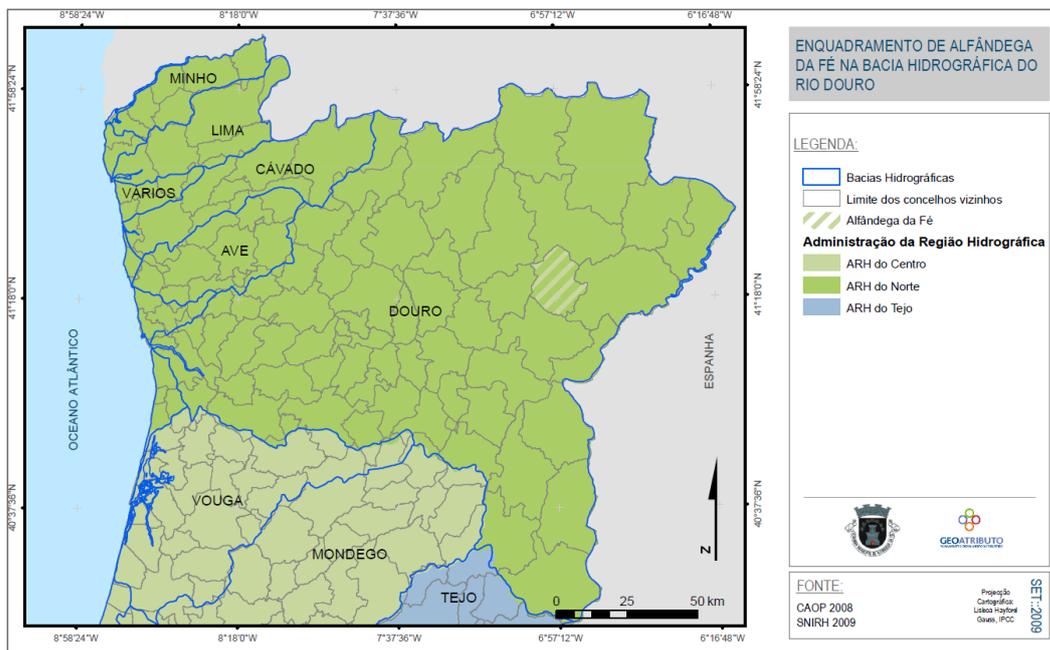
### IV41 . BACIAS E SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS

A Bacia Hidrográfica do rio Douro tem uma extensão total de 97.477,66 km<sup>2</sup>, nos quais 19,1% (18.587,85 km<sup>2</sup>) estão em território português e os restantes 80,9% em território espanhol. O concelho de Alfândega da Fé insere-se totalmente na Bacia Hidrográfica do Douro (mapa 24), ocupando cerca de 1,7% do seu território em solo português.

---

<sup>8</sup> “The science that treats the occurrence, circulation, distribution, and properties of the waters of the earth, and their reaction with the environment”.

mapa 24 – Enquadramento do concelho de Alfândega da Fé na Bacia Hidrográfica do rio Douro



Fonte: Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM de Alfândega da Fé, Câmara Municipal de Alfândega da Fé, GeoAtributo, Lda. (2010)

A Bacia Hidrográfica do rio Douro está dividida em 10 sub-bacias no território nacional, estando o concelho de Alfândega da Fé incluído na sub-bacia hidrográfica do rio Sabor (ver quadro seguinte).

quadro 19 – Sub-bacias hidrográficas que compõem a Bacia Hidrográfica do rio Douro

SUB-BACIAS	ÁREA (KM <sup>2</sup> )	CONCELHOS ABANGIDOS	NÚMERO DE MASSAS DE ÁGUA
Douro e Costeiras entre o Douro e o Vouga	6.211	Aljô, Almeida, Armamar, Arouca, Baião, Carrazeda de Ansiães, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, Espinho, Felgueiras, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Gondomar, Lousada, Mêda, Mesão Frio, Miranda do Douro, Mogadouro, Moimenta da Beira, Predes, Penafiel, Penedono, Peso da Régua, Porto, Resende, Sabrosa, Santa Maria da Feira, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Trancoso, Valongo, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Gaia, Vila Pouca de Aguiar.	140
Águeda	248	Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Sabugal.	8
Côa	2.522	Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Mêda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Vila Nova de Foz Côa.	38
Paiva	796	Arouca, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, Moimenta da Beira, São Pedro do Sul, Sátão, Sernancelhe, Vila Nova de Paiva.	16
Rabaçal	2.946	Chaves, Mirandela, Murça, Valpaços, Vinhais	21
Tuela	921	Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vinhais	21
Maçãs	901	Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso.	22
Sabor	2.410	Alfândega da Fé, Bragança, Freixo de Espada à Cinta,	51

		Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso.	
Tâmega	2.648	Amarante, Boticas, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Chaves, Fafe, Felgueiras, Marco de Canaveses, Mondim de Basto, Montalegre, Penafiel, Ribeira de Pena, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real.	49
Tua	1.255	Alijó, Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Murça, Valpaços, Vila Flor, Vila Pouca de Aguiar.	24

Fonte: Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro (RH3) – Parte 2 – Caracterização e Diagnóstico (2016).

Os principais cursos de água existentes no concelho e que comportam albufeiras de águas públicas são: a ribeira de Soeima, que comporta a Albufeira de Esteveinha (freguesia de Alfândega da Fé); a ribeira de Lameirão ou da Camba, que integra a Albufeira de Camba (Gebelim); a ribeira de Vilariça com a Albufeira de Salgueiro (Vilarelhos); a ribeira de Santa Justa que integra a Albufeira de Santa Justa (Eucisia); a ribeira da Fonte do Atalho com a Albufeira de Sambade; e o rio Sabor que integra a Albufeira do Baixo Sabor.

Nos quadros seguintes apresentam-se as principais características das bacias hidrográficas onde se encontram cada uma das albufeiras atrás mencionadas, bem como as respetivas características da albufeira e da barragem.

*quadro 20 – Principais características das bacias hidrográficas das albufeiras*

		ESTEVEÍNHA	LAMEIRÃO OU CAMBA	SALGUEIRO	SANTA JUSTA	SAMBADE	SABOR <sup>9</sup>
Área da bacia hidrográfica total (km <sup>2</sup> )		0,7	6	3,85	34,4	-	3.447
Área da bacia hidrográfica própria (km <sup>2</sup> )		0,63	6,13	4,01	-	6,4	-
Precipitação média anual (mm)		705	925	550	613	-	-
Características fisiográficas da bacia hidrográfica	Altitude mínima (m)	597	598	194	-	-	-
	Altitude média (m)	624	862	303	-	-	-
	Altitude máxima (m)	645	1167	478	-	-	-
	Declive médio (%)	4,60	24,40	9,70	-	-	-
Características do curso de água principal	Comprimento (km)	1,4	6,2	5,4	-	5,4	9,6
	Declive (%)	2,00	8,40	4,50	-	-	-

*quadro 21 – Principais características das albufeiras*

		ESTEVEÍNHA	LAMEIRÃO OU CAMBA	SALGUEIRO	SANTA JUSTA	SAMBADE	SABOR
Capacidade total (dam <sup>3</sup> )		1.600	1.110	1.800	3.476	1159	1.095.000
Capacidade útil (dam <sup>3</sup> )		1.300	1.080	1.650	-	1063	630.000
Volume morto (dam <sup>3</sup> )		300	30	150	-	-	-
Cota do nível de pleno armazenamento - NPA (m)		626,5	620,43	222	259	732	234

<sup>9</sup> A informação representada tem por base os dados da Comissão Nacional Portuguesa de Grandes Barragens

(<http://cnpgb.apambiente.pt>).

Cota do nível de máxima cheia - NMC (m)	626,7	622	222,5	260,6	733,15	235
Superfície inundável ao NPA (ha)	22	9,5	29	28	14	2.820
Regularização, anual/ interanual (anos)	41,368493	41,445864	41,335016	-	-	-
Existe bacia drenante em Espanha	Não	Não	Não	Não	Não	Não

quadro 22 – Principais características das barragens

	ESTEVEÍNHA	LAMEIRÃO OU CAMBA	SALGUEIRO	SANTA JUSTA	SAMBADE	SABOR
Ano de entrada funcionamento	1970	1993	1977	2005	-	2016
Tipo de barragem	Terra	Terra zonada	Terra	Terra zonada	Terra	Betão Arco
Altura da barragem acima da fundação (m)	27	35	28	39,3	29	123
Altura da barragem acima do terreno natural (m)	25	30	25	-	-	-
Desenvolvimento do coroamento (m)	750	205	221	284	357	-
Cota do coroamento (m)	628	623	223,5	262	-	236
Largura do coroamento (m)	6	8	8	8	8	-
Existem escadas para peixes	Não	Não	Não	-	-	-
Capacidade do descarregador (m³/s)	1	40	29	160	-	5.000

## IV42 .QUALIDADE DA ÁGUA

A aferição da qualidade da água é fundamental, no sentido em que os usos deste recurso dependem diretamente do seu estado químico, físico e biológico. Para o efeito, recorreu-se à base de dados do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH). A qualidade da água é aferida pelo seguinte código de classes:

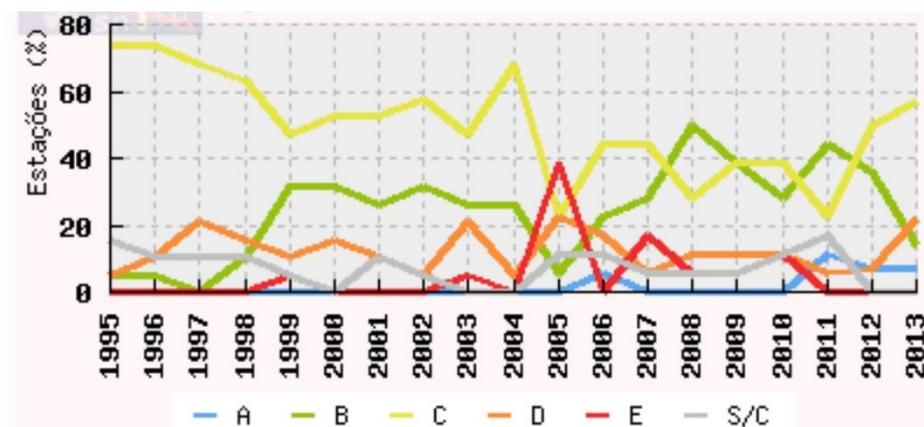
figura 2 – Classes de Classificação da Qualidade da Água

	Classe A Sem poluição	Águas com qualidade equivalente às condições naturais, aptas a satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade.
	Classe B Fracamente poluído	Águas com qualidade ligeiramente inferior à classe A, mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações.
	Classe C Poluído	Águas com qualidade aceitável, suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória; apta para recreio sem contacto direto.
	Classe D Muito poluído	Águas com qualidade medíocre, apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir, mas de forma aleatória.
	Classe E Extremamente poluído	Águas extremamente poluídas e inadequadas para a maioria dos usos.

Fonte: SNIRH (2019).

Nesta perspetiva, atende-se ao gráfico 8<sup>10</sup> que apresenta a evolução da qualidade da água global na Bacia Hidrográfica do rio Douro no período entre 1995 e 2013. Neste gráfico destaca-se, desde logo, que somente em 2006, 2011, 2012 e 2013 existiram estações onde a qualidade da água obteve a Classe A. Genericamente, a qualidade da água é razoável, uma vez que a Classe C é a que obtém maior percentagem de estações. A Classe E só assume valores superiores a 20% em 2005.

gráfico 8 – Evolução da qualidade da água na Bacia Hidrográfica do rio Douro, entre 1995 e 2013



Quando se atende ao cenário relativo às fontes de poluição, segundo o SNIRH (2019), na análise da qualidade da água superficial por bacia hidrográfica, verifica-se que, de um total de 995 fontes de poluição urbana identificadas, 83% correspondiam a fossas sépticas coletivas, enquanto as ETAR somente representavam 8% do total de fontes.

Considerando agora a qualidade da água nas albufeiras existentes no concelho de Alfândega da Fé, e atendendo ao facto de existirem somente dados relativos às albufeiras da Esteveíinha, de Camba e de Salgueiro, considere-se o quadro 23. Regista-se, desde já, que a Albufeira de Salgueiro embora tenha entrado em funcionamento em 1975, apresenta reduzida gama de dados, somente referentes a um ano de análise. Sobre esta albufeira não se pode afirmar que a água tenha boa ou má qualidade, embora tenha obtido a classificação “C”. As restantes albufeiras apresentam dados algo promissores, uma vez que na albufeira da Esteveíinha a qualidade da água apenas ultrapassou a “Classe B” em cinco anos, tal como se observou na albufeira da Camba.

Segundo o quadro 23, será a albufeira da Camba que melhor representa a qualidade de água no concelho de Alfândega da Fé, devido à gama de parâmetros e anos analisados. Embora não se possa afirmar que a água do concelho tem uma qualidade semelhante à água desta albufeira, pelas incertezas e outras variáveis não consideradas nos dados apresentados, esta será uma aproximação de base razoável para a qualidade global da água superficial no concelho.

<sup>10</sup> [https://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=1.5&idSubtem=ANUARIO\\_BACIA&bacCOD=12](https://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=1.5&idSubtem=ANUARIO_BACIA&bacCOD=12)

quadro 23 – Classificações e parâmetros responsáveis pela classificação no período 1995-2013

ESTEVEÍNHA		LAMEIRÃO OU CAMBA		SALGUEIRO	
1995	-	Oxigénio dissolvido (sat)	-		
1996	Oxigénio dissolvido (sat)	Oxigénio dissolvido (sat)	-		
1997	Oxigénio dissolvido (sat)	Oxidabilidade Oxigénio dissolvido (sat) Coliformes Totais Nitratos PH Estreptococos Fecais	-		
1998	Oxigénio dissolvido (sat)	Fosfatps P2O5 Oxigénio dissolvido (sat)	-		
1999	Oxigénio dissolvido (sat)	Oxigénio dissolvido (sat) Carência Química de Oxigénio	-		
2000	Oxigénio dissolvido (sat) Coliformes Totais	Oxigénio dissolvido (sat) Coliformes Totais Carência Química de Oxigénio	-		
2001	Coliformes Totais Coliformes Fecais Azoto Kjeldahl Oxigénio Dissolvido (sat) Carência Química de Oxigénio	-	-		
2002	Coliformes Totais Oxigénio Dissolvido (sat) Coliformes Fecais	-	-		

	ESTEVEÍNHA	LAMEIRÃO OU CAMBA	SALGUEIRO
2003	Oxigénio dissolvido (sat)	-	-
	Carência Química de Oxigénio		
2004	Coliformes Totais	-	-
	Azoto Kjeldahl		
2005	Fosfatos P2O5	-	-
	Fósforo P		
	Estreptococos Fecais		
2006	Coliformes Fecais	-	-
	Azoto Kjeldahl		
	Coliformes Totais		
2007	Fosfatos P2O5	Estreptococos Fecais	PH
	Estreptococos Fecais	Coliformes Totais	
2008	Manganês	Estreptococos Fecais	-
	Coliformes Totais	Coliformes Fecais	
	Estreptococos Fecais		
2009	Coliformes Fecais	Carência Química de Oxigénio	-
	Carência Química de Oxigénio		
2010	-	-	-
		Coliformes Fecais	
2011	Estreptococos Fecais	Estreptococos Fecais	-
		Coliformes Totais	
		Coliformes Fecais	
	Coliformes Fecais	Coliformes Totais	
2012	Coliformes Totais	Estreptococos Fecais	-
	Estreptococos Fecais	Carência Bioquímica de Oxigénio	
		Oxidabilidade	
		Nitratos	
	Oxigénio dissolvido (sat)	Oxigénio Dissolvido (sat)	
2013	Coliformes Totais	Fenois	-
	Carência Química de Oxigénio	Carência Química de Oxigénio	

Fonte: SNIRH (2019).

Refiram-se ainda os resultados dos últimos anos relativos à qualidade da água para consumo humano distribuída no concelho de Alfândega da Fé e na qual a Câmara Municipal é a entidade gestora. No quadro que se segue, é possível observar-se que em todos os anos considerados foram feitas mais de 80% das análises previstas. Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos (VP) em análise, constata-se que nunca foi registada a totalidade de cumprimento dos mesmos, embora os valores tenham sido sempre superiores a 90%. Por fim, no que respeita à água segura, desde 2004 que os valores se apresentam superiores a 90%.

*quadro 24 – Qualidade da água para consumo humano, no concelho de Alfândega da Fé*

ANO	ANÁLISES REALIZADAS (%)	ANÁLISES EM CUMPRIMENTO DO VP (%)	ÁGUA SEGURA (%)
2002	80,93	90,78	73,47
2003	83,59	93,48	78,14
2004	100,00	96,61	96,61
2005	100,00	95,12	95,12
2006	100,00	94,65	94,65
2007	99,13	91,67	90,87
2008	98,19	97,46	95,70
2009	100,00	97,14	97,14
2010	100,00	95,30	95,30
2011	100,00	92,54	92,54
2012	100,00	95,48	95,48
2013	100,00	95,12	95,12
2014	100,00	96,82	96,82
2015	100,00	98,55	98,55
2016	100,00	98,76	98,76
2017	100,00	98,87	98,87
2018	100,00	97,11	97,11

Fonte: <http://www.ersar.pt/pt/consumidor/qualidade-da-agua/pesquisa-por-concelho>

Pode-se concluir que a água para consumo humano distribuída no concelho cumpre as normas regulamentares, embora seja necessário um esforço acrescido para atingir os 100% de análises em cumprimento dos valores paramétricos, tal como previsto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, na sua redação atual.

## IV43 .USOS DA ÁGUA

Pela importância estratégica de que se revestem as albufeiras, é fundamental compatibilizar os usos possíveis de forma a proteger a boa qualidade da água e garantir que esta se mantém adequada para os usos a que a albufeira se destina.

Como usos principais consideram-se a produção de energia, a rega, o abastecimento doméstico e o abastecimento industrial, podendo verificar-se a combinação de alguns destes usos. Por outro lado, por usos secundários

entende-se a pesca, os banhos e natação, a navegação recreativa, a navegação com barcos a motor, a navegação com barcos à vela e as competições desportivas.

Numa região do país que se caracteriza por uma estação estival seca e relativamente longa, o armazenamento de água, em particular para o consumo humano, toma uma dimensão ainda mais relevante. Advém daqui o facto de os usos principais da Albufeira da Esteveinha e da Albufeira de Salgueiro serem o consumo doméstico e a rega. Por sua vez, a albufeira de Sambade terá como uso principal o “abastecimento urbano e, se existir volume sobranete, rega” (RNTBS, 2004, pp. 13)<sup>11</sup>. Já a Albufeira do Baixo Sabor tem o intuito de produzir energia.

Outros usos para além dos principais, e para os quais as albufeiras foram originalmente projetadas, podem ou não ser permitidos. A autorização para a prática de outros usos depende de várias situações, entre outros, da possibilidade do uso secundário degradar a qualidade da água, impedindo a aplicação do uso principal, do uso secundário necessitar de uma maior qualidade de água do que o uso principal, ou de questões relativas à segurança de pessoas e bens. As albufeiras da Esteveinha e do Salgueiro apresentam os mesmos usos secundários<sup>12</sup> e o mesmo grau de permissão, nomeadamente a prática de pesca com restrições. Todos os restantes usos secundários não são permitidos nessas albufeiras.

---

<sup>11</sup> A Câmara Municipal de Alfândega da Fé informou que os usos da albufeira de Camba são o abastecimento público e a rega, enquanto a albufeira de Santa Justa serve para o regadio.

<sup>12</sup> [http://snirh.pt/snirh/dados\\_sintese/albufeirasinv/pdf/mapadasalbufeiras.pdf](http://snirh.pt/snirh/dados_sintese/albufeirasinv/pdf/mapadasalbufeiras.pdf)

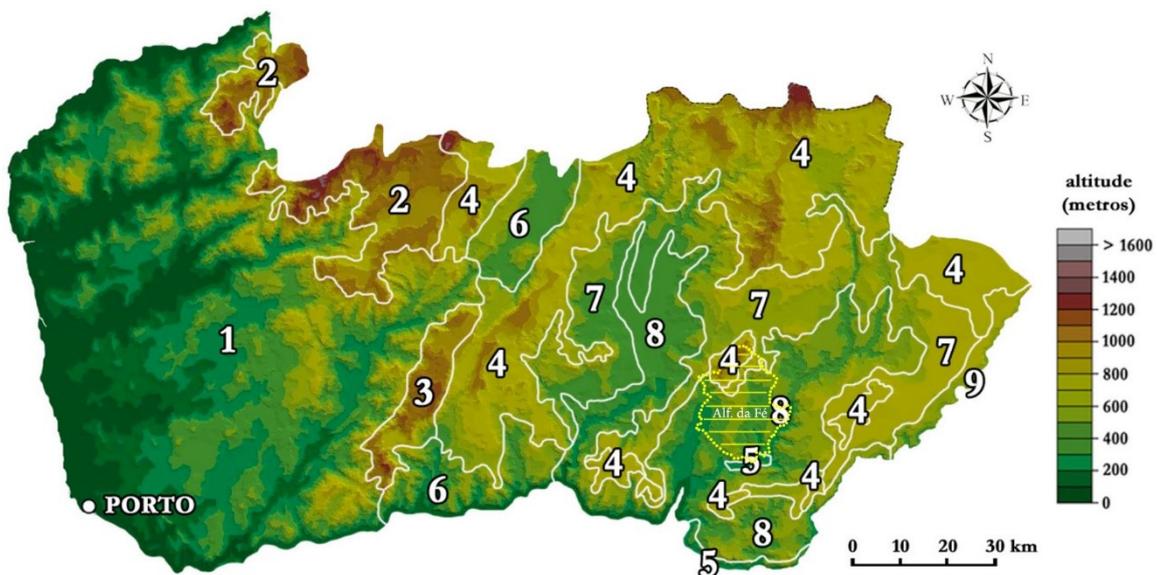
## IV5 .BIODIVERSIDADE

### IV51 VEGETAÇÃO NATURAL

O nordeste de Portugal tem como vegetação arbórea potencial principal o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) e a azinheira (*Quercus rotundifolia*), por oposição ao domínio do carvalho alvarinho (*Quercus robur*) no setor noroeste de Portugal (Ribeiro et al., 1988). No início do presente século, Aguiar et al. (2000) precisaram e mapearam os tipos de vegetação potencial natural no norte de Portugal (figura 3). Estes autores propõem a altimetria de 700 metros como a marca de transição entre os tipos vegetacionais meso e supramediterrânicos, ou seja, entre os domínios climáticos do sobreiro e do carvalho negral.

Assim sendo, e como se pode constatar pela figura 3, a maior parte do concelho de Alfândega da Fé situa-se no domínio dos bosques de sobreiro (*Quercus suber*). Os domínios do carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) e carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) ocorrem apenas nos setores mais altos do concelho, associados à serra de Bornes. A extremidade meridional do concelho é abrangida pelo domínio dos matagais de zimbro, oliveira-brava, cornalheira e azinheira.

*figura 3 – Enquadramento do concelho de Alfândega da Fé nos domínios de vegetação potencial natural no Norte de Portugal.<sup>13</sup>*



Fonte: Adaptado de Pereira (2006).

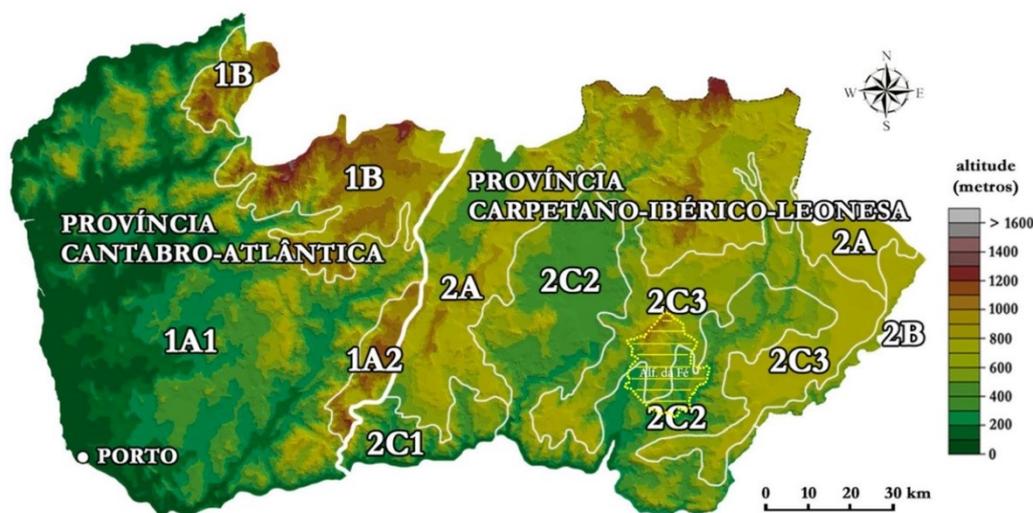
<sup>13</sup> Legenda: 1. Bosques termófilos de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*); 2. Bosques orófilos de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*); 3. Ambos os tipos de bosques (1 e 2); 4. Bosques de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*); 5. Matagais de zimbro, oliveira-brava, cornalheira e azinheira; 6. Bosques de sobreiro (*Quercus suber*); 7. Bosques de sobreiro (*Quercus suber*) e carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*); 8. Bosques de sobreiro (*Quercus suber*), carvalho-cerquinho (*Quercus faginea*) e zimbro (*Juniperus oxycedrus*); 9. Bosques de azinheira (*Quercus rotundifolia*) e zimbro (*Juniperus oxycedrus*).

Numa perspetiva biogeográfica, Costa et al. (1998) especificaram os limites das unidades fitocorológicas de Portugal Continental até ao nível do Superdistrito. No que diz respeito ao nordeste de Portugal, a totalidade deste território foi inserida no Reino Holártico, Região Mediterrânica e Província Carpetano-Ibérico-Leonesa, na qual foram reconhecidos três setores: Orensano-Sanabriense, Lusitano-Duriense e Salmantino (figura 4) (Costa et al., 1998; Aguiar, 2001; Honrado et al., 2001). A vegetação climácica da Província Carpetano-Ibérico-Leonesa é constituída pelo carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), por sobreirais e azinhais, sendo de citar, ao nível das comunidades arbustivas, os giestais, cervunais e estevais. Na vegetação ripícola dominam os amiais (bosques de *Alnus glutinosa*) e freixiais (bosques de *Fraxinus angustifolia*). Nas margens dos cursos de água temporários e de regime torrencial, com águas rápidas e turbulentas, são abundantes os salgueiros arbustivos.

O concelho de Alfândega da Fé situa-se exclusivamente no setor Lusitano-Duriense, o qual deve a sua unidade florística à flora que restou acantonada nos vales do rio Douro e afluentes durante a glaciação de Würm (Costa et al., 1998). As características fitossociológicas mais originais e importantes são a presença de bosques climatófilos mesomediterrânicos de sobreiro (*Quercus suber*) e mistos com zimbro (*Juniperus oxycedrus*). A nível arbustivo destaca-se o rosmaninho ou arçã (*Lavandula pedunculata* (Miller), a esteva (*Cistus ladanifer* L.), o tomilho (*Thymus mastichina* L.), o sanganho (*Cistus salvifolius* L.), roseiras bravas, giestas, tojo gadanho (*Genista falcata* Brot. e *Genista hystrix* Lang.), estevinha (*Cistus laurifolius* L.) e o sargaço pedunculado (*Halimium ocymoides* (Lam.) Willk.).

O Superdistrito da Terra Quente (2C2) está representado nos setores mais baixos do concelho enquanto o Superdistrito de Miranda-Bornes-Ansiães ocorre acima dos 500 metros de altitude (figura 4).

figura 4 – Enquadramento do concelho de Alfândega da Fé na carta biogeográfica do Norte de Portugal.<sup>14</sup>



Fonte: Adaptado de Pereira (2006).

<sup>14</sup> Legenda: Região Eurossiberiana: Sub-região Atlântica-Medioeuropeia: Superprovíncia Atlântica: Província Cantabro-Atlântica: Subprovíncia Galaico-Asturiana: 1. Setor Galaico-Português: 1A. Subsetor Miniense: 1A1. Superdistrito Miniense Litoral e 1A2. Superdistrito do Alvão-Marão; 1B. Subsetor Geresiano-Queixense. Região Mediterrânica: Sub-região Mediterrânica Ocidental: Superprovíncia Mediterrânica Ibero-Atlântica: Província Carpetano-Ibérico-Leonesa: 2A. Setor Orensano-Sanabriense, 2B. Setor Salmantino e 2C. Setor Lusitano-Duriense: 2C1. Superdistrito Duriense, 2C2. Superdistrito da Terra Quente e 2C3. superdistrito de Miranda-Bornes-Ansiães.

## IV52 .PATRIMÓNIO NATURAL

No que concerne a áreas de elevado valor florístico e faunístico é de destacar o setor sudeste do concelho, nomeadamente a área abrangida pela Rede Natura 2000 (mapa 3). Esse setor é abrangido pela ZPE PTZPE0037 “Rios Sabor e Maçãs”, classificada pelo Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro e o Sítio da lista nacional PTCON0021 “Rios Sabor e Maçãs”, classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto. Não sendo exatamente coincidentes em termos de área, ambos representam cerca de 7% do território do concelho (2.294ha e 2.247 hectares, respetivamente). Por outro lado, essas áreas dentro do concelho representam 5% e 7%, respetivamente, do total das áreas classificadas (ICNB, 2006).

A paisagem deste setor é fortemente marcada pelos vales encaixados do rio Sabor e dos seus principais afluentes (Maçãs e Angueira), ao longo da quase totalidade do seu percurso em Portugal. Trata-se de uma área de relevo montanhoso na qual alternam troços de vales de diferentes declives (margens alcantiladas, encostas pedregosas, leitos aplanados), dependendo das características geológicas, e que se reflete numa grande diversidade de vegetação e de tipo de ocupação humana.

A ZPE “Rios Sabor e Maçãs” tem o seu fundamento nas características naturais dos vales, aliada às dificuldades de acesso e à distância a que situam em relação às zonas urbanas, que proporcionam as condições necessárias à nidificação de aves rupícolas, como o Britango (*Neophron percnopterus*), a Águia-real (*Aquila chrysaetos*), o Bufo-real (*Bubo bubo*), sendo de destacar a população nidificante de Águia de Bonelli (*Hieraaetus fasciatus*), que corresponde a um dos mais significativos núcleos do nosso país (ICNB, 2006).

As condições naturais dos vales destes rios, ainda em bom estado de conservação das suas margens e boa qualidade das águas, permitem albergar populações importantes a nível nacional de Cegonha-preta (*Ciconia nigra*), Melro-de-água (*Cinclus cinclus*), Chasco-preto (*Oenanthe leucura*), Melro-azul (*Monticola solitarius*), Toutinegra-real (*Sylvia hortensis*) e Felosa de Bonelli (*Phylloscopus bonelli*). A sua orientação predominante Norte-Sul e a sua grande extensão faz com que esta ZPE seja também um importante corredor ecológico na região de Trás-os-Montes, seja para as espécies com carácter residente, seja para as espécies migradoras (ICNB, 2006).

A grande extensão de matos, a par com o notável mosaico agroflorestal das zonas planálticas (silvopastorícia) proporciona uma certa abundância de aves de rapina e diversos passeriformes como a Toutinegra-tomilheira (*Sylvia conspicillata*), a Toutinegra-de-bigodes (*Sylvia cantillans*) ou a Toutinegra-dos-valados (*Sylvia melanocephala*) (ICNB, 2006).

O Sítio “Rios Sabor e Maçãs” tem o seu fundamento na influência climática mediterrânica e no relevo montanhoso onde alternam troços de vales escarpados com características geológicas variadas e margens alcantiladas, encostas pedregosas e leitos aplanados, o que se reflete na notável diversidade de formações vegetais, sendo justamente considerado uma área singular e reliquial para a vegetação mediterrânica do norte de Portugal (ICNB, 2006).

Nessa área, muitas encostas estão cobertas por maciços de vegetação autóctone, nomeadamente por matos pré-florestais diversos, sobreirais (*Quercus suber*) (9330), zimbrais (*Juniperus oxycedrus* var. *lagunae*) (9560) e bosques climáticos edafoixerófilos de azinheiras (*Quercus rotundifolia*) (9340), formações endémicas de maior interesse que sobrevivem nos locais mais declivosos e inacessíveis. A flora e vegetação mais importante do Sítio

encontram-se nas comunidades rupícolas das escarpas rochosas com águas ressumantes ricas em carbonatos, onde se pode observar o ameaçado endemismo *Antirrhinum lopesianum*, e nos leitos de cheia dos rios, com realce para as comunidades endémicas dominadas por *Petrorrhagia saxifraga*, com ocorrência de *Festuca duriotagana*, e os matagais de buxo (*Buxus sempervirens*) (5110) (ICNB, 2006).

Merecem igualmente destaque as formações próprias dos afloramentos de rochas ultrabásicas (6160), onde ocorrem diversas espécies serpentinícolas de grande interesse florístico, como no importante afloramento do Piçarrão. A extensão do Sítio, aliada a uma orientação predominante Norte-Sul, concede-lhe um papel vital como corredor ecológico na região de Trás-os-Montes constituindo efetivamente o maior e mais bem preservado contínuo de ecossistemas ribeirinhos do país (ICNB, 2006).

Em termos faunísticos, e à semelhança do que ocorre com as aves neste setor, este Sítio é extremamente importante para a conservação do lobo-ibérico (*Canis lupus*), uma vez que é utilizado por diversas alcateias do núcleo populacional que ocorre no distrito de Bragança, o maior a nível nacional, constituindo, nesta região, o principal corredor ecológico da espécie em direção ao sul.

A boa qualidade das águas e o bom estado de conservação das margens das linhas de água tornam este Sítio importante para a conservação da fauna associada ao meio aquático, sendo de salientar a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e a panjorca (*Rutilus arcasii*). É também um dos Sítios com maior diversidade de bivalves de água doce, sendo que nele ocorre o mexilhão-de-rio (*Unio crassus*). Constitui um dos locais a ter em conta para uma eventual reintrodução/ recuperação das populações de lagostim-de-patas-brancas (*Austropotamobius pallipes*) (ICNB, 2006).

# CAPÍTULO V – PATRIMÓNIO CULTURAL CONSTRUÍDO

## V1 .INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL

---

Neste capítulo, atendendo à importância que o Património Cultural construído assume para a permanência e construção da identidade nacional, regional e local e para a própria democratização da cultura, será descrito o Património Arquitetónico e Arqueológico existente no concelho de Alfândega da Fé, tendo em vista a sua proteção e consequente valorização.

O Património Cultural assume um valor inestimável pois, através dele é possível descobrir e interpretar as vivências dos antepassados, compreender a estrutura da sua identidade, dos seus valores materiais e espirituais, e a cultura do povo português. A salvaguarda e a valorização do Património Cultural assumem uma crescente importância nos processos de planeamento, pois este faz parte do metabolismo próprio de cada território humanizado pelo que, é fundamental proceder à sua análise no âmbito da revisão do PDM de Alfândega da Fé.

Ao longo dos séculos, o Homem criou obras que representam um testemunho material de uma civilização ou de uma cultura pelo que a constante intervenção humana no território levou a que a legislação aumentasse, procurando estabelecer medidas preventivas de salvaguarda do património cultural.

Quanto ao enquadramento legal, o conceito e o âmbito de Património Cultural são definidos na Lei de Bases do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que substitui a Lei n.º 13/85, de 6 de julho. Esta última nunca chegou a ser regulamentada pelo que pouco contribuiu para a proteção e salvaguarda do Património Cultural. A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, estipula que o Património Cultural integra todos os bens que são testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevantes (histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico), pois refletem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade que devem ser objeto de especial proteção e valorização. Além disso, são considerados Património Cultural quaisquer outros bens que sejam considerados como tal, por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português.

Após a publicação da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, foram publicados um conjunto de diplomas legais com o objetivo de consagrar as medidas estabelecidas na supracitada Lei, nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho (cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural), o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho (estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial), o Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho (estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal) e o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011 de 5 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 265/2012, de 28 de dezembro.

O Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda. Este estabelece que “um bem imóvel é classificado nas categorias de monumento, conjunto ou sítio” (n.º 1 do artigo 2º) e que pode abranger “prédios rústicos e prédios urbanos, edificações ou outras construções que se incorporem no solo com carácter de permanência, bem como jardins, praças ou caminhos” (n.º 2 do artigo 2º).

Relativamente à classificação, os bens imóveis podem ser de: (1) **interesse nacional** quando “a respetiva proteção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação” (n.º 4 do artigo 15º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro); (2) **interesse público** “quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado” (n.º 5 do artigo 15º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro); e (3) **interesse municipal** “os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município” (n.º 6 do artigo 15º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

*“Os bens imóveis, nas suas categorias de monumento, conjunto ou sítio, classificados como monumento nacional ou imóvel de interesse público constituem testemunhos de especial importância da civilização e da cultura portuguesa, justificando-se plenamente que sejam objeto de especial proteção e valorização”* (DGOTDU, 2006) pelo que, o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, estabelece diferentes tipos de zonas de proteção. Assim, (1) “os bens imóveis em vias de classificação beneficiam automaticamente de uma zona geral de proteção” (n.º 1 do artigo 36º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação), (2) os bens imóveis em vias de classificação podem beneficiar, em alternativa à zona de proteção prevista anteriormente, “de uma zona especial de proteção provisória” (n.º 2 do artigo 36º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação) e (3) “os imóveis classificados beneficiam de uma zona especial de proteção” (n.º 3 do artigo 36º, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação).

Pelo artigo 37º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, a zona geral de proteção “tem 50 metros contados dos limites externos do bem imóvel” e “quando o limite da zona geral de proteção abrange parcialmente um bem imóvel, considera-se o mesmo sujeito na sua totalidade ao regime aplicável aos bens imóveis situados na zona de proteção”.

A zona especial de proteção provisória é criada quando a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) considerar que a zona geral de proteção é insuficiente ou desadequada para proteger e valorizar o bem imóvel em questão (artigo 38º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação). O estudo desta deve ser realizado em articulação com o município onde se localiza o imóvel e com a Direção Regional de Cultura competente. Esta “tem a amplitude adequada em função da proteção e valorização do bem imóvel em vias de classificação, podendo incluir zonas *non aedificandi*” (artigo 39º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação).

A zona especial de proteção, pelo artigo 43º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, tem a extensão e impõe as restrições adequadas em função da proteção e valorização do bem imóvel classificado, podendo definir:

- 1) *“Zonas non aedificandi;*
- 2) *Áreas de sensibilidade arqueológica com a graduação das restrições, nomeadamente quanto ao tipo de procedimento de salvaguarda de carácter preventivo;*
- 3) *Bens imóveis, ou grupos de bens imóveis, que: i) podem ser objeto de obras de alteração, nomeadamente quanto à morfologia, cromatismo e revestimento exterior dos edifícios; ii) devem ser preservados; iii) em circunstâncias excecionais, podem ser demolidos; iv) podem suscitar o exercício do direito de preferência, em caso de venda ou dação em pagamento;*
- 4) *Identificação das condições e da periodicidade de obras de conservação de bens de imóveis ou grupo de bens imóveis;*
- 5) *As regras genéricas de publicidade exterior”.*

Esta garante o enquadramento paisagístico do bem imóvel e as perspetivas da sua contemplação, devendo abranger os espaços verdes (jardins ou parques de interesse histórico) que sejam importantes para a defesa do contexto do bem imóvel classificado.

Tal como referido, o do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, estabelece, ainda, os Planos de Pormenor de Salvaguarda que definem “as orientações estratégicas de atuação e as regras de uso e ocupação do solo e edifícios necessárias à preservação e valorização do património cultural existente na sua área de intervenção, desenvolvendo as restrições e os efeitos estabelecidos pela classificação do bem imóvel e pela zona especial de proteção” (artigo 64.º), podendo abranger o solo rural e o solo urbano (artigo 65.º).

Através do Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho, na sua redação atual, foi constituído o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural com o objetivo de financiar medidas de proteção e de valorização relativamente (a) aos imóveis, conjuntos e sítios integrados na lista do património mundial e aos (b) bens culturais classificados, ou em vias de classificação, como de interesse nacional ou de interesse público em risco de destruição, perda ou deterioração. Este Fundo pretende, igualmente, responder às necessidades de salvaguarda dos bens culturais em situações de emergência, mas, também tem o objetivo de assegurar uma política programada de aquisição, reabilitação, conservação e de restauro dos bens cuja importância seja fundamental, para garantir a salvaguarda da nossa herança nacional.

O Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, na sua redação atual, estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, em desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, compreendendo as medidas de salvaguarda, o procedimento de inventariação e a criação da Comissão para o Património Cultural Imaterial, abrangendo os seguintes domínios (artigo 1.º):

- a) *Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial;*
- b) *Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo;*
- c) *Práticas sociais, rituais e eventos festivos;*

- d) Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo;
- e) Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais.

O Património Cultural Imaterial “*desempenha na sedimentação das identidades coletivas, a nível local e nacional, ao mesmo tempo que se propicia um espaço privilegiado de diálogo, conhecimento e compreensão mútuos entre diferentes tradições*” (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho).

A Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro introduz um mecanismo de controlo prévio e de responsabilização em relação a todas as obras ou intervenções no património cultural pelo que foi, recentemente, regulamentado através do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho, o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal. Este pressupõe a necessidade de ser elaborado um relatório prévio, por técnicos legalmente qualificados, em relação às obras ou intervenções, tal como, o acompanhamento destas pela administração do património cultural competente e ainda a entrega de um relatório final. Assim, este diploma “*adapta as regras [do regime jurídico da urbanização e edificação] às especificidades do património cultural imóvel de forma a facilitar a apreciação, por parte da administração autárquica, e da administração central, da necessidade, pertinência e adequação das propostas de obras ou intervenções*” (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho) aos bens imóveis.

Em resultado dos milhares de anos de povoamento nesta região, existem no concelho de Alfândega da Fé inúmeros valores patrimoniais, arquitetónicos e arqueológicos, que urge preservar. Seguidamente, serão descritos os imóveis classificados, bem como outros imóveis que pelo seu valor foram também identificados.

## V2 .IMÓVEIS CLASSIFICADOS E EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

### V21 .IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO

Segundo a DGPC, Alfândega da Fé tem dois imóveis classificados de interesse público; a Capela de São Bernardino e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção (Matriz de Sambade) e um em vias de classificação, a Capela de Nossa Senhora de Jerusalém.

*quadro 25 – Património classificado e em vias de classificação em Alfândega da Fé*

DESIGNAÇÃO	CATEGORIA DE PROTECÇÃO	CATEGORIA/ TIPOLOGIA	DECRETO
Capela de São Bernardino	IIP Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Capela	Decreto 8/83, DR, I Série, n.º 19, de 24/01/1983
Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Sambade	IIP Imóvel de Interesse Público	Arquitetura Religiosa/Igreja	Decreto 25 336, DR, I Série, n.º 110, de 15/05/1935
Capela de Nossa Senhora de Jerusalém	Em vias de classificação (Homologado – IIP Imóvel de Interesse Público)	Arquitetura Religiosa/Capela	Homologado como IIP em 26/05/2003, por S.E. do MC

Fonte: DGPC (2019).

A **Capela de São Bernardino** localiza-se na União das freguesias de Gebelim e Soeima, na vertente nascente da Serra de Bornes e embora existam poucos dados acerca desta, sabe-se que foi construída em 1741 (data de construção inscrita na porta lateral).

Trata-se de uma capela singela, de fachada simples, que forma um conjunto com o alpendre lateral de quatro colunas. No interior, de nave única, destaca-se a capela-mor, separada da nave por um arco de cantaria de volta perfeita, com retábulo rococó, de talha dourada e policromada. Aqui, destaca-se a existência de uma representação rara de São Bernardino, em tábua pintada.

*figura 5 – Capela de São Bernardino*



Fonte: <http://freguesiaqebelim.blogspot.com/2016/04/capela->

*figura 6 – Matriz de Sambade*



Fonte: <http://freguesiasambade.blogspot.com/2009/09/blog->

A **Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Sambade**, situa-se na freguesia de Sambade, na EN 315, tendo a construção terminada em 1798. É um exemplo da arquitetura barroca e neoclássica, com capela-mor mais baixa e mais estreita que a nave, uma torre sineira no plano da fachada, a sacristia do lado norte e, do lado oposto, um anexo designado Casa das Almas. Destacam-se os cinco altares em talha policromada e de gosto rococó.

*figura 7 – Capela de Nossa Sr.ª de Jerusalém*

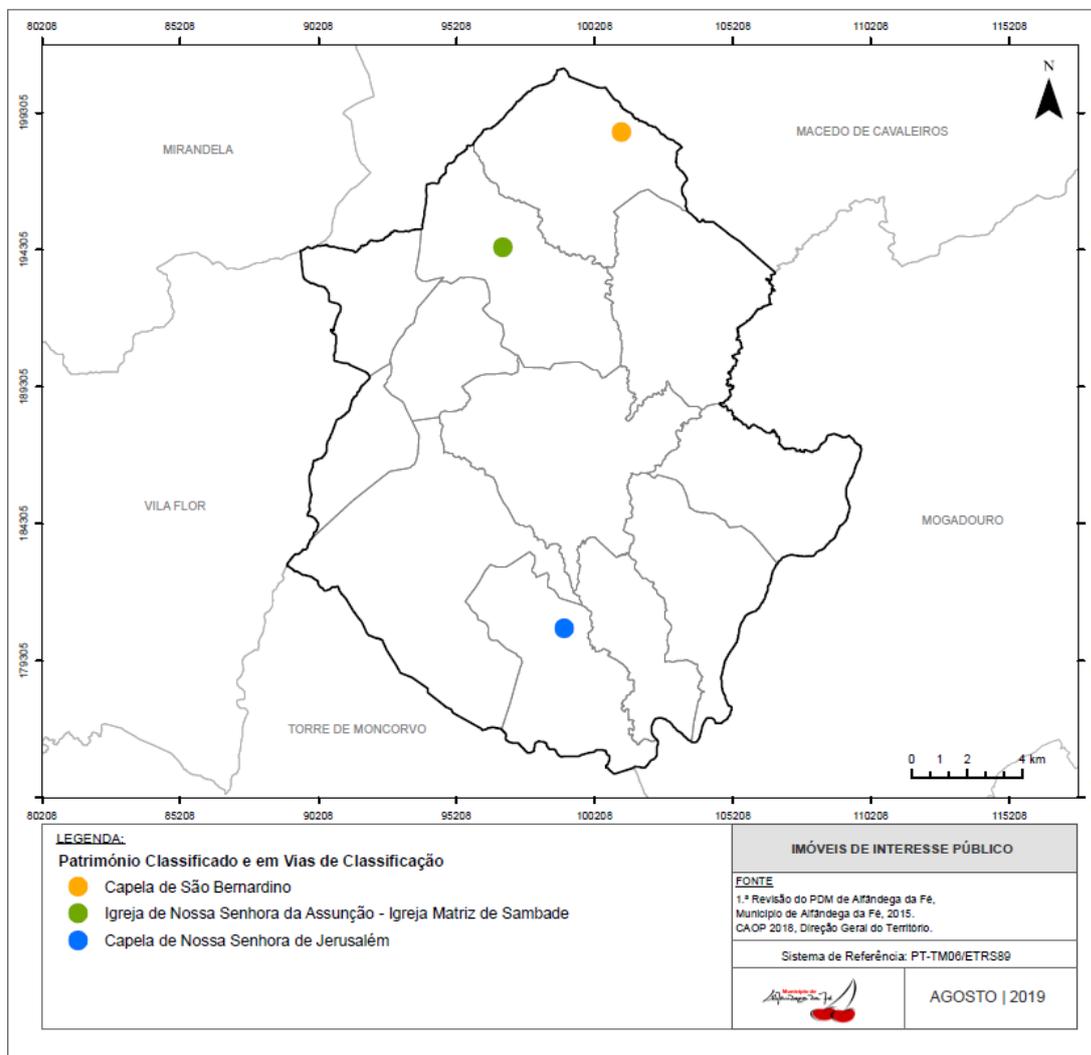


Fonte:

<http://sites.google.com/site/bvalfandeqa/hist%C3%B3riadealf%C3%A2>

A **Capela de Nossa Senhora de Jerusalém** localiza-se na União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra e constitui um exemplar de arquitetura neoclássica, com uma fachada onde se destaca o portal com arco de volta perfeita, com as aduelas do arco tipo pedra almofadada. As intervenções recentes, em particular uma que ocorreu na década de 80 do século XX, foram responsáveis por uma significativa descaracterização da igreja (DGPC).

mapa 25 – Imóveis de Interesse Público, no concelho de Alfândega da Fé



## V22 .IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL

De acordo com a DGPC (2019) existem dois imóveis em vias de classificação como “Monumento de Interesse Municipal” – a Torre do Relógio de Alfândega da Fé (publicação da abertura de procedimento de classificação da Torre do Relógio como Imóvel de Interesse Municipal, no Anúncio n.º 40/2014, Diário da Republica, II Série, n.º 30, de 12 de fevereiro de 2014, retificado pelo Anúncio n.º 62/2014, de 11 de março, Diário da Republica, II Série, n.º 49, de 11 de março de 2014), e a Casa do Adro (a abertura do processo de classificação como Imóvel de Interesse Municipal e respetiva Zona Geral de Proteção, data de 26 de setembro de 2019).

A **Casa do Adro** situa-se no centro histórico da vila de Alfândega da Fé, frente à igreja matriz, ocupando um terreno de gaveto. O edifício corresponde a uma estrutura habitacional do século XVIII, onde atualmente, o espaço interior encontra-se bastante degradado. No entanto, a sua disposição deveria corresponder originalmente às regras das habitações setecentistas, estando as divisões do piso térreo destinadas a serviços domésticos e armazenamento, enquanto o andar nobre se reservava aos espaços sociais e aposentos privados.

*figura 8 – Casa do Adro*



Fonte:

<https://www.diariodetrasmontes.com/noticia/classificacao-da-casa-do-adro-como-monumento-de-interesse-municipal>

A **Torre do Relógio de Alfândega da Fé** localiza-se na freguesia de Alfândega da Fé e constitui o ex-libris da vila. A torre dos sinos possui uma planta quadrangular, possivelmente de construção setecentista, e detém parâmetros em alvenaria de xisto, com um ligeiro talude e ventanas em arco de volta perfeita. Comumente considera-se que esta construção é da época medieval e que integrava a cerca do castelo, contudo os elementos para o comprovar não são suficientes. Por seu turno, o registo das ventanas relativamente recuado (atualmente estão entaipadas) pode indicar que a sua construção foi posterior à data que se pensa.

*figura 9 – Torre do Relógio*



Fonte: [https://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1271?poi\\_id=28](https://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1271?poi_id=28)

## V23 .OUTROS IMÓVEIS COM INTERESSE

O Património Cultural do concelho não se restringe exclusivamente ao património classificado ou em vias de classificação. Assim, segundo o um levantamento realizado pelo Município de Alfândega da Fé foram identificados os imóveis que se considera possuírem valor patrimonial e que devem ser preservados e valorizados. Estes podem ser exemplos de Arquitetura Religiosa, Arquitetura Civil, de Arquitetura Militar, ou outros tipos e encontram-se listados no quadro 26 (ver ANEXO I). Constata-se que existe uma predominância do património religioso e a freguesia de Alfândega da Fé é a que possui o maior número de imóveis.

*quadro 26 – Listagem dos Imóveis de Interesse Patrimonial*

FREGUESIA	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA
Alfândega da Fé	P4	Casa dos Viscondes de Valpereiro	Arq. Civil

FREGUESIA	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA
Alfândega da Fé	P5	Torre do Relógio (Alfândega da Fé)	Arq. Militar
Alfândega da Fé	P9	Entrada da Antiga Capela da Casa dos Távora	Arq. Religiosa
Alfândega da Fé	P10	Casa Grande (Edifício da Câmara Municipal de Alfândega da Fé)	Arq. Administrativa/ Edifício Público
Alfândega da Fé	P11	Edifício dos Antigos Paços do Concelho / Tribunal de Alfândega da Fé	Arq. Administrativa/ Edifício Público
Alfândega da Fé	P12	Casa da Cultura de Alfândega da Fé	Arq. Administrativa/ Edifício Público
Alfândega da Fé	P13	Lagar D' el Rei	Arq. Civil
Alfândega da Fé	P14	Escola Primária (tipologia Adães Bermudes)	Arq. Administrativa/ Edifício Público
Alfândega da Fé	P23	Igreja Matriz de Alfândega da Fé / Igreja de São Pedro	Arq. Religiosa
Alfândega da Fé	P37	Capela da Família dos Ferreiras	Arq. Religiosa
Alfândega da Fé	P38	Capela da Misericórdia	Arq. Religiosa
Alfândega da Fé	P39	Capela de São Sebastião	Arq. Religiosa
Alfândega da Fé	P40	Capela de Zacarias	Arq. Religiosa
Alfândega da Fé	P41	Capela de Santa Bárbara (castelo)	Arq. Religiosa
Alfândega da Fé	P51	Ponte de Zacarias	Arq. Infraestrutural
Alfândega da Fé	P53	Eira (Antigo Relógio de Sol) em Alfândega da Fé	Espaço Público
Alfândega da Fé	P65	Capela do Espírito Santo	Arq. Religiosa
Alfândega da Fé	P90	Ponte do Arquinho I	Arq. Civil
Cerejais	P56	Santuário de Cerejais	Arq. Religiosa
Cerejais	P57	Loca	Arq. Religiosa
Cerejais	P58	Calvário	Arq. Religiosa
Cerejais	P59	Igreja Paroquial de Cerejais	Arq. Religiosa
Cerejais	P67	Capela de São Sebastião	Arq. Religiosa
Cerejais	P100	Atalaia das Inculcas	Arq. Militar
Sambade	P1	Igreja de Nossa Senhora da Assunção, Matriz de Sambade	Arq. Religiosa
Sambade	P46	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Arq. Religiosa
Sambade	P47	Capela de Santo António	Arq. Religiosa
Sambade	P69	Capela de Nossa Senhora das Neves	Arq. Religiosa
Sambade	P77	Capela de São Sebastião	Arq. Religiosa
Sambade	P83	Capela de São Roque (Vila Nova)	Arq. Religiosa
Sambade	P95	Fonte de Mergulho	Arq. Civil
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	P7	Capela de São Geraldo	Arq. Religiosa
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	P22	Igreja Paroquial de Agrobom	Arq. Religiosa
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	P28	Igreja Paroquial de Saldonha / Igreja de São Martinho	Arq. Religiosa
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	P63	Igreja Paroquial de Valpereiro / Igreja de Santo Apolinário	Arq. Religiosa

FREGUESIA	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	P64	Capela de São Sebastião	Arq. Religiosa
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	P70	Capela de São Lourenço (Felgueiras)	Arq. Religiosa
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	P76	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Arq. Religiosa
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	P91	Ponte do Arquinho II	Arq. Civil
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	P92	Ponte do Arquinho III	Arq. Civil
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P16	Solar de Santa Justa	Arq. Civil
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P21	Igreja Paroquial de Valverde / Igreja de Nossa Senhora da Encarnação	Arq. Religiosa
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P24	Igreja Paroquial de Eucísia / Igreja de São Paio	Arq. Religiosa
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P26	Igreja Paroquial de Gouveia / Igreja de São Bartolomeu	Arq. Religiosa
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P42	Capela de São Sebastião	Arq. Religiosa
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P44	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Arq. Religiosa
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P55	Casa Agrícola Ochôa	Arq. Civil
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P66	Capela de Nossa Senhora dos Remédios (Cabreira)	Arq. Religiosa
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P71	Capela de Santa Marinha (Gouveia)	Arq. Religiosa
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P75	Capela de Santa Justa	Arq. Religiosa
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P81	Capela de São Sebastião	Arq. Religiosa
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P82	Capela de São Bernardino de Sena	Arq. Religiosa
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	P99	Cruzeiro de Gouveia	Arq. Religiosa
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	P3	Capela de Nossa Senhora de Jerusalém	Arq. Religiosa
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	P25	Igreja Paroquial de Ferradosa / Igreja de Santo Amaro	Arq. Religiosa
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	P30	Igreja Paroquial de Sendim da Serra / Igreja de São Lourenço	Arq. Religiosa
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	P43	Capela de Nossa Senhora das Dores	Arq. Religiosa
União das freguesias de	P62	Igreja de Nossa Senhora de Fátima	Arq. Religiosa

FREGUESIA	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA
Ferradosa e Sendim da Serra			
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	P72	Capela do Divino Espírito Santo (Picões)	Arq. Religiosa
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	P73	Capela de Santa Bárbara (Picões)	Arq. Religiosa
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	P79	Capela de Santa Eufémia	Arq. Religiosa
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	P80	Capela de Santo António	Arq. Religiosa
União das freguesias de Gebelim e Soeima	P2	Capela de São Bernardino	Arq. Religiosa
União das freguesias de Gebelim e Soeima	P31	Igreja Paroquial de Soeima / Igreja de São Pelágio	Arq. Religiosa
União das freguesias de Gebelim e Soeima	P48	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Arq. Religiosa
União das freguesias de Gebelim e Soeima	P40	Igreja Paroquial de Gebelim / Igreja de São Martinho	Arq. Religiosa
União das freguesias de Gebelim e Soeima	P89	Ermida de Nossa Senhora do Rosário	Arq. Religiosa
União das freguesias de Gebelim e Soeima	P93	Fonte em Gebelim I	Arq. Infraestrutural
União das freguesias de Gebelim e Soeima	P94	Fonte em Gebelim II	Arq. Infraestrutural
União das freguesias de Gebelim e Soeima	P97	Fontes	Arq. Infraestrutural
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	P29	Igreja Matriz de Sendim da Ribeira	Arq. Religiosa
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	P36	Capela do Divino Senhor dos Milagres / Nossa Senhora do Rosário	Arq. Religiosa
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	P45	Capela de Santo Antão da Barca	Arq. Religiosa
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	P61	Igreja Paroquial de Parada / Igreja de São Tiago	Arq. Religiosa
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	P78	Capela de Santa Bárbara (Sardão)	Arq. Religiosa
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	P96	Fonte de Mergulho	Arq. Infraestrutural
União das freguesias de Pombal e Vales	P27	Igreja Paroquial de Pombal	Arq. Religiosa
União das freguesias de Pombal e Vales	P32	Igreja Paroquial de Vales / Igreja de Santa Cruz	Arq. Religiosa
União das freguesias de Pombal e Vales	P74	Capela de Santa Marinha (Pombal)	Arq. Religiosa
Vilar Chão	P6	Capela de Santo Amaro (Legoínha)	Arq. Religiosa
Vilar Chão	P18	Casa Brasonada	Arq. Civil
Vilar Chão	P33	Igreja Matriz de Vilarchão / Igreja de Nossa Senhora de Assunção	Arq. Religiosa
Vilar Chão	P52	Fonte Nova / Fonte Limpa	Arq. Infraestrutural

FREGUESIA	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	TIPOLOGIA
Vilar Chão	P84	Capela de São Sebastião	Arq. Religiosa
Vilar Chão	P85	Capela do Senhor da Salvação	Arq. Religiosa
Vilarelhos	P8	Solar do Morgado de Vilarelhos	Arq. Civil
Vilarelhos	P15	Escola Primária (tipologia Adães Bermudes)	Arq. Administrativa/ Edifício Público
Vilarelhos	P20	Quinta do Barracão da Vilarça	Arq. Civil
Vilarelhos	P34	Igreja Paroquial de Vilarelhos / Igreja de São Tomé	Arq. Religiosa
Vilarelhos	P49	Capela de Nossa Senhora dos Anúncios	Arq. Religiosa
Vilarelhos	P50	Capela de Santo Antão	Arq. Religiosa
Vilares da Vilarça	P17	Casas Solarengas, Cruzeiro de São Roque e Fonte de Mergulho	Arq. Civil
Vilares da Vilarça	P19	Casa, Eira e Fonte	Arq. Civil
Vilares da Vilarça	P35	Igreja Paroquial de Vilares da Vilarça / Igreja de Santa Catarina	Arq. Religiosa
Vilares da Vilarça	P54	Casa com Portal Brasonado	Arq. Civil
Vilares da Vilarça	P68	Capela de São Lourenço	Arq. Religiosa
Vilares da Vilarça	P86	Capela de Nossa Senhora do Socorro	Arq. Religiosa
Vilares da Vilarça	P87	Capela de Santa Marta	Arq. Religiosa
Vilares da Vilarça	P88	Capela de São João	Arq. Religiosa
Vilares da Vilarça	P98	Fonte Designada Fontareja	Arq. Infraestrutural

Fonte: Município de Alfândega da Fé, 2015.

## V24 .PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

O património arqueológico é constituído por todo o género de vestígios materiais, de maior ou menor antiguidade, que documentam a atividade humana e a sua relação com o ambiente em épocas passadas. Estes vestígios podem-se localizar no solo, subsolo ou em meio submerso e integram objetos, depósitos estratificados, estruturas, construções ou conjuntos arquitetónicos, evidências de alteração das paisagens ou outros sinais que testemunhem atos e vivências anteriores aos nossos tempos (artigo 74º, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro). Deste modo, pela mesma Lei é um dever do Estado, quer a nível da administração central, quer ao nível da administração local, estudar, proteger, valorizar e divulgar o património cultural, tal como, é um dever cívico da sociedade. Assim, o n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro estipula que, aquando do licenciamento e autorização de operações urbanísticas, a administração pública deve *“certificar-se de que os trabalhos por si autorizados, que envolvam transformação de solos, revolvimento ou remoção de terreno no solo, subsolo ou nos meios subaquáticos, bem como a demolição ou modificação de construções, estão em conformidade com a legislação sobre a salvaguarda do património arqueológico”*.

Os Instrumentos de Gestão Territorial devem identificar o património arqueológico, de modo a que sejam estabelecidos os parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação das zonas de proteção. Neste seguimento, os Planos Municipais de Ordenamento do Território devem estabelecer os princípios e as regras de garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural.

No quadro 27 apresenta-se a listagem do património arqueológico identificado no concelho de Alfândega da Fé (ver ANEXO II). Pode-se constatar que este se encontra distribuído por todo o concelho, havendo uma maior predominância na freguesia de Alfândega da Fé e na União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde.

*quadro 27 – Listagem do Património Arqueológico*

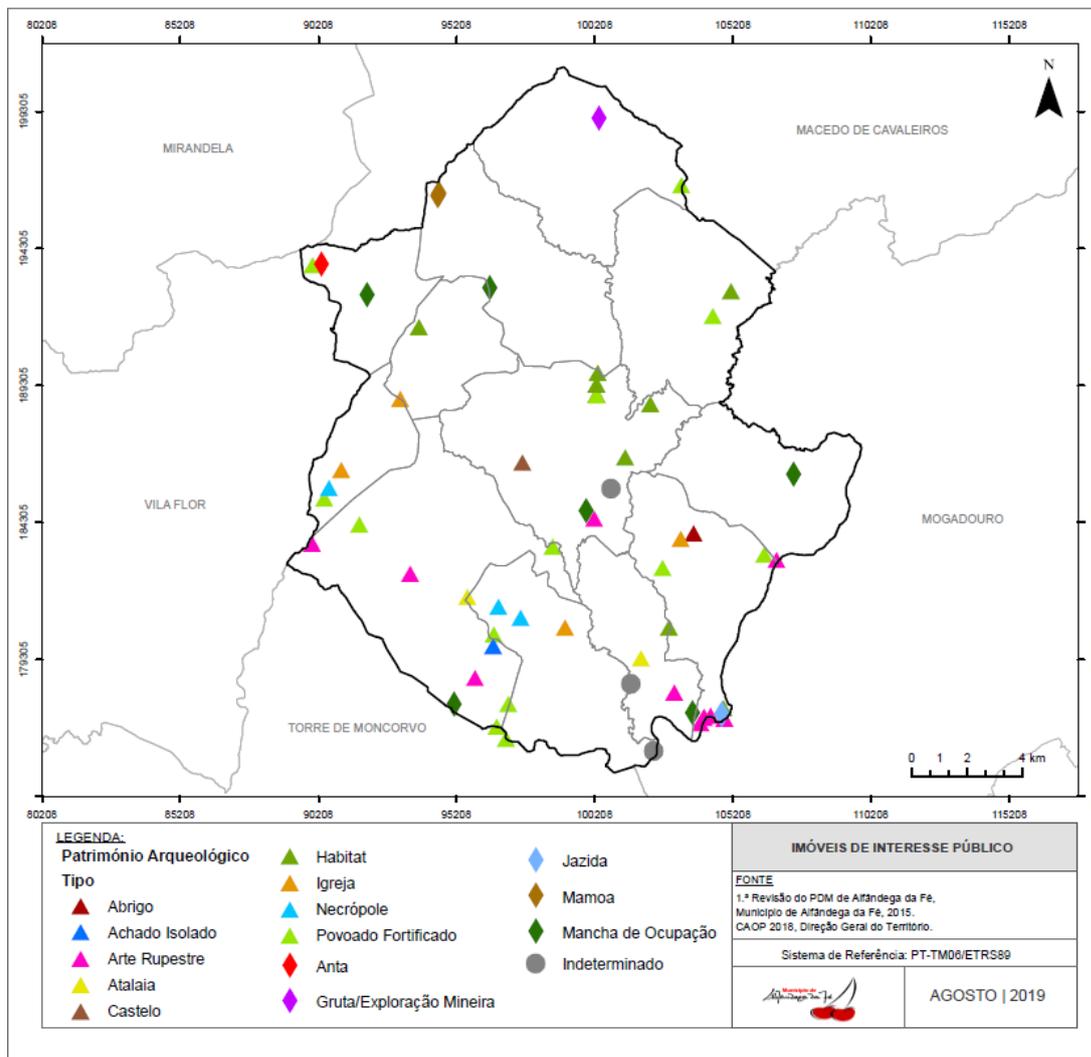
FREGUESIA	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	TIPO DE SÍTIO
Alfândega da fé	A21	Monte da Pala	Povoado fortificado
Alfândega da fé	A23	Castelo de Alfândega da Fé	Castelo
Alfândega da fé	A33	Casinhas Brancas	Habitat
Alfândega da fé	A37	Fraga do Tabias	Habitat
Alfândega da fé	A40	Marco / Sampaio	Arte rupestre
Alfândega da fé	A41	Monte das Chousinhas	Indeterminado
Alfândega da fé	A47	Papeira	Mancha de ocupação
Alfândega da fé	A5	Castelinho	Habitat
Alfândega da fé	A50	Quinta de Zacarias	Habitat
Alfândega da fé	A6	Fraga da Pala	Abrigo natural
Cerejais	A29	Atalaia das Inculcas	Indeterminado (atalaia)
Cerejais	A35	Chã	Habitat
Cerejais	A49	Penas Ruivas	Arte rupestre
Cerejais	A9	Cabeço do Aguilhão	Mancha de ocupação
Cerejais	A8	Aguilhão 2	Arte rupestre
Cerejais	A7	Aguilhão 1	Arte rupestre
Sambade	A30	Barragem de Sambade	Mancha de ocupação
Sambade	A57	Fragas da Moura	Mamoas
Sambade	A59	Bornes	Mamoas
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	A17	Castelo/ Castilhão	Habitat
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	A19	Crasto	Povoado fortificado
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A11	Povoado Fortificado de Santa Justa	Povoado fortificado
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A12	Fraga das Ferraduras	Arte rupestre
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A13	Pedra Escrita de Ridevides	Arte rupestre
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A2	Povoado Fortificado do Pinhal	Povoado fortificado
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A24	Regadas	Arte rupestre
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A25	Chãs	Mancha de ocupação
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A26	Quebrada	Achado isolado
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A27	Rebentão	Povoado fortificado
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A4	Castelo de Gouveia	Povoado fortificado/atalaia

FREGUESIA	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	TIPO DE SÍTIO
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A42	Monte do Castelo	Povoado fortificado
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	A1	Castelo de Picões	Povoado fortificado
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	A14	Necrópole de Santa Eufémia	Necrópole
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	A3	Povoado Fortificado do Curral da Cerca	Povoado fortificado
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	A38	Igreja de Sendim da Serra	Necrópole
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	A44	Nossa Senhora de Jerusalém	Igreja
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	A45	Olival da Santa	Indeterminado
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	A46	Olival do Pitogaio	Indeterminado
União das freguesias de Gebelim e Soeima	A22	Fraga dos Mouros	Gruta/exploração mineira
União das freguesias de Gebelim e Soeima	A28	Castelo	Povoado fortificado
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	A16	Castelo da Marruça	Povoado fortificado
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	A34	Castelo Branco	Povoado fortificado
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	A36	Cova da Moura	Abrigo natural
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	A43	Monte do Concelho	Igreja
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	A51	Cabeço do Aguilhão 1	Arte rupestre
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	A52	Cabeço do Aguilhão 2	Arte rupestre
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	A53	Cabeço do Aguilhão 3	Arte rupestre
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	A54	Miragaia / Santo Antão da Barca	Habitat
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	A55	Quinta de Santo Antão da Barca	Jazida
União das freguesias de Pombal e Vales	A18	Vale das Cordas	Habitat
Vilar Chão	A20	Castelo da Legoinha	Mancha de ocupação
Vilar Chão	A48	Parada	Arte rupestre
Vilarelhos	A10	Nossa Senhora dos Anúncios	Povoado fortificado
Vilarelhos	A39	Larinho	Necrópole
Vilarelhos	A56	Santa Marinha	Igreja
Vilarelhos	A58	Capela de Santo Antão	Igreja
Vilares da Vilariça	A15	Casa dos Mouros	Mancha de ocupação
Vilares da Vilariça	A31	Cabeço do Murado 1	Povoado fortificado

FREGUESIA	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	TIPO DE SÍTIO
Vilares da Vilařica	A32	Cabeço do Murado 2	Anta

Fonte: Município de Alfândega da Fé, 2015.

mapa 26 – Património Arqueológico no concelho de Alfândega da Fé



## CAPÍTULO VI – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

### VI1 .DEMOGRAFIA

#### INTRODUÇÃO

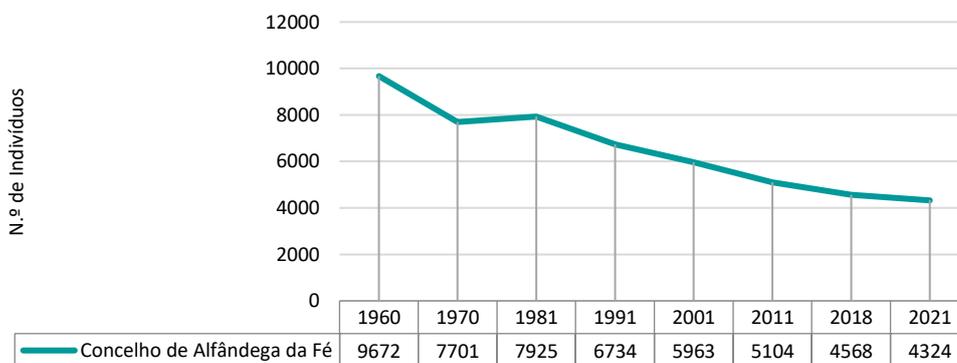
O conhecimento das dinâmicas demográficas, no que toca à sua dimensão, evolução, estrutura e movimentos, é de extrema importância no processo de ordenamento do território. De facto, é inexequível traçar uma política de planeamento, se esta não tiver em linha de conta as necessidades da população residente.

Com o objetivo de caracterizar as dinâmicas demográficas do município de Alfândega da Fé serão abordados os seguintes indicadores: população residente, densidade populacional, crescimento natural, estrutura etária, nível de instrução, mobilidade e, finalmente, projeções demográficas. A informação de base utilizada foi a constante nos Recenseamentos Gerais da População (dos anos de 1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011 e 2021), os Anuários Estatísticos da Região Norte e as Estatísticas Demográficas, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

#### VI11 .POPULAÇÃO RESIDENTE

Em Portugal, entre 1991 e 2021, a dinâmica demográfica caracteriza-se por um acréscimo da população residente, na ordem dos 4,8%. Segundo os Censos 2021 do Instituto Nacional de Estatísticas, e descendo na escala de análise, no concelho de Alfândega da Fé residiam 4.324 indivíduos, o que representava cerca de 4% da população residente na NUTIII – Terras de Trás-os-Montes. A evolução demográfica do concelho caracteriza-se por um declínio relativamente acentuado da população residente. Com efeito, a variação relativa da população residente registou, entre 1960 e 2021, um valor negativo de 55,3. Refira-se ainda que, no período em análise, os concelhos limítrofes de Alfândega da Fé registaram, igualmente, uma diminuição da população residente.

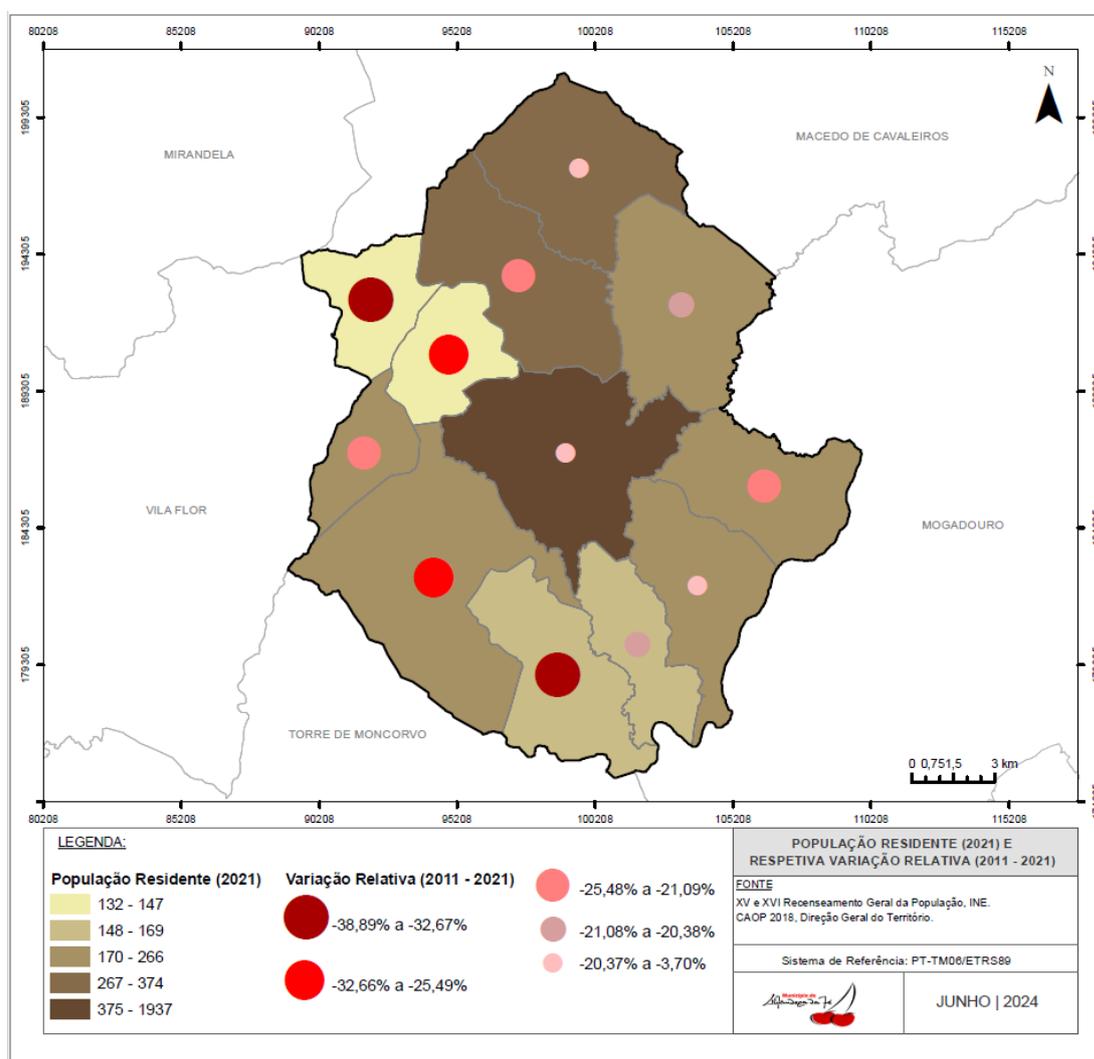
gráfico 9 – Evolução da população residente no concelho da Alfândega da Fé, entre 1960 e 2021



À data do último recenseamento (2021), residiam no concelho de Alfândega da Fé 4.324 indivíduos, dos quais 1937 residiam na freguesia de Alfândega da Fé e 374 na freguesia de Sambade, o que representa metade da população residente no território concelhio nesse ano. A freguesia onde se registou um menor efetivo populacional, em 2021, foi a freguesia de Vilares da Vilarça (132 habitantes), seguindo-se a União das freguesias de Pombal e Vales (147 habitantes).

Face a 2011, observou-se um decréscimo populacional em todas as freguesias do concelho.

*mapa 27 – População residente (2021) e variação relativa da população residente (2011-2021), no concelho de Alfândega da Fé, por freguesia*



## VI12 .DENSIDADE POPULACIONAL

Em 2021, em Portugal Continental, a densidade populacional quedava-se nos 112,2 hab/km<sup>2</sup>, ao passo que a NUTII – Norte apresentava uma densidade populacional superior de cerca de 168,5 hab/km<sup>2</sup> e a NUT III – Terras de Trás-os-Montes registava uma densidade de 19,4 hab/km<sup>2</sup>. No mesmo período, a densidade populacional no concelho de Alfândega da Fé registava valores bastante inferiores às unidades territoriais em que se insere, cerca de 13,4 hab/km<sup>2</sup>.

Os valores baixos de densidade populacional são característicos de concelhos do interior do país, sendo de registar que os concelhos vizinhos de Alfândega da Fé também apresentam densidades populacionais muito inferiores à média das NUTI – Continente e NUTII – Norte.

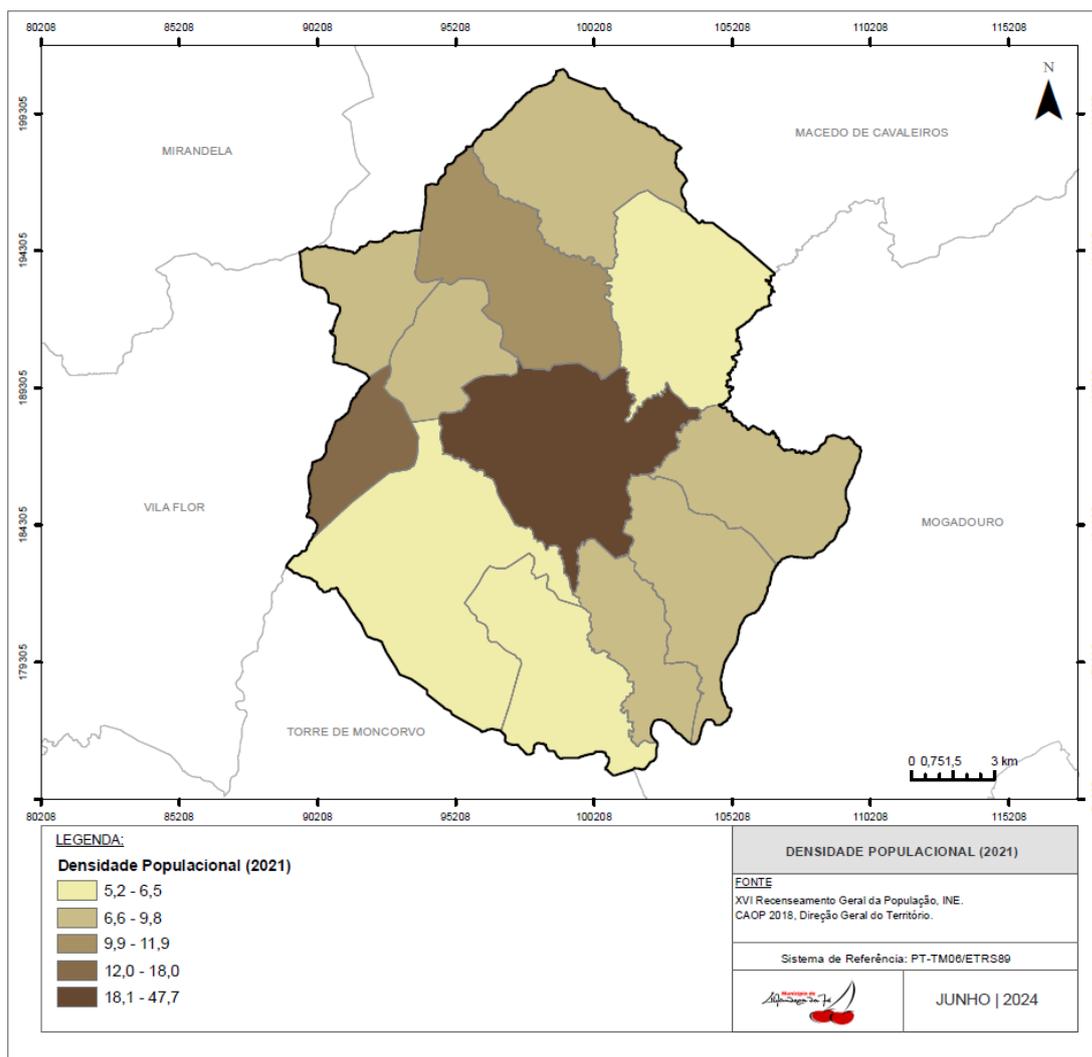
*quadro 28 – Densidade populacional em Alfândega da Fé e concelhos vizinhos, em 2021 (Enquadramento Territorial)*

UNIDADE TERRITORIAL	DENSIDADE POPULACIONAL [HAB/ KM <sup>2</sup> ]
NUTI – Continente	112,2
NUTII – Norte	168,5
NUTIII – Terras de Trás-os-Montes	19,4
Alfândega da Fé	13,4
Macedo de Cavaleiros	20,4
Mirandela	32,5
Mogadouro	10,9
Torre de Moncorvo	12,8
Vila Flor	22,8

Fonte: XVI Recenseamento Geral da População (2021), INE.

Ao nível das freguesias, no ano de 2021, somente duas apresentam densidades populacionais superiores à média do concelho, a saber: Alfândega da Fé (47,7 hab/km<sup>2</sup>) e Vilarelhos (18,0 hab/km<sup>2</sup>). Por outro lado, as freguesias com povoamento menos denso são a União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde (5,2 hab/km<sup>2</sup>), União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra (6,2 hab/km<sup>2</sup>), União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro (6,5 hab/km<sup>2</sup>), a União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira e a freguesia de Vilar Chão (ambas com 8,3 hab/km<sup>2</sup>), ou seja, as freguesias mais limítrofes do concelho.

mapa 28 – Densidade populacional, por freguesia, no concelho da Alfândega da Fé, em 2021



## VI13 .CRESCIMENTO NATURAL

O ritmo de crescimento demográfico resulta do comportamento de dois elementos do sistema demográfico: a componente natural e a componente migratória<sup>15</sup>.

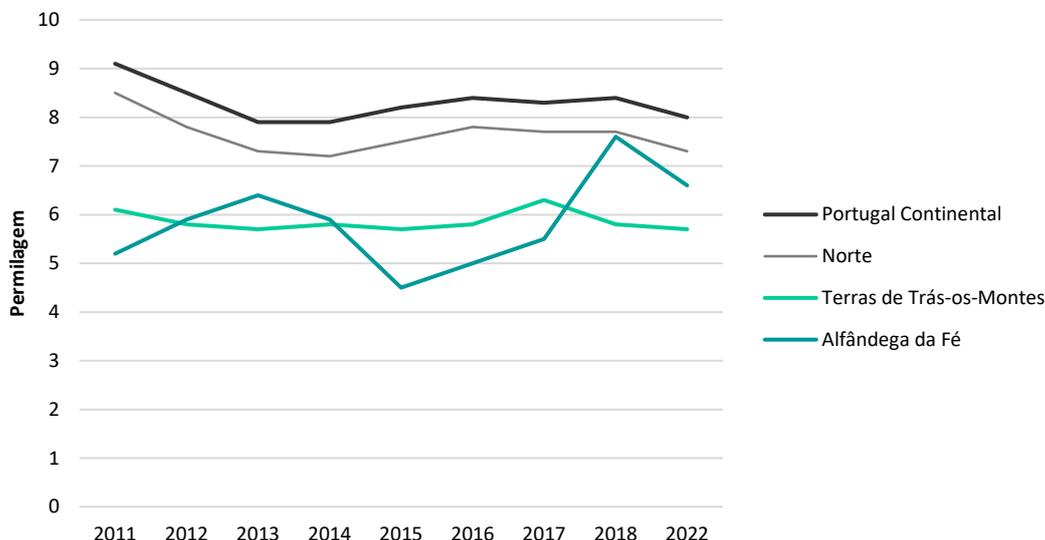
### VI131 .NATALIDADE E FECUNDIDADE

Em Portugal tem-se assistido a um declínio da TBN, que atingiu, em 2022, 8‰. Nesse ano a NUTII – Norte quedou-se nos 7,3‰ e a NUTIII – Terras de Trás-os-Montes nos 5,7‰. No concelho de Alfândega da Fé, no mesmo ano, a TBN fixou-se nos 6,6‰, registando um valor positivo face ao contexto da sub-região.

<sup>15</sup> Neste capítulo apenas será estudada a componente natural do sistema demográfico.

A variação da TBN no período 2011-2022, no município de Alfândega da Fé, caracterizou-se por alguma inconstância face às unidades territoriais onde se insere, embora o saldo final se registre positivo (gráfico 10).

gráfico 10 – Evolução da TBN no concelho da Alfândega da Fé, entre 2011 e 2022 (enquadramento territorial)



Fonte: Estimativas da População, INE.

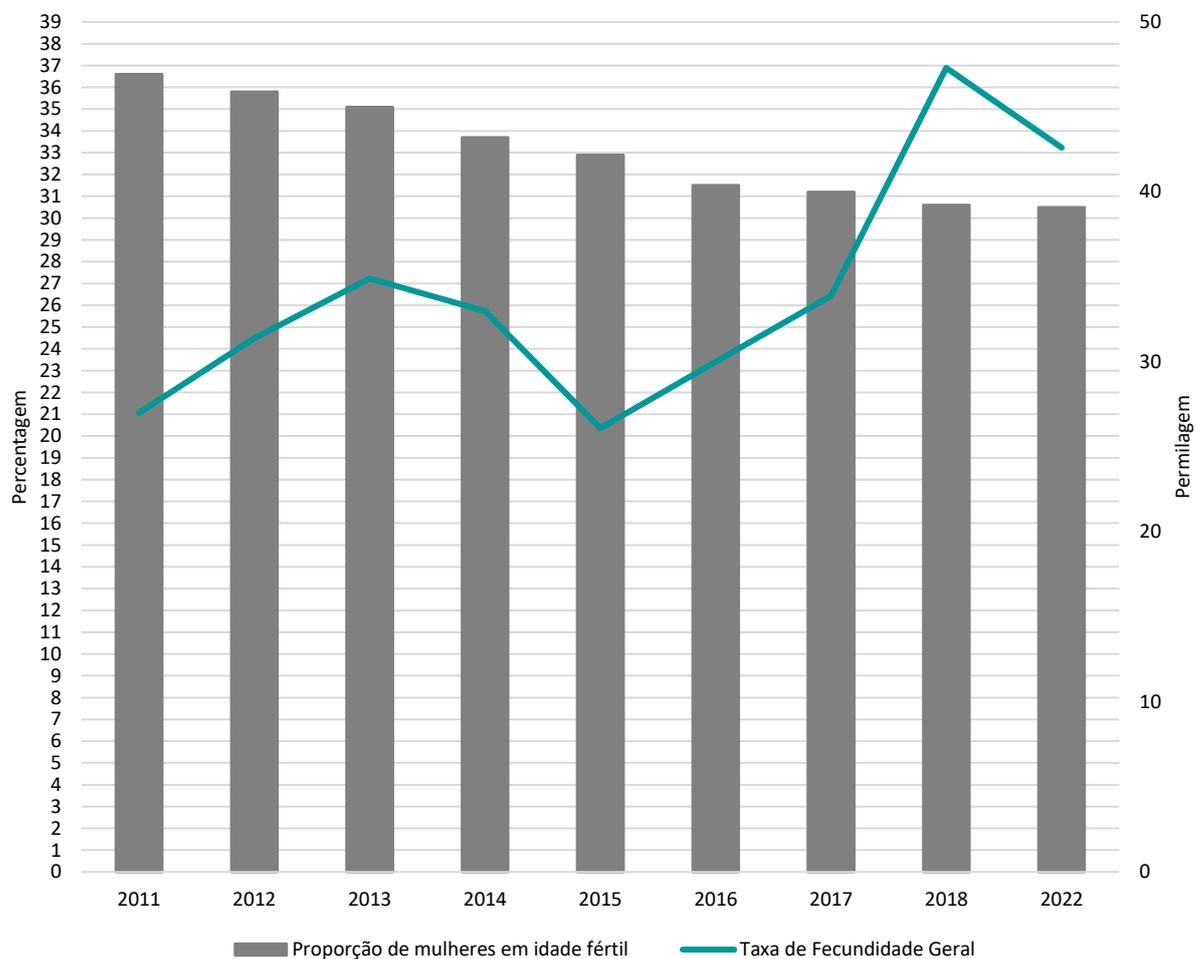
Embora a TBN seja um parâmetro vulgarmente utilizado em análises demográficas, este é um parâmetro grosseiro, na medida em que considera indivíduos que não estão em condições de procriar. Por conseguinte, comumente recorre-se a outros indicadores para aferir os níveis de natalidade, tais como a Taxa de Fecundidade Geral<sup>16</sup> (TFG) e o Índice Sintético de Fecundidade<sup>17</sup>. De seguida apresenta-se a análise relativa à TFG.

Entre 2011 e 2022, a TFG do concelho de Alfândega da Fé (gráfico 11), regista algumas oscilações, atingindo um pico máximo no ano de 2018 (47,3‰) e um mínimo em 2015 (26,1‰), contabilizando, em 2022, 42 nados vivos por cada 1000 mulheres em idade fértil. Comparativamente com as unidades territoriais onde o concelho se insere, este valor é superior à NUTIII – Terras de Trás-os-Montes (33,3‰) e à NUTII – Norte (34,3‰). O gráfico seguinte mostra ainda a proporção de mulheres em idade fértil na população residente feminina, entre 2011 e 2022.

<sup>16</sup> “Número médio de nados vivos observados durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período.” (INE, 2019)

<sup>17</sup> “Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento (...) num determinado período (habitualmente um ano civil)” (INE, 2019).

gráfico 11 – Evolução da TFG (%) e mulheres em idade fértil (%) na população residente feminina no concelho de Alfândega da fé, entre 2011 e 2022

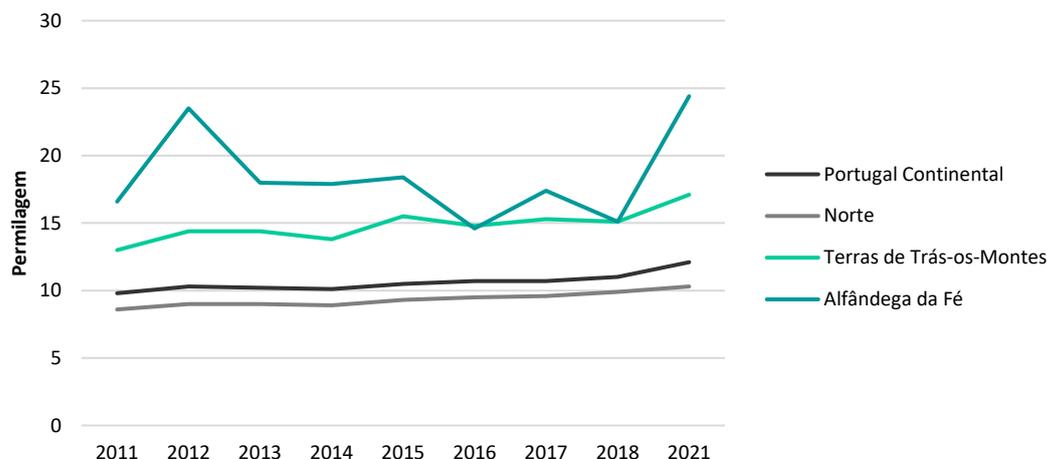


Fonte: Estimativas da População, INE.

## VI132 .MORTALIDADE

No território continental, entre 2011 e 2021, a TBM tem-se mantido sensivelmente constante, registando, inclusive, um ligeiro crescimento. No mesmo período e no concelho de Alfândega da Fé, a TBM fixou-se nos 24,4%. A variação da TBM em Alfândega da Fé entre 2011 e 2021 sofreu algumas oscilações, que resultaram num valor mínimo em 2016 (14,6%) e num valor máximo de 24,4% em 2021. Estes valores não resultam da diminuição da qualidade de vida da população, mas sim do envelhecimento da população concelhia verificada nos últimos anos.

gráfico 12 – Evolução da Taxa Bruta de Mortalidade (%) no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2021



Fonte: Estimativas da População, INE.

## VI14 .ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

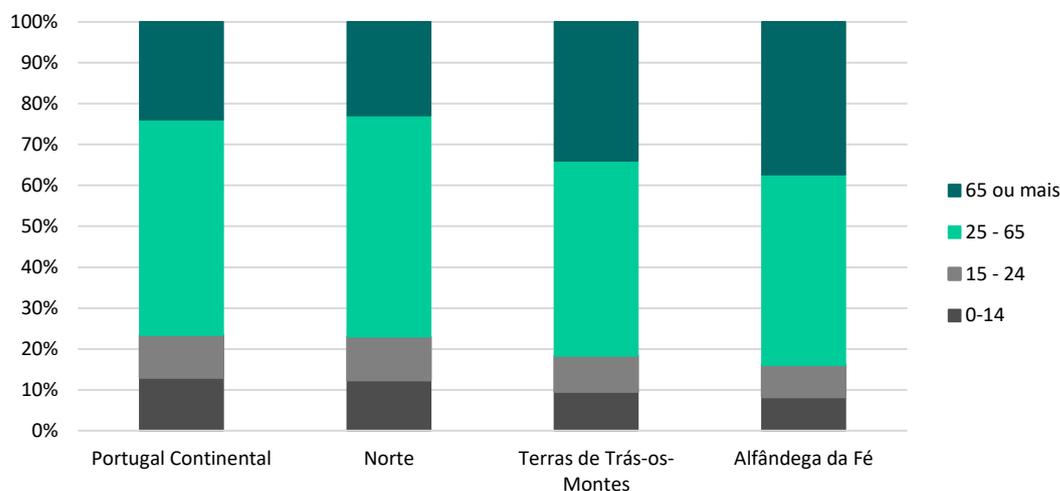
Em Portugal Continental, assiste-se a um progressivo envelhecimento da população, resultante, por um lado, dos baixos índices de natalidade e, por outro lado, do aumento da esperança média de vida à nascença<sup>18</sup>. Consequentemente verificou-se, entre 2011 e 2021, um decréscimo do peso absoluto das crianças (12,2%) e do peso dos jovens (2,6%) na população total, enquanto a proporção da população idosa cresceu 23,6%

Como se constatou no subcapítulo anterior, a TFG do concelho de Alfândega da Fé caracteriza-se por um baixo número de nados vivos em cada 1000 mulheres em idade fértil, em resultado assiste-se a uma progressiva diminuição dos efetivos jovens. Entre 2011 e 2021, a população no concelho com menos de 15 anos decresceu na ordem dos 15,3%, o que se traduz numa diminuição importante do peso relativo das crianças.

Por outro lado, a importância relativa da população com mais de 65 anos aumentou. Enquanto, em 2011, 32 em cada 100 indivíduos tinham 65 ou mais anos, no ano de 2021, por cada 100 residentes no município de Alfândega da Fé, 37 eram idosos. No que concerne à população adulta, entre 2011 e 2021, registou-se um decréscimo. Apenas a população com 65 ou mais anos aumentou 17%.

<sup>18</sup> Duração média de vida de um indivíduo.

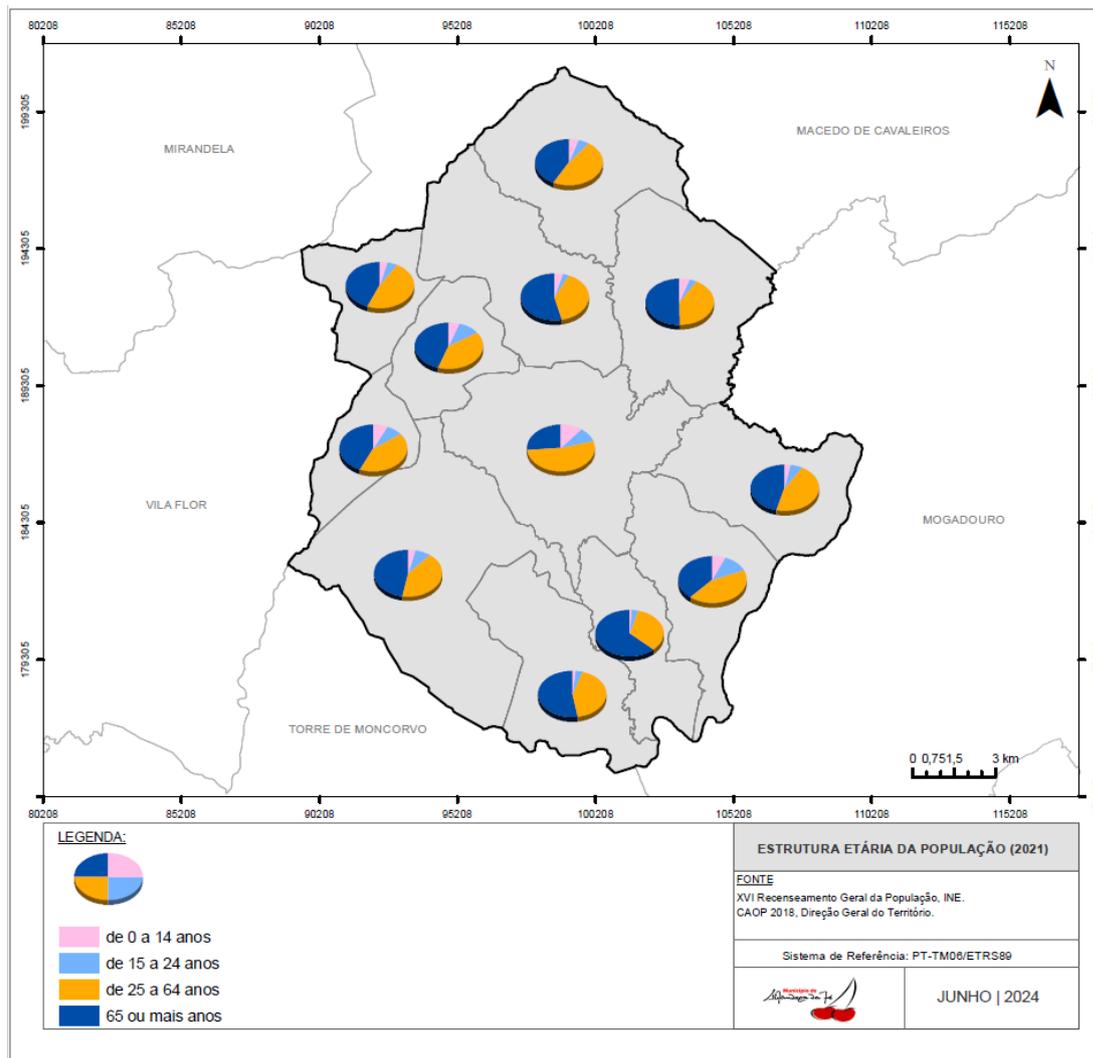
gráfico 13 – Estrutura etária da população residente, em 2021, no concelho de Alfândega da Fé (enquadramento territorial)



Fonte: Estimativas da População, INE.

O cenário nas freguesias do concelho de Alfândega da Fé é semelhante, uma vez que se mantém o fenómeno de envelhecimento demográfico. A freguesia que apresenta um cenário mais negativo é Cerejais, em 2021, onde 64% da população residente tem 65 ou mais anos, e apenas 1 em cada 100 são crianças. Nesse ano, constata-se que cerca de 47% das crianças residentes no concelho encontra-se na freguesia de Alfândega da Fé. Inversamente, as freguesias com menos crianças eram Cerejais (1,3% das crianças do concelho) e União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra (1,8%).

mapa 29 – Estrutura etária da população residente, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2021



No quadro 29 apresenta-se a variação relativa da população residente, segundo a estrutura etária, por freguesia do concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2021. Todas as freguesias do concelho registaram um decréscimo das crianças. Já a população idosa registou um crescimento em quatro freguesias, com destaque para Alfândega da Fé (13,4%) e União das freguesias de Gebelim e Soeima (9,9%).

quadro 29 – Variação relativa da população residente, segundo a estrutura etária, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2021

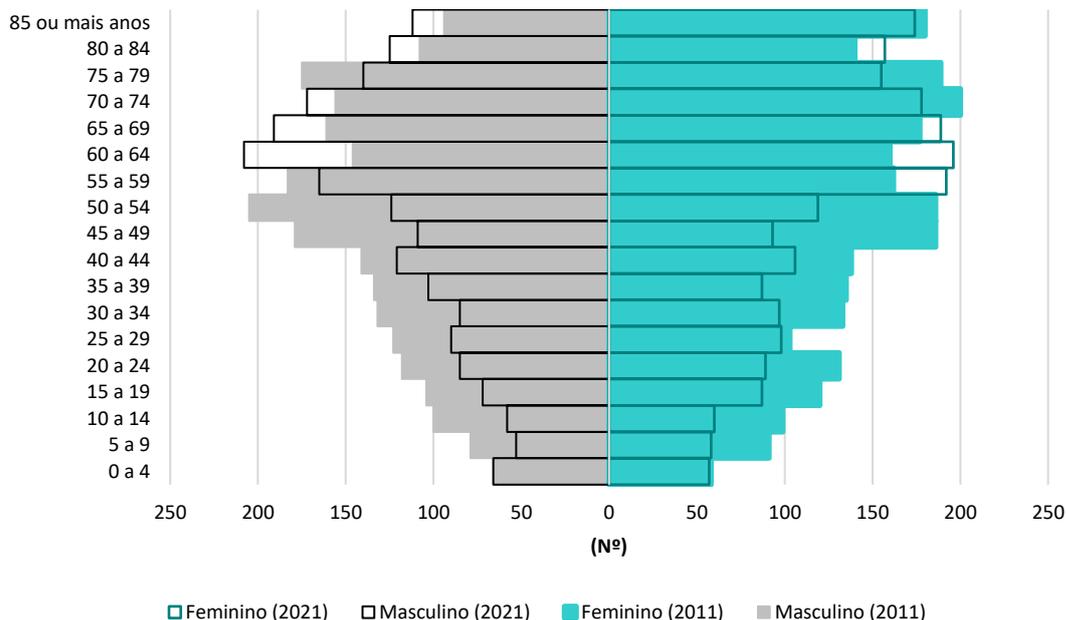
	VARIAÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO			
	DE 0 A 14 ANOS	DE 15 A 24 ANOS	DE 25 A 64 ANOS	65 OU MAIS ANOS
Alfândega da Fé	-15,8	-26,5	-6,6	13,4
Cerejais	-75,0	-57,1	-42,4	8,4
Sambade	-35,7	-59,4	-31,5	-3,8
Vilar Chão	-56,3	-48,1	-30,5	8,2
Vilarelhos	-33,3	-34,6	-30,5	0,0
Vilares de Vilariza	-60,0	-56,3	-32,3	-39,1
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	-20,0	-61,9	-29,2	-2,8
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	-67,6	-28,1	-30,8	-8,1
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	-76,9	-61,1	-33,7	-22,4
União das freguesias de Gebelim e Soeima	-19,0	-56,1	-10,7	9,9
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	-20,0	25,0	-1,1	-9,4
União das freguesias de Pombal e Vales	-57,1	0,0	-31,0	-20,0

Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, INE.

## VI141 .PIRÂMIDE ETÁRIA

Pela leitura da pirâmide etária de 2011 e 2021 é visível o duplo envelhecimento demográfico do concelho de Alfândega da Fé. Assiste-se, por um lado, a um estreitamento da base da pirâmide, fruto da quebra dos índices de fecundidade (envelhecimento da base) e, por outro lado, a um alargamento no topo da pirâmide (envelhecimento no topo), consequência do aumento da esperança média de vida à nascença.

gráfico 14 – Estrutura etária da população residente no concelho de Alfândega da Fé



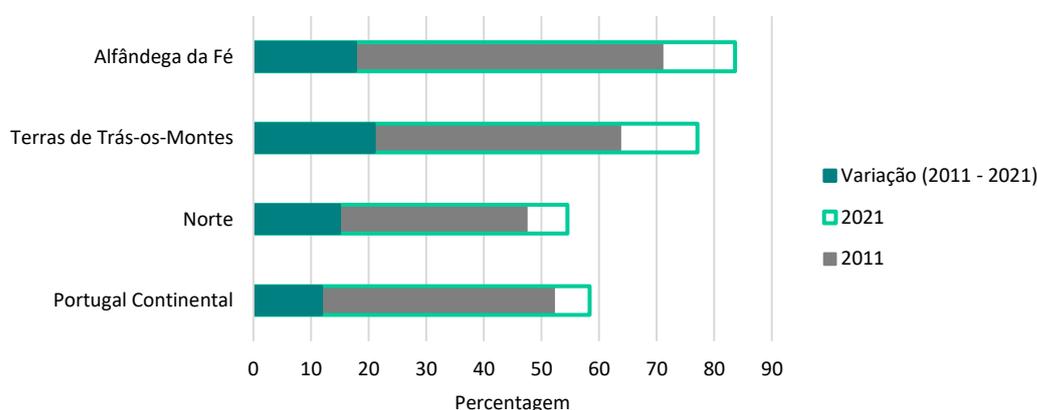
Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, INE.

## VI142 .ÍNDICES DE DEPENDÊNCIA

Com o intuito de medir a dependência da população jovem e idosa na população ativa do concelho de Alfândega da Fé foram utilizados três índices – resumo (1) Índice de Dependência Total (IDT), (2) Índice de Dependência dos Jovens (IDJ) e (3) Índice de Dependência dos Idosos (IDI).

O IDT mede os encargos potenciais que pesam sobre a população adulta, permitindo quantificar o peso conjunto dos jovens e idosos, ou seja, expressa a quantidade de jovens e idosos por cada 100 adultos.

gráfico 15 – Índice de Dependência Total, em 2011 e 2021, e respetiva variação relativa no concelho de Alfândega da Fé



Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, INE.

Esta tendência de ligeiro decréscimo do IDT no concelho deve-se à diminuição dos encargos suportados com as crianças. Por seu turno, como mostra o quadro 30, os encargos com idosos aumentaram cerca de 27%, enquanto os encargos com os jovens decresceram cerca de 11%.

O quadro 30 mostra que, em 2021, por cada 100 adultos existiam 68 idosos e, apenas, 15 jovens.

*quadro 30 – Índice de Dependência Jovens e Idosos (em %), em 2021, e respetiva variação relativa, entre 2011 e 2021, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento Territorial)*

UNIDADE TERRITORIAL	ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DOS JOVENS <sup>19</sup>		ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DOS IDOSOS <sup>20</sup>	
	2021	VARIAÇÃO 2011/2021	2021	VARIAÇÃO 2011/2021
NUTI – Continente	20,6	-8,8	37,8	27,7
NUTII – Norte	19,1	-13,6	35,4	39,9
NUTIII – Terras de Trás-os-Montes	16,9	-7,7	60,1	32,4
Alfândega da Fé	15,1	-10,7	68,5	26,6

Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, INE.

O gráfico 16 ilustra os índices de dependência à escala de freguesia, para o ano de 2021. Desde já se destaca a freguesias de Cerejais com o IDT mais elevado, onde por cada 100 adultos existem 190 jovens e idosos, principalmente à custa do IDI, uma vez que é a freguesia com o valor mais elevado deste índice. Genericamente, nenhuma freguesia do concelho de Alfândega da Fé apresentou, em 2021, um IDJ superior a 19 jovens por 100

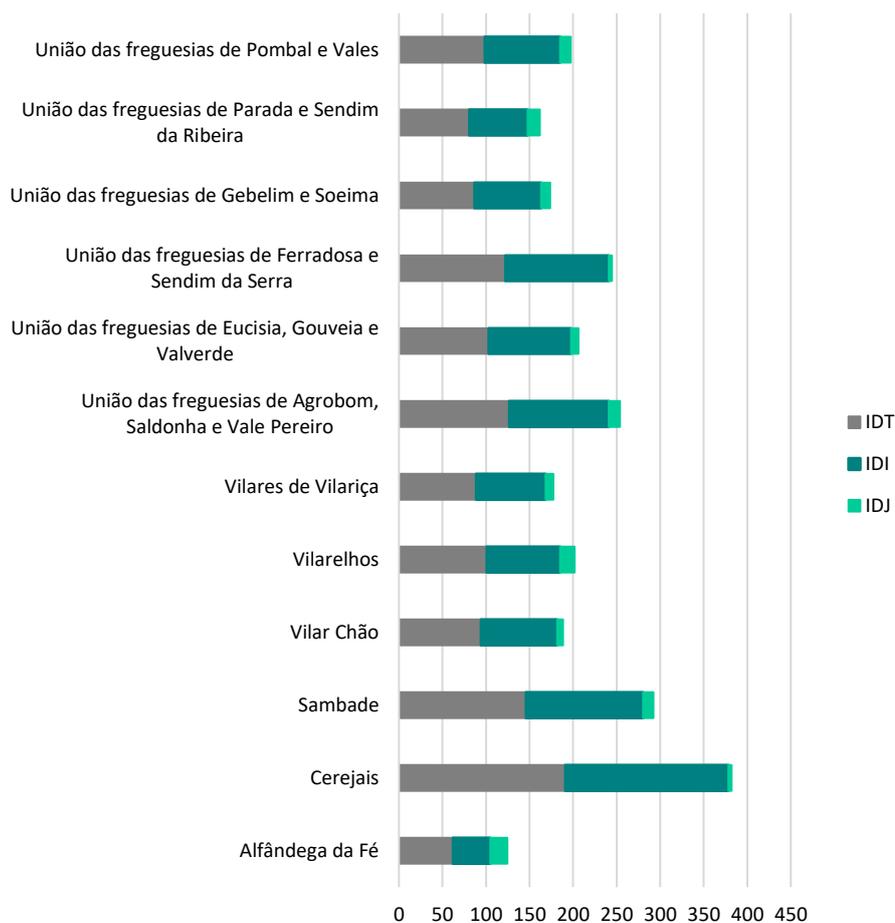
<sup>19</sup> “Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (...)” (INE, 2009).

<sup>20</sup> “Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (...)” (INE, 2009).

adultos, no entanto todas as freguesias do concelho apresentaram um IDI superior a 50 idosos por cada 100 adultos (excetua-se a freguesia de Alfândega da Fé, uma vez que regista um valor de 42,6%).

Concretamente, o IDJ mais elevado registou-se na freguesia de Alfândega da Fé (19,6), seguindo-se a União das freguesias de Pombal e Vales (16,8), enquanto o valor mais baixo foi o de Cerejais (3,6). Relativamente ao IDI, o valor mais elevado foi, como já mencionado, registado na freguesia de Cerejais (187,3), enquanto o mais baixo foi registado em Alfândega da Fé (42,6). Nenhuma freguesia apresenta o IDI menor que o IDJ.

gráfico 16 – Índices de dependência, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2021



Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, INE.

## VI143 . OUTROS ÍNDICES – RESUMO

As variáveis até agora apresentadas traduzem um perfil envelhecido da população residente no concelho de Alfândega da Fé. Na base desta tendência está, como já foi referido, os baixos índices de fecundidade associados a um aumento da esperança média de vida à nascença. Outros indicadores assiduamente utilizados em análise demográfica para medir o envelhecimento demográfico são: (i.) Índice de Juventude, (ii.) Índice de Envelhecimento (iii.) e Índice de Longevidade.

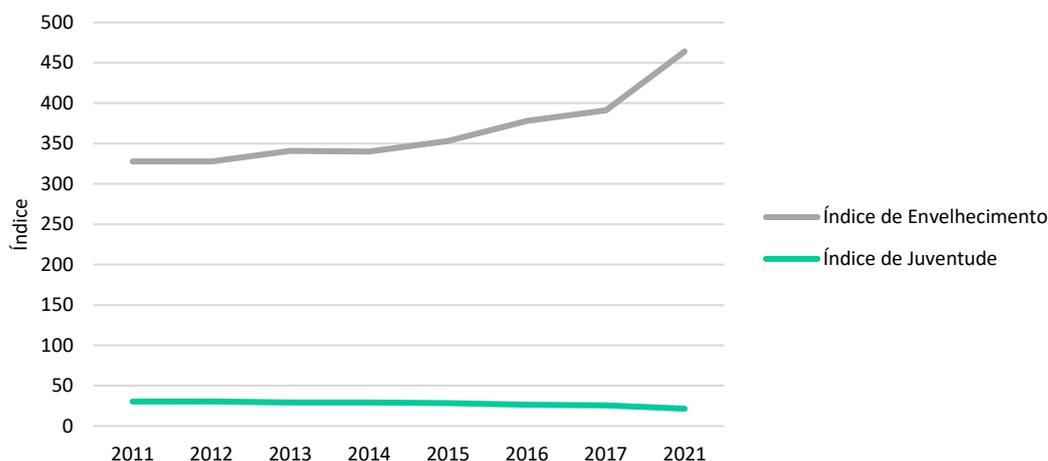
O INE define Índice de Juventude (IJ) como a “relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 ( $10^2$ ) pessoas com 65 ou mais anos)” (INE, 2021). Em contrapartida, o Índice de Envelhecimento (IE) expressa a “relação entre a população idosa e a população jovem (...)” (idem).

Em 2011 existiam apenas 30 jovens por cada 100 idosos e em 2021 eram apenas 21 jovens para cada 100 idosos.

Inversamente o IE no ano 2011, era de 328 idosos por cada 100 jovens e em 2021 aumentou para 464 idosos por cada 100 jovens.

Em suma, as estimativas demográficas apontam para um agravamento das tendências (antagónicas) destes dois indicadores.

*gráfico 17 – Evolução dos Índices de Juventude e Envelhecimento, no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2021*



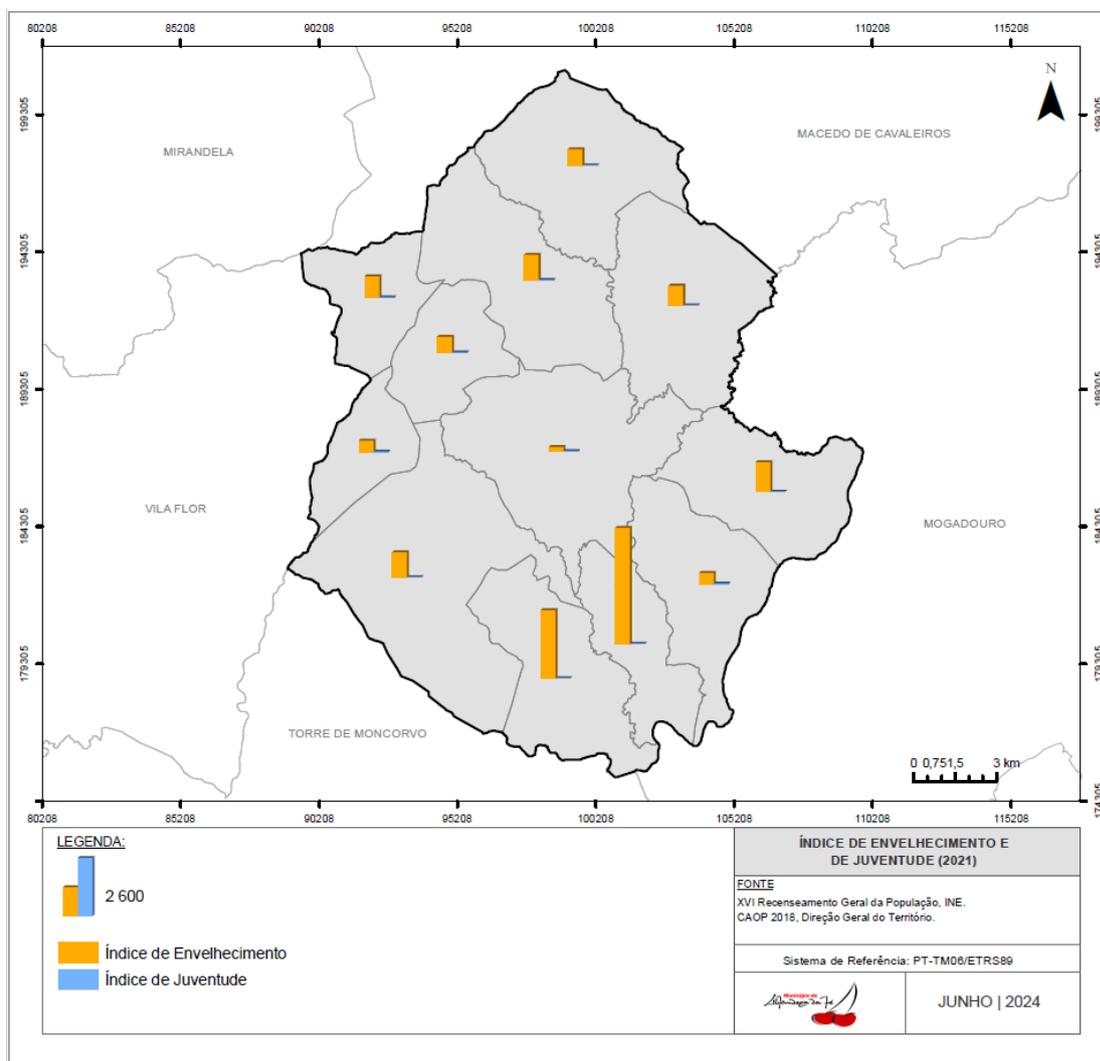
Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, INE.

Refira-se ainda que no concelho de Alfândega da Fé, no último momento censitário, em cada 100 idosos 54% tinha cerca de 75 ou mais anos, levando mais uma vez a compreender o perfil envelhecido da população do concelho, desta vez através do índice de longevidade (IL)<sup>21</sup>.

O cenário nas freguesias do concelho apresenta-se semelhante, uma vez que, em 2021, o índice de envelhecimento apresenta-se expressivamente superior ao índice de juventude em todas as freguesias.

Entre 2011 e 2021 assistiu-se, em todas as freguesias, à continuação do envelhecimento demográfico. Por um lado, o IJ registou uma quebra generalizada e, por outro lado, o IE aumentou ao longo das freguesias que compõem o território concelhio.

mapa 30 – Índices de Envelhecimento e de Juventude, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2021



<sup>21</sup> "Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (...)" (INE, 2009).

Registe-se ainda que, em 2021, as freguesias de Sambade, Cerejais, União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra e União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro correspondem aquelas que detêm uma maior proporção de população idosa com 75 ou mais anos.

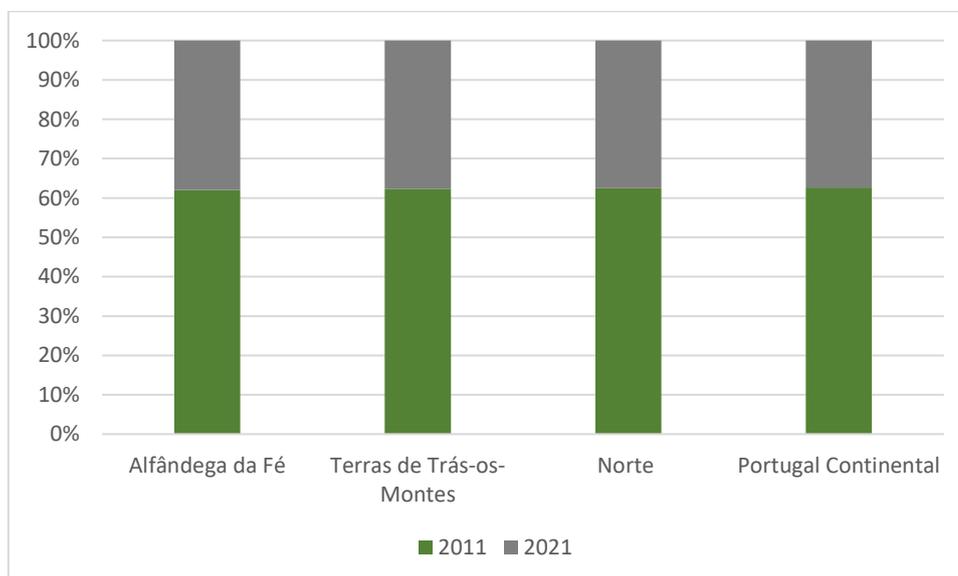
## VI15 .NÍVEL DE INSTRUÇÃO

### VI151 .TAXA DE ANALFABETISMO

Em Portugal Continental, entre os momentos censitários de 2011 e 2021, assistiu-se a um decréscimo da taxa de analfabetismo. Os fatores que contribuíram para esta evolução foram (1) a substituição gradual da população idosa, normalmente com maiores índices de analfabetismo, e (2) a maior escolarização da população em idade escolar.

A tendência de descida da taxa de analfabetismo foi registada também, na NUTII – Norte (passou de 5%, em 2011, para 3,02%, em 2021) e na NUTIII – Terras de Trás-os-Montes (passou de 10,14% em 2011 para 6,12% em 2021). Entre 2011 e 2021, o concelho de Alfândega da Fé, seguiu a tendência das unidades territoriais em que se insere, apresentando um decréscimo deste indicador.

*gráfico 18 – Taxa de analfabetismo, em 2011 e 2021, no concelho de Alfândega da Fé e enquadramento territorial*



Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, INE.

À escala de freguesia, em 2021, destaca-se a União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra por apresentar o valor mais elevado de taxa de analfabetismo (14,97%). Enquanto o valor mais baixo encontra-se na freguesia de Alfândega da Fé (3,54%). Relativamente a 2011, observa-se que apenas a União das freguesias de

Parada e Sendim da Ribeira e a União das freguesias de Pombal e Vales registaram um ligeiro aumento deste indicador.

*quadro 31 – Taxa de analfabetismo, por freguesia, em 2011 e 2021 no concelho de Alfândega da Fé*

FREGUESIAS	TAXA DE	TAXA DE
	ANALFABETISMO	ANALFABETISMO
	2011	2021
Alfândega da Fé	7,3	3,5
Cerejais	18,7	9,4
Sambade	14,7	10,3
Vilar Chão	11,1	6,5
Vilarelhos	13,6	6,8
Vilares da Vilarça	18,7	6,3
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	16,6	14,5
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	16,1	8,6
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	21,2	15,0
União das freguesias de Gebelim e Soeima	9,1	11,5
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	8,2	9,1
União das freguesias de Pombal e Vales	9,0	9,1

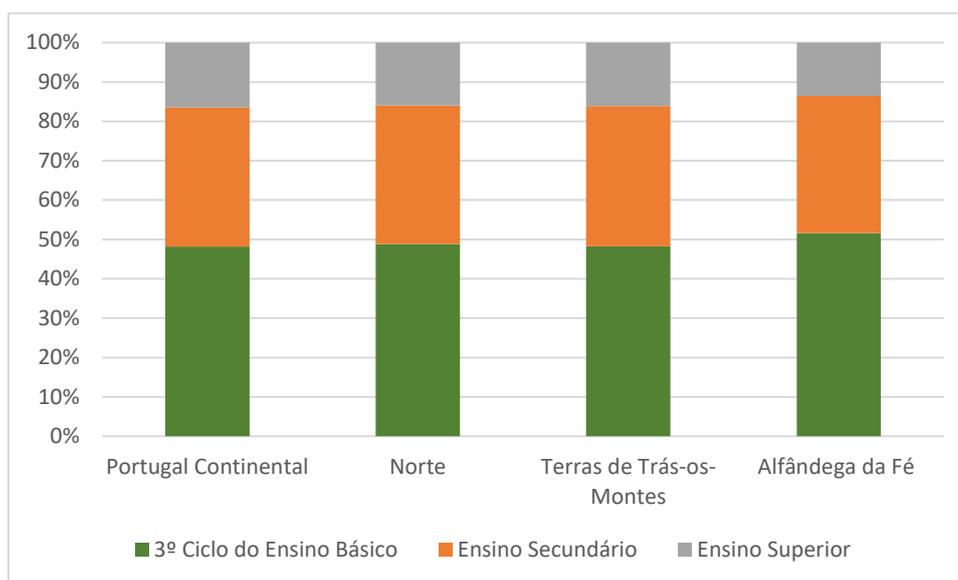
Fonte: XV e XVI Recenseamentos Gerais da População, INE.

## VI152 .GRAU DE ESCOLARIDADE

O perfil académico da população residente, no concelho de Alfândega da Fé, caracteriza-se por apresentar baixos níveis de escolarização. De facto, em 2021, 7,1% da população não sabia ler nem escrever e cerca de 45.3% detinha apenas o 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Outro aspeto que ilustra a baixa qualificação sentida no concelho de Alfândega da Fé é a proporção de indivíduos com o Ensino Secundário, Pós-Secundário ou Superior, que se fica pelos 30,6%. Salienta-se, assim, que apenas 11.9% da população do concelho possuíam, em 2021, um título académico de nível superior. Note-se que este valor fica aquém dos registados nas unidades territoriais que inserem o concelho.

gráfico 19 – População residente segundo a qualificação académica, em 2021, no concelho de Alfândega da Fé



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE.

Relativamente ao cenário verificado nas freguesias do concelho de Alfândega da Fé, a União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra é aquela com uma percentagem maior de população residente que não tem qualquer qualificação académica (15,0%).

No concelho observa-se uma baixa percentagem de indivíduos com qualificação académica de nível superior, sendo que o valor mais reduzido se verifica na freguesia de Vilares da Vilariça (2,4%), seguindo-se a União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde (2,5%). Por seu turno, importa destacar a freguesia de Alfândega da Fé, uma vez que constitui aquela freguesia que detém uma maior proporção de população com o Ensino Superior (19,0%).

quadro 32 – Percentagem de população residente segundo a qualificação académica, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2021

	SEM QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA	3º CICLO DO ENSINO BÁSICO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO SUPERIOR
Alfândega da Fé	3,5	62,5	46,4	19,0
Cerejais	9,4	27,9	17,2	6,4
Sambade	10,3	33,7	20,2	8,3
Vilar Chão	6,5	35,3	16,2	9,0
Vilarelhos	6,8	40,2	27,7	8,5
Vilares de Vilariça	6,3	23,0	17,0	2,4
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	14,5	23,6	11,6	3,1
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	8,9	30,6	15,8	2,5
União das freguesias de Ferradosa e	15,0	24,7	17,1	6,8

	SEM QUALIFICAÇÃO ACADÉMICA	3º CICLO DO ENSINO BÁSICO	ENSINO SECUNDÁRIO	ENSINO SUPERIOR
Sendim da Serra				
União das freguesias de Gebelim e Soeima	11,5	36,2	19,3	6,3
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	9,1	39,1	25,8	10,2
União das freguesias de Pombal e Vales	9,1	34,8	18,5	7,7

Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE.

## VI16 .PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS

É cada vez maior a necessidade de conhecer a dimensão e estrutura da população, de forma a prever a sua evolução no tempo. O exercício de projeção da população é fundamental, no contexto da elaboração do PDM, visto que nele se definem e sustentam opções que interferem diretamente com a ocupação do território (ex: infraestruturas e equipamentos e delimitação dos perímetros urbanos). O conhecimento da distribuição e da estrutura populacional constitui um elemento basilar que apoia a tomada de decisão.

É perceptível o acentuar do fenómeno do envelhecimento à escala nacional, que é reflexo do comportamento demográfico de outras sociedades, ao nível europeu:

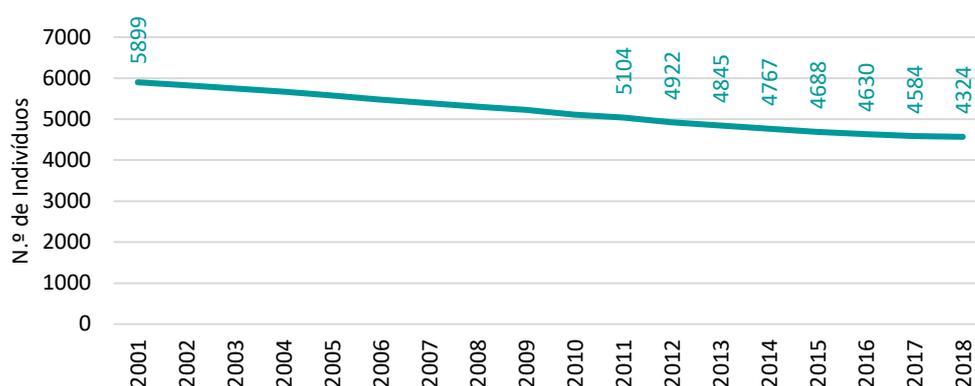
- Agrava-se o envelhecimento da população no futuro;
- Decréscimo populacional até 2050 e perda de um quarto da sua população;
- Duplo envelhecimento (mais idosos e menos jovens);
- População em idade ativa diminui;
- Envelhecimento em 2025 mais notório na base da pirâmide;
- Duplo envelhecimento em 2050 mais notório no topo da pirâmide;
- Previsível aumento da esperança média de vida bem como da manutenção dos níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações;
- Possibilidade de ocorrência de saldos migratórios positivos;
- A longevidade feminina continua a ser mais elevada, em detrimento da população masculina.

O gráfico 20 representa a evolução da população, no concelho de Alfândega da Fé, desde 2001 até 2021 (estimativas da população residente do INE). É notória a contínua perda da população ao longo desses anos, no último ano censitário residam 4.324 indivíduos, menos 780 residentes comparativamente a 2011.

---

*gráfico 20 – Evolução da população residente no concelho de Alfândega da Fé (2001 a 2021)*

---



Fonte: Estimativas Anuais da População Residente (1991-2008), INE.

As projeções distinguem-se dos dois conceitos, anteriormente explanados pelo facto de não terem “qualquer intuito preditivo, isto é, representam apenas a população futura atendendo às condições, no momento de projeção, de mortalidade e de fecundidade” (Machado, 1998).

Foram calculadas as projeções demográficas, à escala concelhia e por freguesia, segundo dois métodos estatísticos distintos (Nazareth, 2004). Os métodos apresentados permitem medir o ritmo de crescimento da população e assim projetar esse ritmo, para anos vindouros, em função de um determinado conjunto de hipóteses.

Aritmético	Geométrico
$a = \frac{P_n - P_0}{P_0} \cdot n$	$\log\left(\frac{P_n}{P_0}\right) = n \cdot \log(1 + a)$

...em que: Pn é o momento inicial; P0 momento anterior e n é a diferença entre Pn e P0.

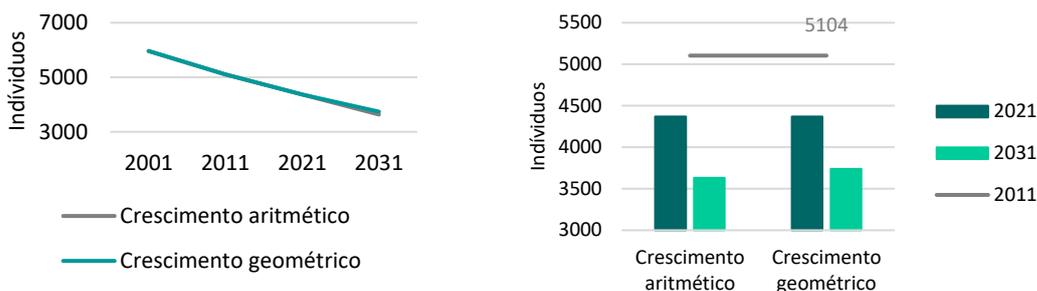
Considerou-se que o comportamento das atuais variáveis não iria sofrer grandes alterações, à luz das quais deverão ser interpretados os dados, pois se as mesmas não forem efetivas no futuro, os resultados poderão não ser os expectáveis. As hipóteses que sustentam o atual exercício de projeção são: a população jovem irá continuar a decrescer; o carácter envelhecido da população será cada vez mais acentuado; as migrações não sofreram qualquer alteração, e a taxa de fecundidade ficará aquém da possibilidade de renovação de gerações.

Optou-se por não desagregar a informação, a um nível mais pormenorizado (por grupo etário), pois resultaria no aumento de erros nos cálculos da projeção. A alteração do comportamento das componentes demográficas em cada instante do tempo poderá comprometer a interpretação dos valores projetados em 2021 e em 2031. A escala escolhida para a projeção é a freguesia. O reduzido número de residentes em cada freguesia torna-o permeável a fatores de âmbito conjuntural e de natureza política. Considerou-se que, em termos temporais, não é razoável recuar a datas anteriores a 2001, visto que a realidade demográfica de então é completamente diferente da atual. Isto porque, desde 2001, se verifica uma certa estabilidade ao nível dos índices de fecundidade e natalidade,

apontando tendencialmente para o decréscimo e constância dos níveis de mortalidade, proporcionada pela melhoria generalizada das condições de vida.

Posto isto, e atendendo aos pressupostos metodológicos mencionados, serão analisados os ritmos de crescimento no concelho de Alfândega da Fé. O gráfico 21 mostra a população projetada para o concelho em 2021 e 2031, de acordo com os dois ritmos de crescimento:

gráfico 21 – População residente em 2011 e projeções em 2021 e 2031 no concelho de Alfândega da Fé



O que estes resultados mostram é que, independentemente da fórmula de ritmo de crescimento utilizada, a tendência da evolução da população residente no concelho de Alfândega da Fé, será sempre no sentido de decréscimo face aos valores de 2011. De um modo geral, a perda de população residente entre 2011 e 2031 varia entre -27% (crescimento geométrico) e -29% (crescimento aritmético).

O quadro 33 mostra os dados referentes às freguesias, segundo cada um dos ritmos de crescimento calculados.

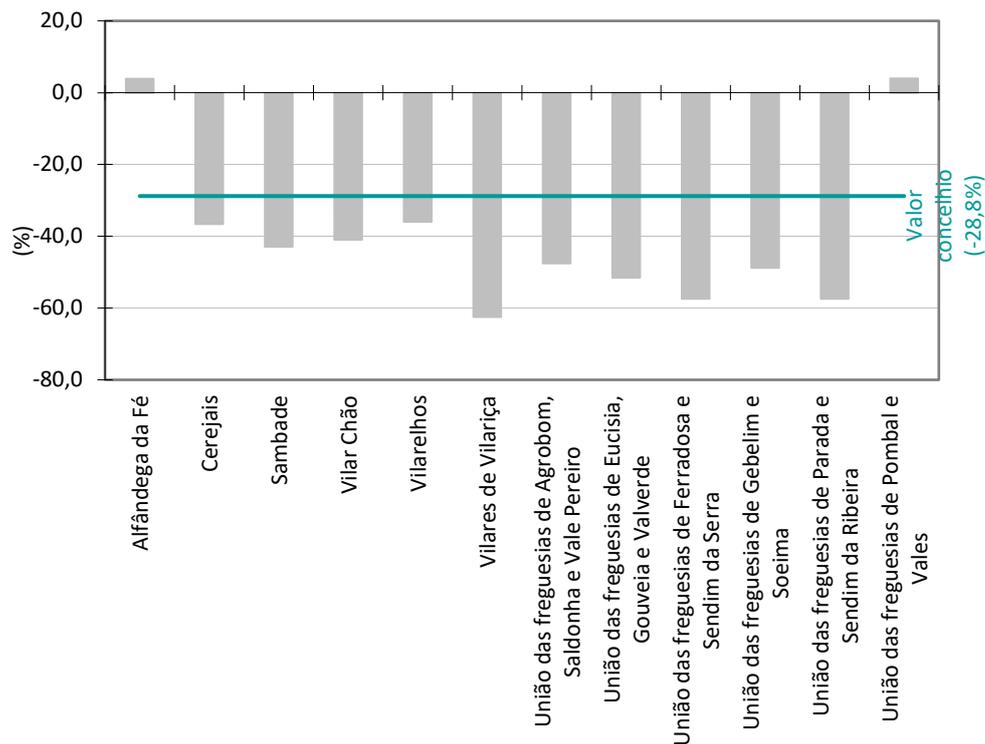
quadro 33 – Projeções da população residente em 2021 e 2031

UNIDADE GEOGRÁFICA	CRESCIMENTO ARITMÉTICO			CRESCIMENTO GEOMÉTRICO		
	2021	2031	VARIAÇÃO 2011/2031	2021	2031	VARIAÇÃO 2011/2031
	<b>Alfândega da Fé</b>	<b>4369</b>	<b>3633</b>	<b>-28,8</b>	<b>4324</b>	<b>3739</b>
Alfândega da Fé	2095	2135	3,9	2095	2135	3,9
Cerejais	165	128	-36,6	165	135	-33,2
Sambade	373	271	-42,9	373	293	-38,3
Vilar Chão	206	153	-40,9	206	163	-37,1
Vilarelhos	226	176	-36,0	226	185	-32,7
Vilares de Vilariça	149	81	-62,5	149	102	-52,8
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	202	139	-47,5	202	154	-41,9
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	265	173	-51,5	265	197	-44,8
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	179	107	-57,4	179	128	-49,0
União das freguesias de Gebelim e Soeima	251	170	-48,8	251	190	-42,8
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	154	92	-57,4	154	110	-49,1
União das freguesias de Pombal e Vales	205	209	4,0	205	209	4,0

É igualmente notório que, à semelhança do comportamento concelhio, a quase totalidade das freguesias apresenta perda de população, à exceção da sede do concelho e da União das freguesias de Pombal e Vales, onde se verificam ligeiros acréscimos de 4%, respetivamente.

Por outro lado, as freguesias que, em termos percentuais, irão perder mais população são: Vilares da Vilarça, União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra e União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira (ver gráfico 22).

gráfico 22 – Variação (%) da população projetada, para o ritmo de crescimento contínuo<sup>22</sup>, face a 2011



Fonte: XV e XVI Recenseamento Geral da População e Planum.

<sup>22</sup> Para esta representação gráfica, optou-se por utilizar o resultado da aplicação do método do crescimento aritmético, porque é o que aponta para os valores com as alterações mais expressivas.

## VI2 .ATIVIDADES ECONÓMICAS E EMPREGO

---

### VI21 .CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS POR SETORES DE ACTIVIDADE

De acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, na sua redação, atual, a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, adiante designada por CAE, constitui o quadro comum de classificação de atividades económicas a adotar a nível nacional. No anexo do Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, na sua redação atual, encontra-se a estrutura dos setores de atividade económica, sendo estes diferenciados em três grandes grupos: o setor primário (CAE A), o setor secundário (CAE B a F) e o setor terciário (CAE G a Q).

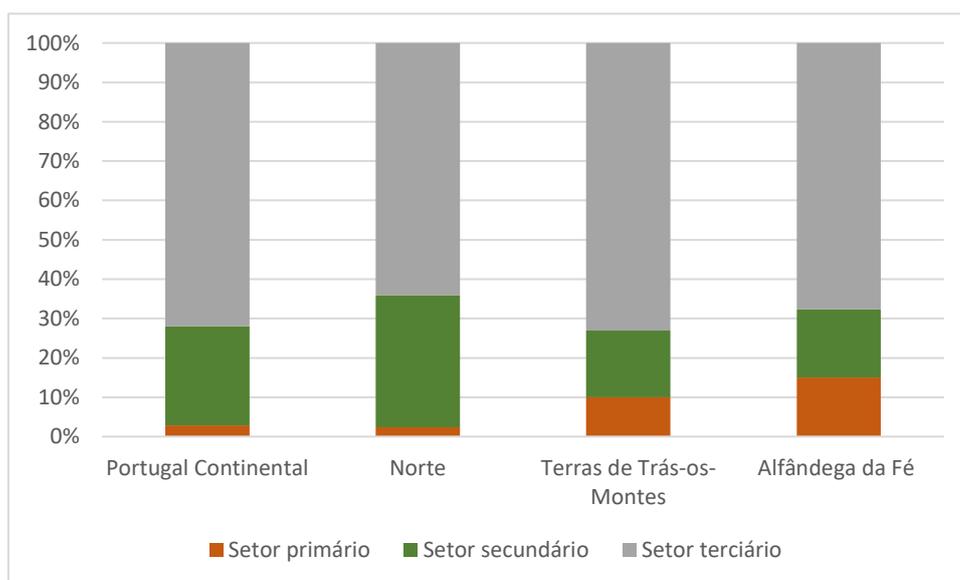
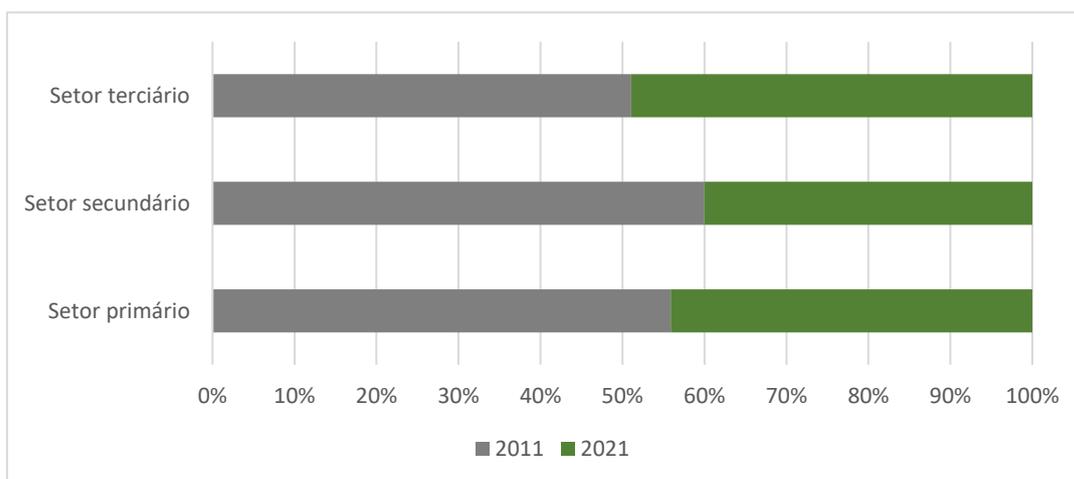
No decorrer da década de 2011-2021, o setor terciário apresenta-se como o setor predominante em Portugal (ver gráfico 23). Esta realidade explica-se pelo facto deste setor pagar “*salários mais altos em termos médios, muito em particular no conjunto formado pelas atividades de serviços financeiros, de serviços imobiliários e de serviços às empresas*”<sup>23</sup>. Este setor é igualmente caracterizado, por ser vasto, disperso e por englobar atividades de natureza diversa e diversificada, que não podem ser incluídas nos setores primário e secundário. De salientar, que para o concelho de Alfândega da Fé os valores mostram-se equiparados aos da NUTIII – Terras de Trás-os-Montes, com um ligeiro acréscimo para o setor primário e secundário neste concelho face à unidade geográfica.

A par do que acontece no país, verifica-se uma clara expansão e predomínio do setor terciário no concelho de Alfândega da Fé. Em 2011, este setor representava 53% da população empregada, e uma década depois, registou um aumento de 8%. Por seu turno o setor secundário decresceu ligeiramente (3%) entre 2011 e 2021. Em termos relativos, o setor primário perde 5% da população empregada face ao ano anterior. Apesar do decréscimo deste setor, o concelho em análise caracteriza-se pela forte presença de áreas rurais nas suas freguesias, no qual a agricultura ainda será um importante meio de subsistência da população residente.

---

<sup>23</sup> Segundo o Anuário Estatístico de Portugal 2004 do INE.

gráfico 23 – População empregada segundo o setor de atividade económica para o concelho de Alfândega Fé entre 2011-2021 e População empregada por local de residência em 2021



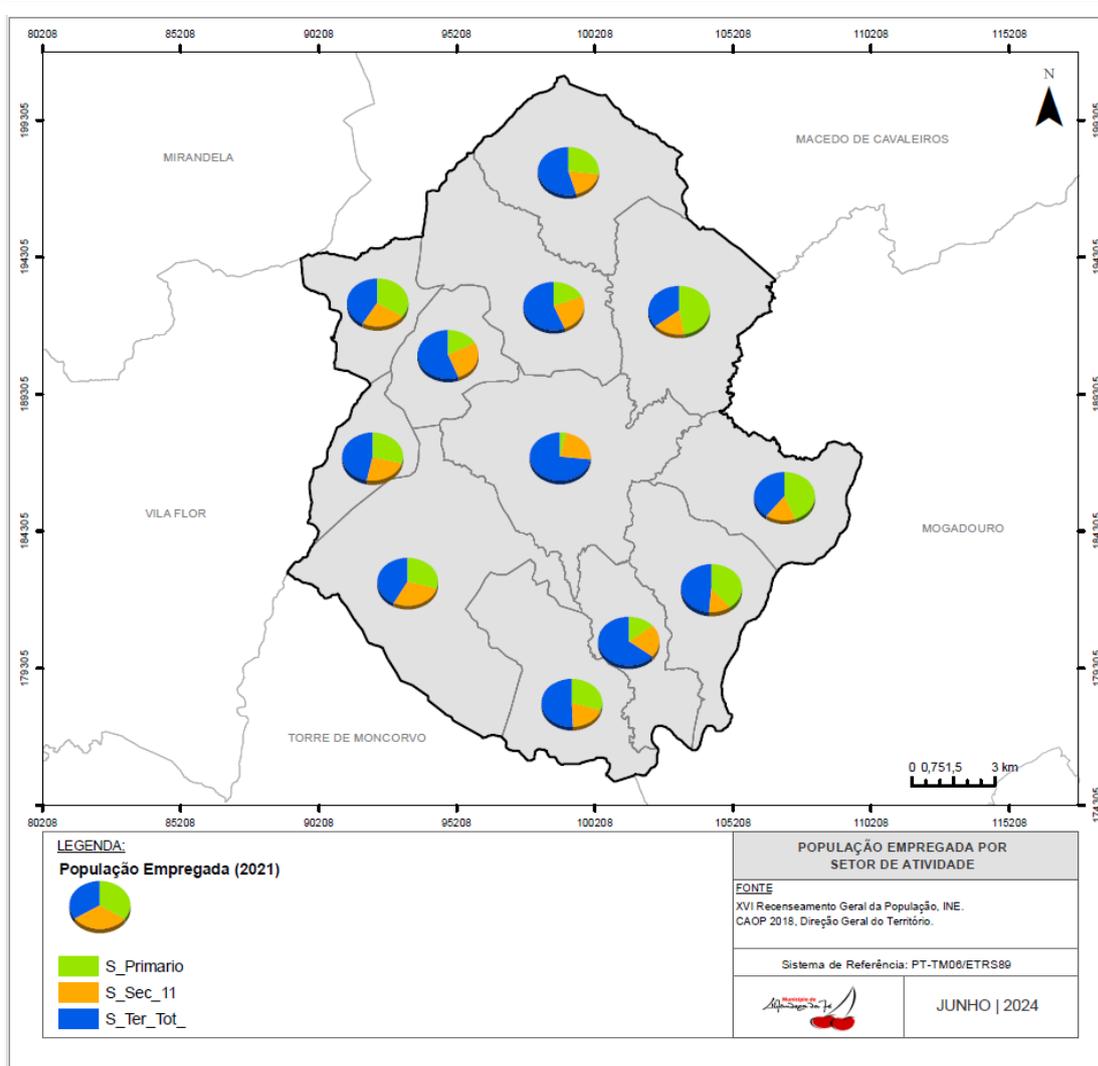
Fonte: XV e XVI Recenseamento Geral da População, INE.

À escala da freguesia, em 2021, constata-se que é a freguesia de Alfândega da Fé que detém um maior número de população empregada (846 indivíduos), seguindo-se a União das freguesias de Gebelim e Soeima (85 indivíduos), enquanto a freguesia de Vilares da Vilariça é a que apresenta um menor número de população empregada (7 indivíduos).

No que diz respeito aos setores de atividade por freguesia, importa destacar a elevada relevância que o setor terciário possui em todo o concelho, sendo que este tem mais expressão na freguesia de Alfândega da Fé (67% da

população empregada laborava no presente setor de atividade), justificado pela elevada concentração de atividades económicas relacionadas com os serviços e comércio nesta freguesia.

mapa 31 – População empregada por setor de atividade económica, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2021



Face ao disposto, constata-se que na maior parte do séc. XX, a agricultura foi a atividade dominante. A economia local assenta, predominantemente, nas produções de azeite, cereja, amêndoa e castanha. São também comercializados produtos resultantes da transformação destas matérias-primas: doçaria confeccionada à base de amêndoa e cereja, os licores tradicionais, para além do fumeiro e queijo também típicos desta região. A produção de cereja, hoje bastante importante, vem apenas das últimas décadas, assumindo-se como um importante cartaz turístico do concelho, com a realização da Feira da Cereja e dos Produtos Locais.

No que concerne ao número de empresas, constata-se que em 2021 existiam 1121 empresas no território concelhio (entre 2017 e 2021 o número de empresas apresentou um crescimento de 38 empresas), sendo que 741 empresas correspondiam ao setor primário, designadamente à atividade de “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, comprovando a importância que este setor detém no concelho.

Em 2021, o concelho registou um total de 52.616.292 euros de volume de negócios.

Analisando as atividades económicas, salienta-se a atividade de “comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, que detém a maior importância económica no concelho no que respeita ao volume de negócios (20.760.197 euros) (ver quadro 34).

Importa realçar que o setor primário detém um relevante peso em termos de negócio no concelho de Alfândega da Fé (6.706.073 euros).

*quadro 34 – Empresas, volume de negócios e pessoal ao serviço dos estabelecimentos, segundo a classificação das atividades económicas para o concelho de Alfândega da Fé em 2021*

CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS	EMPRESAS (N.º)	VOLUME DE NEGÓCIOS (EUROS)	PESSOAL AO SERVIÇO DOS ESTABELECIMENTOS (N.º)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	741	6.706.073	769
Indústrias extrativas	0	0	0
Indústrias transformadoras	22	13.718.487	89
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	-	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	1	0	-
Construção	51	5.721.151	112
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	84	20.760.197	130
Transportes e armazenagem	10	1.789.648	33
Alojamento, restauração e similares	49	1.445.871	73
Atividades de informação e de comunicação	3	38.468	4
Atividades imobiliárias	3	129.774	3
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	50	960.347	56
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	30	265.181	30
Educação	12	164.218	21
Atividades de saúde humana e apoio social	21	382.682	24
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	2	-	-
Outras atividades de serviços	32	492.511	41

Fonte: Sistemas de Contas Integradas das Empresas, INE.

Importa, por fim, perceber o tipo de escalão de pessoal ao serviço nas empresas do concelho de alfândega da Fé, de forma a entender-se qual a dimensão das empresas do território concelhio. No quadro 34 está demonstrado que o tecido económico do concelho é composto por pequenas e médias empresas. Note-se que, nesse ano, é a atividade “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” a que apresenta um maior número de pessoal ao serviço dos estabelecimentos (um total de 769 indivíduos).

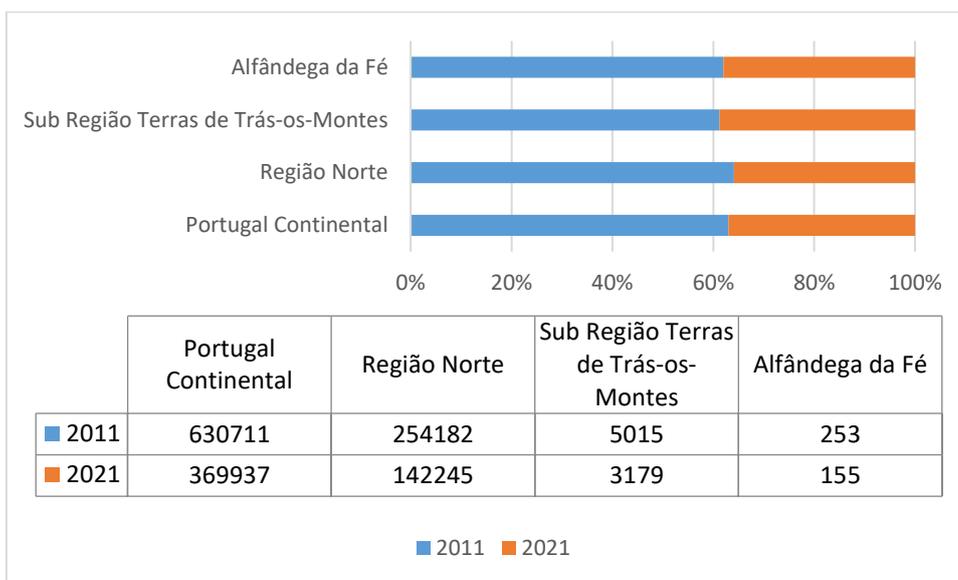
## VI22 .CARACTERIZAÇÃO GERAL DO EMPREGO

### VI221 .PROCURA DE EMPREGO

No gráfico 24 pode observar-se a evolução do desemprego registado no concelho de Alfândega da Fé e nas unidades territoriais em que se encontra inserido, entre 2011 e 2021.

Em 2021, o concelho de Alfândega da Fé registava 155 indivíduos desempregados, menos do que o registado em 2011 (nesse ano registavam-se 253 desempregados). Deste modo, observou-se uma redução do número de desempregados em Portugal Continental, na região Norte e na sub-região Terras de Trás-os-Montes. Assim, através da análise do gráfico 24 pode verificar-se que a tendência do número de desempregados registada no território concelhio nos contextos nacional, regional e sub-regional.

*gráfico 24 – Variação do número de desempregados em Portugal Continental, na região Norte, na sub-região Terras de Trás-os-Montes e no concelho de Alfândega da Fé, entre 2001 e 2021*



Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Em comparação com as restantes unidades territoriais, o concelho de Alfândega da Fé demonstra valores relativamente idênticos ao atual panorama do país, ou seja, no que se refere ao género é a população feminina que apresenta mais inscritos (com 83 mulheres e 72 homens).

*quadro 35 – Desemprego registado em Portugal Continental, na região Norte, na sub-região Terras de Trás-os-Montes e no concelho de Alfândega da Fé segundo o género e a situação face à procura de emprego em 2021*

	GÉNERO		SITUAÇÃO FACE À PROCURA DE EMPREGO		TOTAL
	H	M	1º EMPREGO	NOVO EMPREGO	
Portugal Continental	167879	202058	36740	333197	369937
Região Norte	62135	80110	15553	126692	142245
Sub-região Terras de Trás-os-Montes	1499	1680	342	2837	3179
Alfândega da Fé	72	83	13	142	155

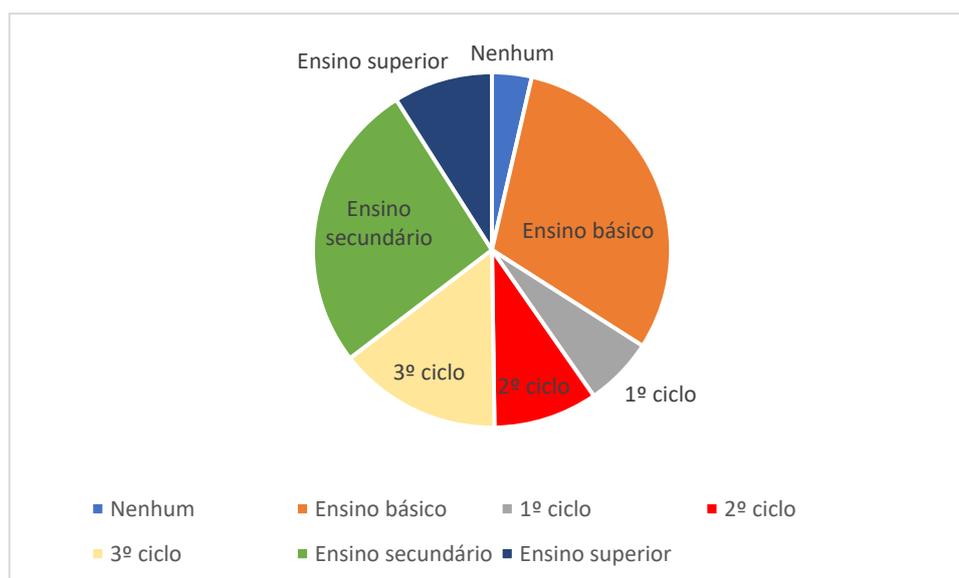
Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

No que respeita à estrutura etária da população desempregada, é importante referir que 25 desempregados do concelho têm menos de 25 anos, enquanto 37 possuem entre 25 e 34 anos, 56 desempregados têm entre 35 e 54 anos e, por fim, 37 detêm 55 ou mais anos.

Relativamente à proporção de desempregados segundo os níveis de escolaridade, em Alfândega da Fé 68 desempregados possuem apenas o Ensino básico e 59 possuem o Ensino secundário. Esta realidade poderá ser explicada pelas fragilidades a que o sistema de emprego do país está sujeito, ou seja, insuficiente produtividade nos setores económicos, etc.

De referir ainda que a tendência é para que, à medida que vai aumentando o nível de escolaridade, vá diminuindo a percentagem de população desempregada.

*gráfico 25 – Desemprego registado em Alfândega da Fé segundo os níveis de escolaridade em 2021*



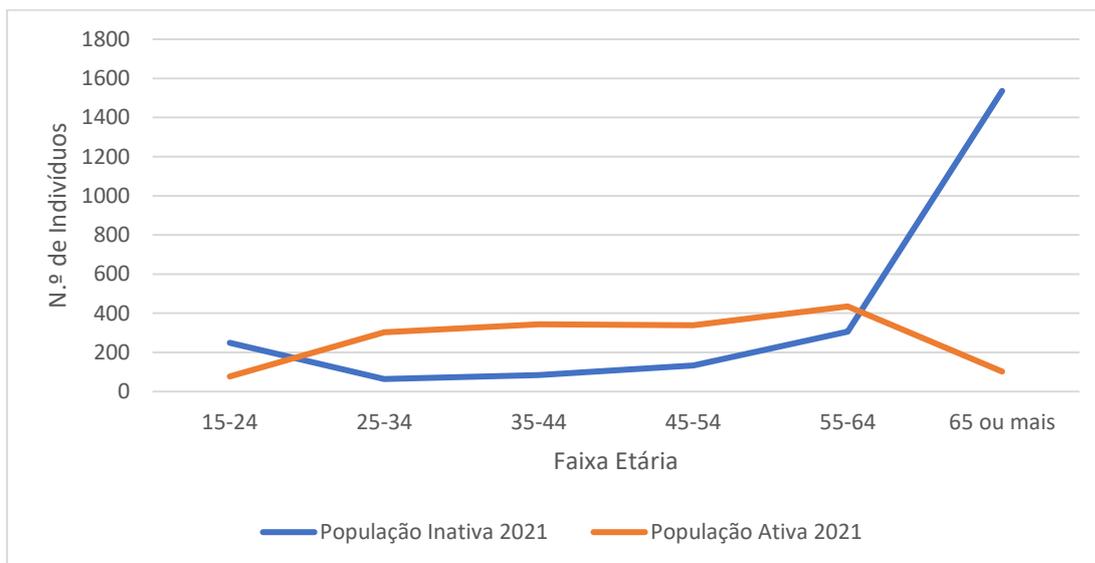
Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Como forma de conclusão, entre janeiro de 2011 e janeiro de 2021, verifica-se uma diminuição no número de desempregados. Em termos de estrutura, o desemprego atinge sobretudo as mulheres, os ativos adultos entre os 35 e os 54 anos, os candidatos a um novo emprego, os detentores do Ensino Básico e os inscritos há menos de 12 meses.

## VI222 .ESTRUTURA DO EMPREGO NO CONCELHO

O total de população ativa<sup>24</sup> no concelho de Alfândega da Fé, em 2021, era de 1599 pessoas e 2372 era o total de pessoas que se encontravam inativas<sup>25</sup> ou sem atividade económica (estudantes, domésticos, reformados, aposentados, incapacitados para o trabalho, outros). Observando o gráfico 26, é patente a superioridade do número de população sem atividade económica no grupo etário mais idoso (idades superiores a 60 anos). Confirma-se assim, uma vez mais, a tendência de envelhecimento populacional que se tem feito sentir ao longo das últimas décadas.

*gráfico 26 – População com 15 ou mais anos com e sem atividade económica, por faixa etária em Alfândega da Fé, 2021*



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE .

É notório que são as faixas etárias mais jovens e as mais envelhecidas aquelas que sentem maiores dificuldades em integrar o mercado de trabalho. Não menos importante é referir também, que existe no concelho uma

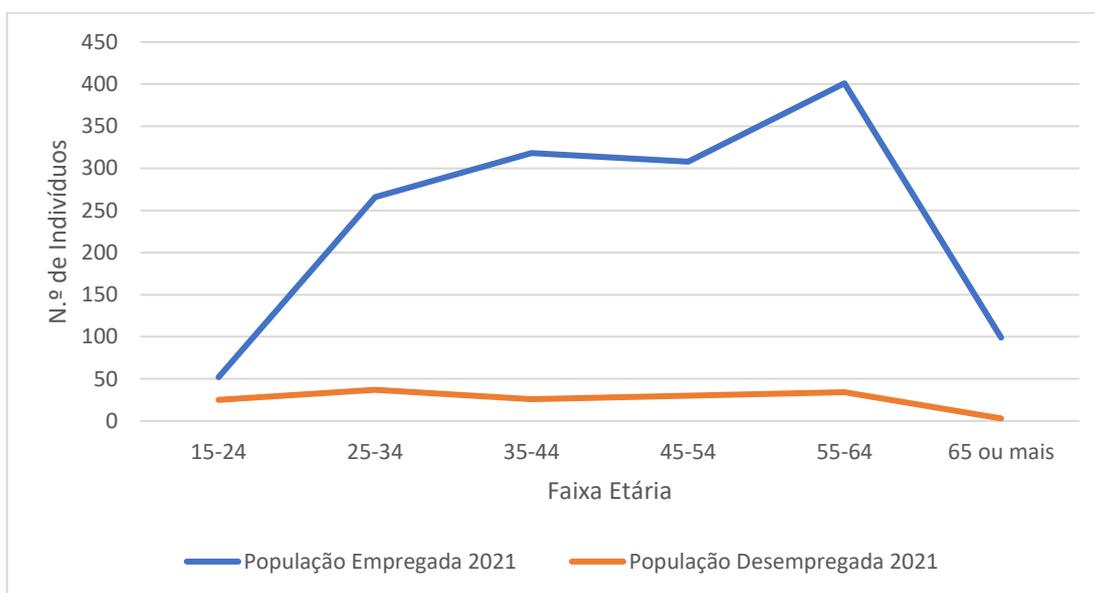
<sup>24</sup> Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados) (INE).

<sup>25</sup> Conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podiam ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados nem desempregados.

acentuada diferenciação entre os sexos, na medida em que, em valores totais, é mais elevada a presença dos homens no mercado de trabalho e maior o número de mulheres em situação de desemprego.

Os dados do último recenseamento da população (2021) (ver gráfico 27) mostram um elevado peso da população adulta empregada e um desemprego particularmente mais desfavorável para os mais jovens e para a população mais velha.

*gráfico 27 – População residente com atividade económica (empregada e desempregada), segundo a faixa etária em Alfândega da Fé para 2021*

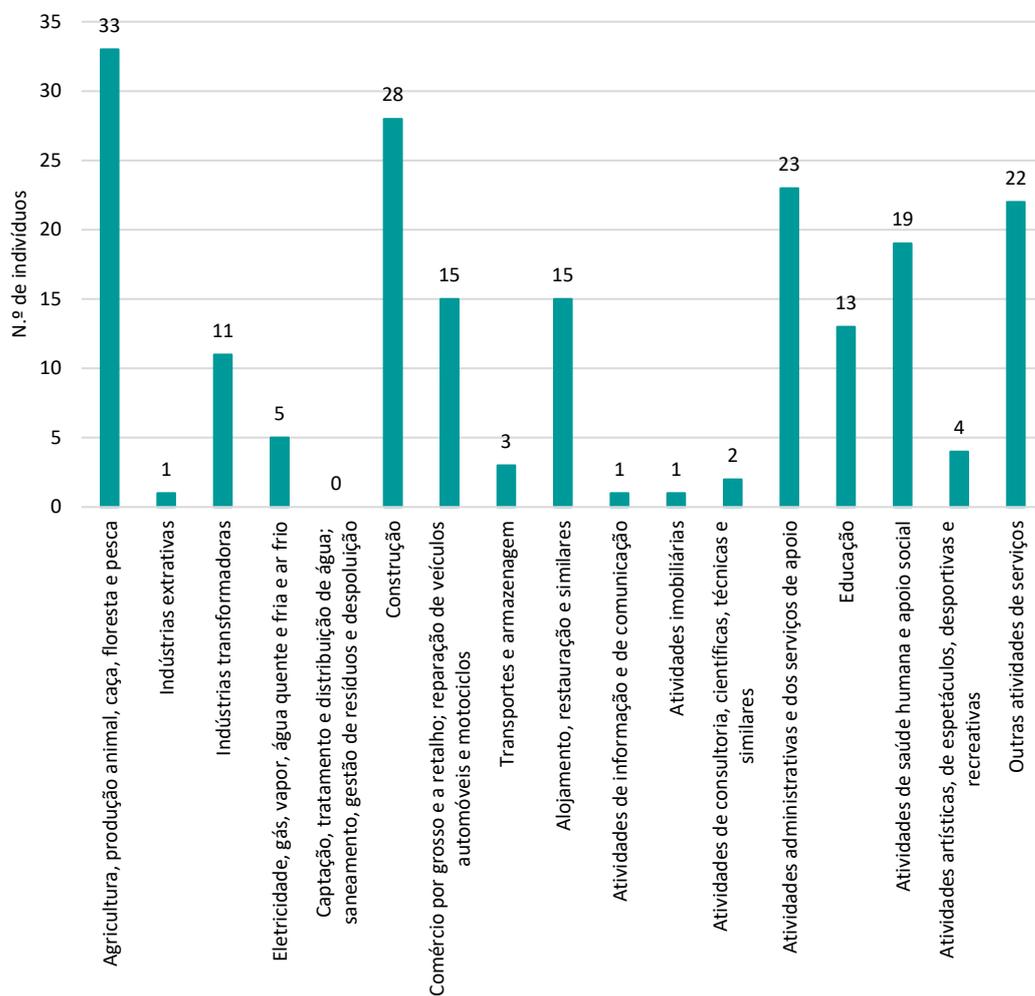


Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE .

Por último, analise-se a origem económica do desemprego. O gráfico que se segue mostra que o desemprego provém, essencialmente, do setor terciário (60%), seguindo-se o setor secundário (23%) e o setor primário (17%).

Relativamente às atividades económicas, verifica-se que 16,8% dos desempregados provém da “agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, 14,3% provém da “construção”, 11,7% provém de “atividades administrativas e dos serviços de apoio” e 11,2% provém de “outras atividades de serviços”.

gráfico 28 – População desempregada segundo a última profissão por atividades económicas, em Alfândega da Fé para 2011



Fonte: XVI Recenseamento Geral da População, INE .

## VI223 .OUTRAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Além dos indicadores já analisados anteriormente, é de igual interesse analisar os indicadores de poder de compra, o ganho médio mensal, o Rendimento Social de Inserção (RSI), os pensionistas da Segurança Social, o meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares, o principal meio de transporte, e duração média dos movimentos pendulares da população residente no concelho em estudo.

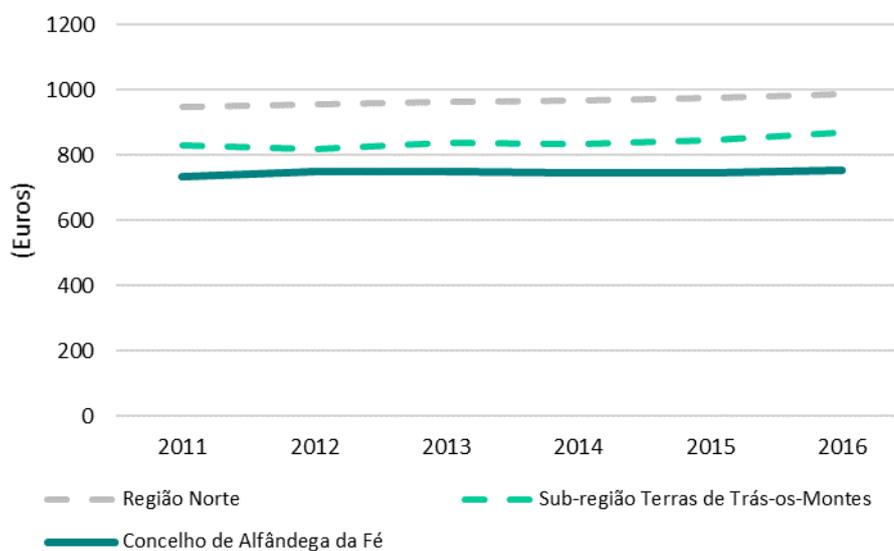
De acordo com a informação de base mais atual utilizada do INE (2015), o índice de poder de compra per capita<sup>26</sup> regista uma subida para os 64,56 (é o quarto concelho à escala sub-regional com o valor mais reduzido). À escala

<sup>26</sup> Valor de referência nacional é 100. Este indicador compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes concelhos e regiões, com esse valor de referência nacional (Estudo Sobre o Poder de Compra Concelho de 2000, INE).

nacional a distribuição territorial do poder de compra per capita coloca em evidência as diferenças entre o norte e o sul e entre o litoral e o interior, registando-se níveis de poder de compra manifestado per capita mais elevados no litoral do país e níveis de poder de compra mais baixos no interior norte e centro.

O concelho de Alfândega da Fé tem registado nos últimos anos uma tendência ligeiramente crescente do ganho médio mensal da população, resultado da recuperação económica que se tem vindo a sentir. No entanto, os valores médios registados ficam aquém dos valores observados na região Norte e na sub-região Terras de Trás-os-Montes

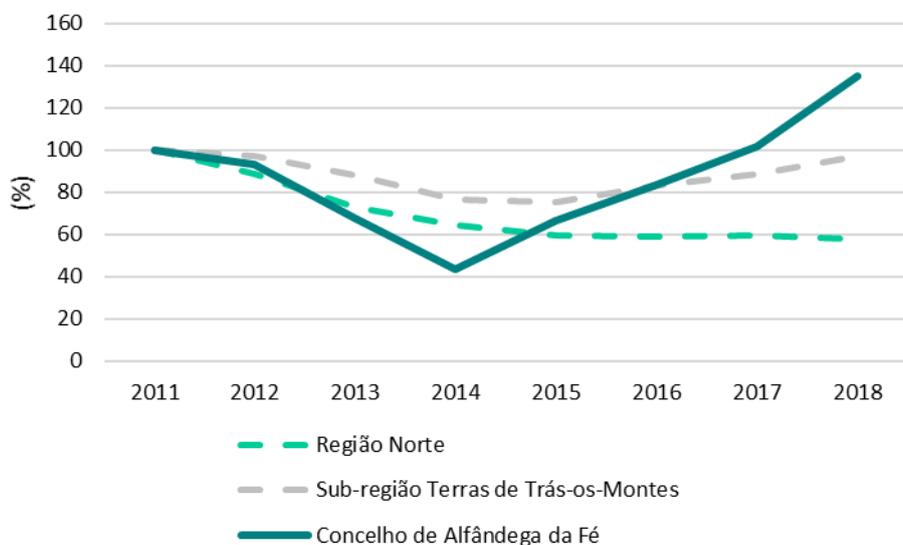
Gráfico 29 - Ganho médio mensal, entre 2011 e 2016



Fonte: MTSS/GEP, Quadros de Pessoal, INE.

O número de beneficiários do RSI registou um decréscimo até 2014, seguindo-se um crescimento contínuo bastante expressivo até 2018 (aumento de 88 beneficiários).

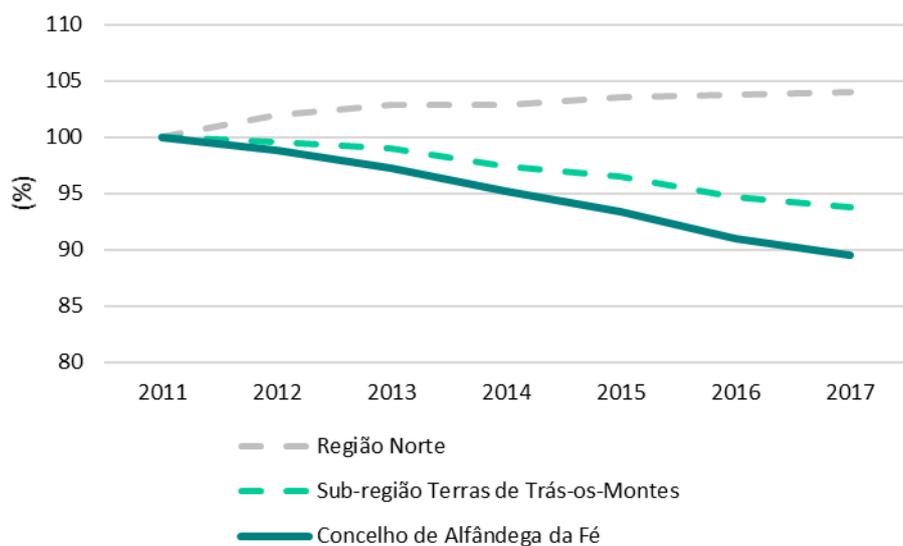
Gráfico 30 - Beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2018



Fonte: Instituto de Informática, INE.

O número de pensionistas da Segurança Social tem apresentando uma tendência de decréscimo nos últimos anos (menos 229 pensionistas entre 2011 e 2017). Em relação aos pensionistas da Segurança Social por 1.000 habitantes em idade ativa, verifica-se que, em 2017, correspondiam a 463‰ pensionistas, ou seja, 463 pensionistas por cada 1.000 habitantes em idade ativa. Desta forma, o concelho de Alfândega da Fé apresenta um valor superior ao registado nos contextos regional (331‰) e sub-regional (392‰), constituindo, aliás, o terceiro concelho no contexto sub-regional com o valor mais elevado.

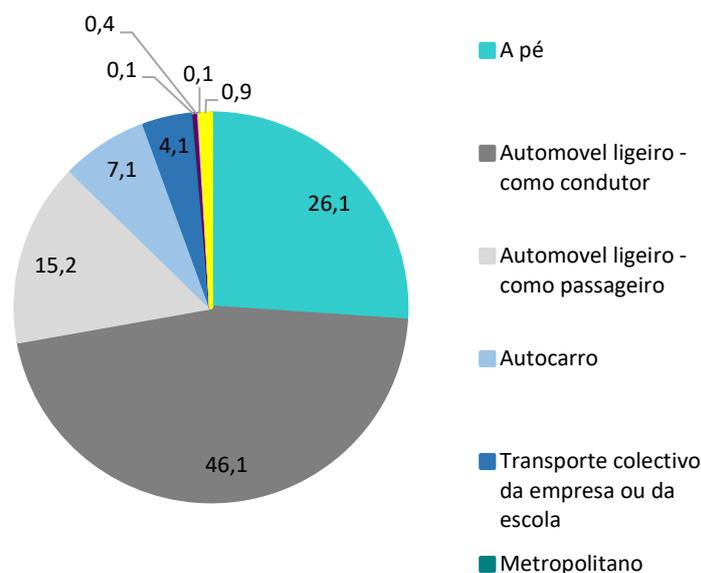
Gráfico 31 - Pensionistas da Segurança Social no concelho de Alfândega da Fé, entre 2011 e 2017



Fonte: Instituto de Informática, INE.

“A análise dos movimentos pendulares de uma determinada população é um importante contributo para o conhecimento das unidades espaciais envolvidas. Constitui matéria relevante no processo de tomada de decisão, nomeadamente nas políticas de transporte e ambiente, quer a nível regional, quer nacional”<sup>27</sup>, demonstrando igualmente a sua contribuição para a qualidade de vida das populações. O meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares e principal meio de transporte no concelho de Alfândega da Fé segundo o gráfico 32, é o automóvel ligeiro como condutor e como passageiro (61%), seguindo-se a população que se desloca a pé (26,1%).

*gráfico 32 – Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (%) (à data dos Censos 2011) e principal meio de transporte para o concelho de Alfândega da Fé*



Fonte: XV Recenseamento Geral da População, INE.

De acordo com os Censos de 2011, a duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante do concelho de Alfândega da Fé, é de cerca de 16 minutos (superior ao verificado no ano 2001, que era de 14 minutos). O valor registado no território concelhio apresenta-se inferior a observado nas unidades territoriais em que se insere.

<sup>27</sup> Movimentos Pendulares e Organização do Território Metropolitano: Área Metropolitana de Lisboa e Área Metropolitana do Porto, 1991-2001.

## VI3 .ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Na caracterização socioeconómica de uma unidade geográfica é imprescindível o conhecimento da estrutura fundiária. Com o intuito de traçar o perfil da estrutura fundiária do município de Alfândega da Fé foram abordados 5 parâmetros, a saber: (i.) estrutura das explorações agrícolas, (ii.) utilização das terras, (iii.) efetivos animais, (iv.) máquinas agrícolas e (v.) população e mão-de-obra agrícola.

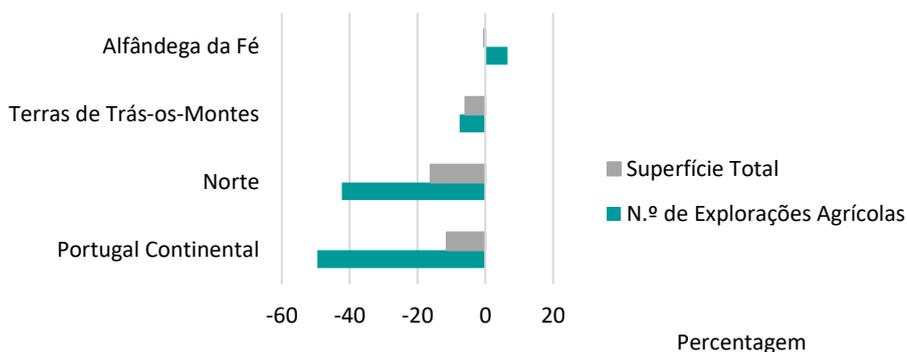
Na caracterização da estrutura fundiária a fonte de informação utilizada foi o Recenseamento Geral da Agricultura de 1989, 1999 e 2009, do Instituto Nacional de Estatística.

### VI31 .ESTRUTURA DAS EXPLORAÇÕES AGRÁRIAS

#### VI311 .NÚMERO DE EXPLORAÇÕES E SUPERFÍCIE TOTAL

No município de Alfândega da Fé foram contabilizadas, com base no recenseamento agrícola de 2009, 1.513 explorações agrícolas, o que representa um crescimento de 6,5%, face a 1989. Paralelamente, assiste-se a um declínio da superfície das explorações entre 1989 e 1999, seguindo-se de uma ligeira recuperação em 2009. Com efeito, a superfície total passou de 22.017 hectares, em 1989, para 20.387 hectares, em 1999 e 21.927 hectares em 2009. Esta evolução é o reflexo do progressivo abandono da prática agrícola que se assiste ao longo de todo o território nacional de uma forma geral.

*gráfico 33 – Variação relativa do número de explorações agrícolas, entre 1989 e 2009, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento geográfico)*



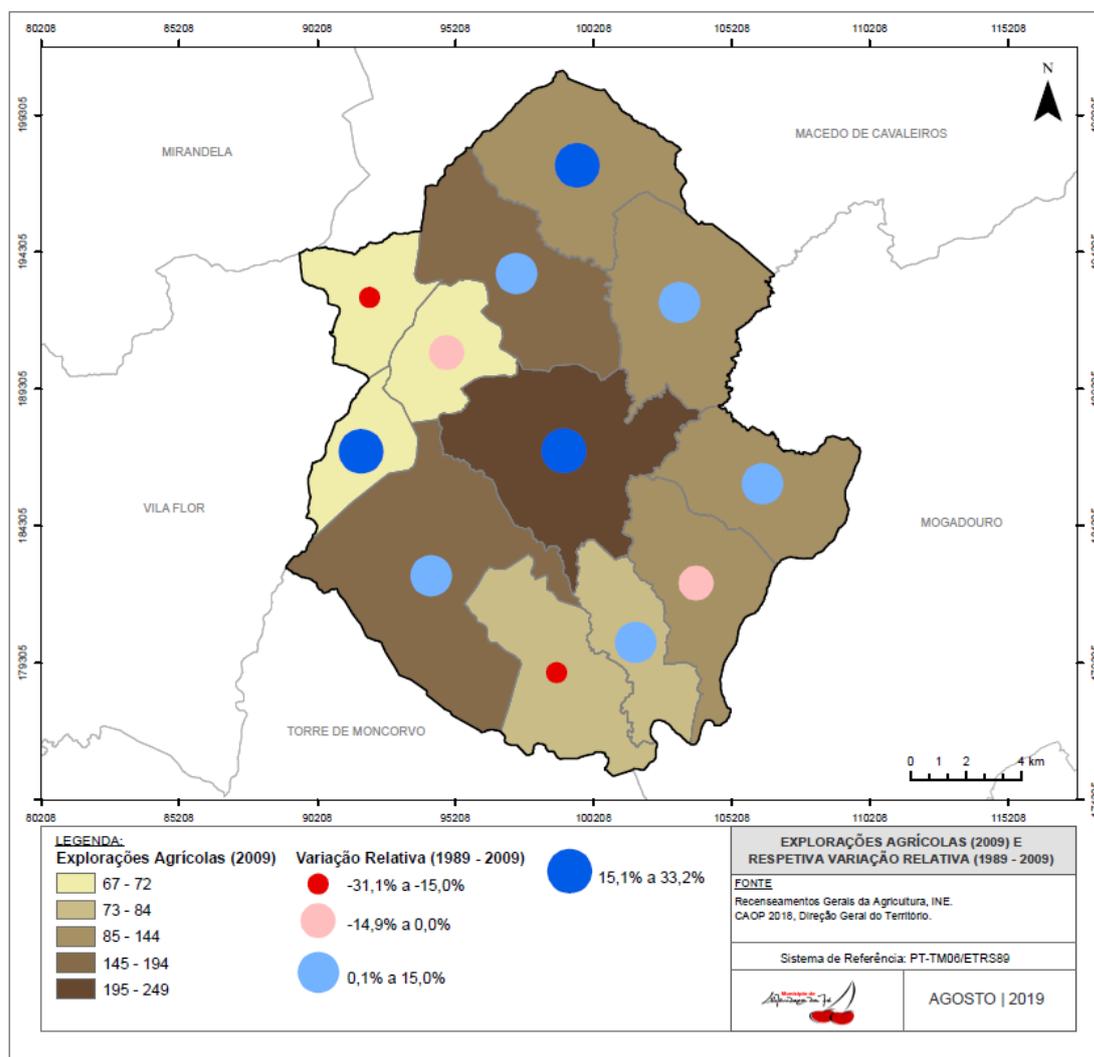
Fonte: Recenseamentos Gerais da Agricultura, INE.

Do total de explorações agrícolas existente no concelho, cerca de 17% localizavam-se na freguesia de Alfândega da Fé, seguindo-se em relevância a freguesia de Sambade (13%) e a União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Valverde (12%). Em contrapartida, as freguesias com o menor número de explorações agrícolas eram a União das freguesias de Pombal e Vales, a freguesia de Vilares da Vilariça e a freguesia de Vilarelhos, uma vez que

registavam um valor de cerca de 5%. Neste seguimento, a variação relativa das explorações agrícolas, entre 1989 e 2009, nas freguesias do concelho de Alfândega da Fé está representada no mapa que se segue (mapa 32).

Os maiores ganhos ocorreram em Alfândega da Fé e na União das freguesias de Gebelim e Soeima, registando-se um crescimento superior a 30% no período analisado. Inversamente, as freguesias com a maior quebra foram a União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra e a freguesia de Vilares da Vilarça (na ordem dos 30%, respetivamente).

mapa 32 – Explorações Agrícolas (2009) e respetiva variação relativa (1989 – 2009), por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé

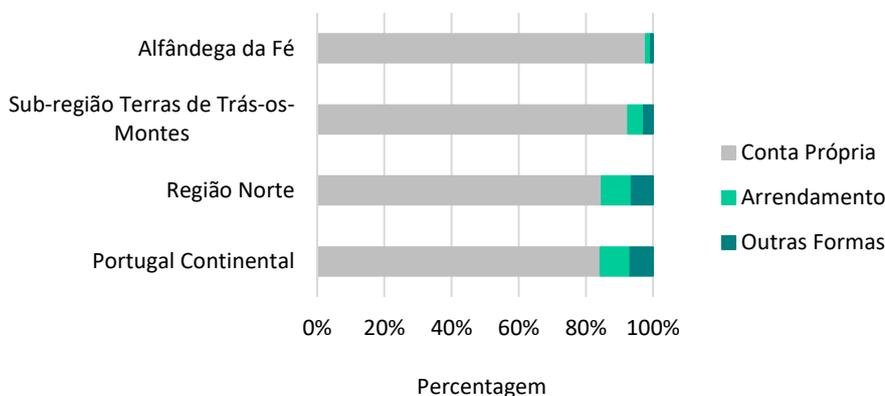


## VI312 .FORMAS DE EXPLORAÇÃO

Considera-se forma de exploração ao modo como o produtor dispõe da terra, desta forma determina a relação entre o proprietário da exploração e o produtor (responsável económico e jurídico da exploração).

À data do último recenseamento, na NUTI – Portugal Continental em 84% do total de explorações agrícolas o produtor era ao mesmo tempo o proprietário. Na verdade, o peso desta forma de exploração é significativo em todas as unidades territoriais em que o concelho de Alfândega da Fé se insere (na região Norte representa 85% e na sub-região Terras de Trás-os-Montes 93%). Neste seguimento, constata-se que no concelho de Alfândega da Fé, à semelhança do que acontece nas restantes unidades territoriais, a forma de exploração por conta própria é, indubitavelmente a que assume maior importância (98%).

*gráfico 34 – Forma de exploração da SAU, em 2009, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento geográfico)*



Fonte: Recenseamentos Gerais da Agricultura, INE.

## VI313 .ENQUADRAMENTO JURÍDICO E CONTABILÍSTICO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

Quanto á natureza jurídica do produtor agrícola singular constata-se, em 2009, um claro predomínio do produtor autónomo, quer no concelho de Alfândega da Fé, quer nas unidades geográficas onde se insere. Face a 1999 verifica-se um ligeiro crescimento dos produtores singulares autónomos.

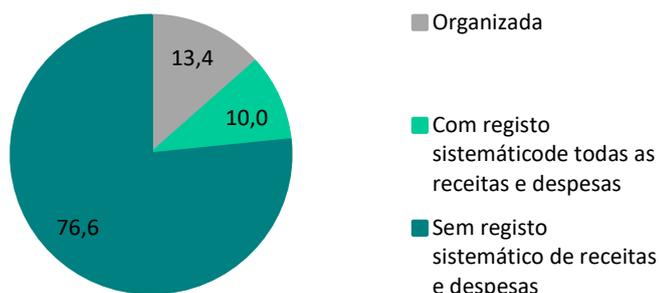
*quadro 36 – Natureza jurídica do produtor agrícola singular, em 2009, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento geográfico)*

	PRODUTOR SINGULAR	
	AUTÓNOMO	EMPRESÁRIO
NUTI – Portugal Continental	98,3	1,7
NUTII – Norte	98,3	1,7
NUTIII – Terras de Trás-os-Montes	99,3	0,7
Alfândega da Fé	98,9	1,1

Fonte: Recenseamentos Gerais da Agricultura, INE.

Em 2009, a contabilidade agrícola organizada com balanço e conta da exploração é, no concelho de Alfândega da fé, pouco representativa (13%). Do mesmo modo, a contabilidade agrícola com registo de todas as receitas e despesas assume pouca importância (10%). Na verdade, a generalidade das explorações agrícolas dispõem de contabilidade não organizada e sem registo de receitas e despesas (77%), contudo, este tipo de contabilidade perdeu relevância face a 1999.

*gráfico 35 – Contabilidade agrícola, em 1999, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento geográfico)*



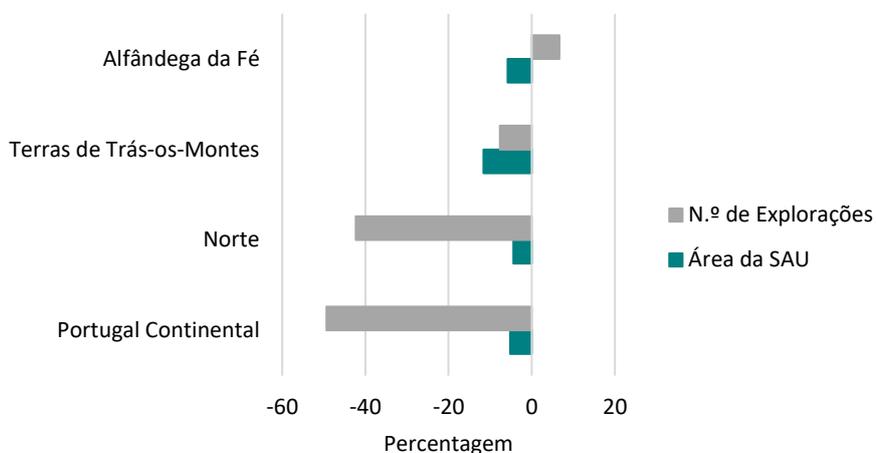
Fonte: Recenseamentos Gerais da Agricultura, INE.

## VI32 .UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

### VI321 .SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) corresponde à superfície da exploração que está ocupada por terra arável (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e/ou pastagens permanentes. No concelho de Alfândega da Fé a evolução da SAU é reflexo do progressivo abandono da prática agrícola. De acordo com o último recenseamento, a área ocupada com SAU era de 11.761 hectares, menos 3.274 hectares de SAU, face a 1989. Tendência inversa ocorreu ao nível das explorações ocupadas com SAU, dado que em 2009 foram contabilizadas 1.512 explorações agrícolas com SAU, o que significa um crescimento de 7%, comparativamente a 1989. Note-se que, pela análise do gráfico 36, o desaparecimento das explorações e área afeta à SAU é generalizado em todas as unidades geográficas em que o concelho se insere.

gráfico 36 – Variação relativa do número de explorações agrícolas e área ocupada com SAU, entre 1989 e 2009, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento geográfico)

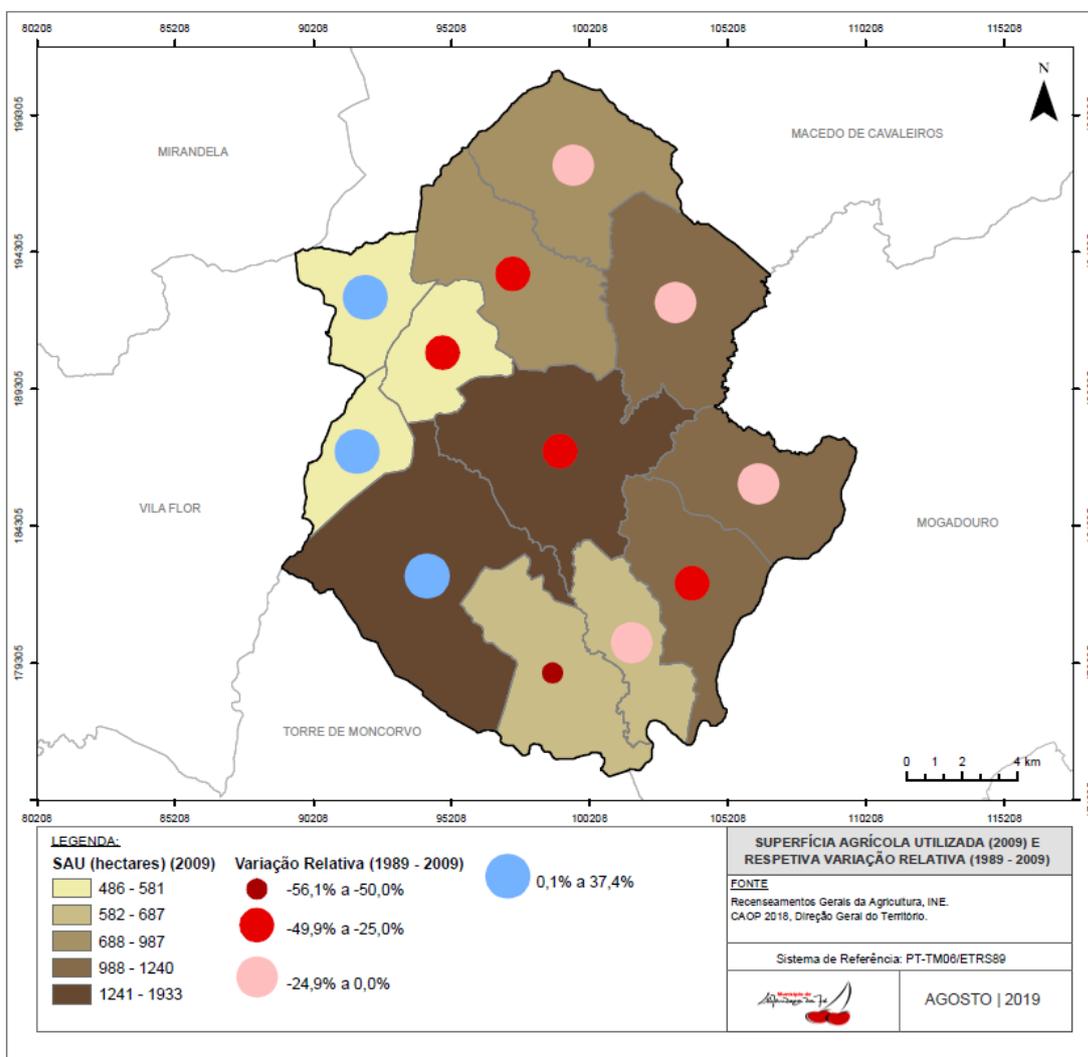


Fonte: Recenseamentos Gerais da Agricultura, INE.

Do total de SAU existente no concelho de Alfândega da Fé em 2009, 16% encontrava-se na freguesia de Alfândega da Fé, 13% na União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde e 11% na União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro. No sentido oposto encontra-se a União das freguesias de Pombal e Vales, a freguesias de Vilares da Vilarça e a freguesia de Vilarelhos, tudo na ordem dos 5%.

Em comparação com 1989, apenas três freguesias registaram um aumento da área ocupada com SAU, nomeadamente Vilares da Vilarça (37%), a União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde (7%) e a freguesia de Vilarelhos (4%). Por seu turno, a maior quebra da área de SAU ocorreu na União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra (-56%).

mapa 33 – Superfície Agrícola Utilizada (2009) e respetiva variação relativa (1989 – 2009), por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé



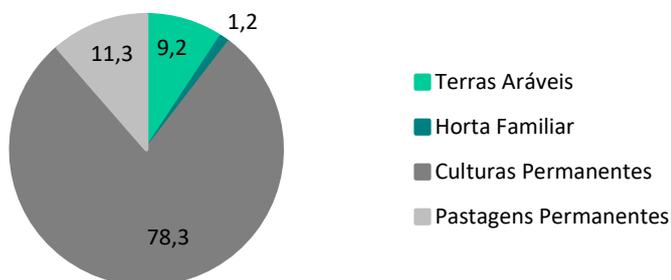
## VI322 .COMPOSIÇÃO DA SAU

À data do último Recenseamento Geral da Agricultura, no concelho de Alfândega da Fé, aproximadamente 78% da SAU era ocupada por culturas permanentes, isto é, culturas que ocupam a terra durante um longo período de tempo e fornecem repartidas colheitas, não entrando em rotações culturais. A restante área ocupada com SAU era composta por 9% de terra arável limpa<sup>28</sup>, 11% de pastagens permanentes<sup>29</sup> e apenas 1% correspondia a hortas familiares. O gráfico 37 ilustra a composição da SAU no concelho de Alfândega da Fé, em 2009.

<sup>28</sup> Terra com culturas temporárias principais e pousio em terra limpa.

<sup>29</sup> Plantas semeadas ou espontâneas destinadas a serem comidas por gado.

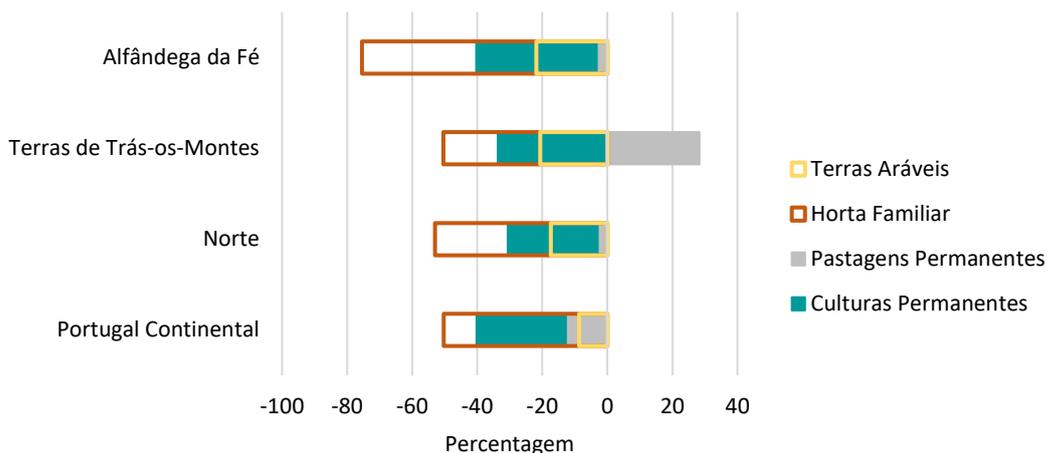
gráfico 37 – Composição da SAU no concelho de Alfândega da Fé (2009)



Fonte: Recenseamentos Gerais da Agricultura, INE.

Face a 1989 assiste-se, no concelho de Alfândega da Fé, por um lado, a um decréscimo da terra arável (-22%), hortas familiares (-75%), pastagens permanentes (-3%) e culturas permanentes (-40%).

gráfico 38 – Variação relativa da composição da SAU, entre 1989 e 2009 (enquadramento geográfico)



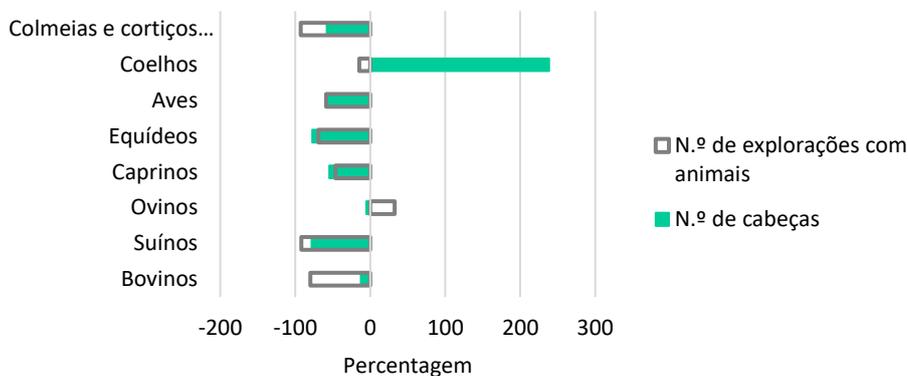
Fonte: Recenseamentos Gerais da Agricultura, INE.

## VI323 .EFETIVOS ANIMAIS

No concelho de Alfândega da Fé, de acordo com o recenseamento de 2009, foram contabilizadas 15.809 cabeças de efetivos animais, o que representa, face a 1989, uma variação negativa de 41%. As maiores perdas ocorreram nos efetivos suínos (78%) e equídeos (77%). Contrariando a tendência de decréscimo, os efetivos coelhos registaram um aumento de 238,5%, passando de 247 cabeças em 1989 para 836 cabeças em 2009. Com efeito, à data da última operação censitária, do total de efetivos animais aproximadamente 46% são ovinos e 23% são aves. Contrariamente, a suinicultura tinha, à data, pouca expressão, apenas 1%.

Concerente ao número de explorações com efetivos animais observa-se, entre 1989 e 2009, um declínio de 67%. Aliás, somente as explorações com efetivos ovinos registaram uma variação relativa positiva.

*gráfico 39 – Variação relativa do n.º de explorações com animais e n.º de cabeças, no concelho de Alfândega da Fé, entre 1989 e 2009*



Fonte: Recenseamentos Gerais da Agricultura, INE.

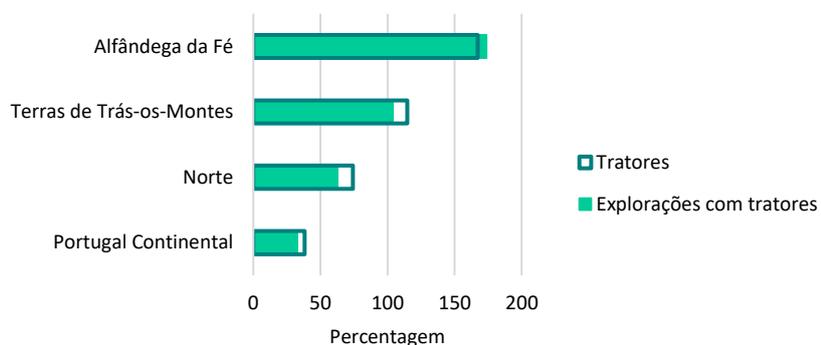
## VI324 .MÁQUINAS AGRÍCOLAS

No concelho de Alfândega da Fé assiste-se a uma progressiva mecanização da agricultura. Na verdade, no período de 1989 a 2009, o número de explorações agrícolas com trator aumentou numa razão de 174%. Para este acréscimo contribuiu o aumento do número de tratores (167%).

Muito embora, entre 1989 e 2009, no concelho de Alfândega da Fé, e comparativamente com as unidades geográficas em que se insere, tenha-se verificado o maior aumento de tratores agrícolas, em média, em cada 100 explorações agrícolas concelhias apenas 27% possuíam trator, valor bastante inferior ao observado em Portugal Continental (51%), na região Norte (47%) e na sub-região Terras de Trás-os-Montes (52%).

Note-se que no concelho de Alfândega da Fé, a variação relativa do número de explorações superou positivamente a variação do número de tratores, registando uma tendência inversa à observada nas unidades territoriais em que se insere.

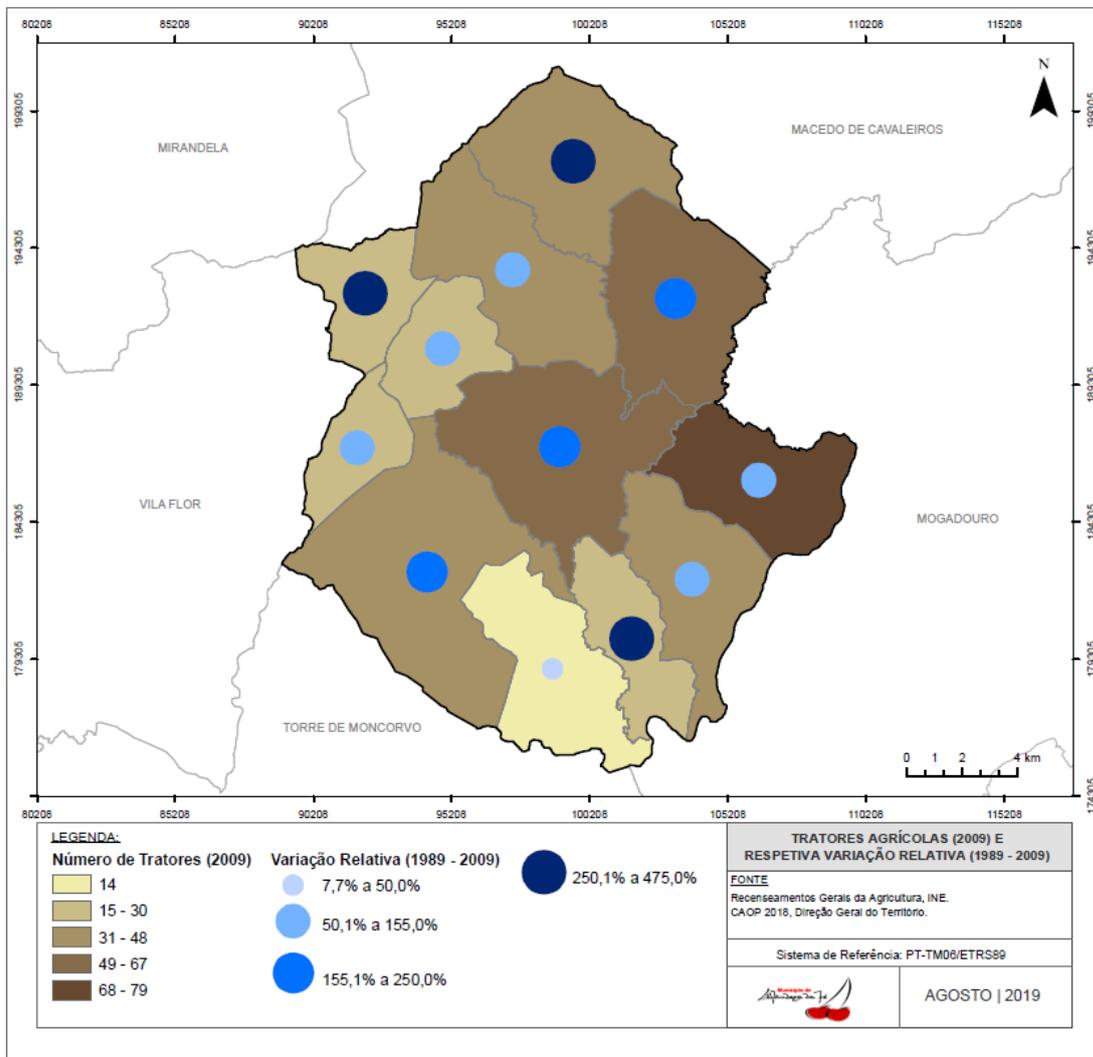
gráfico 40 – Variação relativa do número de tratores e explorações com tratores, entre 1989 e 2009, no concelho de Alfândega da Fé (Enquadramento Geográfico)



Fonte: Recenseamentos Gerais da Agricultura, INE.

Na escala de freguesia observa-se, entre 1989 e 2009, um aumento generalizado do número de tratores agrícolas. Refira-se ainda que cerca de 42% dos tratores agrícolas existentes no concelho encontram-se na freguesia de Alfândega da Fé, Vilar Chão e União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro.

mapa 34 – Tratores agrícolas (2009) e respetiva variação relativa (1989 – 2009), por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé

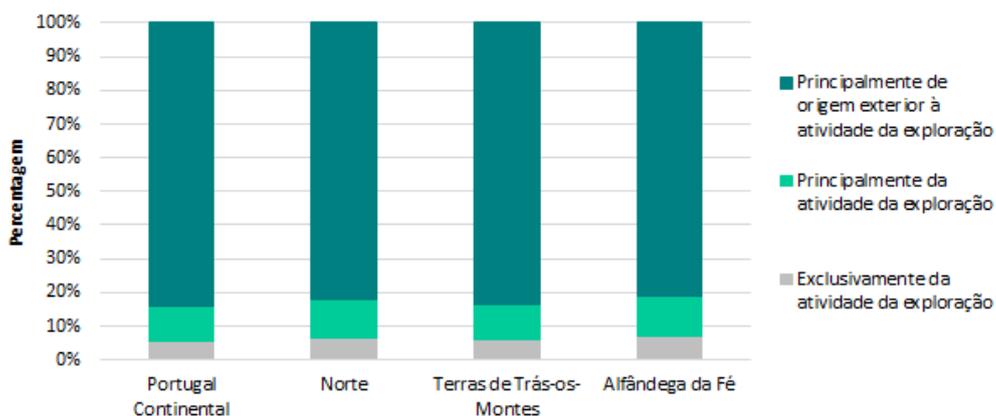


## VI33 .POPULAÇÃO E MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

### VI331 .ORIGEM DO RENDIMENTO DO AGREGADO DOMÉSTICO DO PRODUTOR SINGULAR

Em Portugal Continental, de acordo com os dados do Recenseamento Geral da Agricultura de 2009, a origem do rendimento do agregado doméstico do produtor singular é, maioritariamente, exterior à atividade de exploração (84%). Como se pode observar no gráfico que se segue, também na NUTII – Norte e na NUT III – Terras de Trás-os-Montes mais de 80% do rendimento do agregado doméstico do produtor singular provem principalmente de origem exterior à exploração. No concelho de Alfândega da Fé, no ano em análise, por cada 100 explorações agrícolas em 81 o agregado familiar do produtor singular obtinha rendimentos principalmente exteriores à atividade da exploração. O plurirrendimento é um cenário inquestionável. Na verdade, apenas 7% do rendimento do agregado doméstico do produtor singular provem exclusivamente da atividade da exploração.

gráfico 41 – Origem do rendimento do agregado doméstico do produtor no concelho de Alfândega da Fé, em 2009  
(Enquadramento geográfico)



Fonte: Recenseamentos Gerais da Agricultura, INE.

Face a 1999 observa-se, no concelho, um acréscimo (7%) das explorações cujo rendimento do agregado doméstico do produtor provem exclusivamente da atividade da exploração e principalmente de origem exterior à atividade da exploração (16%). Inversamente, verifica-se um declínio das explorações agrícolas cujo rendimento do agregado doméstico do produtor singular provém principalmente da atividade da exploração (-34%).

## VI4 .TURISMO

---

Na Estratégia Turismo 2027, é definida para o turismo, uma visão que passa por “*afirmar o turismo como hub para o desenvolvimento económico, social e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo*” e estabelece prioridades para a Estratégia, como a valorização do território, o impulsionamento da economia, o potenciamento da economia, e geração de redes.

De acordo com a “Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal, Horizonte 2015-2020”, o concelho de Alfândega da Fé deverá apostar nos produtos âncora, uma vez que estes são dinamizadores do turismo da região, mas também em produtos complementares, permitindo, assim o incremento do desenvolvimento no contexto da oferta potencial do território no qual o concelho de Alfândega da Fé integra. A saber:

- **Saúde e bem-estar** (desfrutar de um ambiente calmo e de paisagens naturais, que permite relaxar da agitação do quotidiano);
- **Natureza** (conhecer e vivenciar o que a natureza tem para oferecer, com destaque para as paisagens, para a tranquilidade e sossego, bem como a possibilidade de prática de atividades e desportos relacionados com o meio natural);
- **Touring cultural e paisagístico** (conhecer e admirar o património edificado e imaterial, seja através de rotas temáticas ou individualmente);
- **Gastronomia e vinhos** (aproveitar a riqueza e diversidade do património gastronómico e enológico).

Relativamente aos produtos complementares, importa identificar:

- **Turismo religioso** (conhecer o elevado património religioso ao longo do território).

Um concelho do interior norte só pode aspirar a beneficiar/ integrar a oferta ao nível do turismo de natureza e touring cultural e paisagístico se compreender qual o seu papel num contexto regional. Deve para isso contribuir, na sua medida e escala, para o reforço da competitividade através da adoção de padrões de qualidade para a cadeia de valor da oferta turística. Assim, o potencial turístico só pode ser totalmente desenvolvido se forem implementados elevados níveis de cooperação, e de articulação em rede, do conjunto dos serviços que interferem na descoberta do território ou de uma temática. O contributo local terá de atender à oferta que se pretende dinamizar e à escala que essa oferta pretende atingir.

Neste contexto, torna-se indispensável estruturar a oferta, designadamente através da criação de rotas temáticas, enriquecimento da experiência nos principais locais de atração e melhoramento das acessibilidades e informação dos principais locais de interesse.

## VI41 .TURISMO EM ESPAÇO RURAL

De acordo com o Programa de Desenvolvimento Rural 2014 – 2020 (PDR 2014 – 2020), as zonas rurais à escala nacional possuem uma representatividade de cerca de 81% e englobam aproximadamente 33% da população residente no país, registando-se, no decorrer dos anos, uma perda populacional. Esta perda populacional constitui uma “ameaça à manutenção dos valores naturais, paisagísticos, culturais associados às economias rurais tornando-se necessário diversificar a respetiva base da atividade económica, muito associada ao setor terciário, para fixar e atrair população, assim como manter a atividade agrícola nestas zonas conferindo capacidade de resiliência económica e coesão social e territorial” (PDR 2014 – 2020). Assim, é importante que se diversifiquem as atividades associadas à agricultura, sendo importante aqui destacar o Turismo em Espaço Rural (TER), tal como é exemplo o agroturismo, conduzindo à valorização dos recursos endógenos do território, cuja procura tem vindo a crescer.

Deste modo, importa compreender qual a oferta de TER no território concelhio, constatando-se que no concelho de Alfândega da Fé estão presentes os seguintes empreendimentos classificados como afetos ao Turismo em Espaço Rural<sup>30</sup>:

- Agroturismo:
  - Agroturismo Quinta da Bela Vista;
  - Quinta do Barracão da Vilarça.
  
- Casa de Campo:
  - Alojamento Rural de Colmeias;
  - Alojamento Rural de Covelas;
  - Alojamento Rural de Sendim da Serra;
  - Alojamento Rural de Vales;
  - Casa Avô César – Turismo Rural;
  - Casa de Campo das Felgueiras;
  - Casa do Bairrinho;
  - Casa do Cabo;
  - Casa do Canto;
  - Casa do Largo;
  - Casa Pequena.

---

<sup>30</sup> De acordo com o Registo Nacional de Turismo, Turismo de Portugal (2019).

## VI42 .IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS TURÍSTICOS

O recurso turístico enquanto “conjunto de elementos naturais, atividades humanas ou produtos antrópicos que podem motivar uma deslocação que não vise o lucro, mas que seja motivada pela curiosidade ou pela possibilidade de realizar uma atividade intelectual ou física por parte de um indivíduo”<sup>31</sup>, tem um papel central na oferta turística que uma determinada área pode apresentar. De facto, a inventariação e o correto enquadramento dos recursos turísticos a nível da estratégia de desenvolvimento local é um passo de importância assinalável, que se estende ao nível do PDM, pois a identificação da localização dos recursos e a sua hierarquização, permitem o enquadramento desta temática ao nível da revisão regulamentar e da Carta de Ordenamento.

Os recursos turísticos presentes no concelho de Alfândega da Fé encontram-se os listados no quadro 37.

*quadro 37 – Recursos turísticos do concelho de Alfândega da Fé*

DESCRIÇÃO/ ABORDAGEM	NOME	FREGUESIA
Bibliotecas	Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé	Alfândega da Fé
Estações Arqueológicas	Castelo de Gouveia	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Castelo de Picões	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Castro de Cabreira no Rebentão	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Santuário Neolítico de Ridevides (Pedra Escrita)	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
Fontes/ Chafariz/ Aquedutos	Fonte designada Fontareja	Vilares de Vilarça
	Fonte Nova/ Fonte Limpa	Vilar Chão
Igrejas/ Capelas/ Ermidas	Capela de Nossa Senhora de Jerusalém	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Capela de Nossa Senhora do Rosário - Gouveia	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Capela de Nossa Senhora do Rosário em Soeima	União das freguesias de Gebelim e Soeima
	Capela de Santo Antão	Vilarelhos
	Capela de São Bernardino	União das freguesias de Gebelim e Soeima
	Capela de São Roque	Sambade
	Capela de São Sebastião - Alfândega da Fé	Alfândega da Fé
	Igreja da Misericórdia de Alfândega da Fé	Alfândega da Fé
	Igreja da Matriz de Sambade/ Igreja de Nossa Senhora da Assunção/ Igreja de Nossa Senhora das Neves	Sambade
	Igreja da Matriz de Sendim da Ribeira/ Igreja do Divino Espírito Santo	União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
	Igreja Paroquial de Agrobom/ Igreja de São Miguel	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro

<sup>31</sup> Lois, Francisco, et al (s/d) <http://www.monografias.com/trabajos12/artturis/artturis.shtml> .

DESCRIÇÃO/ ABORDAGEM	NOME	FREGUESIA
	Igreja Paroquial de Eucísia/ Igreja de São Pelágio e Santa Justa	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Igreja Paroquial de Gouveia/ Igreja de São Bartolomeu	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Igreja Paroquial de Soeima/ Igreja de São Pelágio	União das freguesias de Gebelim e Soeima
Palácios/ Solares	Casa dos Mendonças e entrada da antiga Capela da Casa dos Távoras	Alfândega da Fé
Pelouros/ Cruzeiros/ Obeliscos	Cruzeiro de Gouveia	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
Pontes (Obras de Arte)	Ponte de Zacarias	Alfândega da Fé
	Ponte do Arquinho	Alfândega da Fé
Santuários/ Locais de Peregrinação	Santuário dos Cerejais/ Santuário do Imaculado Coração de Maria	Cerejais

Fonte: "Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM de Alfândega da Fé", Câmara Municipal de Alfândega da Fé, GeoAtributo, Lda. (2010)

De acordo com a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, o concelho de Alfândega da Fé possui dez produtos com Denominação de Origem Protegida (DOP) e nove produtos com Indicação Geográfica Protegida (IGP), que abrangem o território parcial ou totalmente. A saber:

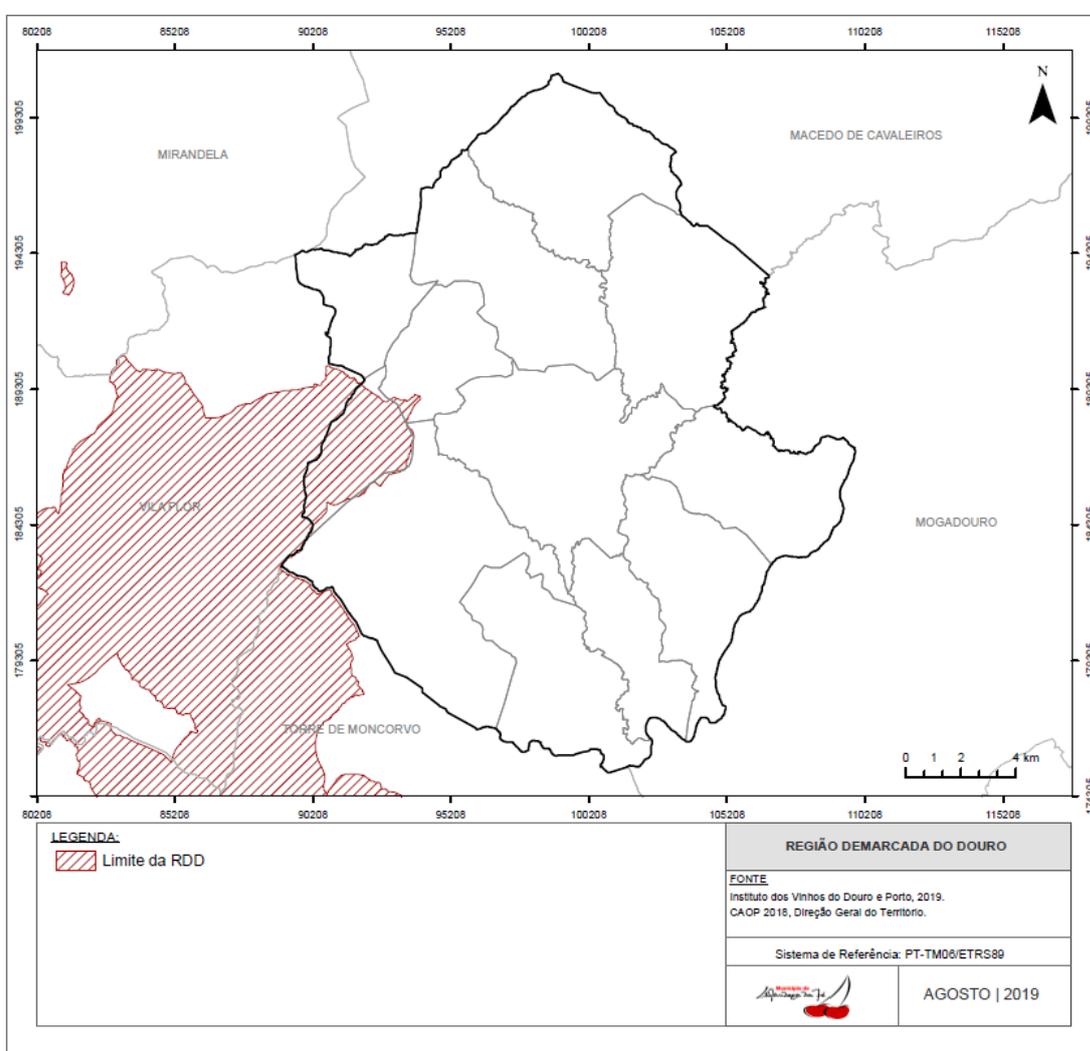
- Amêndoa Douro (DOP);
- Azeite de Trás-os-Montes (DOP);
- Azeitona de Conserva Negrinha do Freixo (DOP);
- Borrego Terrinho (DOP);
- Cabrito Transmontano (DOP);
- Carne de Bísaro Transmontano/ Carne de Porco Transmontano (DOP);
- Castanha da Terra Fria (DOP);
- Mel da Terra Quente (DOP);
- Queijo de Cabra Transmontano (DOP);
- Queijo Terrincho (DOP);
- Alheira de Mirandela (IGP)
- Alheira de Vinhais (IGP);
- Batata de Trás-os-Montes (IGP);
- Butelo de Vinhais/ Bucho de Vinhais/ Chouriço de Ossos de Vinhais (IGP);
- Chouriça de Carne de Vinhais/ Linguiça de Vinhais (IGP);
- Chouriça Doce de Vinhais (IGP);
- Chouriço Azedo de Vinhais/ Chouriço Azedo/ Chouriço de Pão de Vinhais (IGP);
- Salpicão de Vinhais (IGP);
- Presunto de Vinhais ou Presunto Bísaro de Vinhais (IGP).

O concelho de Alfândega da Fé é também abrangido pela Região Demarcada do Douro (RDD) (mapa 35), embora que a um nível periférico, constituindo, este, mais um recurso turístico do concelho. Considere-se que a RDD é a primeira região demarcada reconhecida no Mundo, tendo sido criada "no reinado de D. José I, pelo seu Primeiro-Ministro e futuro Marquês de Pombal (...) por Lei de 1756, a qual, após sofrer alterações ao longo dos tempos, foi confirmada em 1921" (UTAD, 2009). Esta legislação que deu origem à RDD é considerada como tendo assumido,

“com notável pioneirismo a nível mundial, conceitos e princípios de regulação e defesa de uma denominação de origem controlada” (UTAD, 2009). Apesar das alterações sofridas ao longo de mais de 250 anos de existência, “a Região Demarcada do Douro constituiu, enquanto região de origem de vinhos de qualidade, uma continuidade histórica, sendo a sua «paisagem cultural, evolutiva e viva» reconhecida, desde 2001, como Património Mundial pela UNESCO” (idem).

De acordo com o Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP)<sup>32</sup> a EDD situa-se no nordeste de Portugal, na bacia hidrográfica do Douro, e encontra-se rodeada por montanhas que lhe dão as características mesológicas e climáticas particulares, sendo que estas características são “condicionadoras do aproveitamento económico dos recursos naturais e das atividades aí desenvolvidas”.

mapa 35 – RDD no concelho de Alfândega da Fé



Os produtos tradicionais produzidos em Alfândega da Fé obtiveram um auxílio importante com a criação da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Alfândega da Fé (EDEAF), que tem como estimular o aparecimento de

<sup>32</sup> <https://www.ivdp.pt/consumidor/regiao-limite-da-regiao-demarcada-do-douro>

empresários para o desenvolvimento de negócios, bem como apoiar esses empresários nas tarefas administrativas e de implementação dos seus negócios, através dos seguintes serviços:

- Apoio logístico e administrativo;
- Promoção e divulgação dos produtos;
- Apoio à comercialização;
- Fornecimento de água, gás e eletricidade;
- Limpeza e higienização das instalações
- Vigilância externa.

Além dos recursos turísticos identificados no quadro 37, e sobre os quais deve ser promovida a definição de roteiros turísticos, acrescente-se a existência de três rotas turísticas existentes no território concelhio<sup>33</sup>:

- **Rota dos Frescos:** Constitui uma Rota de Turismo Cultural que tem como elemento central as pinturas murais existentes nas igrejas do concelho, integrando 7 núcleos como exemplares de pintura mural a fresco e outras técnicas de decoração murária;
- **Rota da Arte Urbana:** Constitui uma rota que tem o intuito de mostrar o conjunto de esculturas e painéis cerâmicos de arte contemporânea que se encontram no território concelhio, em espaço público.
- **Rota das Amendoeiras em Flor:** A presente rota é constituída por dois percursos distintos e tem o intuito de mostrar a vasta área de amendoeais que os meses de fevereiro e março ficam em flor e oferecem uma paisagem deslumbrante e inigualável.

A arte urbana no concelho de Alfândega da Fé assumiu nos últimos anos particular relevância, através do projeto Voltagem do programa Arte Pública Fundação EDP. Este projeto visa “acesso à arte e o envolvimento da população em novas experiências culturais, bem como estimular o desenvolvimento local através da realização de obras de arte pública em meios rurais”<sup>34</sup>. No concelho de Alfândega da Fé foram criados 13 projetos de arte urbana, em várias localidades do concelho (Gebelim, Sambade, Vales e Alfândega da Fé), que contribuíram para dar às comunidades rurais um maior contacto com a arte e, conseqüentemente, uma reflexão sobre a sua função na sociedade.

---

<sup>33</sup> <https://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/1037>

<sup>34</sup> <https://www.fundacaoedp.pt/pt/artepublica>

figura 10 - Exemplos de intervenções de arte urbana do projeto Voltagem do programa Arte Pública Fundação EDP



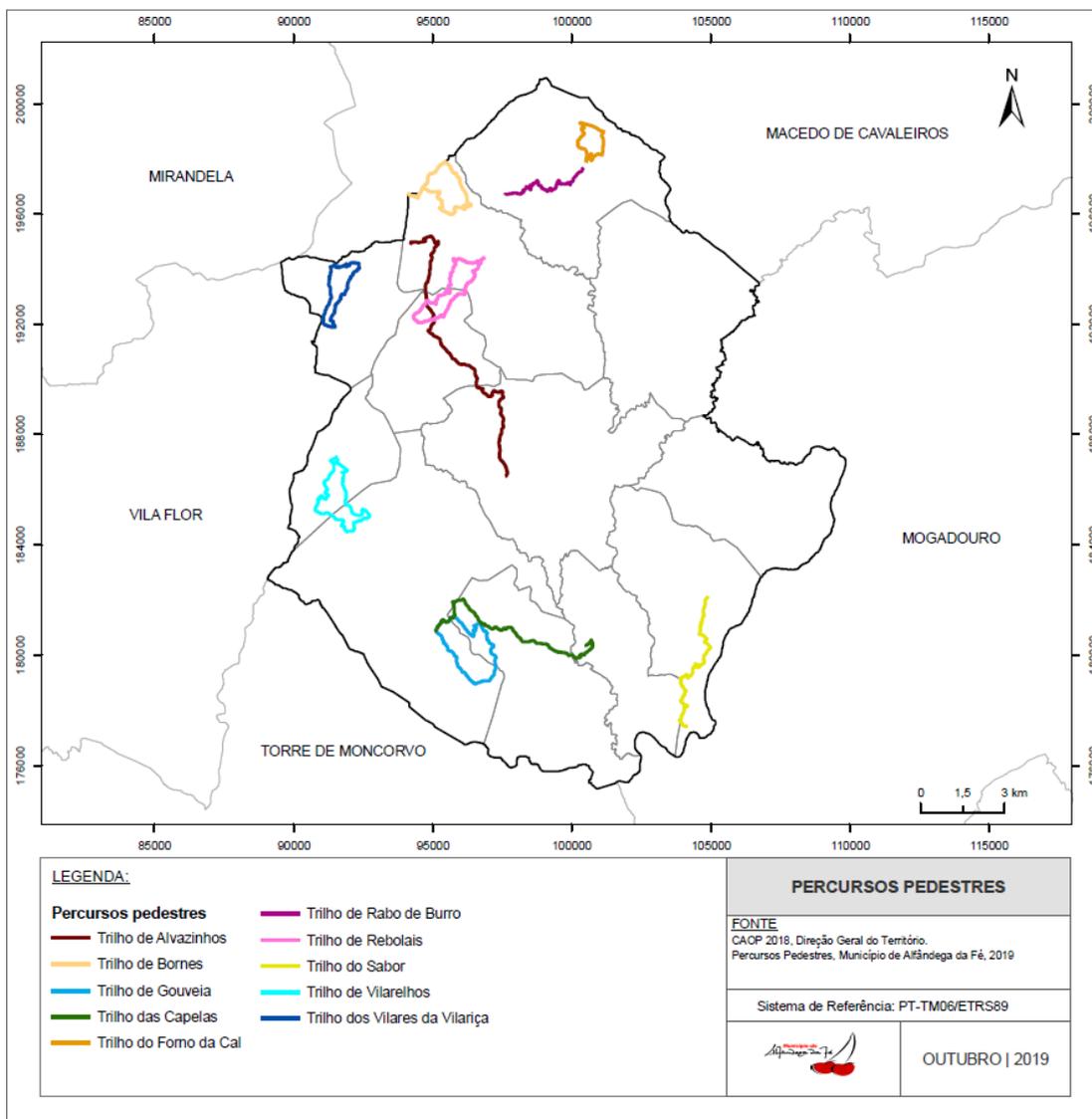
Fonte: [https://www.fundacaoedp.pt/sites/edpmaat/files/2019-01/FEDP\\_Guia\\_TRAS-OS-MONTES.pdf](https://www.fundacaoedp.pt/sites/edpmaat/files/2019-01/FEDP_Guia_TRAS-OS-MONTES.pdf)

O concelho dispõe de dez trilhos/percursos pedestres, que funcionam como elemento de valorização da paisagem do concelho de Alfândega da Fé. São estes:

- Trilho de Alvazinhos – com início no Hotel & SPA, em plena serra de Bornes, termina no Bar do Castelo, na vila de Alfândega da Fé, atravessando ainda uma zona de bosque e lameiro junto a Covelas, o núcleo rural de Vales e o Parque de Lazer de Alvazinhos;
- Trilho de Bornes – com início e fim no marco geodésico da serra de Bornes, atravessa o parque eólico da referida serra, o núcleo rural de Vila Nova, e ainda uma área de bosque de carvalhos e castanheiros;
- Trilho de Gouveia – percurso circular, com início e fim no núcleo rural de Gouveia, tendo ainda como pontos de interesse o marco geodésico de Gouveia, o núcleo rural de Sendim da Serra, a Fonte da Saúde e o núcleo rural de Cabreira;
- Trilho das Capelas – percurso com troço inicial comum ao trilho de Gouveia, até ao núcleo rural de Sendim da Serra, seguindo depois até à capela de Santa Eufémia, à capela de Nossa Senhora de Jerusalém (em vias de classificação – homologado como Imóvel de Interesse Público) e ao Calvário, em Cerejais;
- Trilho do Forno da Cal – percurso circular, com início e fim no núcleo rural de Gebelim, atravessando ainda o santuário e capela de São Bernardino, a antiga casa da floresta e o forno da cal;
- Trilho de Rabo de Burro – percurso com início no núcleo rural de Soeima, desenvolvendo-se ao longo da ribeira de Rabo de Burro, com os seus moinhos de água, até ao núcleo rural de Gebelim;
- Trilho de Rebolais – percurso circular, com início e fim na localidade de Sambade, atravessando a albufeira situada junto da mesma, assim como o núcleo rural de Vales;

- Trilho do Sabor – percurso que se desenvolve ao longo da margem direita da albufeira do Baixo Sabor, com início no núcleo rural de Parada, atravessando um velho moinho de água e áreas com vistas panorâmicas sobre a albufeira, terminando no núcleo rural e quinta de Santo Antão da Barca;
- Trilho de Vilarelhos – percurso circular, que se desenvolve entre a localidade de Vilarelhos e de Santa Justa, passando pelas albufeiras de Salgueiro e de Santa Justa;
- Trilho dos Vilares da Vilarça – percurso circular, com início e fim no núcleo rural de Colmeias, passando ainda pelo núcleo rural de Vilares da Vilarça, a área de carvalhal entre estas duas localidades, e a zona com vista panorâmica sobre a Barragem da Burga.

Mapa 36 - Percursos pedestres existentes no concelho de Alfândega da Fé



Como locais de interesse turístico e de experiências, há que destacar, também, o Spa Suspenso a uma altitude de mais de 1.000 metros, no Hotel e Spa de Alfândega da Fé.

No que respeita aos produtos locais, salienta-se o azeite, a cereja, os bolos de Alfândega da Fé, a cerveja artesanal (Mártir), as conservas de frutos e legumes, os doces, compotas, geleias e marmeladas, o fumeiro e o queijo.

Ao nível da valorização e promoção dos recursos locais, constata-se que no concelho de Alfândega da Fé não se encontra nenhuma empresa de animação turística, de acordo com os dados disponibilizados pelo Registo Nacional de Turismo (2019).

Em suma, importa apontar que o concelho de Alfândega da Fé possui um enorme potencial turístico, que tem vindo a ser explorado e aproveitado ao longo dos anos, com destaque para a área da saúde e bem-estar através do seu Hotel SPA; no que respeita à natureza através de rotas e percursos pedestres, de atividades desportivas e de atividades de lazer; no que concerne à gastronomia, através de uma enorme diversidade de produtos de elevada qualidade; no que respeita ao turismo religioso, através de uma rota turística que permite conhecer não só a arte que se encontra nestes edifícios como a sua história e arquitetura.

## VI43 .ALOJAMENTO

A Estratégia de Marketing do Porto e Norte de Portugal 2015 - 2020 refere que *“o setor do turismo tem-se afirmado, cada vez mais, no Porto e Norte de Portugal, como um forte motor da economia, suportado por um património natural, cultural, histórico e arquitetónico ímpar, que tem despoletado de forma extraordinária o interesse crescente de visitantes nacionais e estrangeiros”*. Assim, a região Norte tem vindo a registar uma dinâmica positiva no presente setor, ao longo dos anos, no que concerne a dormidas e receitas turísticas. Contudo, como se irá observar de seguida, o concelho de Alfândega da Fé não tem beneficiado de forma expressiva desta tendência.

No que respeita à oferta turística, em 2019, estava referenciado um estabelecimento hoteleiro no concelho, com a classificação de hotel, nomeadamente o Hotel e Spa – Alfândega da Fé, com capacidade para alojar 50 hóspedes (RNT, 2019) e 13 empreendimentos de TER (apresentados anteriormente). Para além disso, encontrava-se ainda 10 Alojamentos Locais (4 Estabelecimentos de Hospedagem e 6 Moradias).

No quadro seguinte pode observar-se as características dos empreendimentos turísticos e do alojamento Local do concelho de Alfândega da Fé.

*quadro 38 – Número de camas por tipologia de empreendimento turístico e por modalidade de alojamento local*

	NOME	Categoria	CAPACIDADE/ NÚMERO DE CAMAS	FREGUESIA
Empreendimento Turístico	Agroturismo Quinta da Bela Vista	Agroturismo	13	União das freguesias de Eucísia, Gebelim e Valverde
	Quinta do Barracão da Vilarça	Agroturismo	36	Vilarelhos
	Alojamento Rural de Colmeais	Casa de Campo	4	Vilares da Vilarça
	Alojamento Rural de Covelas	Casa de Campo	4	Sambade

	NOME	Categoria	CAPACIDADE/ NÚMERO DE CAMAS	FREGUESIA
	Alojamento Rural de Sendim da Serra	Casa de Campo	8	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Alojamento Rural de Vales	Casa de Campo	4	União das freguesias de Pombal e Vales
	Casa Avô César – Turismo Rural	Casa de Campo	8	União das freguesias de Gebelim e Soeima
	Casa de Campo das Felgueiras	Casa de Campo	20	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
	Casa do Bairrinho	Casa de Campo	5	Sambade
	Casa do Cabo	Casa de Campo	4	Sambade
	Casa do Canto	Casa de Campo	4	Sambade
	Casa do Largo	Casa de Campo	3	Sambade
	Casa Pequena	Casa de Campo	2	Sambade
Hotel	Hotel e Spa Alfândega da Fé	Hotel (4 estrelas)	50	Sambade
Alojamento Local	Cantinho de S. Francisco	-	8	Alfândega da Fé
	Ovimar, AL	-	24	Alfândega da Fé
	Pensão Residencial Nobre, AL	-	23	Alfândega da Fé
	Alojamento Rural de Gouveia	-	16	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Casa Coelho	-	4	Alfândega da Fé
	Casa da Coutada Douro	-	3	Alfândega da Fé
	Casa da Trepadeira	-	3	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Casa de Parada	-	2	União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
	Quintinha dos Cedros	-	3	Alfândega da Fé
	Santiago	-	7	Cerejais

Fonte: Registo Nacional de Turismo (2019).

Analisando agora a dinâmica turística de Alfândega da Fé, constata-se que este detém apenas cerca de 4% da capacidade hoteleira da sub-região Terras de Trás-os-Montes, sendo que em 2017 (ano com dados estatísticos mais recentes) o concelho tinha capacidade de alojamento nos seus estabelecimentos hoteleiros de apenas 145.

*quadro 39 – Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico, em 2017*

UNIDADE TERRITORIAL	ESTADA MÉDIA (N.º DE NOITES)	ESTADA MÉDIA DOS HÓSPEDES ESTRANGEIROS (N.º DE NOITES)	TAXA LÍQUIDA DE OCUPAÇÃO (%)	TOTAL DE HÓSPEDES (N.º)	TOTAL DE DORMIDAS (N.º)	PROVEITOS DE APOSENTO (EUROS)
NUT I - Continente	2,5	2,9	47,3	21.720.735	55.162.870	2.397.657
NUT II - Norte	1,8	2,1	42,0	4.892.605	9.008.846	374.691

UNIDADE TERRITORIAL	ESTADA MÉDIA (N.º DE NOITES)	ESTADA MÉDIA DOS HÓSPEDES ESTRANGEIROS (N.º DE NOITES)	TAXA LÍQUIDA DE OCUPAÇÃO (%)	TOTAL DE HÓSPEDES (N.º)	TOTAL DE DORMIDAS (N.º)	PROVEITOS DE APOSENTO (EUROS)
NUT III – Terras de Trás-os-Montes	1,5	1,6	14,816,0	132.599	200.327	6.442
Concelho de Alfândega da Fé	1,3	2,1	18,3	7.178	9.668	486

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte de 2017; Inquérito à permanência na hotelaria e outros alojamentos, INE.

No que respeita à estada média dos hóspedes, foi, em 2017, de 1,3 noites, média inferior à registada no contexto sub-regional (1,5 noites), regional (1,8 noites) e nacional (2,5 noites). Quanto à estada média dos hóspedes estrangeiros, verifica-se que o concelho regista um valor mais expressivo, tendo sido de 2,1 noites, superando a média do contexto sub-regional.

Relativamente à taxa líquida de ocupação, o território concelhio regista um valor (18,3%) superior ao contexto sub-regional (16,0%), contudo, fica aquém dos valores registados no contexto regional (42,0%) e nacional (47,3%). Assim, em 2017, o concelho de Alfândega da Fé registou um total de 7.178 hóspedes e 9.668 dormidas.

Por fim, no que respeita aos proveitos de aposento por capacidade de alojamento, constata-se que o concelho registou, em 2017, um total de 486 milhares de euros, correspondendo a cerca de 8% do valor registado na sub-região Terras de Trás-os-Montes.

Pelos dados apresentados, pode-se concluir que a oferta de alojamentos turísticos coloca o concelho mais próximo do nível da oferta de alojamento dos concelhos da NUTIII – Terras de Trás-os-Montes.

## VI44 . PLANO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

Para o Município de Alfândega da Fé “a estruturação de um campo cultural é um elemento decisivo numa estratégia de desenvolvimento municipal, tal engloba um conjunto muito vasto de áreas de atividade, onde se incluem as ligadas às pessoas, ao património material e imaterial, à música, às artes do espetáculo e ao turismo” (PMCT, 2017). Neste contexto, as propostas turísticas culturais delineadas, devem constituir uma resposta às necessidades de todos (residentes e visitantes), apresentando serviços de valor que concilia a qualidade e a diferenciação.

Assim, o concelho de Alfândega da Fé tem vindo a ser reconhecido por vários aspetos, dos quais se pode destacar o Festival Sete Sois Sete Luas que trás ao seu território todos os anos artistas lusófonos e mediterrânicos, atraindo muitos visitantes e constituindo o único festival desta natureza na região Norte. Para além disso, o salpicão de cereja é um produto originário de Alfândega da Fé e único à escala nacional.

Somam-se os diversos espaços e equipamentos culturais que se encontram ao longo do concelho, com destaque para a Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, a Biblioteca Municipal, a Torre do Relógio, o Centro de Interpretação do Território, o Espaço Museológico do Santuário de Santo Antão da Barca, a Capela de Santo amaro na Legoinha e o Museu ao Ar Livre na zona central e núcleo histórico da vila, para além de que o Plano

Municipal de Cultura e Turismo (PMCT) do concelho prevê a criação de um espaço museológico para reunir todas as obras de arte sacre e espólio de arte contemporânea municipal, designado de Museu Municipal e situado na casa do Arcebispo José de Moura.

Anualmente, o concelho de Alfândega da Fé, realiza um Plano Municipal da Cultura e Turismo (note-se que o último a ser realizado data do ano 2017), com os seguintes objetivos:

- *“Potenciar a identidade local e identidade comum;*
- *Aumentar uma perceção positiva e dinâmica de Alfândega da Fé;*
- *Potenciar o trabalho em rede;*
- *Respeitar a diversidade;*
- *Efetivar a marca Alfândega da Fé”.*

Deste modo, em parceria com as Juntas de Freguesia e com os agentes culturais provados, o Município tem vindo a desenvolver importantes projetos em matéria turístico-cultural, e delineou um conjunto de objetivos específicos a realizar.

O presente PMCT serve ainda para publicitar os mais variados eventos que decorrem anualmente no território concelhio, bem como apresentar um balanço do setor da cultura e do turismo no concelho.

## CAPÍTULO VII – CARACTERIZAÇÃO DA DINÂMICA URBANA

### VIII1 .MOBILIDADE

---

A análise e compreensão da temática da mobilidade populacional são uma condição *sine qua non* na definição de uma linha de estratégia de ordenamento territorial, na medida em que comporta implicações na geografia do território. De facto, a mobilidade das populações tem diversos impactos, nomeadamente nas vertentes demográficas, sociais e económicas nos territórios e, por conseguinte, no ordenamento dos mesmos.

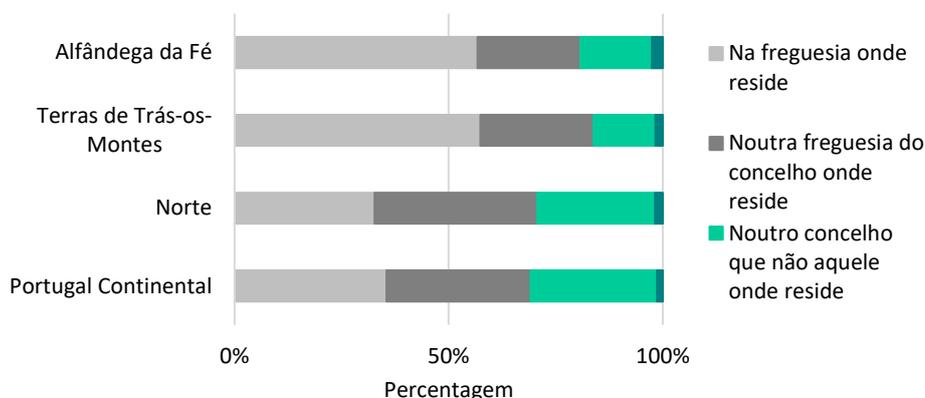
Nesta secção abordar-se-á apenas as deslocações pendulares, com o objetivo de recolher informação sobre o local de trabalho da população residente empregada ou estudante, o tempo despendido para realizar o trajeto e o meio de transporte utilizado no percurso.

Refira-se, desde já, que a freguesia de Alfândega da Fé (sede de concelho) dista 425km de Lisboa, 200km do Porto, 100km de Vila Real, 72km de Bragança e 38km de Mirandela. Em termos de rede viária importa destacar o Itinerário Complementar (IC) 5, que cruza o concelho de oeste a sudeste e liga aos concelhos de Póvoa de Varzim, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Fafe, Vila Pouca de Aguiar, Murça, Vila Flor, Mogadouro e Miranda do Douro. Para além disso, a EN315 estabelece a ligação entre Alfândega da Fé e Mirandela, cruzando a EN102, que por sua vez dá acesso ao IP2 (permite a ligação a Portelo, Bragança, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro) e ao IP4 (permite a ligação ao Porto, Vila Real, Bragança e Quintanilha). A EN215 é a via que liga Alfândega da Fé a Vila Flor. Destaque também para a ER315 que percorre o concelho a norte até ao centro histórico da sede de concelho (desde Rebordelo, no entroncamento da EN311, passando por Mirandela e terminando em Alfândega da Fé).

### VIII11 .POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA OU ESTUDANTE SEGUNDO O LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO

No município de Alfândega da Fé, na última operação censitária, deslocavam-se para trabalhar ou estudar 2.371 indivíduos (aproximadamente 46% da população residente em 2011). Desses, 81% realizavam deslocações intraconcelhias e apenas 17% trabalhavam/estudavam noutra concelho que não aquele onde residem. Note-se ainda que mais de metade das deslocações intraconcelhias com o intuito de trabalhar ou estudar ocorriam dentro da própria freguesia (57%).

gráfico 42 – População residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo, em 2011, no concelho de Alfândega da Fé



Fonte: XV Recenseamento Geral da População (2011), INE.

No que concerne à população que trabalha ou estuda noutros concelho que não aquele onde reside, importa apontar que a população desloca-se para os seguintes concelhos: Bragança (93 indivíduos); Torre de Moncorvo (52 indivíduos); Macedo de Cavaleiros (41 indivíduos); Mirandela (36 indivíduos); Vila Flor (30 indivíduos); Mogadouro (17 indivíduos); Coimbra (12 indivíduos); Freixo de Espada à Cinta e Covilhã (3 indivíduos, respetivamente); Aveiro (2 indivíduos); Ílhavo, Ovar, Beja, Odemira, Esposende, Guimarães, Carrazeda de Ansiães, Vila de Rei, Figueira da Foz e Mira (1 indivíduo, respetivamente).

O quadro que se segue mostra a proporção de população residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo nas freguesias do concelho de Alfândega da Fé, em 2011. No caso da freguesia de Alfândega da Fé, 79 em cada 100 pessoas que se desloca para trabalhar ou estudar fazem-no dentro da própria freguesia, constituindo a freguesia onde a população que trabalha ou estuda na própria freguesia assume maior relevância no concelho.

Os movimentos extraconcelhios da população empregada/estudante são mais expressivos na freguesia de Vilarelhos, uma vez que 33% da população em análise trabalha ou estuda noutra concelho que não aquele onde residem.

Finalmente, a proporção de pessoas que trabalham ou estudam no estrangeiro é reduzida (ou mesmo inexistente) na generalidade das freguesias.

quadro 40 – População residente empregada ou estudante segundo o local de trabalho ou estudo, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2011

FREGUESIAS	NA FREGUESIA ONDE RESIDE	NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE	NOUTRO CONCELHO QUE NÃO AQUELE ONDE RESIDE	NO ESTRANGEIRO
Alfândega da Fé	79,1	5,9	12,8	2,2
Cerejais	34,9	47,6	11,1	6,3
Sambade	34,6	35,3	29,4	0,7
Vilar Chão	39,5	33,3	25,4	1,8

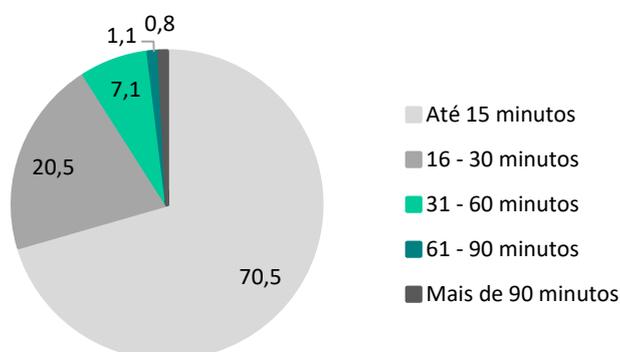
FREGUESIAS	NA FREGUESIA ONDE RESIDE	NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE	NOUTRO CONCELHO QUE NÃO AQUELE ONDE RESIDE	NO ESTRANGEIRO
Vilarelhos	36,9	28,5	33,1	1,5
Vilares de Vilarça	18,3	52,1	18,3	11,3
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	41,1	44,4	10,0	4,4
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	30,9	49,6	18,0	1,4
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	32,9	56,1	11,0	0,0
União das freguesias de Gebelim e Soeima	32,0	43,2	23,2	1,6
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	32,6	52,2	13,0	2,2
União das freguesias de Pombal e Vales	17,1	54,9	20,7	7,3

Fonte: XV Recenseamento Geral da População (2011), INE.

## VII12 .POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO O TEMPO GASTO EM MÉDIA NUMA IDA PARA O LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO

A variável da população residente segundo o tempo gasto, em média, numa ida para o local de trabalho ou estudo está diretamente relacionada com a variável anterior. Por conseguinte, mais de 90% das deslocações pendulares têm, na última operação censitária, uma duração média inferior a 30 minutos. O gráfico seguinte espelha o tempo despendido, em média, pela população residente no concelho de Alfândega da Fé numa ida para o local de trabalho/estudo, em 2011.

gráfico 43 – População residente empregada ou estudante segundo o tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho ou estudo

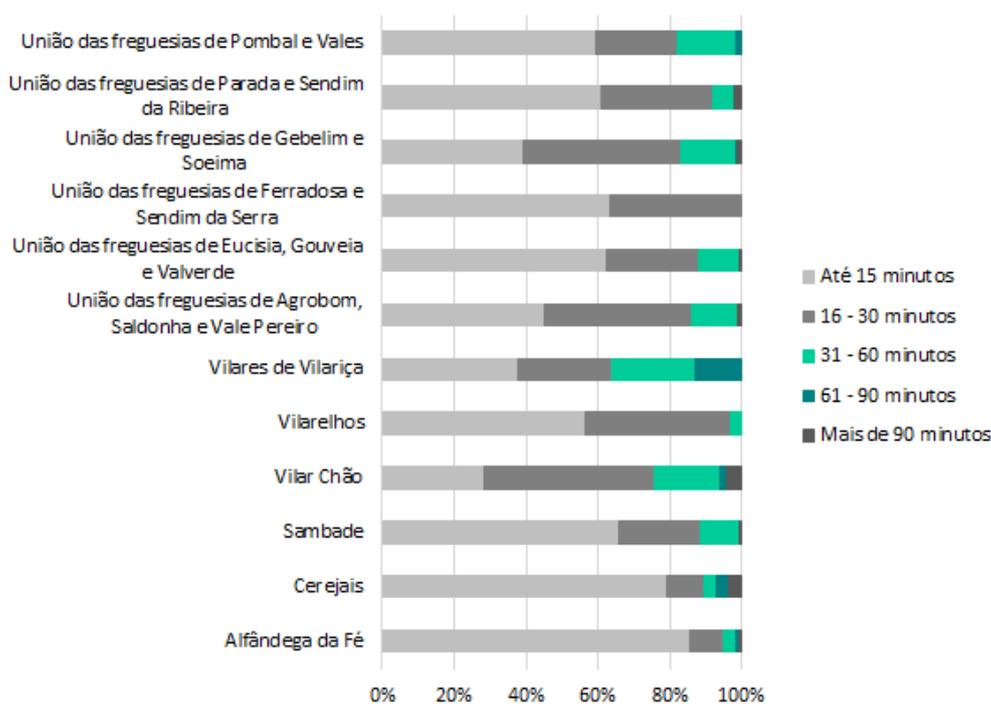


Fonte: XV Recenseamento Geral da População (2011), INE.

Destaca-se, desde logo, a União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra onde todas as deslocações efetuadas para laborar/ estudar têm uma durabilidade igual ou inferior a 30 minutos. Na freguesia de Alfândega da Fé 86% da população empregada/ estudante gasta 15 ou menos minutos no seu trajeto (valor que se justifica porque 80% das deslocações são intrafreguesia).

Por seu turno, as deslocações com durabilidade entre 31 e 60 minutos têm maior relevância na freguesia de Vilares da Vilarça (23%), bem como as deslocações de longa duração que de demoram mais do que uma hora (13,1%), sendo, inclusive, a segunda freguesia que menos população empregada/ estudante possui a trabalhar/ estudar na própria freguesia (apenas 18%). Note-se que no concelho de Alfândega da Fé, a população está maioritariamente empregada na sede de concelho, uma vez que é onde se localiza o comércio, serviços e a zona industrial existente no concelho (fator determinante na empregabilidade da população concelhia).

gráfico 44 – População residente empregada ou estudante segundo o tempo gasto em média numa ida para o local de trabalho ou estudo



Fonte: Recenseamento Geral da População e Habitação (2001), INE.

## VIII13 .POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA OU ESTUDANTE SEGUNDO O PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO NO TRAJETO PARA O LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO

No município de Alfândega da Fé, na última operação censitária, 26% da população residente empregada ou estudante deslocava-se para o trabalho/escola a pé, não utilizando qualquer meio de transporte. Este valor deve-se

ao facto de, como já foi referido anteriormente, mais de metade da população em análise laborar/estudar na própria freguesia onde reside, contudo, assistiu-se a um decréscimo acentuado da população que se desloca a pé face ao ano 2001.

É o automóvel ligeiro particular que apresenta, então maior relevância nas deslocações da população empregada/estudante do território concelhio (61%).

*quadro 41 – População residente empregada ou estudante segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho ou estudo no concelho de Alfândega da Fé, em 2011*

PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE	PERCENTAGEM
Nenhum, vai a pé	26,1
Transportes Coletivos	11,2
Autocarro	7,1
Transporte coletivo da empresa ou escola	4,1
Transportes de tipo individual/familiar	61,8
Automóvel ligeiro	61,3
Como condutor	46,1
Como passageiro	15,2
Motociclo ou bicicleta	0,5
Outro Meio	1,0
	100,0

Fonte: Recenseamento Geral da População e Habitação (2001), INE.

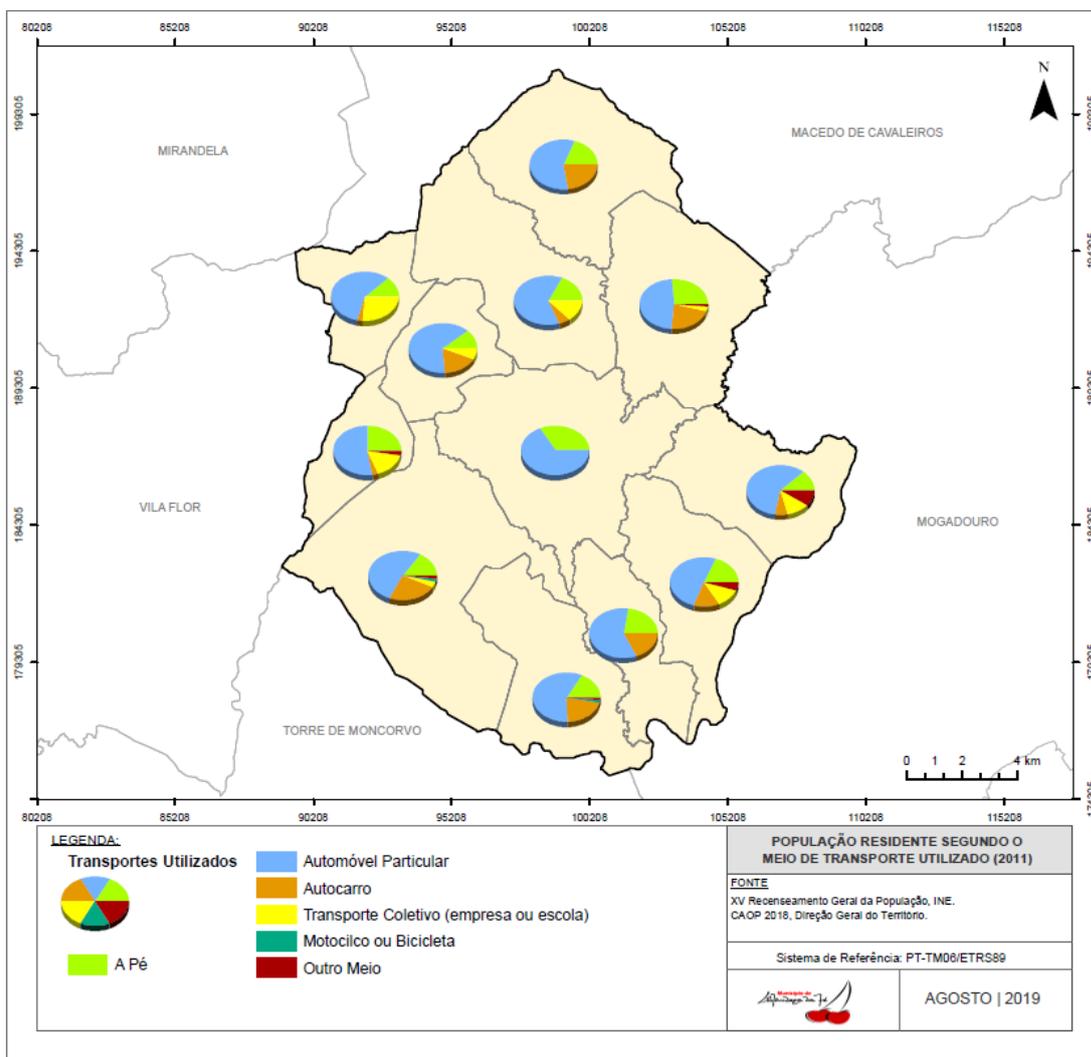
O meio de transporte utilizado nas deslocações casa-trabalho/ estudo difere de freguesia para freguesia. O mapa 37 ilustra, para as freguesias do concelho de Alfândega da Fé, os meios de transporte utilizados no trajeto para o local de trabalho/estudo, à data do último recenseamento da população.

Em todas as freguesias do concelho mais de metade das deslocações populacionais são efetuadas de automóvel particular, com destaque para a União das freguesias de Pombal e Vales (66%), Alfândega da Fé (65%), Sambade (64%), e Cerejais e Vilar Chão (60%, respetivamente). Note-se que no caso das freguesias de Sambade, Vilar Chão e União das freguesias de Pombal e Vales mais de 20% da população trabalha ou estuda fora da freguesia onde reside. Inversamente é a União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro que possui menos relevância do automóvel como meio de transporte.

As deslocações a pé destacam-se na freguesia de Alfândega da Fé (34%), uma vez que é também a freguesia que maior proporção de população possui a trabalhar/ estudar na própria freguesia (79%).

Por sua vez, os transportes coletivos, embora detenham pouca expressão no território concelhio, importa destacar a União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde e a freguesia de Vilares da Vilariça, uma vez que cerca de 30% da população empregada/ estudante desloca-se através deste meio de transporte.

mapa 37 – População residente empregada ou estudante segundo o principal meio de transporte utilizado no trajeto para o local de trabalho ou estudo, por freguesia, no concelho de Alfândega da Fé, em 2011



## VII14 REDE DE TRANSPORTES COLETIVOS

Um aspeto fundamental na análise da mobilidade da população de um concelho é a rede de transportes coletivos.

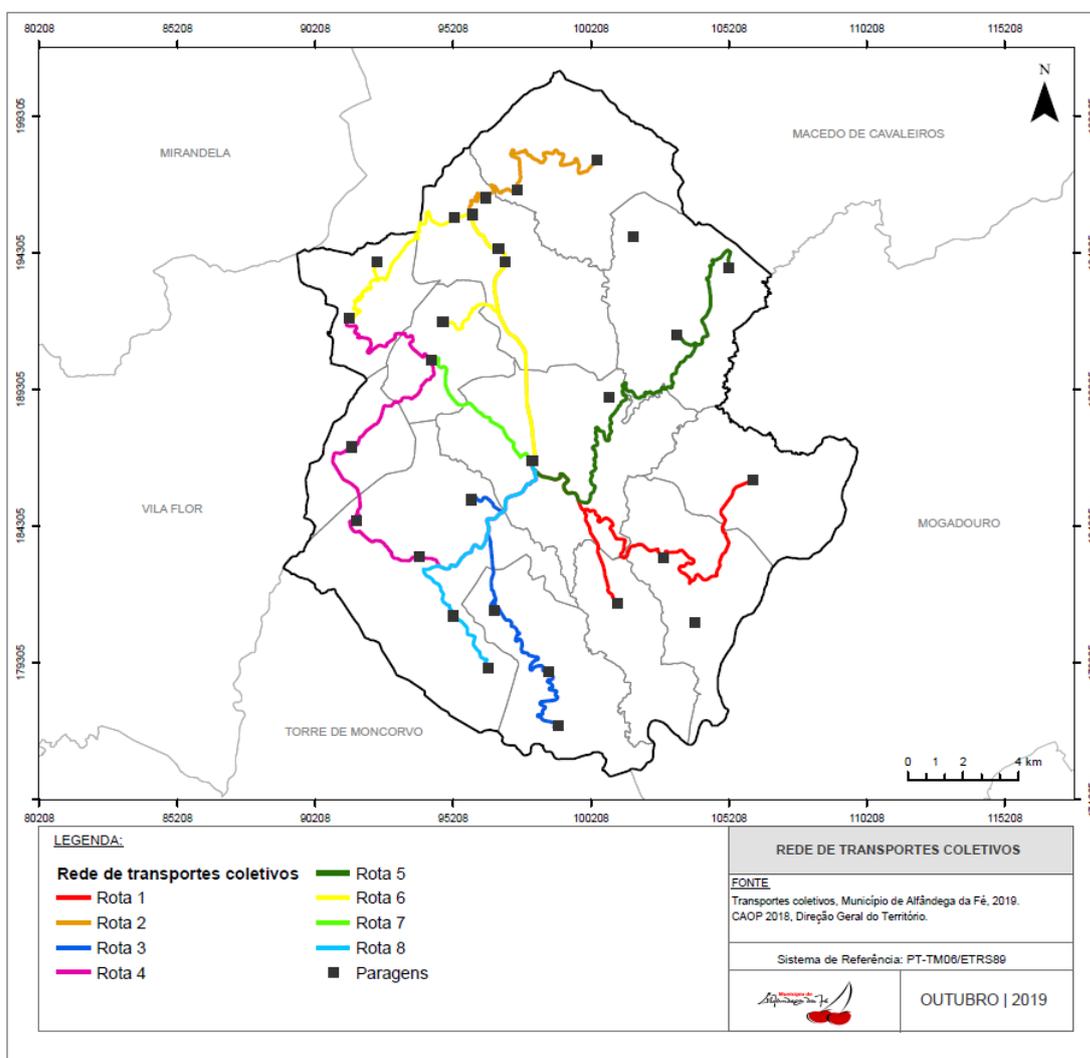
No concelho de Alfândega da Fé, a mesma é composta por oito rotas, nomeadamente:

- Rota 1: Vilar Chão – Parada – Sendim da Ribeira – Cerejais - Alfândega da Fé;
- Rota 2: Gebelim – Soeima – Vila Nova – Sambade – Alfândega da Fé;
- Rota 3: Picões – Ferradosa – Sendim da Ribeira – Valverde – Alfândega da Fé;
- Rota 4: Vilares da Vilarça – Vilarelhos – Santa Justa – Eucísia – Alfândega da Fé;

- Rota 5: Saldonha – Valpereiro – Alfândega da Fé;
- Rota 6: Vilarés da Vilarça – Colmeais – Covelas – Vales – Alfândega da Fé;
- Rota 7: Pombal – Alfândega da Fé;
- Rota 8: Cabreira – Gouveia – Alfândega da Fé.

Destas rotas, uma é realizado em serviço de táxi (rota 5), sendo as restantes realizadas em autocarro, quer da Empresa Santos (rota 1 a 4), quer do Município de Alfândega da Fé (rota 6 a 8). Estes serviços funcionam, sobretudo, durante o período escolar. Abrangem todas as freguesias do concelho, tendo sempre como ponto final ou inicial a vila de Alfândega da Fé.

Mapa 38 - Rede de transportes coletivos do concelho de Alfândega da Fé



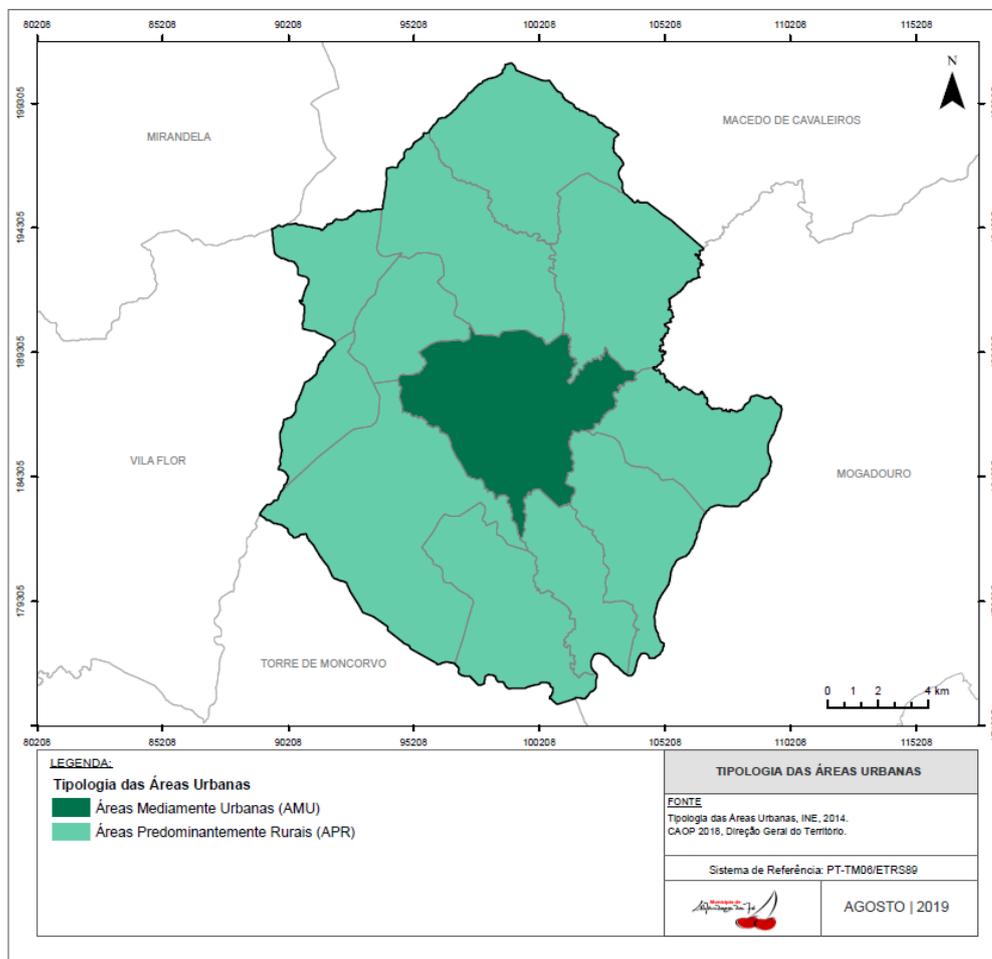
## VIII.2 .TIPOLOGIA DAS ÁREAS URBANAS

---

O Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, refere que ao solo urbano é lhe reconhecida a vocação para o processo de urbanização e edificação, constituindo o seu todo o perímetro urbano. Contudo, a identificação de áreas "urbanas" e "rurais" no território é uma questão complexa. As situações polares são facilmente reconhecíveis. Num extremo, encontram-se zonas fortemente urbanizadas, incluindo os núcleos centrais das grandes cidades; no outro, o espaço rural profundo, incluindo zonas de povoamento muito escasso e áreas naturais protegidas (INE / DGOTDU, 1999).

A Tipologia de Áreas Urbanas (TIPAU), para fins estatísticos, é o resultado de um trabalho conjunto desenvolvido pelo INE e pela DGOTDU. A tipologia de áreas urbanas consiste numa classificação das freguesias em três categorias: Áreas Predominantemente Urbanas (APU), Áreas Mediamente Urbanas (AMU) e Áreas Predominantemente Rurais (APR). De acordo com esta classificação, e conforme se pode ver no mapa seguinte, facilmente se constata que se trata de um município predominantemente rural, uma vez que a quase totalidade das suas freguesias estão classificadas como áreas predominantemente rurais. A única exceção é a freguesia de Alfândega da Fé que se apresenta como "área mediamente rural", devido ao facto de ser esta a freguesia sede de concelho.

mapa 39 – Tipologia das áreas urbanas no concelho de Alfândega da Fé (2014)



## VIII ANÁLISE COMPARATIVA DA EVOLUÇÃO DO EDIFICADO

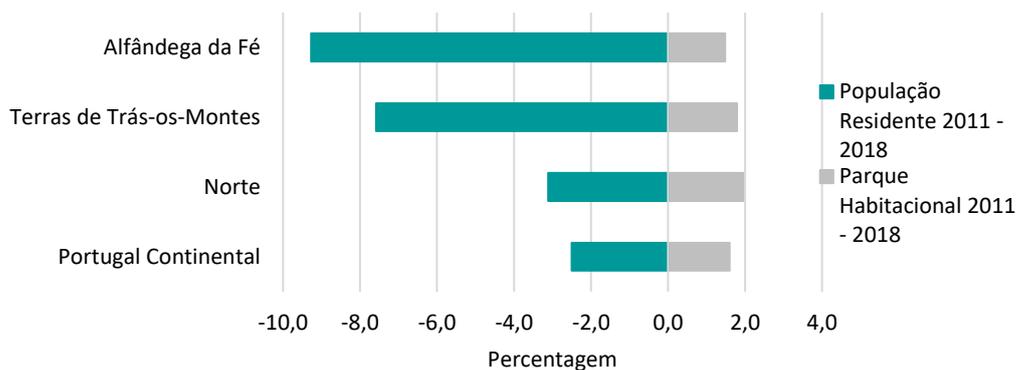
### VIII311 .EXPANSÃO DO PARQUE HABITACIONAL

As mais recentes estimativas do parque habitacional do INE, para o período que compreende os anos 2011 a 2018, apontam para um crescimento generalizado do número de alojamentos familiares clássicos<sup>35</sup> em Portugal Continental, na região Norte e na sub-região Terras de Trás-os-Montes. O concelho de Alfândega da Fé também seguiu esta tendência de crescimento, uma vez que neste período o número de alojamentos familiares clássicos cresceu 1,2%.

<sup>35</sup> "Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros)" (INE, 2019).

No gráfico seguinte, pode observar-se a comparação entre a variação do parque habitacional e a população residente no período que compreende os anos 2011 e 2018. As várias unidades territoriais analisadas apresentam grandes assimetrias, apesar de a tendência ser a de haver sempre uma variação da população residente inferior à do parque habitacional. Assim, constata-se que o parque habitacional existente apresenta-se suficiente para responder, de um modo geral às necessidades da população residente.

gráfico 45 – Variação do parque habitacional e população residente entre 2011 e 2018 (Enquadramento geográfico)

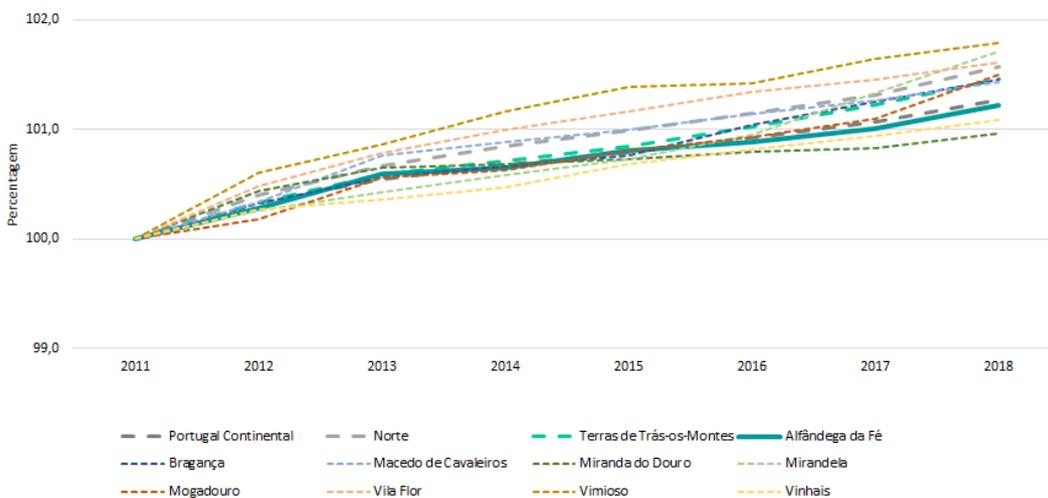


Fonte: Estatísticas de Obras Concluídas, INE.

Segundo as Estatísticas de Obras Concluídas do INE verificou-se, nos concelhos pertencentes à NUTIII – Terras de Trás-os-Montes, uma evolução positiva no número de alojamentos familiares clássicos entre 2011 e 2018. No último ano em análise, o concelho com maior número de edifícios é Bragança, enquanto Alfândega da Fé possui o menor número de edifícios.

O concelho de Alfândega da Fé regista a terceira variação mais baixa, ultrapassado apenas pelos concelhos de Miranda do Douro e Vinhais, à escala sub-regional.

gráfico 46 – Evolução do parque habitacional por concelho (índice de base de 100 em 2011) (Enquadramento geográfico)



Fonte: Estatísticas de Obras Concluídas, INE.

De acordo com o último Recenseamento (2011), no concelho de Alfândega da Fé, havia um número superior de alojamentos familiares clássicos (3.851) face ao número de famílias clássicas<sup>36</sup> (2.029), assim como acontece nas unidades territoriais onde se insere. Em termos de proporção de alojamentos por famílias, o território concelhio regista um valor ligeiramente superior (1,9 alojamentos por família) comparativamente com a região Norte (1,4) e igual à sub-região Terras de Trás-os-Montes (1,9), verificando-se assim que os alojamentos familiares clássicos existentes apresentam-se suficientes, em número para o número de famílias clássicas do concelho.

Nas últimas décadas, Portugal tem assistido a alterações na estrutura e dimensão da família. Essas alterações são o reflexo das tendências demográficas e sociais recentes: baixa natalidade, crescimento da nupcialidade a par do aumento do divórcio, adiamento da idade da maternidade, aumento da esperança de vida, entre outros.

À escala da freguesia, é Alfândega da Fé que se destaca por apresentar um número mais expressivo de alojamentos familiares clássicos (30% do território concelhio), seguindo-se a freguesia de Sambade (11%), sendo que ambas registaram um crescimento do parque habitacional entre 2001 e 2011. Por outro lado, a freguesia de Cerejais é, em 2011, a que regista um menor número de alojamentos familiares clássicos, embora no período intercensitário tenha igualmente apresentado um crescimento do seu parque habitacional.

Assim, no mapa que se segue é possível aferir que são as freguesias de Alfândega da Fé, Sambade e União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde que se destacam, dado agruparem mais de 50% dos alojamentos familiares clássicos existentes no concelho.

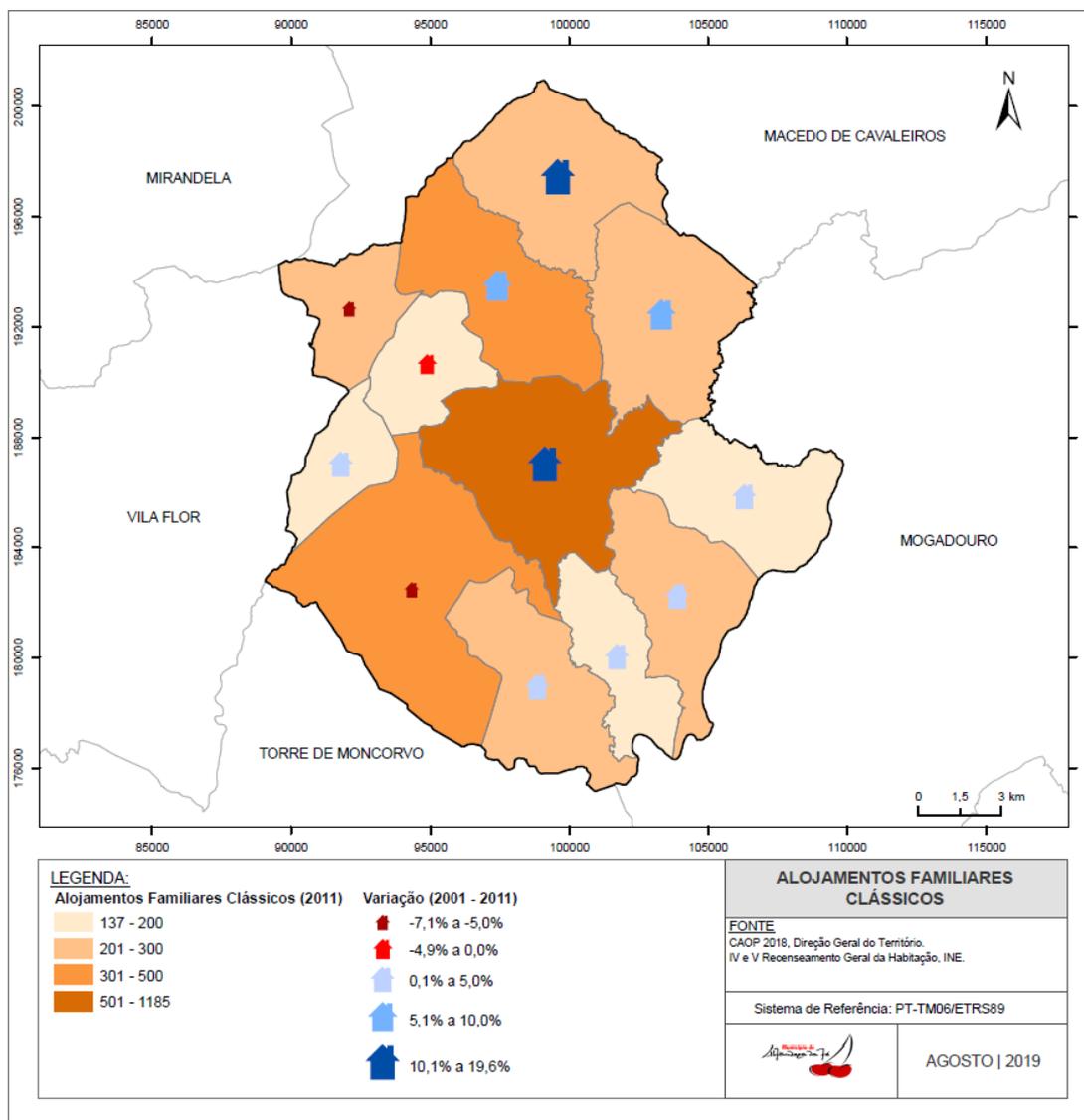
Note-se que no período em análise, foi a União das freguesias de Gebelim e Soeima que registou a variação positiva mais expressiva (20%), seguindo-se Alfândega da Fé (15%).

Importa ainda referir que no período intercensitário apenas três freguesias registaram um decréscimo do parque habitacional, a saber: União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde (-7%), Vilares de Vilariça e União das freguesias de Pombal e Vales (-5%, respetivamente).

---

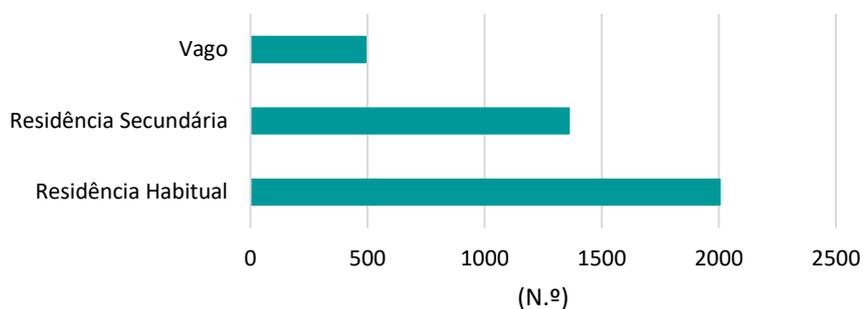
<sup>36</sup> "Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento" (INE, 2019).

mapa 40 – Alojamentos familiares clássicos (2011) e respetiva variação relativa, no concelho de Alfândega da Fé (entre 2001 e 2011)



Em 2011, o concelho de Alfândega da Fé, dispunha de 3.851 alojamentos familiares clássicos, dos quais cerca de 87% se encontram ocupados e apenas 13% vagos (num total de 492 alojamentos vagos). Face à mobilidade cada vez maior da população, está assim associado um relativo peso no número de residências de carácter secundário ou de uso sazonal nas regiões do interior, no qual o concelho em análise apresenta cerca de 35% deste tipo de alojamentos.

gráfico 47 – Alojamentos familiares segundo a forma de ocupação em Alfândega da Fé (2011)



Fonte: V Recenseamento Geral da Habitação, INE.

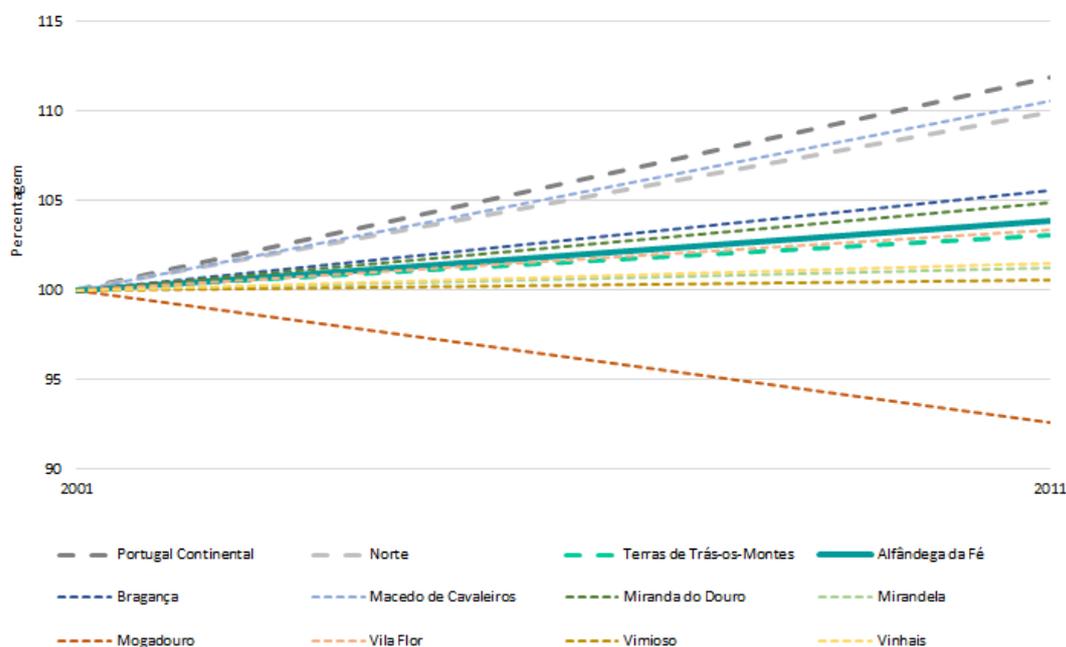
## VII312 .EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EDIFÍCIOS

No que respeita à evolução do número de edifícios<sup>37</sup>, é notório o seu crescimento no período que compreende os anos 2001 a 2011 em todo o país (ver gráfico seguinte), crescimento que já se verifica também desde 1991. De realçar a variação do número de edifício para o concelho de Alfândega da Fé, ser apenas de 4%, valor este que fica aquém do registado em Portugal Continental (12%) e da região Norte (10%). Por seu turno, o crescimento observado no contexto regional é, em média, inferior ao registado pelo território concelhio (apenas 3%).

Comparativamente com os concelhos da sub-região Terras de Trás-os-Montes, Alfândega da Fé apresenta uma evolução favorável do parque edificado, sendo apenas excedido pelos concelhos de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Miranda do Douro.

<sup>37</sup> "Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins" (INE, 2019).

gráfico 48 – Evolução do parque edificado por concelho (índice de base de 100 em 2001) (Enquadramento geográfico)

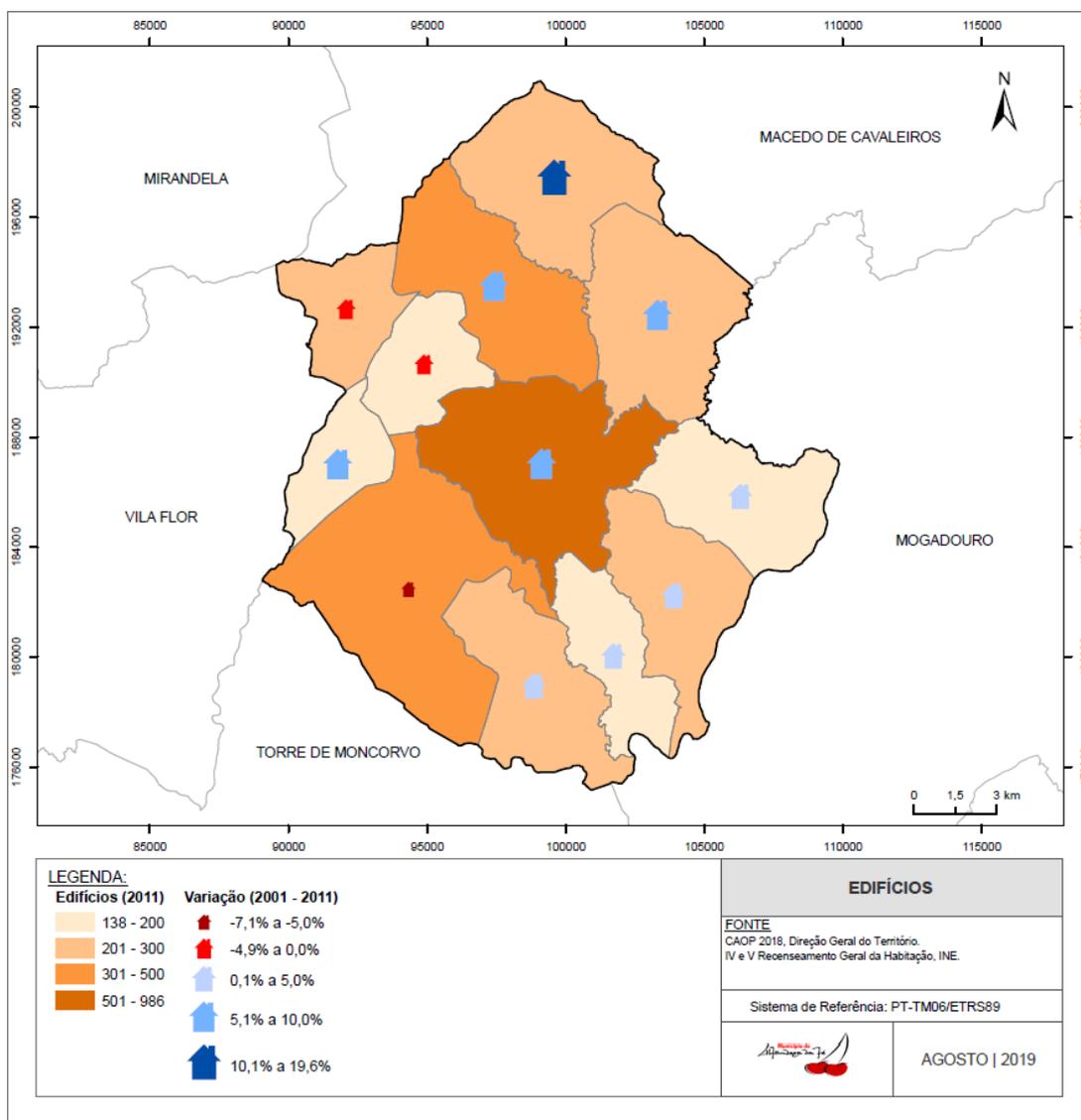


Fonte: V Recenseamento Geral da Habitação, INE.

À escala da freguesia constata-se que o maior número de edifícios, tal como se observou nos alojamentos familiares, regista-se na freguesia de Alfândega da Fé (27% dos edifícios do concelho), seguindo-se em relevância a freguesia de Sambade (11% dos edifícios do concelho), sendo que ambas as freguesias registaram um crescimento significativo do seu parque edificado no período em análise. Por seu turno, a freguesia de Cerejais é a que detém o menor número de edifícios em 2011, embora registe igualmente um crescimento do seu parque edificado no período em análise. Note-se que, em 2011, a freguesia de Alfândega da Fé registava 986 edifícios, enquanto as restantes freguesias detinham valores inferiores a 414 edifícios.

Importa ainda referir que no período intercensitário três freguesias registaram um decréscimo do parque edificado, tal como se observou na análise aos alojamentos, nomeadamente: União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde (-7%), Vilares de Vilariça e União das freguesias de Pombal e Vales (-5%, respetivamente). Já o maior crescimento em termos percentuais registou-se na União das freguesias de Gebelim e Soeima (20%). Note-se que o crescimento observado do número de edifícios na freguesia sede de concelho é inferior ao crescimento dos alojamentos familiares clássicos, o que demonstra que o crescimento se está a fazer também em altura.

mapa 41 – Edifícios (2011) e respetiva variação relativa, no concelho de Alfândega da Fé (entre 2001 e 2011)



## VII313 .TIPOS DE OCUPAÇÃO

Torna-se perceptível ao longo da década de 2001 a 2011, um predomínio de edifícios principalmente residenciais<sup>38</sup>, em oposição aos edifícios de ocupação principalmente não residenciais, aspeto que se observa em todas as unidades territoriais analisadas: em 2011, em Portugal Continental correspondem a 93% do total de edifícios, na região Norte e na sub-região Terras de Trás-os-Montes correspondem a 92%, e no concelho de Alfândega da Fé correspondem a 96%.

<sup>38</sup> "Edifício cuja área está afeta na sua maior parte (50 a 99%) à habitação e a usos complementares, como estacionamento, arrecadação ou usos sociais" (INE, 2019).

No período intercensitário, os edifícios principalmente não residências apresentam uma variação negativa em todas as unidades territoriais analisadas, contudo, o decréscimo observado na região Norte (-23%) apresenta-se menos expressivo comparativamente com a sub-região Terras de Trás-os-Montes (-57%) e com o concelho de Alfândega da Fé (-49%). Esta tendência de decréscimo observa-se também nos edifícios parcialmente residências, com destaque para o concelho de Alfândega da Fé que apresenta uma redução bastante significativa em comparação com as restantes unidades (-59%). Inversamente, os edifícios exclusivamente residenciais registam um aumento no período analisado, embora o crescimento à escala concelhia e sub-regional se apresente mais tímida.

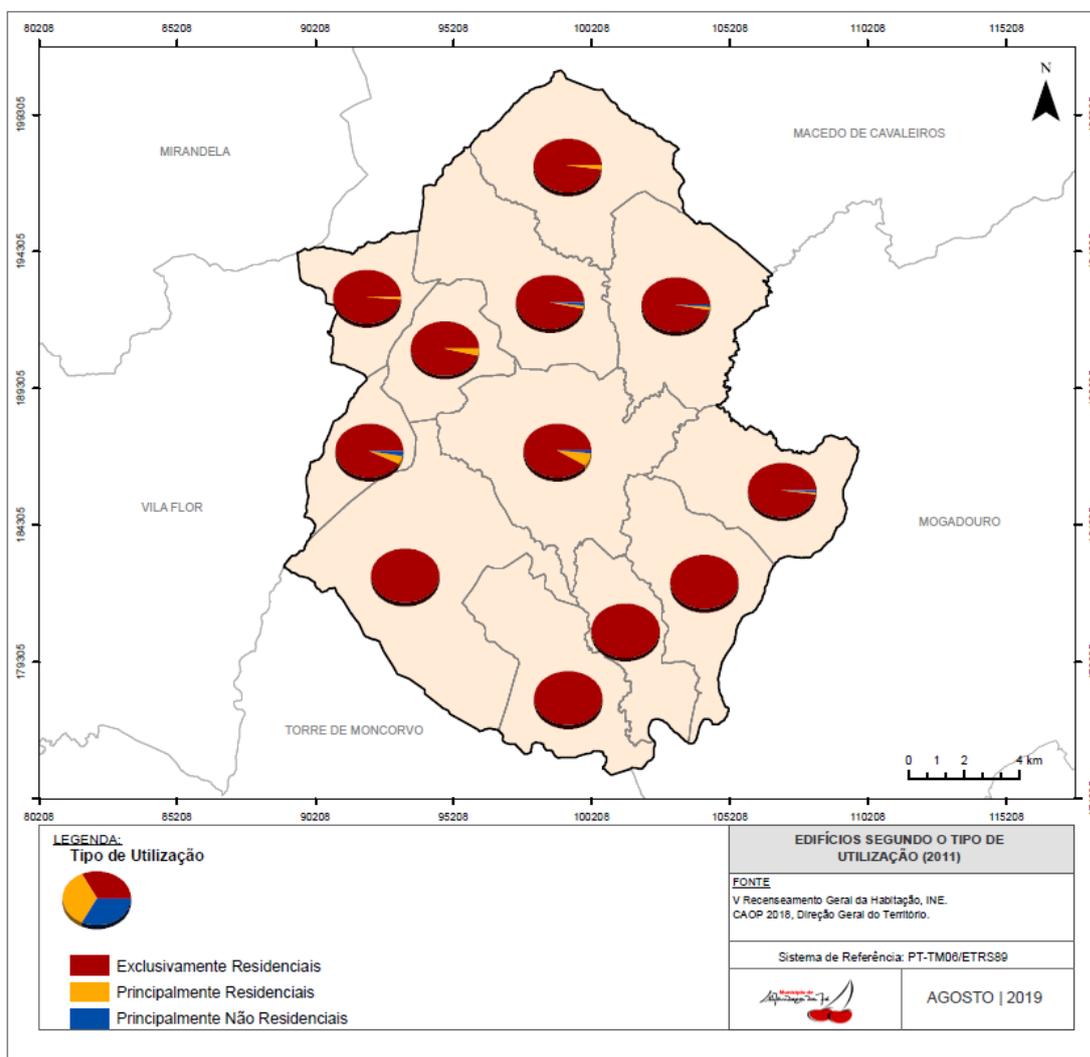
*quadro 42 – Evolução do número de edifícios por tipo de utilização: enquadramento territorial*

UNIDADE GEOGRÁFICA	PRINCIPALMENTE RESIDENCIAIS						PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAIS	
	TOTAL		EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAIS		PRINCIPALMENTE RESIDENCIAIS		2011	2001/2011 (%)
	VARIACÃO		VARIACÃO		VARIACÃO			
	2011	2001/2011 (%)	2011	2001/2011 (%)	2011	2001/2011 (%)		
NUTI – Portugal Continental	3.353.610	11,9	3.121.458	14,2	207.292	-11,0	2.4860	-22,3
NUTII – Norte	120.991	10,0	1.116.665	12,8	85.088	-14,8	8.158	-22,7
NUTIII – Terras de Trás-os-Montes	69.435	3,1	163.760	7,5	5.169	-24,9	506	-57,3
Alfândega da Fé	3.648	3,8	3.507	10,1	108	-59,1	33	-49,2

Fonte: IV e V Recenseamento Geral da Habitação, INE.

Em todas as freguesias do concelho Alfândega da Fé, mais de 90% dos edifícios são exclusivamente residenciais, com destaque para as freguesias de Cerejais, União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra e União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde que apresentam uma proporção de 99% deste tipo de ocupação. Por outro lado, a freguesia de Alfândega da Fé constitui a freguesia que detém menor proporção de edifícios exclusivamente residências (92%), justificado por ser a sede de concelho e onde se observa a presença de comércio e serviços em edifícios em que o R/C é ocupado por estas atividades e os pisos superiores constituírem alojamentos.

mapa 42 – Edifícios segundo o tipo de utilização (principalmente residenciais) no concelho de Alfândega da Fé (2011)



## VII314 .TIPOLOGIAS DE CONSTRUÇÃO

Em Alfândega da Fé, são os edifícios com um alojamento<sup>39</sup> que predominam, correspondendo a 97,6% do total de edifícios (quadro 43), o que vem comprovar a ruralidade do concelho, com uma ocupação dos edifícios de cariz familiar. Inversamente, com uma pequena representatividade, encontram-se os edifícios com dois alojamentos (1,6%), enquanto os edifícios com mais do que dois alojamentos têm um peso percentual pouco significativo no concelho.

<sup>39</sup> "Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência (...)" (INE, 2019).

Face ao disposto, constata-se que é a moradia, com um ou dois fogos, a tipologia que predomina no concelho.

*quadro 43 – Edifícios segundo o número de alojamento em Alfândega da Fé (2001/ 2011)*

	NÚMERO DE ALOJAMENTOS													
	1		2		3		4		5 A 9		10 A 15		16 E MAIS	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Alfândega da Fé	3.440	3.559	57	59	3	3	9	10	3	11	1	6	0	0

Fonte: IV e V Recenseamento Geral da Habitação, INE.

Segundo a época de construção, em 2011, os edifícios construídos entre 1971 e 2011 constituem a predominância no concelho de Alfândega da Fé, com 2.346 fogos existentes (64% do total do concelho), mostrando assim que o parque edificado é relativamente recente.

Importa referir que o concelho de Alfândega da Fé, com um predomínio acentuado de áreas rurais, nas quais se verifica uma diminuição da população residente (9% entre 2001 e 2011) e um aumento do número de alojamentos familiares (1,2% entre 2011 e 2018), verifica uma diferenciação no comportamento das principais variáveis segundo o tipo de freguesia considerada.

## VII4 .REDE URBANA/ PERÍMETROS URBANOS

### VII41 .EVOLUÇÃO DAS LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS

Observando o quadro 44 verifica-se uma diminuição no número de licenças de construção emitidas pelas câmaras municipais para construção, em todas as unidade geográficas em que o concelho de Alfândega da Fé se insere. Contudo, o concelho de Alfândega da Fé regista significativas oscilações no período em análise, observando-se que em 2011 e em 2018 o número de licenças emitidas foi igual, tendo sido o ano 2014 que registou o número mais expressivo (24 licenças).

Em Alfândega da Fé, em 2011, 57% das licenças tiveram como destino de obra a habitação familiar, valor que em 2018 se apresentou superior, tendo sido de 86%.

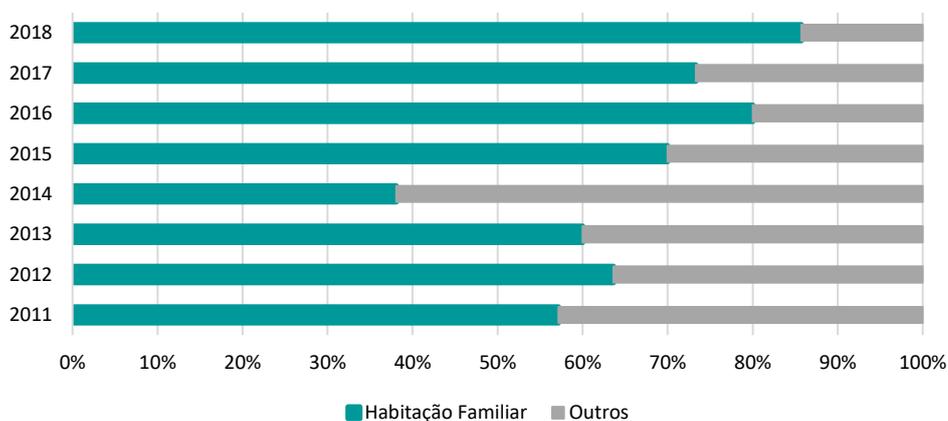
quadro 44 – Edifícios licenciados

	TOTAL DE EDIFÍCIOS								VARIAÇÃO (%)
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
NUTI - Continente	22.472	18.755	14.506	13.741	13.262	14.847	16.661	19.406	-13,6
NUTII - Norte	8.448	7.229	6.112	5.625	5.630	6.345	7.250	8.074	-4,4
NUTIII - Terras de Trás-os-Montes	489	443	367	373	308	357	361	339	-30,7
Alfândega da Fé	7	11	10	21	10	5	15	7	0

Fonte: Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, INE.

No que diz respeito aos edifícios licenciados por destino de obra, constata-se que entre 2011 e 2018 é a habitação familiar que se destaca, por seu turno, apenas no ano 2014 o destino “outros” apresentou uma relevância mais expressiva.

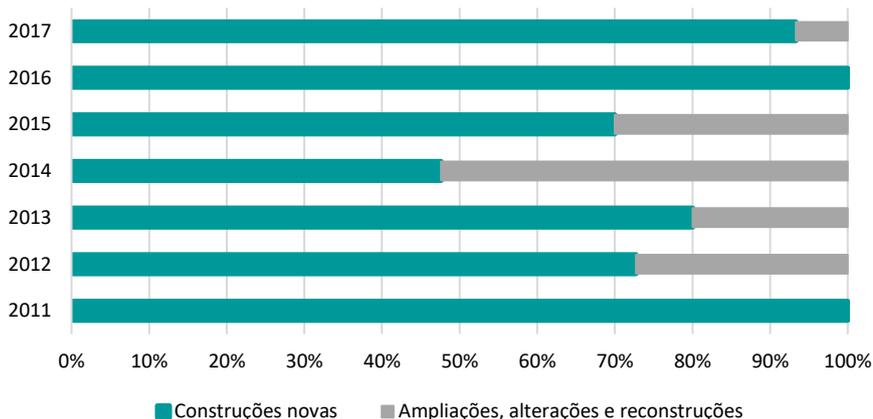
gráfico 49 – Edifícios licenciados por destino de obra, entre 2011 e 2018



Fonte: Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, INE.

Quanto ao tipo de obra dos edifícios licenciados, nos anos 2011 e 2018, as novas construções correspondem à totalidade (100%) dos licenciamentos, sendo que, de um modo geral, em todos os anos analisados são as “novas construções” que detêm maior expressão.

gráfico 50 – Edifícios licenciados por tipo de obra, entre 2011 e 2018



Fonte: Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, INE.

No que concerne ao valor médio dos prédios transacionados, constata-se que no concelho de Alfândega da Fé, em 2017, o valor médio de transação de prédios urbanos é inferior aos praticados nas unidades territoriais em que se insere, verificando-se a mesma tendência nos prédios mistos (no território concelhio a presente categoria não tem qualquer significado). Por sua vez, o valor médio de transação de prédios rústicos é superior no concelho de Alfândega da Fé, comparativamente com a sub-região Terras de Trás-os-Montes.

Ao contrário da tendência observada nas unidades territoriais em que se insere, o valor dos prédios transacionados no concelho decresceu entre 2011 e 2017, registando um decréscimo de 43% no caso dos prédios urbanos.

quadro 45 – Valor médio dos prédios transacionados (2011 e 2017)

	2011				2017				Variação Relativa (%) 2011 - 2017			
	TOTAL (€N.º)	URBANOS (€N.º)	RÚSTICOS (€N.º)	MISTOS (€N.º)	TOTAL (€N.º)	URBANOS (€N.º)	RÚSTICOS (€N.º)	MISTOS (€N.º)	TOTAL (€N.º)	URBANOS (€N.º)	RÚSTICOS (€N.º)	MISTOS (€N.º)
NUTI - Continente	74.442	100.795	13.383	141.102	109.085	137.055	16.294	171.192	46,5	36,0	21,8	21,3
NUTII - Norte	59.203	79.134	12.174	99.019	73.546	92.926	13.361	135.446	24,2	17,4	9,8	36,8
NUTIII - Terras de Trás-os-Montes	20.326	47.233	3.997	46.125	20.624	48.298	3.122	42.785	1,5	2,3	-21,9	-7,2
Alfândega da Fé	15.696	35.567	5.834	0	9.014	23.153	3.123	0	-42,6	-34,9	-46,5	0,0

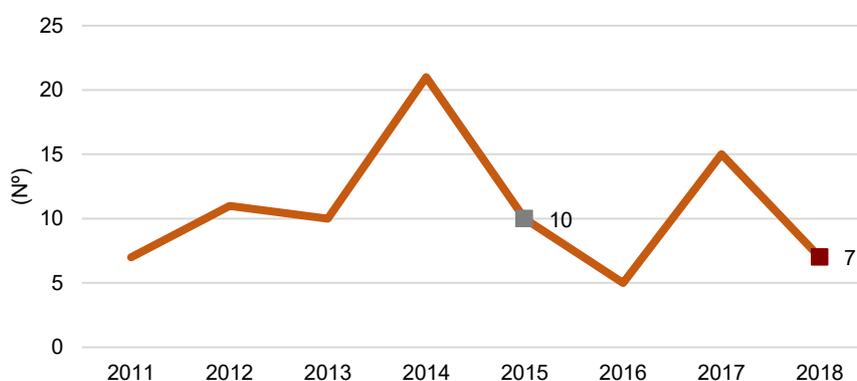
Fonte: Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios, INE (2019).

## VII42 .EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LICENCIAMENTOS

Com a finalidade de melhor se perceber a dinâmica construtiva verificada no território concelhio, foi realizada uma análise dos dados relativos às licenças de utilização atribuídas pela CMAF, entre 2011 e 2018. Foram consideradas todas as licenças emitidas pela câmara municipal relacionadas com a habitação ou com a construção de edificações para serviços, comércio, indústria ou para apoio à prática agrícola.

De um total de XX licenças emitidas pela CMAF, o ano de 2014 foi onde se registaram mais licenças emitidas. Da análise do gráfico 51 verifica-se que até 2014 subiu gradualmente para depois, começar a registar-se uma menor dinâmica, tendo sido somente emitidas, em 2018, sete licenças, um dos anos mais baixos de sempre .

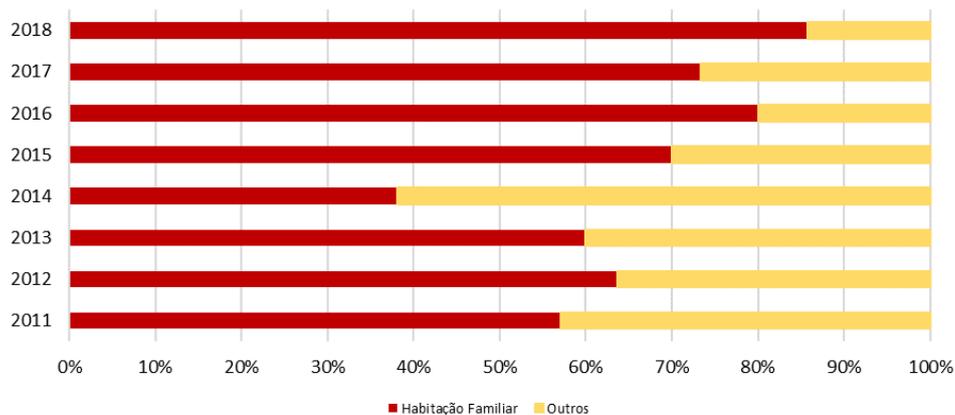
gráfico 51 – Número de edifícios licenciados pela CMAF entre 2011 e 2018



Fonte: REOT, CMAF, 2019

Pela análise do gráfico 52, comprova-se que a maioria dos pedidos para licenciamento (cerca de 85% em 2018) destinam-se à construção de habitação. Note-se que o ano que teve mais licenciamentos corresponde ao ano em que a percentagem de licenças para habitação foi mais baixo que os restantes usos.

gráfico 52 – Edifícios licenciados por destino de obra entre 2011 e 2018, no concelho de Alfândega da Fé



Fonte: REOT, CMAF, 2019

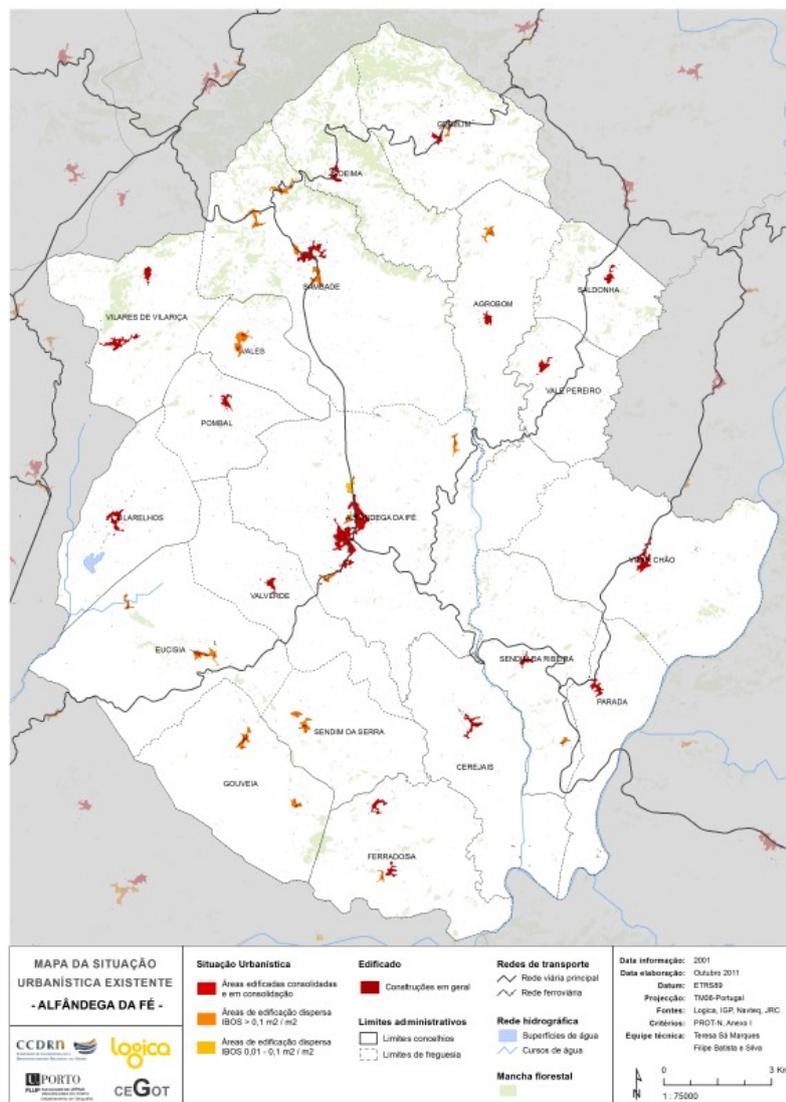
## VII43 .SITUAÇÃO URBANÍSTICA

Apresenta-se relevante apresentar uma análise da situação urbanística do concelho de Alfândega da Fé, sendo que a presente análise tem por base o estudo realizado pelo Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).

No território concelhio existiam, há data do estudo, 19 polígonos correspondentes a aglomerados populacionais consolidados e em consolidação, ocupando uma área total de 202,4ha, e 19 polígonos correspondentes a áreas de edificação dispersa, com uma área total de 116,4ha.

Através da análise do mapa seguinte constata-se que a maior área consolidada corresponde à vila de Alfândega da Fé, localizando-se no cruzamento de importantes vias.

mapa 43 – Situação urbanística existente no concelho de Alfândega da Fé



À escala das freguesias constata-se que é a freguesia sede do concelho de que destaca no que respeita à proporção de áreas consolidadas, enquanto a freguesia de Sambade e a União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde salientam-se nas áreas dispersas.

*quadro 46 – Situação urbanística existente nas freguesias do concelho de Alfândega da Fé*

FREGUESIA	ÁREA TOTAL	% DA ÁREA CONSOLIDADA TOTAL (202,4HA)	% DA ÁREA DISPERSA TOTAL (116,4HA)	% DA FREGUESIA CONSOLIDADA	% DA FREGUESIA COM EDIFICAÇÃO DISPERSA
Alfândega da Fé	4062,12	28,49	16,3	1,4	0,5
Cerejais	1699,96	4,74	0	0,6	0,0
Sambade	3148,79	9,17	24,7	0,6	0,9
Vilar Chão	2454,91	7,51	0	0,6	0,0
Vilarelhos	1205,35	5,77	0	1,0	0,0
Vilares da Vilarica	1491,96	9,66	0	1,3	0,0
União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro	3260,35	9,14	5,6	0,6	0,2
União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde	5082,01	2,81	24,0	0,1	0,6
União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra	2705,79	6,05	11,4	0,5	0,5
União das freguesias de Gebelim e Soeima	3059,77	6,76	3,9	0,4	0,1
União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira	2504,36	6,59	2,5	0,5	0,1
União das freguesias de Pombal e Vales	1519,27	3,32	11,6	0,4	0,9

Fonte: Edificação e Urbanização da região Norte – MSUE, CCDR-N (2011).

## CAPÍTULO VIII – EQUIPAMENTOS

### VIII.1 .EQUIPAMENTOS COLETIVOS

---

A transferência progressiva de competências da administração central para a administração local tem realçado o papel das autarquias enquanto gestores de um número acrescido de equipamentos coletivos. Torna-se imperativo que no processo de programação e planeamento dos equipamentos coletivos, seja avaliada a necessidade de provimento de equipamentos coletivos de um concelho, no que concerne à oferta e diversidade de tipologias, assim como seja estimada a dimensão e a área de influência de cada um dos equipamentos existentes.

A importância da oferta e adequada programação de equipamentos coletivos num determinado território leva às diversas definições deste conceito, quer por documentos legais vigentes, quer pelas entidades competentes pelo ordenamento do território:

- “Edificações onde se localizam atividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações” (DGOTDU, 2004).
- “Áreas afetas às instalações (inclui as ocupadas pelas edificações e os terrenos envolventes afetos às instalações) destinadas à prestação de serviços às coletividades (saúde, ensino, administração, assistência social, segurança pública, proteção civil, etc.), à prestação de serviços de carácter económico (mercados, feiras, etc.) e à prática de atividades culturais, de recreio e lazer e de desporto” (Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março).

Os equipamentos coletivos desempenham um papel fundamental na definição da qualidade de vidas das populações, pois constituem um elemento fundamental na estruturação dos territórios. Assim, foram analisadas as seguintes tipologias de equipamentos:

- Equipamentos Administrativos;
- Equipamentos Culturais;
- Equipamentos Desportivos;
- Equipamentos Religiosos;
- Equipamentos Sociais;
- Equipamentos de Saúde;
- Equipamentos de Ensino;
- Equipamentos de Prevenção e Segurança Pública;
- Outros.

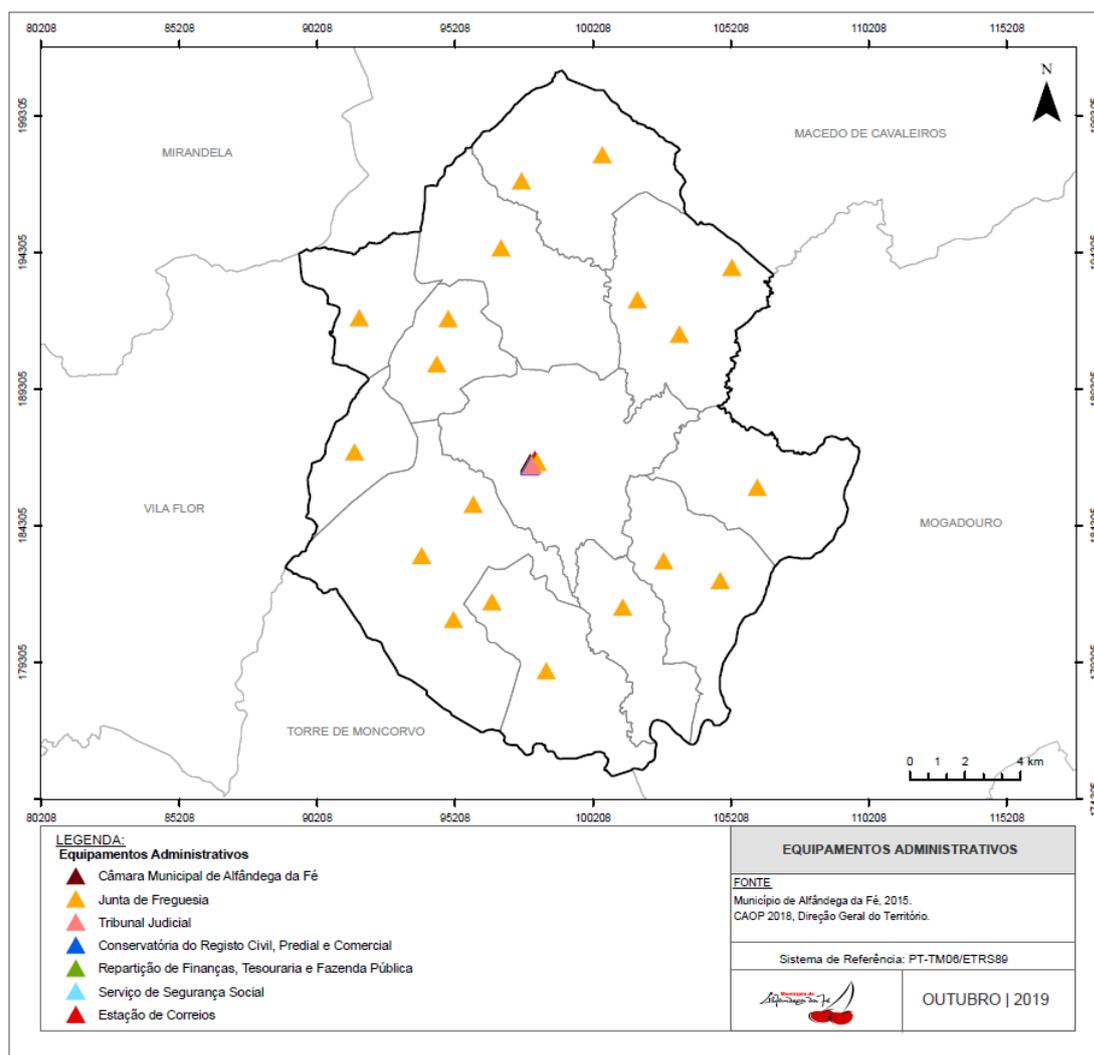
## VIII11 .EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS

Os equipamentos administrativos existentes no concelho estão demasiado concentrados na freguesia de Alfândega da Fé, devido a uma centralização dos serviços relacionados com o poder local:

- Câmara Municipal;
- Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública;
- Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial;
- Tribunal Judicial;
- Estação de Correios;
- Serviço Local de Atendimento da Segurança Social de Alfândega da Fé

Nas restantes freguesias, os únicos equipamentos administrativos existentes são as Juntas de Freguesia.

mapa 44 – Localização dos equipamentos administrativos

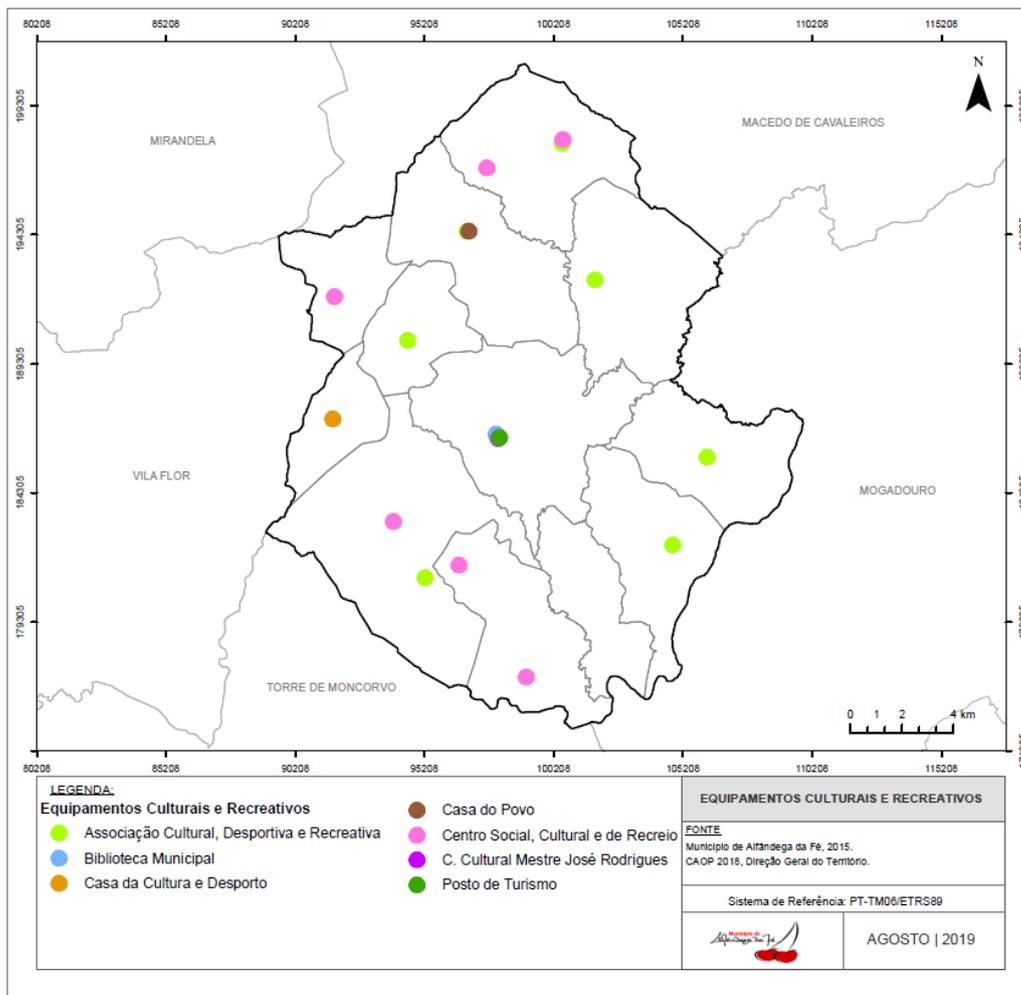


## VIII12 .EQUIPAMENTOS CULTURAIS

O concelho de Alfândega da Fé manifesta uma razoável oferta de serviços e equipamentos culturais, observando-se que é a sede concelhia que concentra o maior número de equipamentos culturais, nomeadamente a Biblioteca Municipal, a Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, o Posto de Turismo, o Auditório Manuel Faria, e o Museu do Ar Livre localizado na zona central e núcleo histórico da vila. A Biblioteca Municipal (do tipo BM1<sup>40</sup>), inaugurada em 1993, localiza-se na freguesia de Alfândega da Fé e integra a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

Ao nível dos espaços polivalentes de dinamização cultural refira-se o Centro Cultural Mestre José Rodrigues, onde podem ser realizadas exposições, debates/conferências, concertos, peças de teatro e outras atividades. Também neste contexto figuram as associações, centros e grupos culturais, recreativos e desportivos distribuídos ao longo do território concelhio, onde são promovidas as mais variadas atividades desportivas, recreativas e de lazer.

mapa 45 – Localização dos equipamentos culturais e recreativos<sup>41</sup>



<sup>40</sup> Trata-se de uma biblioteca municipal de Portugal Continental de um concelho com menos de 20000 habitantes.

<sup>41</sup> O Auditório Manuel Faria e o Centro de Interpretação do Território não se encontram representados no mapa.

A sede concelhia usufrui de um posto de turismo. Este é um espaço de difusão do concelho onde é facultada informação de carácter turístico e materiais de divulgação do município e da própria região. A freguesia de Cerejais constitui a única que não apresenta qualquer equipamento cultural e recreativo.

Deve ainda referir-se a existência de um Centro de Interpretação do Território em Sambade, um Espaço Museológico do Santuário do Santo Antão da Barca e, a ser criado, o Museu Municipal situado na casa do Arcebispo José de Moura.

## VIII13 .EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

O reconhecimento do desporto como um meio privilegiado de melhoria da qualidade de vida, através da prática regular do exercício físico, e na própria promoção do bem-estar dos indivíduos, tanto no que se reporta à condição física, como no fomento de interação social é fundamental.

São consideradas instalações desportivas “o espaço edificado ou conjunto de espaços resultantes de construção fixa e permanente, organizados para a prática de atividades desportivas, que incluem as áreas de prática e as áreas anexas para os serviços de apoio e instalações complementares” (artigo 2º do Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, na sua redação atual). As instalações desportivas podem ser organizadas em (artigo 5.º do Decreto-Lei supracitado):

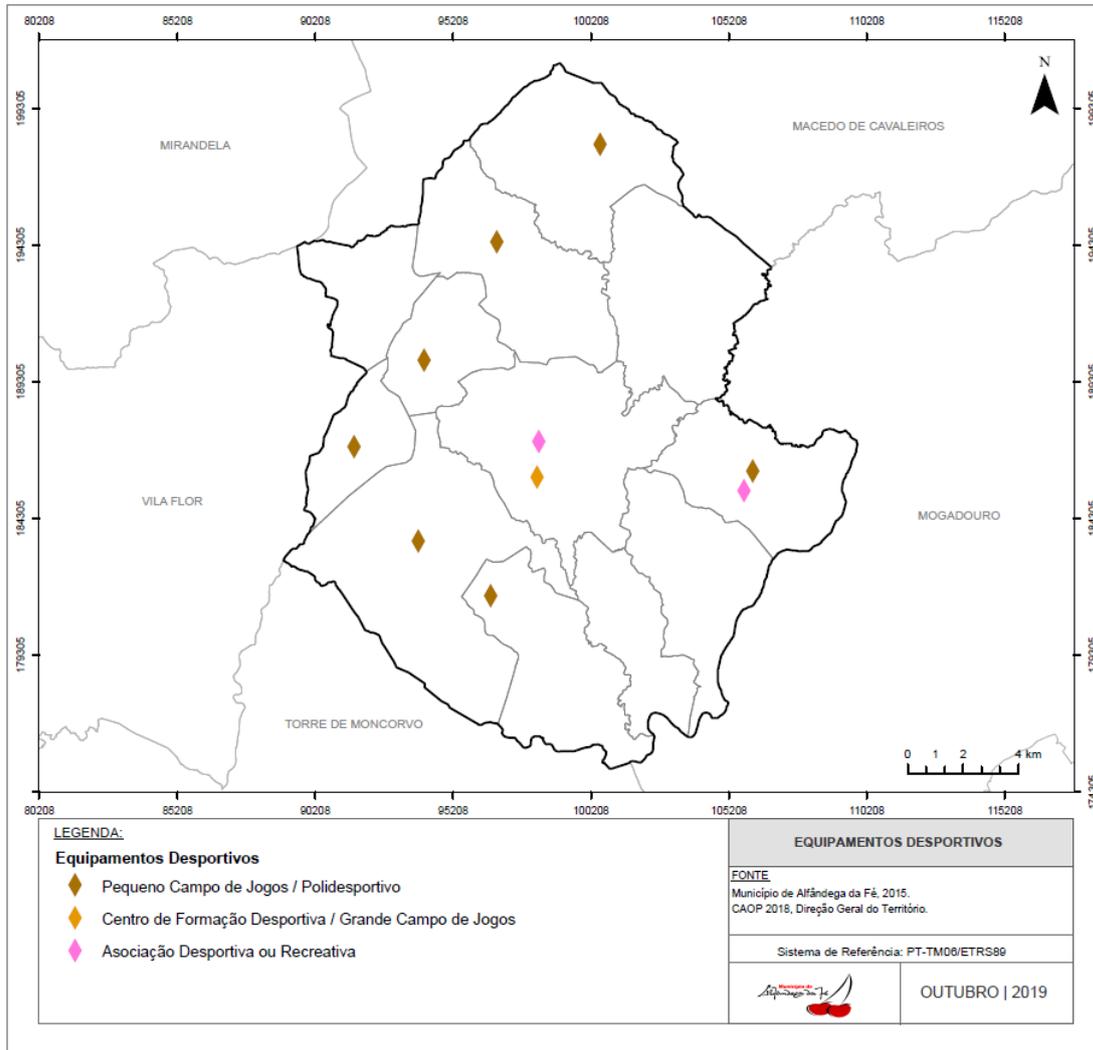
- Instalações desportivas de base que constituem o nível básico da rede de instalações para o desporto, agrupando-se em recreativas e formativas;
- Instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares;
- Instalações especiais para o “espetáculo desportivo”.

A rede de equipamentos desportivos de Alfândega da Fé é constituída por instalações desportivas de base (formativas e recreativas) e instalações especializadas, estruturando-se da seguinte forma:

- Pequeno Campo de Jogos / Polidesportivo (9);
- Centro de Formação Desportiva / Grande Campo de Jogos (1);
- Pavilhão Desportivo (1);
- Piscina Coberta (1);
- Piscina Descuberta (1);
- Circuito de Manutenção (1);
- Parque Infantil (4);
- Associação Desportiva ou Recreativa (3).

Em termos de organização espacial, os equipamentos apresentam-se em maior número na freguesia de Alfândega da Fé.

mapa 46 – Localização dos equipamentos desportivos<sup>42</sup>

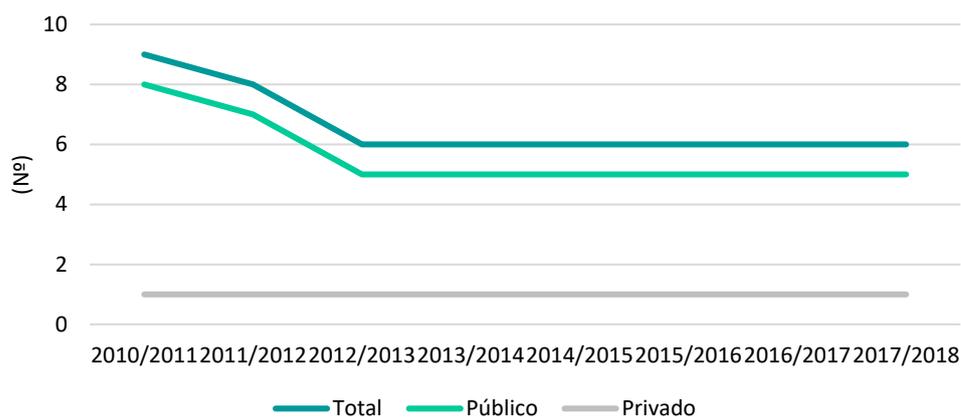


<sup>42</sup> Apenas se encontram representados alguns equipamentos desportivos.

## VIII14 .EQUIPAMENTOS DE ENSINO

No período que compreende os anos letivos 2010/2011 e 2017/2018, o número de estabelecimentos de ensino decresceu significativamente, fruto da diminuição do número de alunos e do reordenamento da rede escolar ao nível da educação pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico, privilegiando a constituição de centros escolares.

gráfico 53 – Número de estabelecimentos escolares no concelho de Alfândega da Fé, entre os anos letivos 2010/2011 e 2017/2018



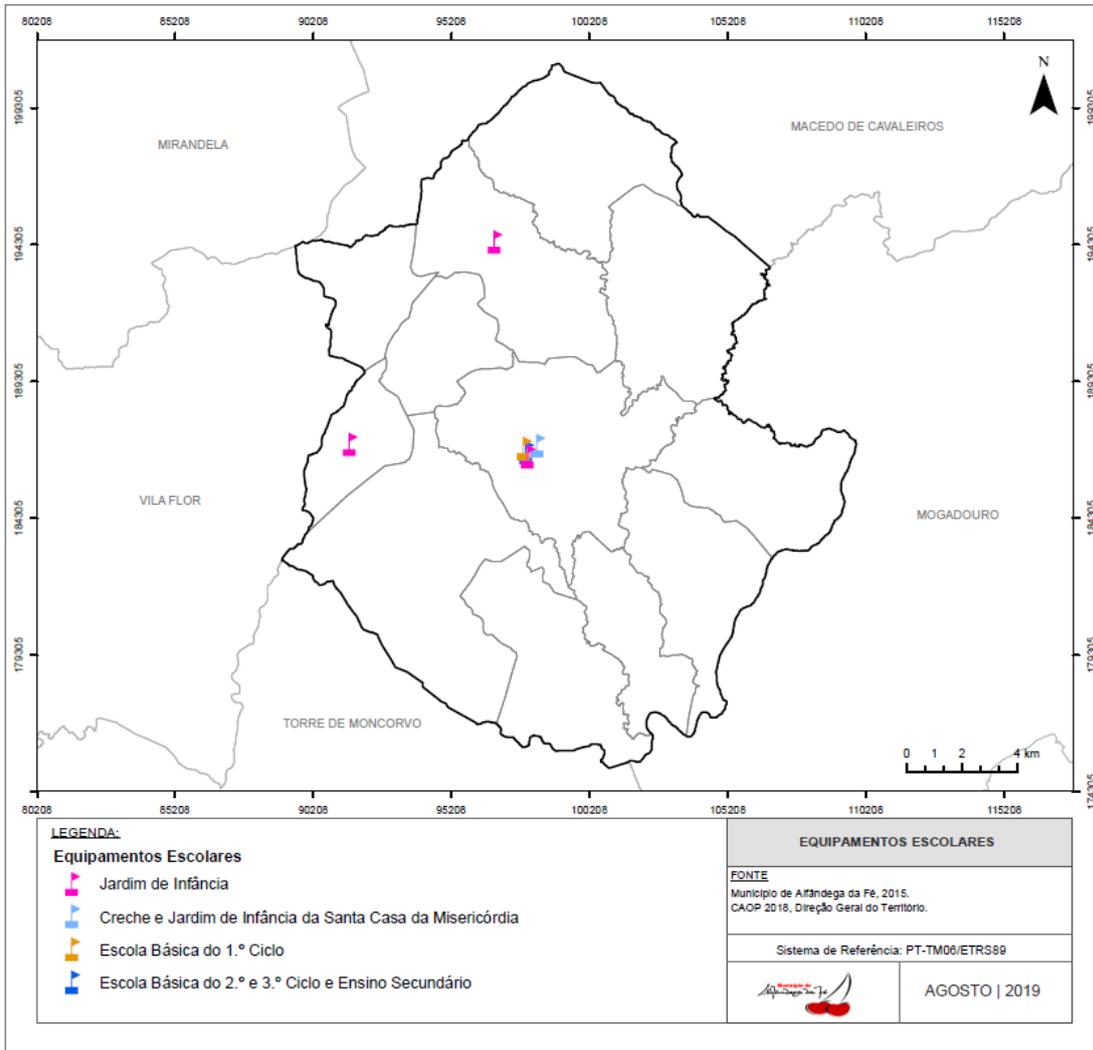
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, INE (2019).

Deste modo, a rede escolar atual do concelho de Alfândega da Fé é composta por um agrupamento, designadamente o Agrupamento de Escolas de Alfândega da Fé, e tem os seguintes equipamentos escolares:

- Jardim de Infância (3);
- Creche e Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia (1);
- Escola Básica do 1.º Ciclo (1);
- Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo e Ensino Secundário (1).

Neste seguimento, verifica-se um grande decréscimo do número de estabelecimentos de ensino no concelho de Alfândega da Fé, dado que em finais dos anos 80 do século XX registavam-se 27 escolas do 1.º ciclo distribuídas ao longo do concelho (Estudos de Diagnóstico e Caracterização da RPDM, 2009).

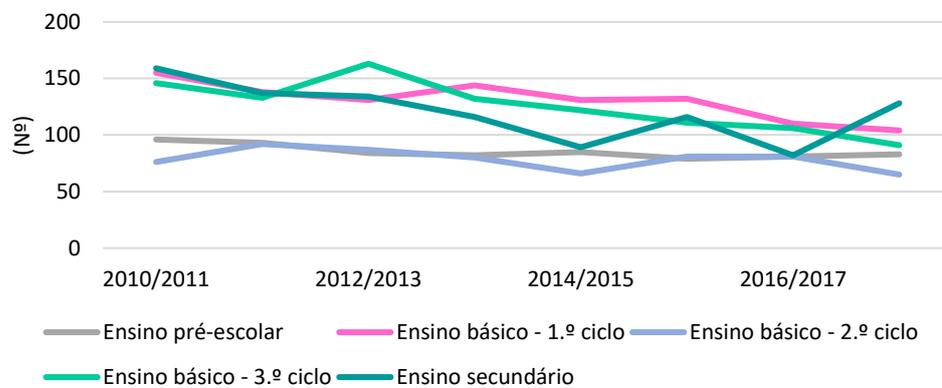
mapa 47 – Localização dos equipamentos escolares



A Escola Básica do 1.º Ciclo de Alfândega da Fé tornou-se no centro escolar que acolhe todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico. Aquando do reestruturamento do parque escolar, houve uma preocupação em manter em funcionamento os jardins-de-infância, de forma a não sujeitar as crianças a tempos de deslocação muito elevados entre a escola e o local de residência. A oferta educativa no concelho contempla uma Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo e Ensino Secundário, localizada na freguesia de Alfândega da Fé, que é a sede do Agrupamento Vertical de Escolas do concelho. Para além do percurso normal, são promovidos alguns cursos CEF (Cursos de Educação e Formação).

Por fim, importa analisar a evolução do número de alunos nos estabelecimentos de ensino do concelho de Alfândega da Fé, onde se constata que ocorreu um decréscimo expressivo destes, registando-se uma perda de 161 alunos.

gráfico 54 – Número de alunos nos estabelecimentos escolares no concelho de Alfândega da Fé, entre os anos letivos 2010/2011 e 2017/2018



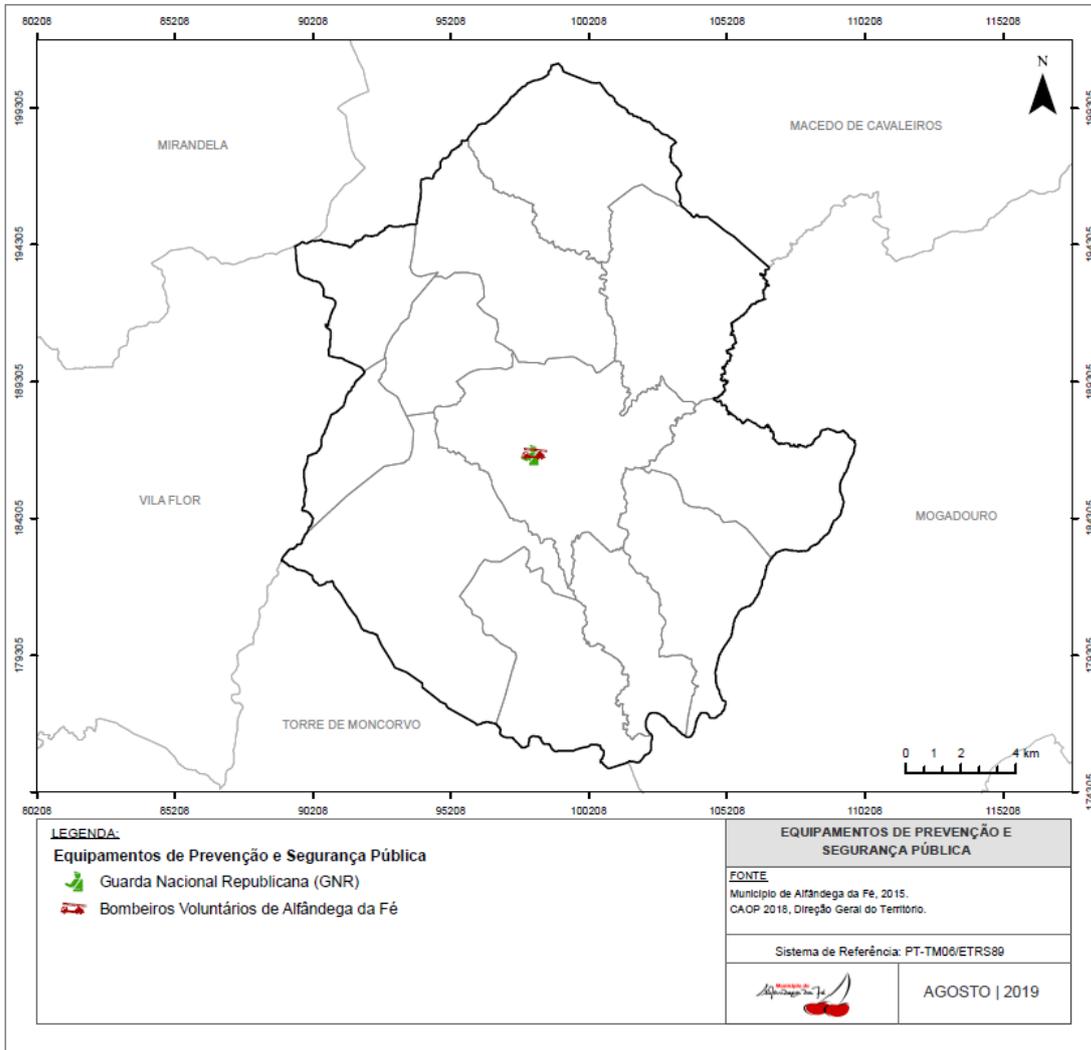
Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, INE (2019).

## VIII15 .EQUIPAMENTOS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

“A manutenção da segurança e ordem pública e a proteção e defesa da propriedade pública e particular, bem como a ação reguladora do trânsito é assegurada pela PSP e pela GNR” (DGOTDU, 2002).

No concelho de Alfândega da Fé não existe esquadra da PSP, visto que a sua área de atuação está vocacionada para o policiamento de áreas urbanas. Existe, no entanto, um posto da GNR localizado na sede concelhia.

mapa 48 – Localização dos equipamentos de prevenção e segurança pública



No domínio da prevenção estão representados os Bombeiros Voluntários, sediados na freguesia de Alfândega da Fé, onde congregam serviços de âmbito operacional e associativo, com o objetivo de apoiar as Corporações de Bombeiros na sua missão de socorro, nomeadamente no combate ao fogo e no transporte de feridos.

O concelho conta ainda com o Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), criado a nível nacional na dependência do Comando Geral da GNR, que se encontra instalado no concelho desde 2008, constituindo a 1.ª Companhia de GIPS a nível nacional. O GIPS de Alfândega da é constituído por 35 elementos, sendo o dispositivo variável, mas nunca inferior a 18 elementos, abrangendo um raio de 35km desde a serra de Bornes (onde está instalado).

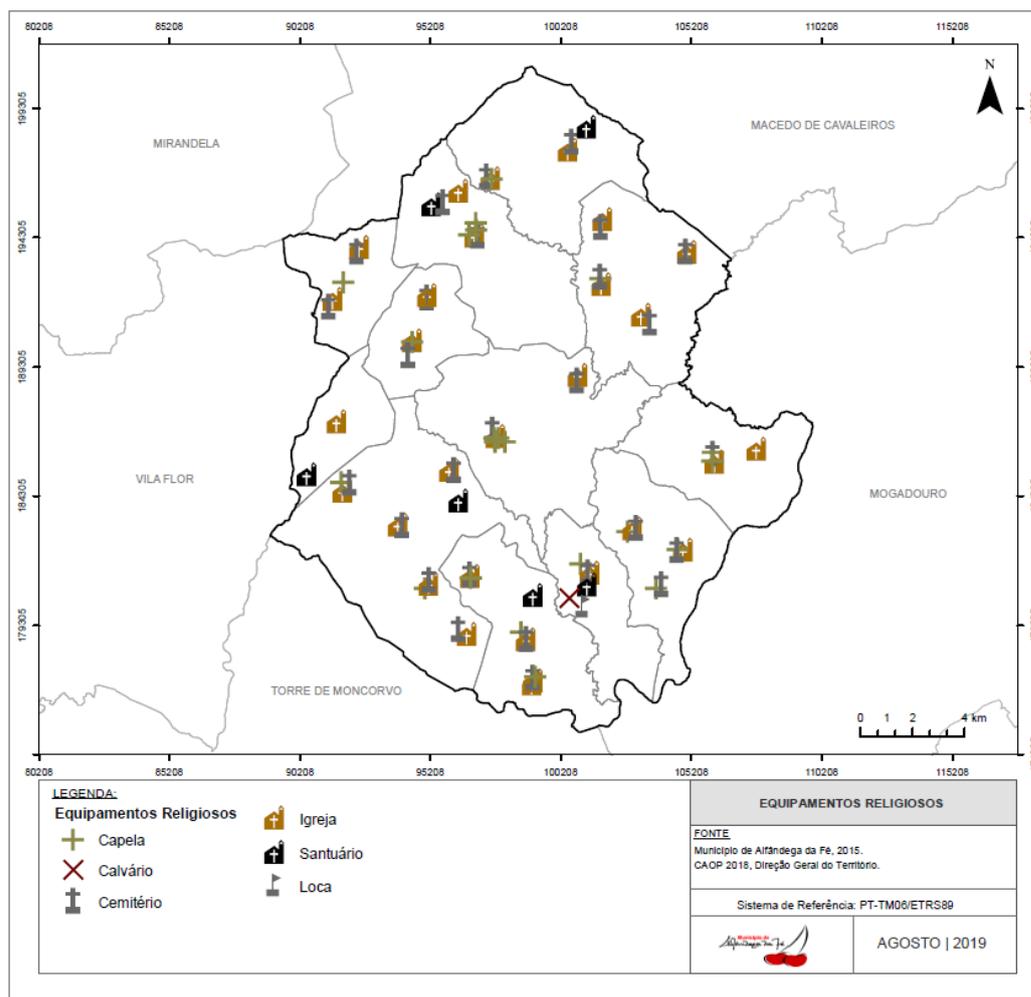
## VIII16 .EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

Ao nível dos equipamentos religiosos, o levantamento mostra-nos, o quão rico o município de Alfândega da Fé é, em igrejas, capelas e santuários, muitos deles de enorme valor arquitetónico, fator indicador de uma história dedicada e consagrada à religião, bem como a importância do seu papel no seio da população. Em todas as freguesias, sem exceção, pode encontrar-se uma igreja e um cemitério, figurando na sede concelhia a Igreja Matriz.

No território concelhio contabilizam-se os seguintes equipamentos religiosos:

- Capela (22);
- Calvário (1);
- Cemitério (27);
- Igreja (29);
- Santuário (6);
- Loca (1).

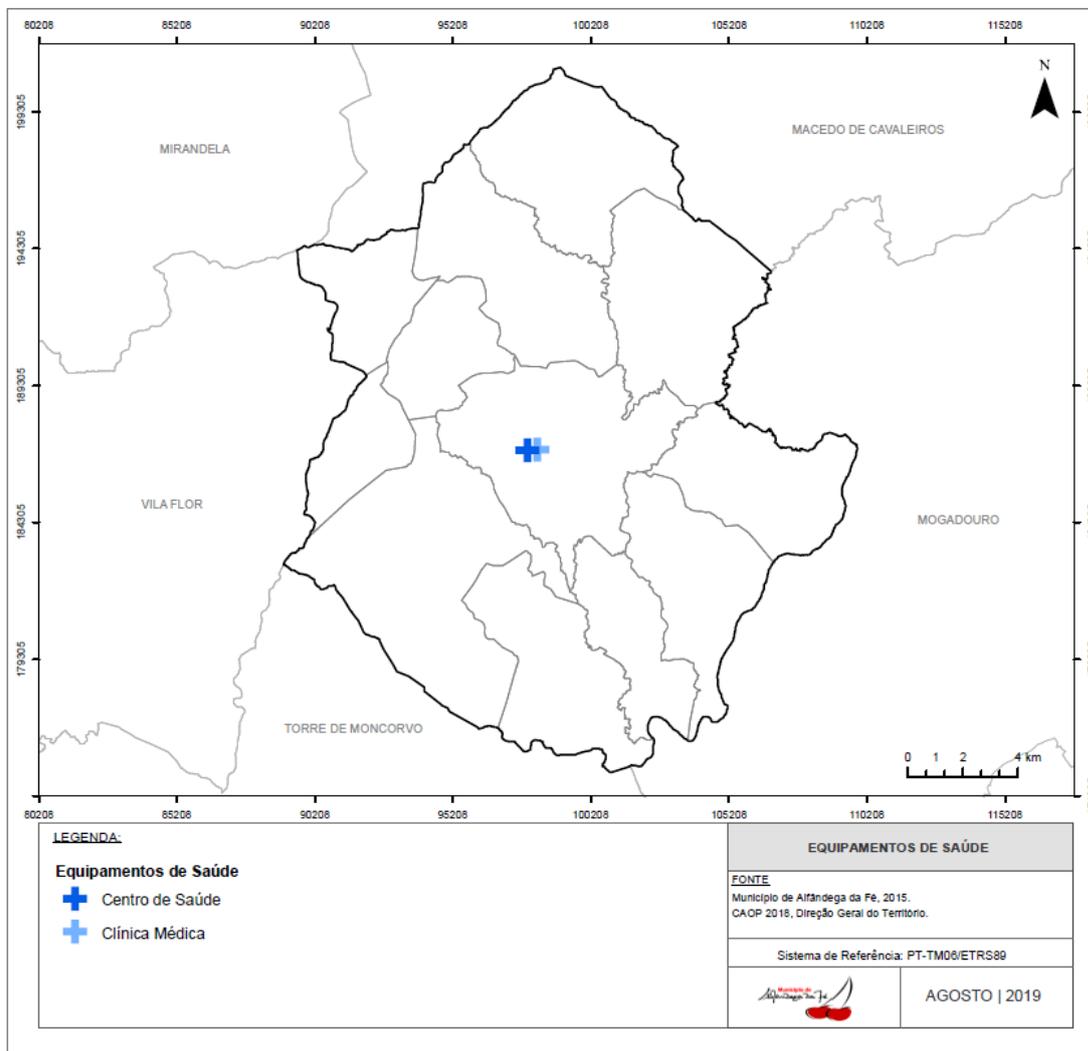
mapa 49 – Localização dos equipamentos religiosos



## VIII17 .EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

No que concerne aos equipamentos de saúde, o concelho de Alfândega da Fé possui um Centro de Saúde (pertence à Unidade Local de Saúde do Nordeste EPE) que é constituído pela Unidade de Cuidados na Comunidade e pela Unidade de Cuidados Personalizados, localizado na freguesia de Alfândega da Fé e uma Clínica Médica, sediada na mesma freguesia (pertence à Santa Casa da Misericórdia e tem serviço de fisioterapia, medicina e medicina dentária). No que respeita ao Centro Hospitalar de Referência, importa indicar que é a Unidade Hospitalar de Bragança.

mapa 50 – Localização dos equipamentos de saúde

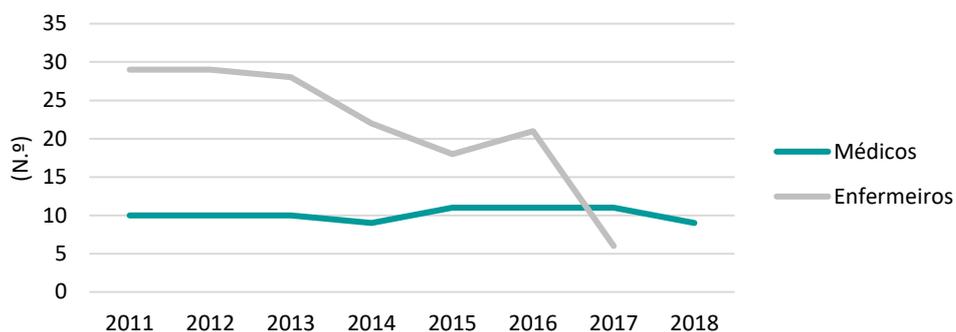


Para além do disposto, o território concelhio conta ainda com duas farmácias, localizadas na sede de concelho, nomeadamente a Farmácia Graça e a Farmácia Trigo.

Ao nível dos recursos humanos, o pessoal ao serviço no Centro de Saúde de Alfândega da Fé tem registado algumas quebras no período entre 2011 e 2018.

No que respeita aos médicos, registou-se um decréscimo entre 2011 e 2018 de 10%, sendo que no último ano de análise o concelho apenas detinha 6 médicos ao serviço. Por sua vez, no que respeita aos enfermeiros, o decréscimo entre 2011 e 2017 foi mais expressivo do que o registado nos médicos (-79%), sendo que no último ano analisado apenas se contabilizavam 6 enfermeiros.

gráfico 55 – Número de médicos e de enfermeiros no concelho e Alfândega da Fé (2011 – 2018)<sup>43</sup>



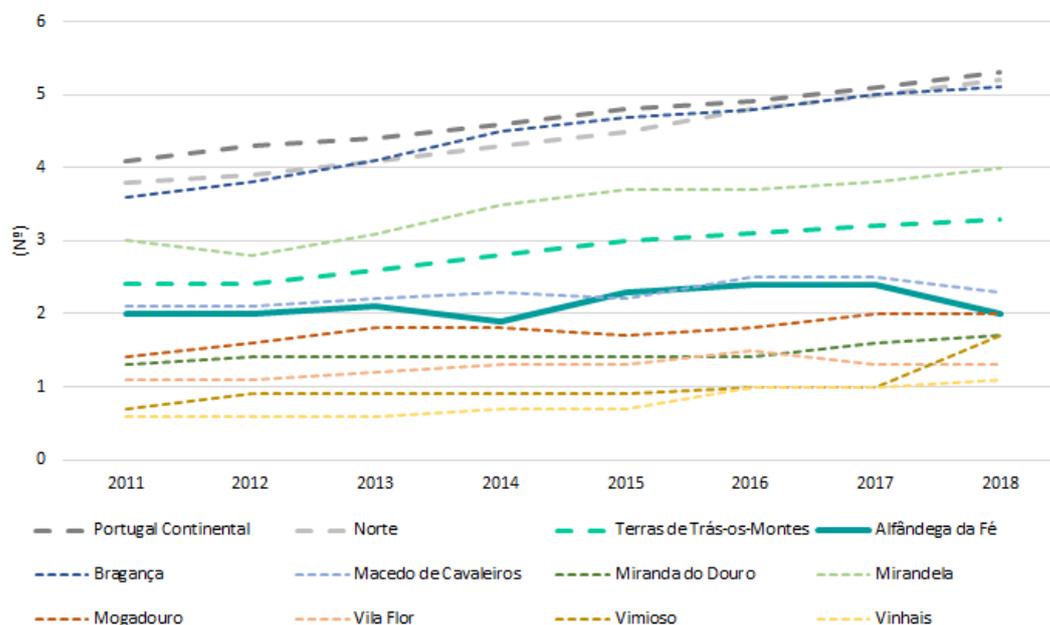
Fonte: Inquérito aos Centros de Saúde, INE (2009), e Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Não menos importantes são os indicadores “médicos por 1000 habitantes” e “enfermeiros por 1000 habitantes”, o que permite ter uma visão clara da proporção e do rácio entre o pessoal médico e de enfermagem relativamente aos habitantes.

Alfândega da Fé regista um rácio de 2 médicos por cada 1000 habitantes, em 2018, o que deixa o concelho numa posição de retaguarda, uma vez que as unidades territoriais onde o concelho se insere registam valores superiores a 3,3 médicos/ 1000hab (Portugal Continental regista um rácio de 5,3, a região Norte de 5,2 e a sub-região Terras de Trás-os-Montes de 3,3). Contudo, refira-se que desde 2011 o concelho mantém relativamente estável o seu número de médicos por 1000 habitantes. No que respeita aos concelhos envolventes, em 2018, destaca-se Bragança por apresentar o maior rácio (5,1), enquanto, por outro lado, Vinhais é o concelho com o menor número de médicos por cada 1000 habitantes (1,1).

<sup>43</sup> Note-se que o INE ainda não possui dados à escala do concelho relativamente ao número de enfermeiros em 2018.

gráfico 56 – Número de médicos por 1000 habitantes, entre 2011 e 2018

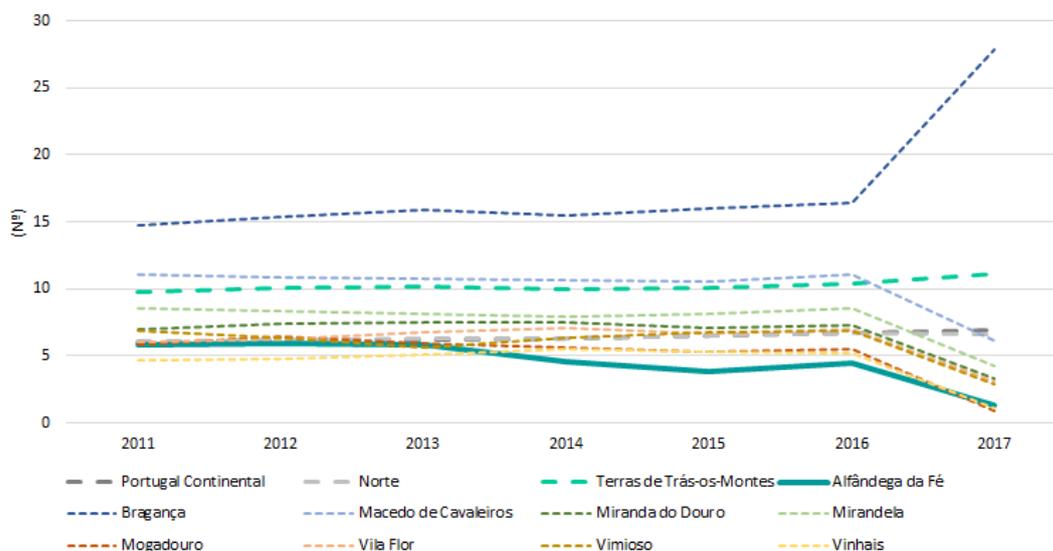


Fonte: Estatísticas do Pessoal de Saúde, INE .

Já no que se refere ao número de enfermeiros por 1000 habitantes<sup>44</sup>, o concelho de Alfândega da Fé registou um decréscimo expressivo entre 2011 e 2017, sendo que no último ano de análise o rácio do concelho era de 1,3 enfermeiros por cada 1000 habitantes, ficando aquém dos valores registados nas unidades territoriais em que se insere (Portugal Continental regista um rácio de 6,9, a região Norte de 6,6 e a sub-região Terras de Trás-os-Montes de 11,1). Importa ainda referir que, à escala sub-regional, o concelho de Alfândega da Fé é o terceiro concelho com o rácio mais reduzido, apenas superado pelos concelhos de Mogadouro e Vinhais.

<sup>44</sup> Note-se que os dados relativos aos enfermeiros por 1000 habitantes disponibilizados pelo INE para 2018 ainda só se referem à NUT I e NUT II, pelo que análise realizada é apenas até 2017, dados mais recentes à escala concelhia.

gráfico 57 – Número de enfermeiros por 1000 habitantes, entre 2011 e 2017



Fonte: Estatísticas do Pessoal de Saúde, INE .

## VIII18 .EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Relativamente aos equipamentos sociais, são várias as respostas sociais presentes no concelho, nomeadamente:

- Sete Lares de Idosos e Residências;
- Dois Centros de Dia;
- Seis instituições que prestam Serviço de Apoio Domiciliário;
- Uma creche e quatro estabelecimentos de educação pré-escolar;
- Um centro de atendimento para pessoas com deficiência.

Para além disso, o concelho é munido de diversas associações de apoio social e de promoção de bem-estar.

Quanto à sua distribuição espacial, constata-se uma concentração na freguesia de Alfândega da Fé, verificando-se a existência de freguesias que não possuem equipamentos de apoio social no seu território.

Os espaços de lazer e bem-estar são uma iniciativa da CMAF, para que a população possa envelhecer com qualidade. São desenvolvidas várias atividades, nomeadamente: expressão plástica, educação física, educação musical, informática, sendo as mesmas devidamente acompanhadas por técnicos da autarquia. As instalações resultam de uma adaptação das antigas escolas primárias atualmente encerradas, às quais é atribuída uma nova valência.

No que respeita à taxa de ocupação dos equipamentos de apoio social, constata-se que nenhum atingiu ainda a sua capacidade, à exceção dos equipamentos de “Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade”, sendo que esta valência não consegue responder às possíveis crescentes necessidades do concelho, sendo necessário dar-se a devida atenção.

*quadro 47 – Capacidade de respostas sociais, em 2018, no concelho de Alfândega da Fé*

VALÊNCIA	NÚMERO DE EQUIPAMENTOS COM RESPOSTA À VALÊNCIA	NÚMERO DE UTENTES	CAPACIDADE TOTAL
Creche	1	33	35
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade (CAARPDI)	1	25	25
Centro de Dia	2	5	20
Estabelecimento de Educação Pré-Escolar (públicos e provados)	4	86	125
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos e Residência)	7	151	173
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	6	167	239

Fonte: Carta Social (2019).

## VIII19 .EQUIPAMENTOS DIVERSOS

Neste grupo inserem-se os equipamentos que, embora sirvam toda a população, não se enquadram em nenhuma das tipologias atrás mencionadas. Neste grupo considere-se, portanto, e com uma vocação mais comercial, o Mercado Municipal e o Recinto da Feira ambos localizados na sede concelhia.

## CAPÍTULO IX - INFRAESTRUTURAS

### IX11 .REDE VIÁRIA

A construção de uma boa rede de infraestruturas viárias contribui para melhorar ligações e acessibilidades, o que é determinante para uma maior abertura e possibilidade de revitalização do tecido social e económico. De facto, a rede viária assume particular importância na fixação da população residente e no desenvolvimento local, sendo essencial o seu bom estado de conservação, pelo que a sua manutenção é igualmente crucial.

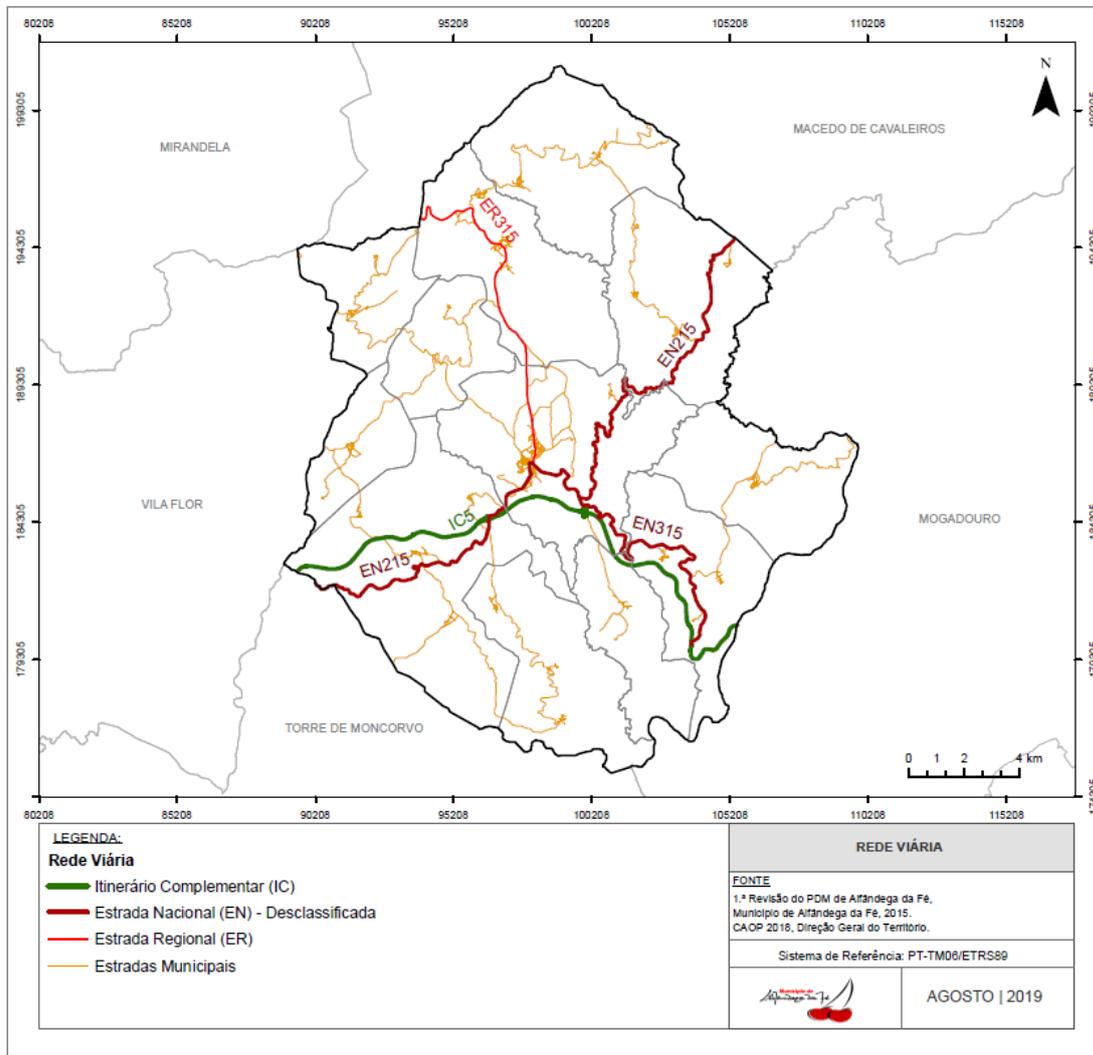
O Plano Rodoviário Nacional (PRN) define a rede rodoviária nacional do continente com funções de interesse nacional e internacional. Assim, a Rede Rodoviária Nacional (RRN) é constituída pela Rede Nacional Fundamental, que integra os Itinerários Principais (IP), e a Rede Nacional Complementar, que integra os Itinerários Complementares (IC) e as Estradas Nacionais (EN). A par desta categoria, foi criada uma outra, nomeadamente as Estradas Regionais (ER) (de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, na sua redação atual, estas estradas asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à rede rodoviária nacional).

O concelho de Alfândega da Fé é servido por um Itinerário Complementar (IC), por Estradas Nacionais (EN) e por uma Estrada Regional (ER), que permite ligar o território aos concelhos envolventes e a outras vias que permitem uma rápida e fácil ligação a polos de desenvolvimento de elevada importância. Estas vias são apresentadas de seguida:

- **IC5:** Cruza o território concelhio de oeste a sudeste e efetua a ligação a diversos concelhos, designadamente a Póvoa de Varzim (IC1), a Vila Nova de Famalicão, a Guimarães, a Fafe, a Vila Pouca de Aguiar (entre a Póvoa de Varzim e Vila Pouca de Aguiar corresponde à A7), a Murça, a Vila Flor, a Mogadouro e a Miranda do Douro (fronteira). A presente via encontra-se integrada no Plano Rodoviário Nacional como um Itinerário Complementar da Rede Complementar.
- **EN215:** Cruza o território concelhio de norte a sul e efetua a ligação de Alfândega da Fé aos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro e a Espanha a nordeste, e Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Coimbra e Lisboa a sul. É importante referir que a presente via foi desclassificada (sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal).
- **EN315:** Cruza o território concelhio de norte a sul, e efetua a ligação aos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Porto a noroeste, e Miranda do Douro, Mogadouro e Espanha a este. É importante relevar que a presente via foi desclassificada (sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal).
- **ER315:** Cruza o concelho de norte até ao centro do território concelhio e efetua a ligação a Rebordelo (entroncamento da EN102) e ao concelho de Mirandela. A presente via encontra-se integrada no Plano Rodoviário Nacional como uma Estrada Regional.

O concelho é servido por uma rede de estradas municipais que ligam as sedes de freguesia entre si, verificando-se que esta se torna mais densa na freguesia de Alfândega da Fé.

mapa 51 – Rede Viária do concelho de Alfândega da Fé



Face ao disposto, é possível constatar-se que a rede viária que serve o território concelhio permite estabelecer ligações intraconcelhias e interconcelhias, com os concelhos limítrofes e com outros polos de desenvolvimento de elevada relevância.

Em termos de distância-tempo, e em concreto, relativamente à proximidade do concelho aos grandes centros urbanos, Alfândega da Fé dista cerca de 420 km de Lisboa, 192 km do Porto, 98 km de Vila Real e 72 km de Bragança. Para além disso, em aproximadamente duas horas é possível chegar-se ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e ao Porto de Leixões, duas infraestruturas de elevada importância para o transporte de pessoas e de mercadorias, para além de que se encontra próximo da A4 e do IP2.

Importa referir que a constituição de servidões relativas às estradas que foram classificadas no atual Plano Rodoviário Nacional e às estradas regionais segue o regime previsto na Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, na sua redação atual. Por seu turno, as estradas que foram classificadas em anteriores Planos Rodoviários Nacionais e não se encontram no Plano atual, designadamente as Estradas Classificadas, e que ainda não foram entregues aos municípios, têm como servidões as dispostas na Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, na sua redação atual.

Assim, de acordo com a Lei supracitada, nas alíneas c) e d), do artigo 32.º, para os Itinerários Complementares é prevista a zona de servidão *non aedificandi* com as seguintes dimensões (no concelho de Alfândega da Fé aplica-se ao IC5): 35m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca menos de 15m da zona de estrada.

Por sua vez, para as ER e EN Desclassificadas ainda não entregues aos municípios é prevista a zona de servidão *non aedificandi* com as seguintes dimensões (no concelho de Alfândega da Fé aplica-se à EN215, EN315 e ER315): 20m para cada lado do eixo da estrada ou dentro da zona de servidão de visibilidade e nunca menos de 5m da zona da estrada.

Relativamente às Estradas Desclassificadas, o PRN2000 determinou que estas deveriam integrar as redes municipais, mediante protocolos a celebrar entre a IP, S.A. e as Câmaras Municipais, após intervenções de conservação de forma a que estes fiquem em bom estado de utilização ou, em alternativa, mediante acordo equitativo com a respetiva Câmara Municipal (DGOTDU, 2011). Assim, as estradas ficam sob tutela da IP, S.A. até à receção por parte das Câmaras Municipais.

As zonas de servidão aplicáveis a esta via encontram-se definidas na alínea d) do n.º 8 do artigo 32.º da Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, na sua redação atual, tal como referido anteriormente. Contudo, após a assinatura dos contratos de entrega aos municípios, passam a aplicar-se as servidões das estradas municipais.

A constituição das servidões nas estradas e caminhos municipais segue o previsto na Lei n.º 2110, de 19 de agosto de 1961, alterada pelo Decreto-Lei n.º 360/77, de 1 de setembro, que estabelece as zonas de servidão *non aedificandi*, delimitadas a cada lado da estrada por uma linha que dista do seu eixo 6m para as estradas e 4,6m para os caminhos, podendo estas distâncias serem alargadas até 8m e 6m, respetivamente, para cada lado do eixo da via, na totalidade ou apenas em alguma ou algumas das vias municipais.

## IX12 .ABASTECIMENTO DE ENERGIA

De acordo com o Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro, as linhas de transporte e distribuição de eletricidade de Alta Tensão (AT) e Muito Alta Tensão (MAT) são aquelas cuja tensão nominal é igual ou superior a 60kV. Estas linhas unem os centros produtores (centrais térmicas, hídricas, eólicas) às subestações ou entre várias subestações. São normalmente aéreas podendo, no entanto, ser subterrâneas. As linhas aéreas são constituídas por apoios, normalmente metálicos, sendo os condutores suspensos ou apoiados por isoladores.

Por sua vez, as linhas de Média Tensão (MT) são aquelas cuja tensão nominal é inferior a 60 kV. Estas linhas ligam as subestações aos Postos de Transformação ou ligam diferentes Postos de Seccionamento/Transformação entre si. Podem ser aéreas ou subterrâneas, sendo que as aéreas são normalmente em cabo nu, apoiadas em postes de betão (mais comum) ou metálicos, em que os condutores estão suspensos ou apoiados em isoladores.

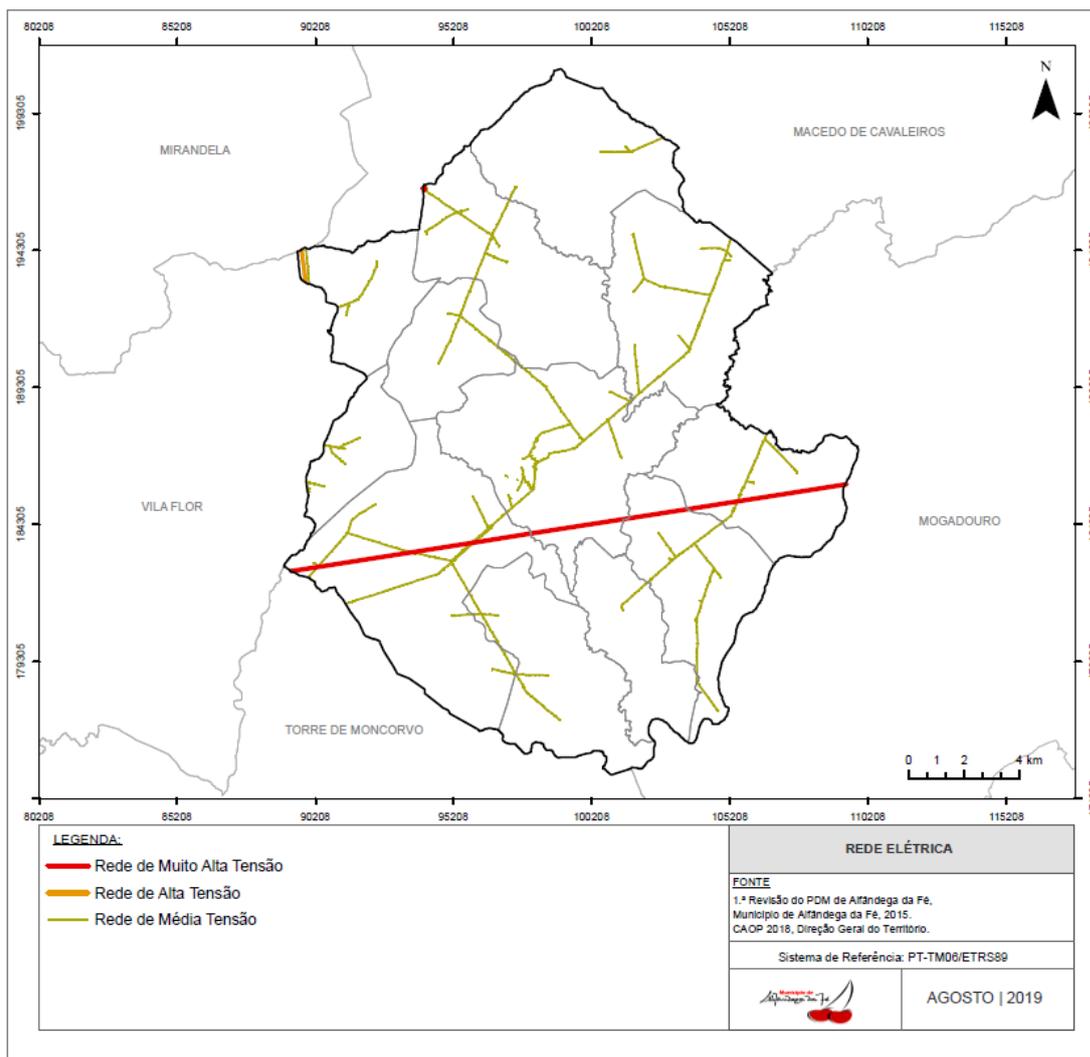
As linhas de Baixa Tensão (BT) são aquelas cuja tensão nominal é igual ou inferior a 1kV.

As subestações estão vocacionadas para elevar a tensão da eletricidade produzida nas centrais, para esta ser transportada em alta tensão para as zonas de consumo, ou, uma vez perto das zonas de consumo, baixar o nível

de tensão para poder ser distribuída em média tensão. Os postos de transformação têm a função de reduzir a média tensão para a baixa tensão utilizável pelo consumidor final doméstico, comercial ou pequeno industrial.

No concelho de Alfândega da Fé existe um troço da rede de muito alta tensão, que atravessa o concelho longitudinalmente. A rede de alta tensão faz-se representar, de forma quase impercetível no extremo noroeste da freguesia de Vilares de Vilarça. A rede de média tensão é a que apresenta maior cobertura no concelho.

mapa 52 – Rede elétrica do concelho de Alfândega da Fé



No Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro encontram-se definidas as condicionantes ou servidões a respeitar na proximidade das Linhas de Alta Tensão, sendo fundamental que na instalação de redes elétricas ou no ato de licenciamento de edificações próximas destas linhas, é fundamental que se tenham em consideração as distâncias mínimas definidas, por questões de segurança.

Assim, as linhas elétricas sujeitas a servidões no concelho de Alfândega da Fé são as seguintes:

- Linhas de Muito Alta Tensão – Linha de Mogadouro – Valeira;
- Linhas de Alta Tensão (representadas na Planta de Condicionantes do PDM de Alfândega da Fé).

Relativamente à evolução do consumo de energia elétrica no concelho de Alfândega da Fé, verifica-se que é a indústria que regista maiores consumos, seguindo-se a agricultura, sendo que ambos os setores registaram uma variação positiva entre 2011 e 2017. Por seu turno, o consumo doméstico é o menos expressivo no concelho, tendo apresentado, inclusive, uma redução no período em análise.

*quadro 48 – Evolução do consumo de energia (tipo), entre 2011 e 2017, no concelho de Alfândega da Fé*

	CONSUMO (KW/H)							VARIAÇÃO (2011 – 2017)
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Agricultura	857,4	1.108	1.128,1	1.256,8	2.324,5	5.188,9	5.776	573,7
Doméstico	1.663,2	1.588,1	1.535,1	1.467,5	1.509,4	1.648,7	1.575,4	-5,3
Indústria	10.342,6	9.787,2	14.614,9	3.5142,1	3.6975	14.055,1	12.858,1	24,3

Fonte: DGEG, Estatísticas do Carvão, Petróleo, Energia Elétrica e Gás Natural, INE

No que concerne à evolução dos consumidores, verifica-se que são os consumidores domésticos que têm maior relevância, tendo apresentado uma evolução positiva entre 2011 e 2017. Por outro lado, a agricultura e a indústria, têm menos relevância em termos de número de consumidores, tendo, inclusive, registado um decréscimo no período em análise.

*quadro 49 – Evolução do número de consumidores de eletricidade, entre 2011 e 2017, no concelho de Alfândega da Fé*

	CONSUMIDORES (N.º)							VARIAÇÃO (2011 – 2017)
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	
Agricultura	107	72	49	41	32	42	41	-61,7
Doméstico	3.486	3.535	3.572	3.563	3.551	3.616	3.592	3,0
Indústria	128	103	62	20	21	42	40	-68,8

Fonte: DGEG, Estatísticas do Carvão, Petróleo, Energia Elétrica e Gás Natural, INE

## IX13 .ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O município de Alfândega da Fé é atualmente responsável pela gestão da rede de abastecimento de água “em baixa” e pela maioria das captações, reservatórios, instalações de tratamento e adutoras em funcionamento no município.

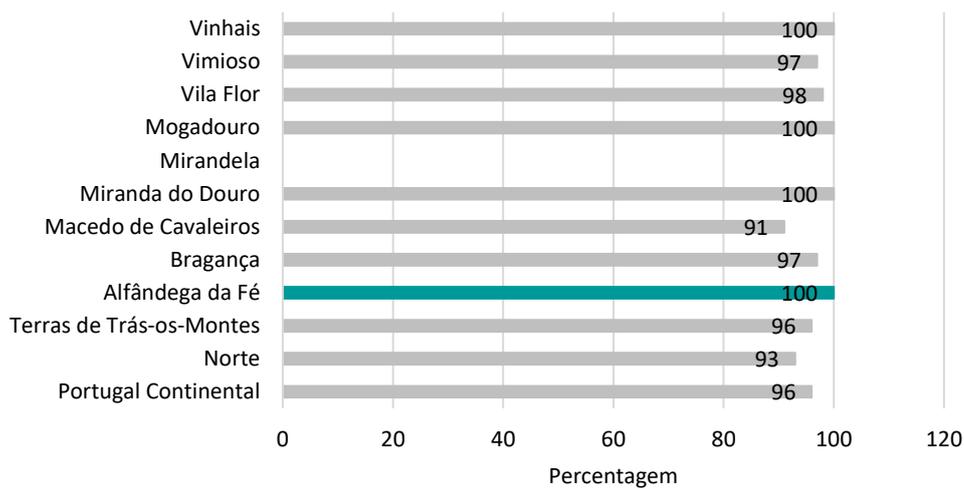
O sistema em alta corresponde ao conjunto de componentes da rede que faz a ligação do meio hídrico ao sistema em baixa, sendo este o conjunto de componentes que faz a distribuição da água até ao utilizador final. Atualmente o sistema em alta é explorado pelas Águas do Norte, S.A..

No ano 2017, o concelho de Alfândega da Fé apresenta uma cobertura de 100%, ou seja, a totalidade da população residente no território é servida por sistemas de abastecimento de água, apresentando, assim, um valor superior à média de Portugal Continental (96%), da região Norte (93%) e da sub-região Terras de Trás-os-Montes

(96%), sendo que todos os concelhos que integram a presente sub-região apresentam valores muito próximos dos 100%.

Note-se que, entre 2011 e 2017, a proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água apresentou um crescimento expressivo (em 2011 apenas 58% dos alojamentos se encontravam servidos por esta infraestrutura).

*gráfico 58 – Proporção de alojamentos servidos por abastecimento de água (2017)*

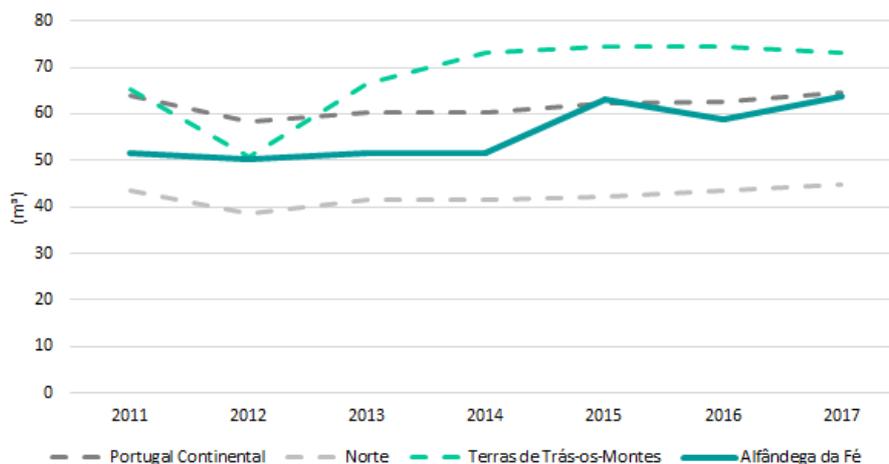


Fonte: Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas/ Vertente Física e de Funcionamento, INE

Relativamente ao consumo de água por habitante, constata-se que entre 2011 e 2014 este mantém-se estável, seguindo-se um crescimento até 2017, ano em que atinge o valor mais elevado no período em análise (63,7m<sup>3</sup>/habitante).

No contexto sub-regional o concelho de Alfândega da Fé apresenta o quarto maior consumo de água por habitante, embora os valores se fixem abaixo dos valores médios registados na sub-região em que se insere.

gráfico 59 – Consumo de água por habitante, entre 2011 e 2017

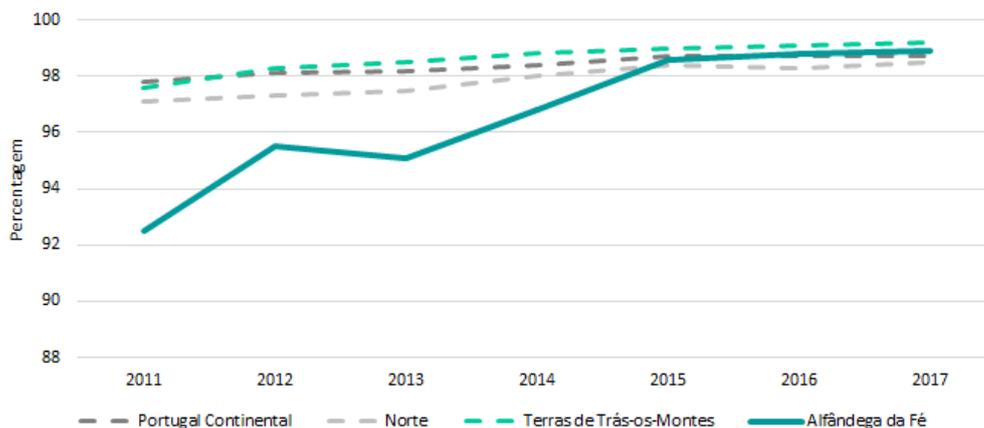


Fonte: Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas/ Vertente Física e de Funcionamento, INE

Relativamente à qualidade da água para consumo humano, em 2017 o concelho de Alfândega da Fé apresenta um valor ligeiramente superior ao registado nos contextos nacional e regional, contudo, ainda permanece ligeiramente abaixo do observado no contexto sub-regional.

Entre 2011 e 2017 este indicador apresenta uma tendência crescente, superando, inclusive, o desempenho observado nas restantes unidades territoriais em que se insere.

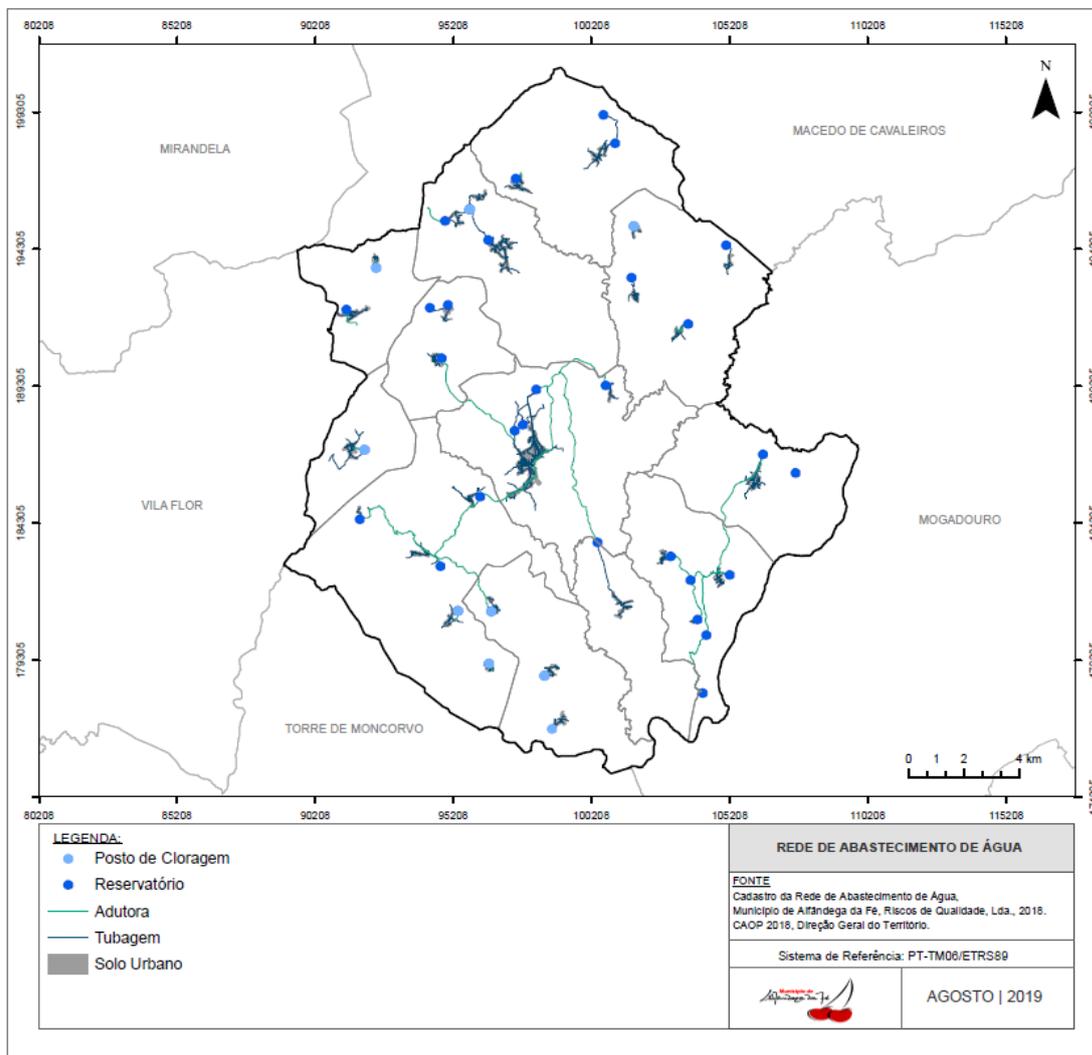
gráfico 60 – Proporção de água segura para consumo humano, entre 2011 e 2017



Fonte: ERSAR, PORDATA

Pela análise do mapa seguinte é possível verificar que existem 37 reservatórios e 9 postos de cloragem no território concelhio.

mapa 53 – Infraestruturas de abastecimento de água do concelho de Alfândega da Fé



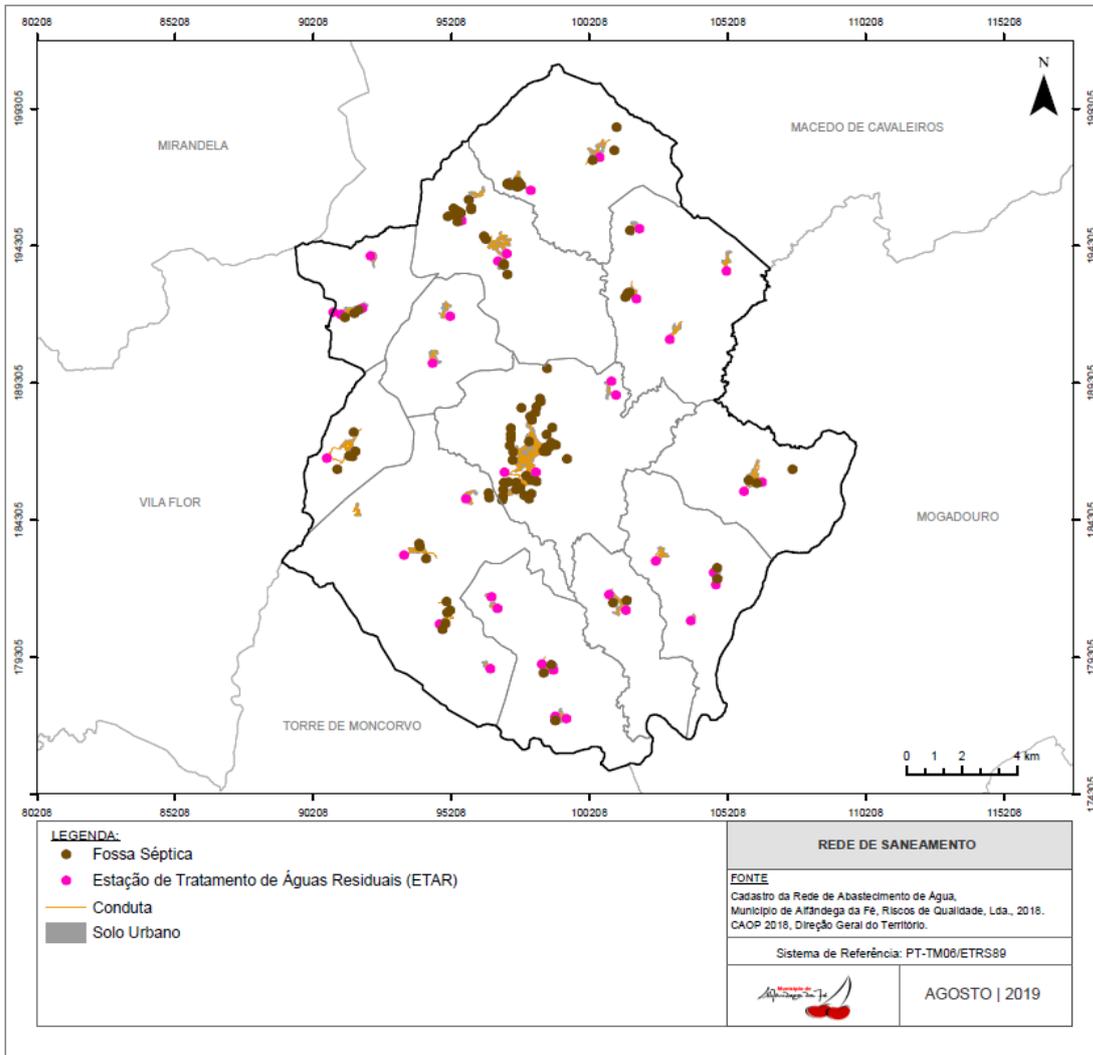
As servidões administrativas referentes ao sistema de abastecimento de água são constituídas pelo Decreto-Lei n.º 34021, de 11 de novembro de 1944, conjugado com o regime geral de constituição de servidões que resulta do Código de Expropriações aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua atual redação. Assim, as servidões administrativas relativas às infraestruturas de abastecimento de água existentes no concelho são:

- Adutoras do Subsistema de Abastecimento de Água de Sambade (Despacho n.º 8383/2010, de 18 de maio);
- Conduções adutoras do subsistema de abastecimento de água de Sambade (Despacho n.º 15502/2012, de 5 de dezembro);
- Adutoras do Subsistema de Abastecimento de Água de Sambade (Despacho n.º 14865/2014, 9 de dezembro).

## IX14 .DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

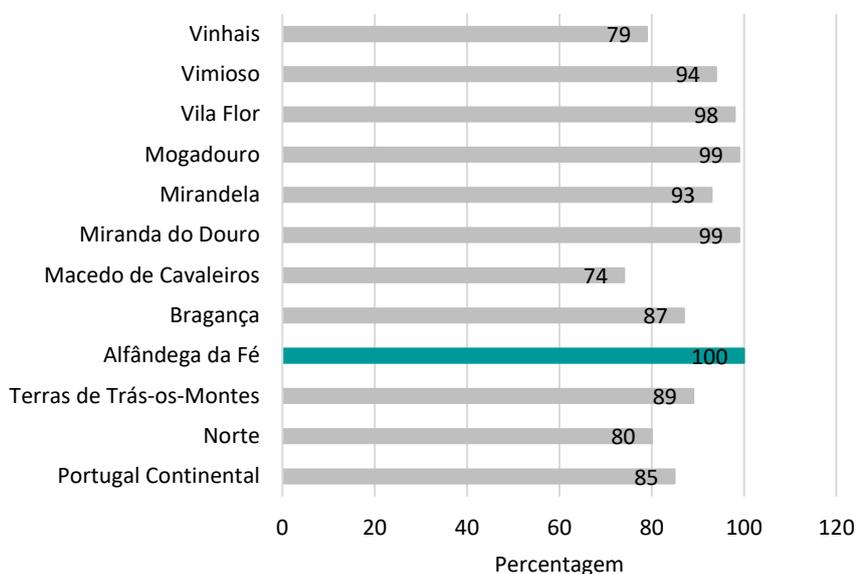
O concelho de Alfândega da Fé dispõe de 38 ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) que servem todas as freguesias do concelho, e 105 fossas sépticas, distribuídas ao longo do território concelhio.

mapa 54 – Infraestruturas de saneamento do concelho de Alfândega da Fé



No que concerne aos sistemas de drenagem de águas residuais facilmente se conclui que o concelho tem 100% da população servida por estes sistemas, ultrapassando claramente as médias nacionais (85%), regionais (80%) e sub-regionais (89%). Constitui, inclusive, o concelho que detém o valor mais elevado à escala sub-regional.

gráfico 61 – População servida por sistemas de drenagem de águas residuais, em 2017



Fonte: Sistemas Públicos Urbanos de Serviços de Águas/ Vertente Física e de Funcionamento, INE

O Decreto-Lei n.º 34021, de 11 de outubro de 1944, conjugado com o regime geral de constituição de servidões que resulta do Código das Expropriações e com o Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, constitui as servidões referentes ao sistema de drenagem e de tratamento de águas residuais urbanas. Assim, no concelho de Alfândega da Fé, as servidões administrativas das infraestruturas de drenagem de águas residuais são as seguintes:

- Conduitas do subsistema de águas residuais de Sambade (Despacho n.º 14039/2010, de 7 de setembro);
- Conduita elevatória, emissário e descarga de emergência do subsistema de águas residuais de Alfândega da Fé (Despacho n.º 19507/2007, de 29 de agosto).

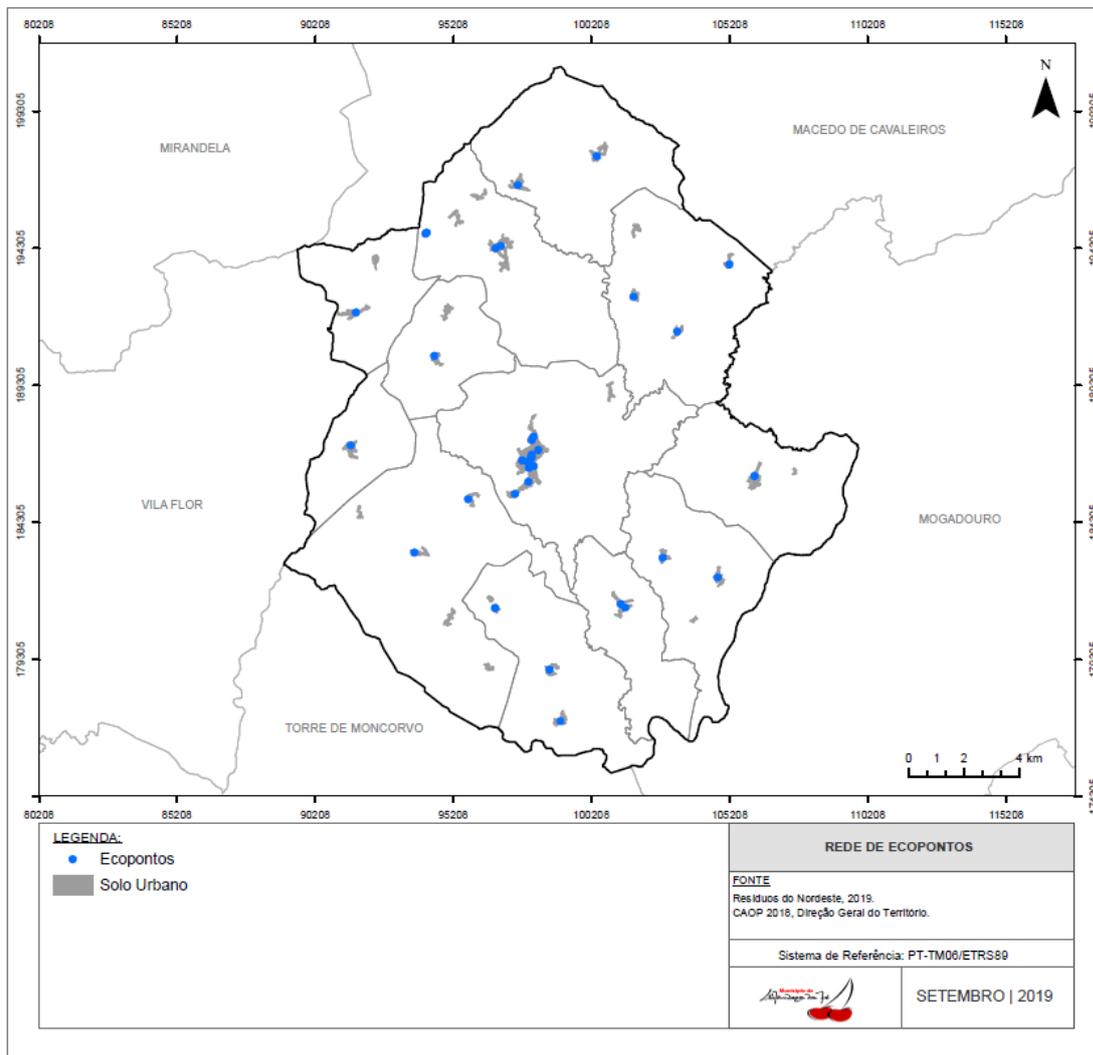
## IX15 .RESÍDUOS SÓLIDOS

O concelho de Alfândega da Fé está inserido num sistema intermunicipal (juntamente com os concelhos de Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vila Nova de Foz Côa, Vimioso e Vinhais), em que a gestão dos resíduos cabe à empresa Resíduos do Nordeste – Empresa Intermunicipal, S.A.

Dentro das infraestruturas que compõem a empresa Resíduos do Nordeste, há que destacar o Ecocentro localizado em Alfândega da Fé, para além dos 36 ecopontos distribuídos ao longo do território.

É da responsabilidade desta empresa tanto a recolha seletiva e como a indiferenciada dos resíduos sólidos urbanos do concelho.

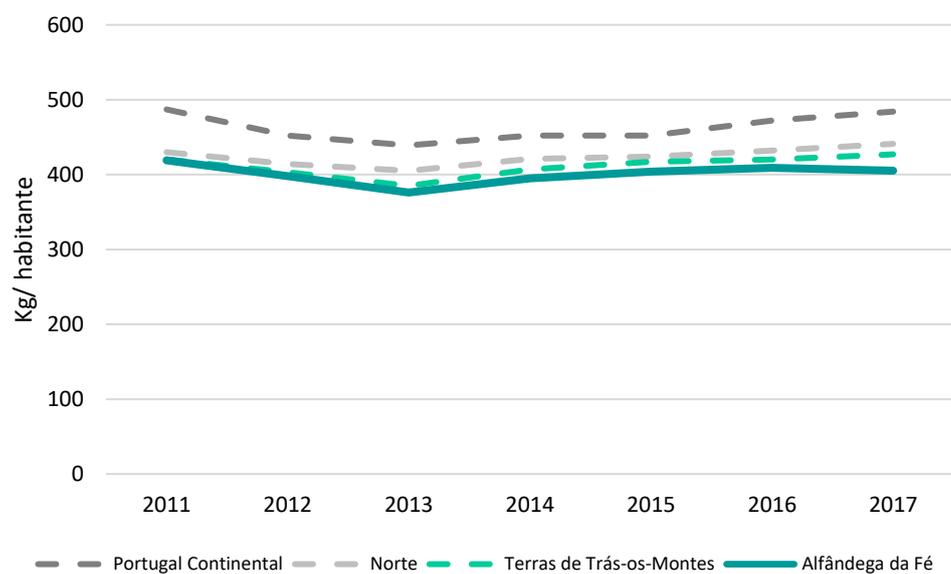
mapa 55 – Rede de Ecopontos do concelho de Alfândega da Fé



No que respeita à quantidade de resíduos produzidos por habitante, entre 2011 e 2017, constata-se que, até 2013 o território concelhio assistiu a um decréscimo bastante significativo, seguindo-se um crescimento. Assim, em 2017, cada habitante produziu em média 405 kg de resíduos, constituindo o quarto concelho à escala sub-regional que menos lixo produziu.

Comparando a evolução dos resíduos produzidos por habitante no território concelhio com as restantes unidades territoriais, verifica-se que este fixou-se em valores inferiores: em 2017, Portugal Continental registou um valor de 484 kg, a região Norte de 441 kg e a sub-região Terras de Trás-os-Montes de 427 kg.

gráfico 62 – Resíduos produzidos por habitante, entre 2011 e 2017

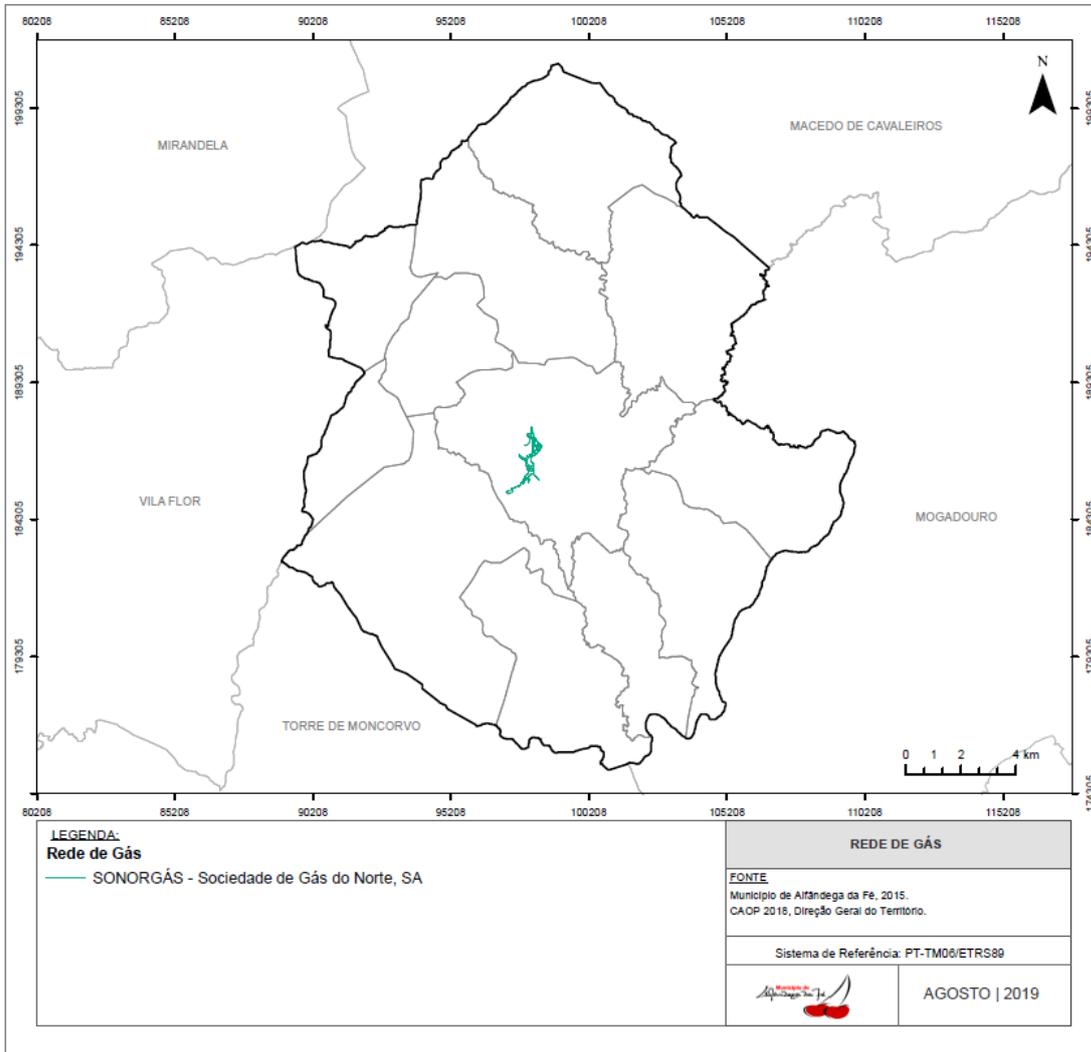


Fonte: Estatísticas dos Resíduos Urbanos, INE

## IX16 .REDE DE GÁS

A rede de gás no concelho de Alfândega da Fé encontra-se, unicamente, na freguesia sede de concelho, e tem como entidade gestora a SONORGÁS – Sociedade de Gás do Norte, SA.

mapa 56 – Infraestruturas da rede de gás do concelho de Alfândega da Fé



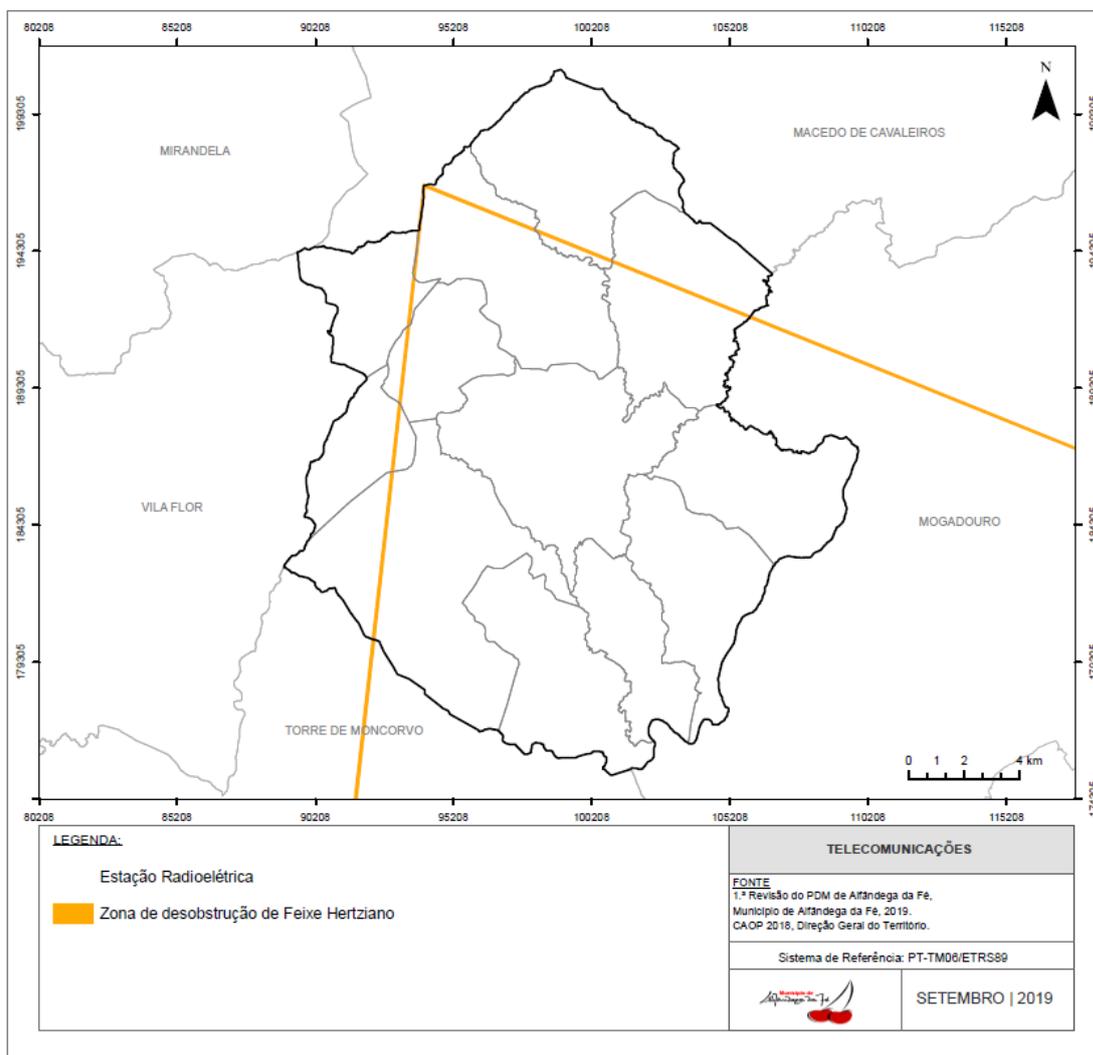
## IX17 .TELECOMUNICAÇÕES

As servidões radioelétricas encontram-se constituídas no Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de maio, e permitem evitar os obstáculos que possam afetar a propagação radioelétrica, tanto quanto possível, bem como as interferências causadas pela aparelhagem elétrica que funcione na proximidade das mesmas estações.

Assim, as áreas sujeitas a servidões relativamente às telecomunicações, no concelho de Alfândega da Fé, são:

- Ligações radioelétricas: FH Bornes – Mogadouro; e FH Bornes – Torre de Moncorvo (Despacho Conjunto publicado no Diário da República n.º 57, Série II, de 9/3/93).

mapa 57 – Rede de telecomunicações do concelho de Alfândega da Fé



A rede de alta velocidade fixa de comunicação eletrónica é suportada “em fibra ótica (FTTH/FTTB) e em redes de distribuição de televisão por cabos suportados em EuroDOCSSIS 3.0”<sup>45</sup>. A Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) disponibiliza informação relativa às freguesias com acesso e cobertura de redes de alta velocidade fixas<sup>46</sup>. No concelho de Alfândega da Fé, a percentagem de cobertura de redes de alta velocidade fixas é a seguinte:

- Cobertura menor ou igual a 1% - freguesias de Cerejais, de Vilar do Chão, de Vilares de Vilarça, União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro, União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde, União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra, União das freguesias de Gebelim e Soeima, e União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira;

<sup>45</sup> <https://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=385677>

<sup>46</sup> A última informação foi publicada a 15 de fevereiro de 2019.

- Cobertura superior a 50% - freguesias de Alfândega da Fé, de Sambade, de Vilarelhos, e União das freguesias de Pombal e Vales.

## IX18 .MARCOS GEODÉSICOS

A Rede Geodésica Nacional (RGN) é constituída por um conjunto de Vértices Geodésicos (ou Marcos Geodésicos), que possibilitam a referenciação espacial, fundamental à elaboração de cartografia e levantamentos cartográficos. O Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril, define as servidões administrativas relativas à sinalização geodésica e cadastral, ou seja, vértices ou marcos geodésicos. Assim, de acordo com o Decreto-Lei supracitado, os marcos geodésicos possuem zonas de proteção determinadas, em cada um dos casos, em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais. Contudo, a extensão dessa zona de proteção deverá ter, no mínimo, um raio de 15m, onde são restritas as plantações, construções ou outras obras que impossibilitem a visibilidade.

No concelho de Alfândega da Fé encontram-se os seguintes marcos geodésicos:

*quadro 50 -Vértices Geodésicos da área geográfica de Alfândega da Fé, no sistema de referência Hayford-Gauss  
Datum 73*

VÉRTICE GEODÉSICO	ORDEM	M (M)	P (M)
BORNES	1	94128,56	196695,01
CABEÇO BRANCO	3	92784,45	193555,42
GOUVEIA	2	95607,03	181576,77
MARCO	3	91225,06	181518,64
PICOTO	3	94721,58	188935,61
REBOLAIS	3	94614,50	193160,92
SAMPAIO	3	93532,36	183228,24
SENHORA DAS ANGÚSTIAS	3	90468,38	185174,55
BORDA	3	98699,99	192191,73
CASTANHEIRA	3	102660,22	193640,65
ESCLAVADOS	3	97684,28	88776,26
FONTES	3	99415,03	185757,53
FREIXO	3	104408,55	186100,09
LEGOINHA	3	107899,37	185949,71
MOURA	3	100832,27	182473,95
PEREIRO	3	105329,41	182441,11
PICOTO 2	3	100299,79	195132,39
SÃO BERNARDINO DE SENA	3	101184,77	198610,99
SOEIMA	3	97182,12	197165,23
VALE DE MADEIROS	3	99736,21	189254,83
VREA	3	104388,25	180467,14
JUNCAL	3	93174,82	178862,02
CABREIRA	3	97155,17	177757,02
INCULCAS	3	101887,93	179332,89

Fonte: Instituto Geográfico Português (setembro 2012).

## CAPÍTULO X – RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

O Homem ocupa a superfície terrestre do planeta, organizado em sociedades cada vez mais complexas e artificiais, numa aparente harmonia com a natureza, mas sujeito a riscos e a fenómenos naturais intensos que comprometem, frequentemente, o equilíbrio entre o ambiente social e o ambiente natural. A vulnerabilidade provocada pelas diversas sociedades aos fenómenos naturais reflete o diferente grau de preparação de cada uma face a esses fenómenos. De facto, se durante muitos séculos as catástrofes se limitaram aos fenómenos de origem natural, a evolução tecnológica, a criação de novos tipos de indústrias, a utilização de mais e maiores quantidades de substâncias perigosas, provocou a aparição de outro tipo de acontecimentos catastróficos – os acidentes tecnológicos.

Os diferentes tipos de risco podem então ser classificados quanto à sua origem: natural; se tem a sua origem na natureza e antrópico ou tecnológico se tem origem nalguma atividade humana. Por risco natural entende-se a maior ou menor probabilidade de ocorrência de um dano ou catástrofe social devido à atividade de um processo natural. A análise e avaliação de riscos naturais são um método de confrontação entre os processos naturais e os processos sociais, mediante o qual se trata de deduzir as mudanças de valor/qualidade que se podem produzir no meio social, devido ao normal desenvolvimento dos processos naturais. Por seu turno, os riscos tecnológicos são derivados da atividade humana, decorrendo de acontecimentos súbitos e não planeados, causadores de danos graves no Homem e no Ambiente.

Só muito recentemente nos começamos a preocupar menos com o que a natureza nos pode fazer e mais com o que nós podemos fazer à natureza. Assim, a prevenção dos riscos implica que se saiba onde vão ocorrer, ou têm probabilidade de se produzir. De facto, com maior ou menor dificuldade, segundo os tipos de instabilidade ambiental, é possível localizar os setores onde há maior probabilidade de ocorrência e, a partir daí, agir para evitar ou reduzir os seus efeitos. É necessário, por isso, a elaboração de mapas cujo conteúdo, escala e modo de representação podem diferir em função dos objetivos e dos destinatários.

Nesse sentido, é importante considerar uma análise territorial que contemple a aferição dos vários tipos de risco que podem afetar as atividades humanas e também os elementos naturais, em particular no concelho de Alfândega da Fé. O PMEPC de Alfândega da Fé em vigor identifica os seguintes riscos:

- Riscos naturais:
  - Cheias e inundações (progressivas e rápidas);
  - Geadas;
  - Movimentos de massa em vertentes;
  - Nevões;
  - Ondas de calor;
  - Secas;
  - Sismos;

- Vagas de frio;
- Riscos tecnológicos:
  - Acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes;
  - Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas;
  - Acidentes rodoviários;
  - Cheias e inundações por rutura de barragens;
  - Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas;
  - Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional;
- Riscos mistos:
  - Incêndios rurais.

## X1 .RISCOS NATURAIS

---

### X11 . MOVIMENTOS DE VERTENTE

Um movimento de vertente ocorre quando a força motriz da gravidade excede a resistência proporcionada pela fricção dos materiais da vertente, ou seja, quando estes já não são capazes de resistir à força da gravidade. Esta diminuição da resistência pode resultar de causas internas ou externas. As causas internas normalmente envolvem alguma alteração nas propriedades físicas ou químicas do material (rocha ou solo) ou do seu conteúdo de água. Os fatores externos que conduzem a um aumento da tensão tangencial envolvem usualmente alguma forma de distúrbio, que tanto pode ser de origem natural ou induzida pelo homem.

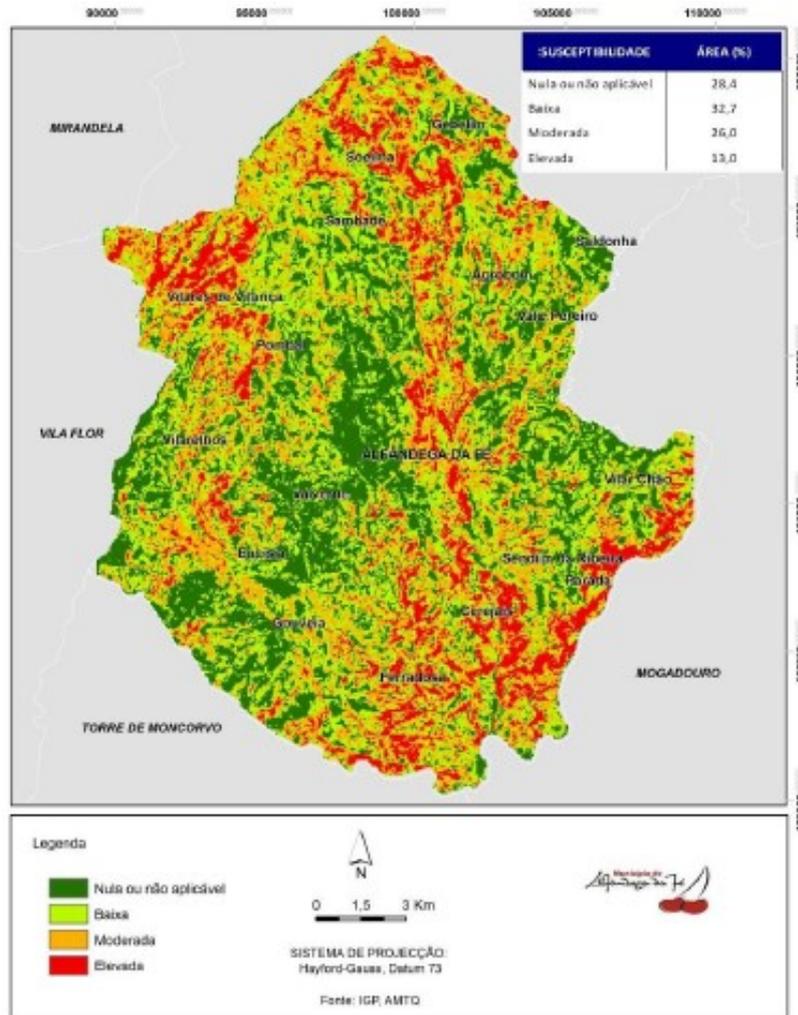
Os vários tipos de movimentos de vertente podem ser diferenciados pelos tipos de material envolvidos e pelo tipo de mecanismo. Outros sistemas de classificação incorporam variáveis adicionais, como a velocidade do movimento e o conteúdo de água, ar, ou gelo do material do movimento de vertente.

Este tipo de risco é omnipresente na maioria do território concelhio, devido à importância da inclinação das vertentes associadas à área montanhosa na parte norte e ao forte encaixe das linhas de água (essencialmente do rio Sabor e afluentes principais). Acresce também a precipitação mais acentuada nas áreas mais montanhosas e a presença de algumas atividades humanas que podem localmente gerar situações de rutura de vertentes. Assim sendo, este tipo de risco é de extrema importância no concelho, principalmente nas áreas habitadas em vertentes muito inclinadas e voltadas a norte.

No concelho de Alfândega da Fé, e de acordo com o PMEPC em vigor, a suscetibilidade pode ser classificada como moderada à ocorrência de movimentos de vertente. As áreas de maior vulnerabilidade correspondem aos setores nordeste e sudoeste, nomeadamente à vertente oriental da serra de Bornes, com principal incidência na

área de Vilares da Vilarça ao longo do vale do ribeiro do Cerejal, e à área sobranceira ao encaixe do rio Sabor, com destaque para Parada e Cerejais.

Mapa 58 - Suscetibilidade à ocorrência de movimentos de massa em vertentes



Fonte: Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Alfândega da Fé, 2015.

## X12 . CHEIAS E INUNDAÇÕES

Inundação pode ser definida como uma condição geral e temporária de cobertura completa ou parcial por água, de uma área de terreno habitualmente seco, como resultado do transbordar de águas interiores ou de maré, ou ainda pela acumulação rápida e incomum de água superficial de qualquer origem, lama ou colapso de terras ao longo da costa, como consequência de erosão ou destruição pelas ondas ou pela corrente, cuja intensidade seja superior aos níveis cíclicos. Assim, podem identificar-se vários tipos de inundações, em função dos seus fenómenos geradores: inundações fluviais progressivas, tempestades (Storm Surges), inundações rápidas (Flash Floods), incluindo torrentes de lama e lahares, e colapso de diques ou barragens.

As características fluviais das montanhas, com reduzidas áreas aluviais e com os rios principais bastante encaixados, fazem com que este tipo de risco esteja, historicamente, associado a áreas bem delimitadas espacialmente. Por outro lado, o risco associado às inundações pode ser pouco ou muito significativo, dependendo da presença do Homem e/ou de bens/atividades económicas. No concelho não são muitas as áreas que apresentam condições para a ocorrência de inundações provocadas pelo extravase de ribeiras, principalmente devido às características geomorfológicas dos vales fluviais, muito encaixados. Contudo, deve ter-se em consideração a impermeabilização dos solos, principalmente nas principais povoações, o que pode gerar situações de inundações pontuais, em episódios de elevada precipitação concentrada no tempo.

O PMEPC de Alfândega da Fé em vigor divide o risco de cheias e inundações em dois tipos: cheias e inundações rápidas, e cheias e inundações progressivas.

Apesar do risco em Alfândega da Fé não ser elevado, o vale onde se localiza a povoação de Gebelim, com o fundo aplanado e largo, constitui a área do território do concelho com condições geomorfológicas propícias para que ocorram cheias progressivas nas suas margens. É importante ter em consideração o facto da ETAR se localizar no leito de inundação.

## X13 .SISMOS

O risco sísmico é uma descrição probabilística das consequências para a sociedade da ocorrência de sismos. Assim sendo, uma carta de risco sísmico contempla as áreas onde se espera que possam ocorrer os maiores danos e maior concentração de vítimas face aos sismos potencialmente mais destruidores. Na sub-região de Terras de Trás-os-Montes, os sismos são pouco frequentes. A maioria dos sismos registados não são sentidos pelos humanos e aqueles que o são não têm provocado danos materiais. Na verdade, o norte do país constitui a região onde os valores associados à Sismicidade Histórica e Intensidade Sísmica são menores. Isto deve-se ao facto dos sismos com maior intensidade e mais destruidores terem ocorrido até à data na região a sudoeste de Portugal, associados à zona de junção entre as placas tectónicas Europeia e Africana, e dos quais o mais conhecido é o terramoto de 1 de novembro de 1755. Apesar disso, deve considerar-se a situação específica da falha geológica da Vilarça, com atividade atual evidenciada pelo termalismo regional e pelo controlo elevado da morfologia do vale. Esta atividade atual pode indiciar movimentações tectónicas locais geradoras de sismos com alguma relevância.

Assim, há que ter em consideração o setor sudoeste do concelho, localizado próximo da zona de intensidade sísmica VII na escala de Mercali, na área da Vilarça, onde se registam epicentros sísmicos de forte intensidade. O concelho de Alfândega da Fé apresenta um grau de intensidade sísmica de VI, sendo o valor máximo observado em Portugal Continental de X (Algarve).

## X14 .SECAS

A seca é entendida como uma condição física transitória caracterizada pela escassez de água, associada a períodos extremos, mais ou menos longos, de reduzida precipitação, com repercussões negativas significativas nos ecossistemas e nas atividades socioeconómicas. A sua progressão verifica-se de forma lenta e a sua ocorrência arrasta-se por um elevado período temporal, podendo atingir grandes extensões superficiais.

O clima da região transmontana, como se viu, é bastante diverso, principalmente em função das características geomorfológicas regionais. Nas áreas mais elevadas do concelho de Alfândega da Fé – setor da Serra de Bornes – onde os valores de precipitação são maiores, o risco de secas afigura-se pouco importante. Contudo, há que considerar que na maior parte do concelho a precipitação é reduzida e as temperaturas são geralmente bastante elevadas nos meses de verão. Para estes setores há a considerar uma análise cuidada do risco de secas, principalmente quando relacionado com as características hidrogeológicas da região e o abastecimento de água durante os meses de verão. Com efeito, há que salientar que em determinados períodos dos meses mais quentes, podem ocorrer momentos de seca, que podem afetar as culturas agrícolas praticadas na região.

## X15 .ONDAS DE CALOR

Uma onda de calor, segundo a Organização Meteorológica Mundial, ocorre quando num intervalo de pelo menos seis dias consecutivos a temperatura máxima diária é superior em 5°C ao valor médio diário no período de referência, o qual pode corresponder, por exemplo, aos dados das normais climatológicas de 1971-2000. A consequência deste fenómeno térmico extremo tem relação direta no Homem provocando alterações ao nível do seu estado fisiológico. O grupo da população para a qual deverão ser dirigidas as ações de sensibilização e prevenção correspondem às pessoas idosas, crianças e pessoas com doenças de coração e das vias respiratórias. No concelho de Alfândega da Fé a temperatura do ar é das mais elevadas da região, e nos meses de verão podem ocorrer períodos muito quentes, o que pode potenciar este tipo de risco, em especial nas vertentes soalheiras e no fundo dos vales mais encaixados.

## X16 .VAGAS DE FRIO

À semelhança da onda de calor, o conceito de vaga de frio corresponde a uma continuidade temporal de dias que registam valores de temperatura mínima inferiores ao valor médio mensal do período de referência. Como tal, e segundo definição do Serviço de Meteorologia Francês, vaga de frio “pode ser definido como um conjunto de dias consecutivos, no mínimo dois, sobre os quais as temperaturas mínimas são iguais ou inferiores a um dado valor”. Desta forma, a referência quanto ao valor da temperatura mínima é semelhante ao da onda de calor, ou seja, são considerados o número de dias consecutivos (mínimo dois) com temperaturas mínimas 5°C inferiores ao valor médio ocorrido durante um período de referência.

As consequências destes fenómenos poderão ser a diversos níveis. Um deles diz respeito à circulação automóvel, uma vez que as temperaturas baixas aumentam a probabilidade de formação de gelo nas estradas. Ao nível do conforto bioclimático não apresenta uma reação tão direta e visível como as ondas de calor, mas também constitui um forte condicionante, principalmente na população mais idosa, uma vez que as baixas temperaturas exigem um maior esforço do sistema cardiorrespiratório que, por vezes, originam descompensações.

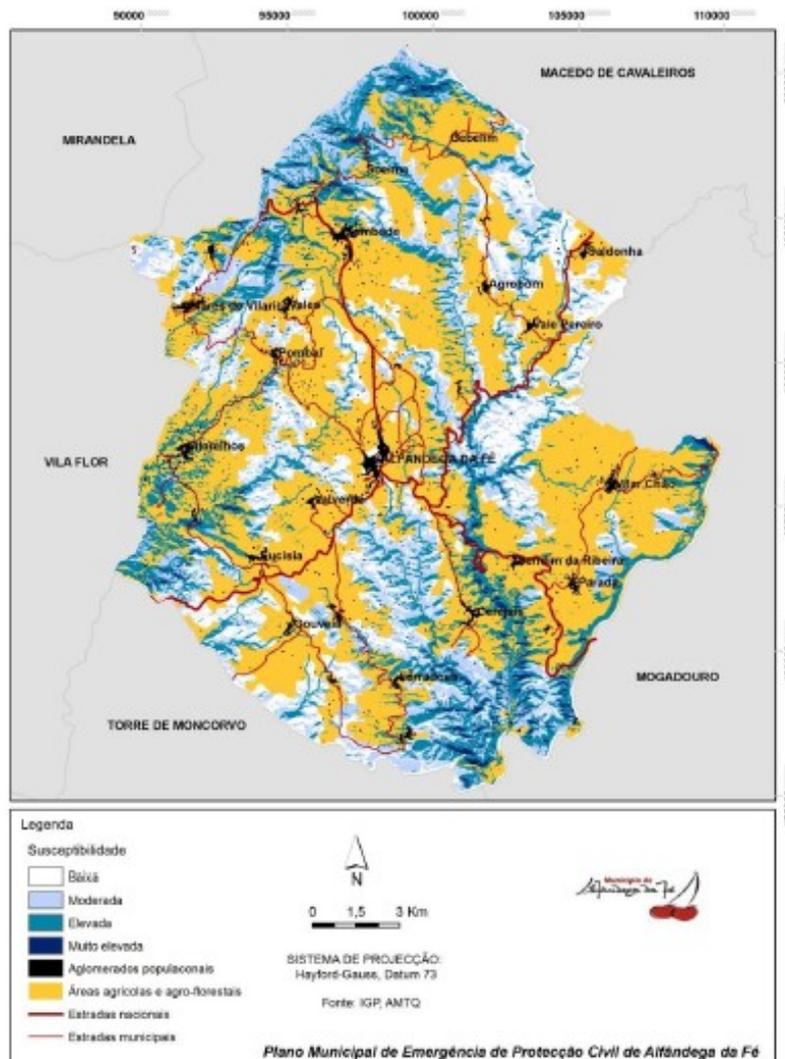
No concelho de Alfândega da Fé, este tipo de risco é mais expectável à medida que se aumenta a altitude, ou seja, no maciço montanhoso de Bornes, mas também nas vertentes umbrias dos vales mais encaixados (ribeira de Escariz e afluentes, ribeira de Cerejais e da Ferradosa), nos setores mais expostos e menos abrigados da circulação do vento, nomeadamente nos topos aplanados de Alfândega e nos vales mais encaixados, que funcionam como canais de circulação atmosférica.

## X17 .GEADAS

A geada é a formação de uma camada de cristais de gelo, geralmente fina, no solo ou na folhagem exposta devido à descida da temperatura da superfície abaixo de 0°C, associada a um coeficiente de humidade. Dependendo da intensidade e da extensão da geada, o fenómeno pode causar sérios danos na agricultura, queimando a folhagem das plantas, especialmente das hortícolas. Tal como no risco de vagas de frio, e porque está relacionado principalmente com o elemento climático temperatura, este tipo de risco afeta principalmente os setores de maior altitude. Desta forma, cerca de 42% da área do município de Alfândega da Fé apresenta uma suscetibilidade moderada a geadas e 17% elevada a muito elevada, de onde se salienta as áreas de Vilarelhos, Eucísia, Ferradosa e Cerejais, assim como a vertente oriental da serra de Bornes (Sambade, Soeima e Gebelim).

Os efeitos das geadas afetam principalmente a atividade agrícola, podendo implicar danos consideráveis quando estas ocorrem no início do Outono ou numa fase tardia da Primavera, e a circulação rodoviária.

Mapa 59 - Localização do risco de geada no concelho de Alfândega da Fé

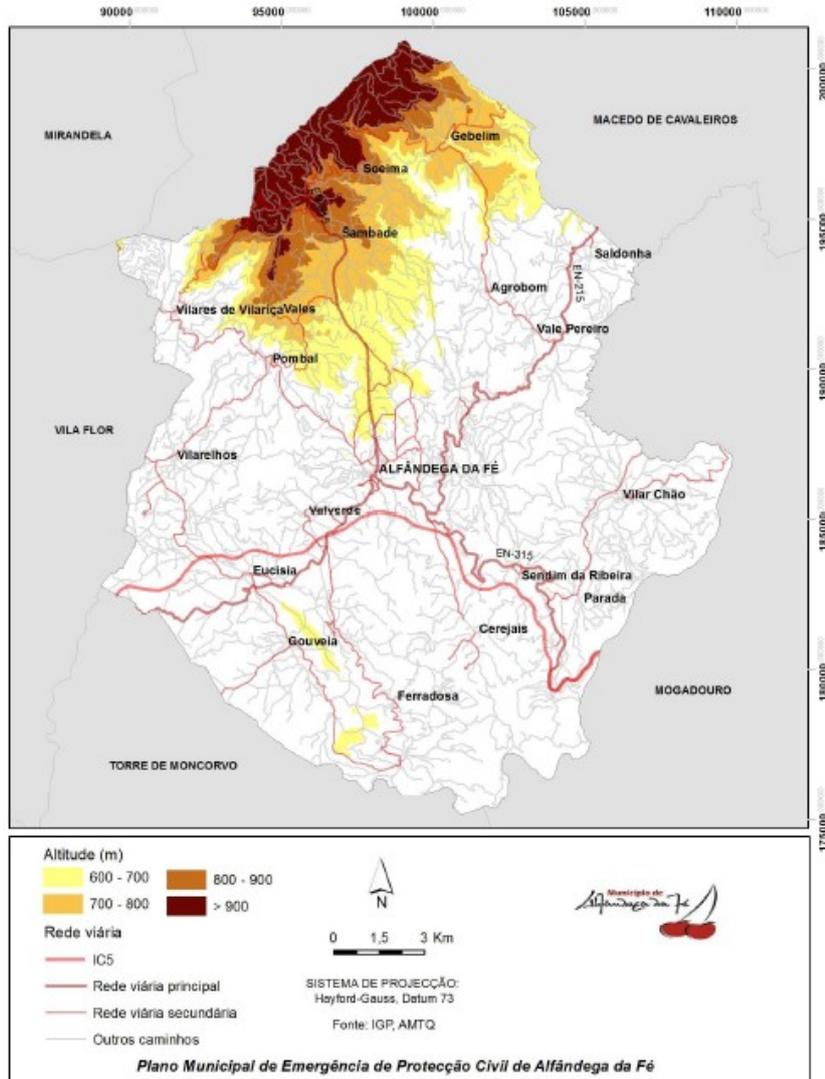


## X18 .NEVÕES

Os nevões consistem em situações de permanência de neve no solo durante vários dias. Na sub-região Terras de Trás-os-Montes os nevões são frequentes nos meses de inverno, associado às baixas temperaturas aí registadas e principalmente a índices de precipitação elevados nesses períodos. A neve e o gelo no solo podem provocar danos nas atividades humanas, podendo por isso ser considerado como um risco natural. Tal como nos riscos anteriores os nevões relacionam-se principalmente com o elemento climático temperatura, sendo o risco mais elevado na parte montanhosa do concelho, nomeadamente na Serra de Bornes e nos setores envolventes.

O PMEPC considera quatro limiares de altitude a partir dos quais é previsível que se faça sentir importante queda de neve. Em todos os cenários, a EN315 é o elemento mais exposto à queda de neve. À medida que a altitude baixa, verificam-se povoações afetadas, como Vales, Sambade, Soeima e Gebelim, e as estradas que as ligam. Em caso de permanência desta situação, as povoações podem ser privadas das suas ligações durante dias, assim como se poderá interromper a ligação do concelho aos concelhos vizinhos a norte (PMEPC de Alfândega da Fé, 2015). Em todas as situações, as localidades de Soeima, Vila Nova e Covelas são afetadas por este risco. Apenas no limiar mais baixo surgem áreas no setor sul do concelho, nomeadamente no sistema montanhoso entre Gouveia e Ferradosa.

Mapa 60 - Limiares de altitude associados ao risco de nevões no concelho de Alfândega da Fé



Fonte: Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Alfândega da Fé, 2015.

## X2 .RISCOS TECNOLÓGICOS

### X21 .ACIDENTES RODOVIÁRIOS

Atualmente, os acidentes rodoviários constituem uma importante preocupação ao nível dos riscos tecnológicos. São uma importante causa de vítimas, muitas das quais mortais, e cujo número continua a aumentar, apesar de inúmeras campanhas no sentido da redução da sinistralidade rodoviária. Na verdade, a maioria dos acidentes rodoviários devem-se a erros humanos, impossíveis de ser transpostos para cartografia de risco. Desse modo, e como a vulnerabilidade se relaciona quase exclusivamente com as pessoas envolvidas nos acidentes rodoviários, a vulnerabilidade não é particularmente aferida neste tipo de risco. Assim, o risco rodoviário no concelho de

Alfândega da Fé reflete unicamente a perigosidade derivada de elementos externos à própria condução de veículos rodoviários. A este nível são considerados elementos associados às principais rodovias existentes no concelho, tal como a perigosidade de alguns elementos climáticos como as geadas ou os nevoeiros.

As vias que no concelho de Alfândega da Fé registam o maior número de acidentes são a EN315 e a EM576.

## X22 .ACIDENTES NO TRANSPORTE TERRESTRE DE MERCADORIAS PERIGOSAS

As mercadorias perigosas correspondem a substâncias ou preparações que devido ao seu grau de inflamabilidade, ecotoxicidade, corrosividade ou radioatividade, por derrame, emissão, incêndio ou explosão podem causar situações perigosas para o ambiente e seres humanos (PMEPC de Alfândega da Fé, 2015). O trânsito rodoviário de mercadorias perigosas em Portugal constitui cerca de 10% da totalidade de mercadorias perigosas, de acordo com o INE. Predominam os combustíveis líquidos (gasolina, gásóleo e fuelóleo) e gasosos (propano e butano).

No concelho de Alfândega da Fé não existem estabelecimentos industriais a operar com produtos perigosos, sendo por isso a principal fonte de risco os camiões cisterna que abastecem os postos de abastecimento de combustíveis situados no concelho. Neste aspeto, a EN315 e a EN215 (estradas por onde circulam este tipo de viaturas e onde a sinistralidade é mais elevada) e os atravessamentos das povoações merecem destaque.

## X23 CHEIAS E INUNDAÇÕES POR RUTURA DE BARRAGENS

A construção de barragens, apesar de todos os dispositivos e medidas de segurança adotadas, acarreta riscos que, em caso de acidente grave, têm que ser acautelados. A rutura de uma barragem, seja por colapso estrutural ou por cedência das fundações, induz uma onda de inundação a jusante que pode provocar vítimas humanas e causar elevados prejuízos materiais. O PMEPC de Alfândega da Fé identifica sete barragens no concelho, sendo que a barragem de Burga, situada maioritariamente fora do concelho, tem uma potencial influência no concelho. Contudo, a avaliação do risco é moderado com probabilidade de ocorrência baixa, primeiro pela prevenção e planeamento de segurança interno das barragens e em segundo lugar pelo reduzido número de elementos expostos ao perigo de rutura de barragens no concelho de Alfândega da Fé.

## X24 COLAPSO DE TÚNEIS, PONTES E OUTRAS INFRAESTRUTURAS

Este tipo de risco é suscetível de colocar diretamente em causa pessoas e bens, gerando ainda perturbações funcionais relevantes, que se estendem às operações de emergência e socorro.

O PMEPC de Alfândega da Fé identifica um total de 27 pontes no concelho, cujo estado de conservação destas é desconhecido, não existindo qualquer túnel rodoviário. A probabilidade de colapso de pontes é maior em alturas de precipitação abundante e/ou intensa, onde o perigo de cheia e de movimentos de massa nas vertentes é também

maior. Desta forma, o colapso de pontes pode fazer acentuar a gravidade de outras ocorrências ao dificultar a resposta das intervenções de emergência.

## X25 ACIDENTES EM INSTALAÇÕES DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS E LUBRIFICANTES

Tendo em consideração a perigosidade dos produtos envolvidos, os postos de abastecimento de combustíveis são suscetíveis à ocorrência de acidentes graves, com explosão e/ou incêndio. Desta forma, identificam-se os três postos de abastecimento de combustíveis existentes no concelho, nomeadamente nos acessos à vila de Alfândega da Fé.

## X26 INCÊNDIOS E COLAPSOS EM CENTROS HISTÓRICOS E EM EDIFÍCIOS COM ELEVADA CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL

A degradação do edificado e a evolução dos espaços urbanos aumentam os fatores de risco das construções, não só devido às condições das habitações, como também pelas condições sociais e demográficas da população que nelas habita.

Este tipo de risco são uma preocupação para as entidades de proteção civil, na medida em que podem pôr em risco a população que utiliza os edifícios para habitação ou outros fins. Neste tipo de risco, deve ter-se em consideração aspetos como a época e materiais de construção bem como o tempo de resposta a uma primeira intervenção. Este risco acarreta algumas dificuldades na consideração de elementos de perigosidade, uma vez que é necessário conhecer todos os edifícios do concelho, nomeadamente no que diz respeito ao seu estado de conservação, materiais utilizados na construção e eventuais descuidos com material inflamável. A este nível, considera-se como determinante dessa vulnerabilidade, a localização dos centros históricos (onde os edifícios são mais antigos e a circulação rodoviária mais difícil), a importância dos aglomerados populacionais e a proximidade aos meios de combate. O risco de incêndios e colapso em centros urbanos no concelho de Alfândega da Fé será mais elevado nos centros das povoações mais importantes, como é o caso da vila sede de concelho.

### X3 .RISCOS MISTOS

---

#### X31 .INCÊNDIOS RURAIS

O risco de incêndios rurais(já retratado no Capítulo IV262. - e. Risco de Incêndio ) tem uma importância relevante no concelho de Alfândega da Fé, na medida em que este tipo de ocupação cobre cerca de 64% do território concelhio.

Em termos de ordenamento do território, o risco de incêndios florestais assume uma relevância estratégica, não somente no que respeita à proteção e valorização dos recursos florestais, mas também no que respeita à

localização dos elementos em risco, como sejam a população e os seus bens. O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, estabelece que a “classificação e qualificação do solo definida no âmbito dos instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares deve refletir a cartografia de risco de incêndio” (n.º 1 do artigo 16º), não permitindo a delimitação de novos perímetros urbanos em áreas classificadas de risco alto e muito alto.

## CAPÍTULO XI – DIAGNÓSTICO

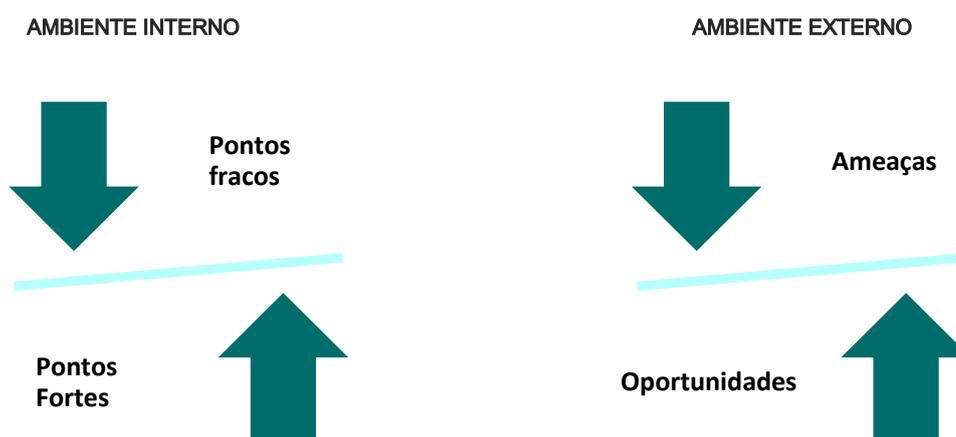
### XI1 .SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO/ ANÁLISE SWOT

---

O presente capítulo constitui um exercício de reflexão e sintetização de toda a análise apresentada até ao momento, pretendendo-se efetuar um diagnóstico geral das características ambientais, socioeconómicas, patrimoniais e de ordenamento do território existentes no concelho. Este diagnóstico será concretizado através de análise SWOT, que corresponde a:

- Método analítico para identificar e caracterizar fatores internos e externos que afetem ou possam vir a afetar uma dada organização, território ou setor económico;
- Fornece informação que ajuda a confrontar os recursos e capacidades dessa organização, território ou setor económico para operar no ambiente competitivo;
- Contributo importante no processo de planeamento estratégico.

A identificação das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças combina dois ambientes de análise fundamentais. Por um lado, o ambiente interno traduzido em Forças (características que colocam o território em vantagem relativamente a outros) e Fraquezas (características que colocam o território em desvantagem relativamente a outros). Por outro lado, o ambiente externo, que se divide em Oportunidades (elementos externos que podem ser transformados em vantagens para o território) e Ameaças (elementos externos que podem ser transformados em desvantagens para o território).



Neste contexto, nos quadros seguintes expõem-se as forças e fraquezas, as oportunidades e as ameaças para o concelho de Alfândega da Fé.

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
INTERNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede de estradas que permite estabelecer boas ligações interconcelhias, com destaque no IC5 e na proximidade ao IP2 e à A4 (ligação ao Porto).</li> <li>• A taxa bruta de natalidade apresentou um crescimento entre 2015 e 2018.</li> <li>• Aumento da taxa de atividade entre 2001 e 2011.</li> <li>• Setor terciário dominante (61%) e significativa proporção de população empregada no setor primário (17%).</li> <li>• Cerca de 81% da população residente que se desloca para trabalhar ou estudar, fá-lo dentro do concelho.</li> <li>• Aumento do número das explorações agrícolas entre 1989 e 2009 (7%).</li> <li>• Dotação de um aproveitamento hidroagrícola que se apresenta como uma mais-valia para a instalação de população agrícola.</li> <li>• Evolução favorável do número de empresas.</li> <li>• Totalidade da população servida por sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.</li> <li>• Qualidade da água para consumo humano com valores bastantes positivos (98,9% em 2017).</li> <li>• Decréscimo dos resíduos produzidos por habitante entre 2011 e 2017.</li> <li>• Existência de recursos/ valores naturais e áreas afetas à Rede Natura 2000, que constituem aspetos diferenciadores do concelho.</li> <li>• Grande qualidade paisagística do território, com interessantes horizontes visuais.</li> <li>• Diversidade de trilhos/percursos pedestres, que funcionam como elemento de valorização da paisagem.</li> <li>• Diversidade de imóveis de interesse patrimonial localizados por todo o território concelhio.</li> <li>• Atividade cinegética relevante, com 11 zonas de caça ativas.</li> <li>• Existência de 10 produtos tradicionais com DOP (denominação de origem controlada) e 8 produtos tradicionais com IG (indicação geográfica) que abrangem parcial ou totalmente o concelho.</li> <li>• Investimento já aprovado (cerca de 20 milhões de euros) para os regadios no concelho, permitindo concretizar o plano estratégico municipal para o regadio e impulsionar o setor agrícola (requalificação do regadio da barragem da Esteveinha e construção de nova barragem de Vilarchão-Parada).</li> <li>• Existência de uma empresa municipal com o objecto de desenvolvimento turístico (AlfandegaTur).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contínuo decréscimo da população residente, acompanhado por um envelhecimento generalizado da população.</li> <li>• Desequilíbrios na distribuição e fixação da população residente (destaque para a freguesia de Alfândega da Fé que detém 40% da população), e contínuo despovoamento das restantes freguesias rurais.</li> <li>• Taxa de natalidade inferior à média do contexto regional.</li> <li>• Percentagem significativa de população residente sem qualquer grau de escolaridade em comparação com as unidades territoriais em que se insere.</li> <li>• Reduzida percentagem de população com qualificações académicas superiores.</li> <li>• Taxa de atividade inferior ao registado nos contextos regional e sub-regional.</li> <li>• Evolução desfavorável da população empregada no setor primário.</li> <li>• O ganho médio mensal da população empregada no concelho apresenta-se aquém dos valores registados nos contextos regional e sub-regional.</li> <li>• Decréscimo da taxa de ocupação dos alojamentos, fixando-se abaixo dos valores médios regionais e sub-regionais.</li> <li>• Reduzida dinâmica registada nos perímetros urbanos, manifestada na sua reduzida consolidação e crescimento quase nulo.</li> <li>• Reduzida estada média (1,3) nos estabelecimentos turísticos, o que reflete alguma dificuldade na fixação dos visitantes.</li> <li>• Proporção de pessoal ao serviço nos equipamentos de saúde (médicos e enfermeiros) inferior aos valores registados nos contextos regional e sub-regional.</li> <li>• Baixa oferta de serviços do ramo hoteleiro, seguradoras, e estabelecimentos de educação, cultura e saúde.</li> <li>• Transportes públicos pouco utilizados, com apenas 11% dos movimentos pendulares.</li> <li>• A Capela de Nossa Senhora de Jerusalém (imóvel em vias de classificação) encontra-se um tanto descaracterizada, em resultado de obras ocorridas na década de 1980.</li> <li>• Das seis albufeiras de águas públicas identificadas no concelho, nenhuma apresenta Plano Especial de Ordenamento do Território aprovado.</li> </ul>

	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
EXTERNA	<ul style="list-style-type: none"> <li>Integração na CIM Terras de Trás-os-Montes, a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana e na Associação de Municípios do Baixo Sabor.</li> <li>Aproveitamento de políticas desenvolvidas à escala nacional de incentivo à natalidade.</li> <li>Oportunidade de criação de emprego em setores que se apresentam dinâmicos à escala regional e sub-regional.</li> <li>Aposta em atividades de desenvolvimento e inovação, de modo a atrair empresas e criar novos postos de trabalho.</li> <li>Possibilidade de reconversão de equipamentos, nomeadamente equipamentos escolares que encerraram.</li> <li>Crescente aposta no setor turístico à escala regional e crescimento da atividade turística e economia relacionada.</li> <li>Expressiva procura de destinos turísticos que ofereçam qualidade ambiental e grau de autenticidade elevado.</li> <li>Existência de programas de financiamento comunitário para a implementação de projetos de requalificação urbana e para iniciativas que tenham como objetivo a reabilitação e regeneração urbana.</li> <li>Possibilidade de articulação de políticas e de estratégias, assim como de estabelecimento de sinergias com a CIM Terras de Trás-os-Montes.</li> <li>Oportunidades de financiamento (exemplo do Quadro de Apoio Comunitário) que podem assumir o papel de motores de desenvolvimento do território.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevada relevância do envelhecimento da população, com tendência para o aumento da população dependente na região Norte e sub-região Terras de Trás-os-Montes.</li> <li>Desequilíbrios no que respeita ao investimento, tendo, eventualmente, repercussões na coesão territorial.</li> <li>Restrições orçamentais ao nível da administração central.</li> <li>Tendência de emigração à escala nacional, com destaque para a população mais jovem e com graus de escolaridade mais elevados.</li> <li>Concorrência de outros destinos turísticos com elevada oferta de património e história.</li> <li>Efeitos das alterações climáticas que poderão aumentar a vulnerabilidade e agravar os riscos com incidência no território concelhio.</li> <li>Risco de perda de produção/funcionalidade de infraestruturas, relacionados com fenómenos meteorológicos extremos que, a par com o reduzido e incerto rendimento, constituem ameaças à atração de população ao setor agrícola.</li> </ul>

A realização de uma matriz SWOT inicia-se dos diferentes fatores observados no presente relatório, surgindo posteriormente a possibilidade de realização de um texto analítico que cruze as variáveis de fatores internos e externos, no sentido de delinear uma estratégia que suporte a proposta do plano.

Desta forma, observando o conjunto concelhio segundo as suas **potencialidades** (que correspondem a um cruzamento entre as forças e oportunidades) verifica-se que uma das suas grandes valências é a sua localização no espaço rural. Este valor intrínseco pode acrescentar diversos fatores de potencialidade ao concelho no que diz respeito ao turismo, à paisagem, aos recursos naturais, e à economia, onde o setor primário ainda é relevante e tem potencial para se desenvolver. No entanto, será necessário e indispensável que se reforcem mecanismos capazes de exploração deste recurso, sendo necessário para isso a atração e fixação de população, integrando as

diversas faixas etárias. Desta forma, é essencial garantir a coesão social e a melhoria da qualidade de vida da população, constituindo novos fatores de atração para a fixação de população no concelho.

Nesta parte das potencialidades importa ainda realçar as oportunidades criadas pela nova albufeira do Baixo Sabor, nomeadamente ao nível do turismo, que pode servir de diversificação da base económica do concelho.

Seguidamente analisa-se o concelho em relação aos seus **constrangimentos** (que realizam um cruzamento entre as fraquezas e oportunidades) e constata-se que a maioria das fraquezas do concelho de Alfândega da Fé se confunde com o paradigma da região, ou seja, que há uma matriz comum entre os dois no que respeita ao decréscimo, envelhecimento, abandono populacional e ao êxodo rural, o que se pode de certa forma justificar também com as restrições orçamentais públicas aplicadas nos últimos anos em relação à crise económica. No entanto surgem algumas oportunidades que se pendem essencialmente por uma crescente procura das Terras de Trás-os-Montes, alicerçada no reforço das acessibilidades, como local de estabelecimento de sinergias entre os vários territórios, e a nova geração de planos e programas que permitem um melhoramento nas questões de ordenamento do território. Desta forma, urge ao concelho pensar em formas de dinamização, diversidade e sustentabilidade que mitiguem estes efeitos no sentido de programarem as suas ações, que se distingam dos outros concelhos que também beneficiam destes fatores geográficos e que, portanto, são competidores naturais do concelho de Alfândega da Fé.

Realizando a análise segundo as **vulnerabilidades** (que se obtêm num cruzamento entre as forças e ameaças), observa-se que o município ao aumentar o número de alojamentos disponíveis para residência, pretende que a fixação da população se processe naturalmente. Contudo, dado que a crise económica foi há relativamente pouco tempo e a localização do concelho ainda constitui um fator negativo quando comparada com outras regiões, esta é uma das maiores vulnerabilidades para as pretensões de Alfândega da Fé. Não obstante, e dado o potencial turístico da região, outra vulnerabilidade é a aposta do investimento público noutras regiões que também têm como recurso os espaços rurais. Assim, uma forma de contornar estes problemas pode passar pela valorização dos recursos naturais, empenhando a identidade do território o seu património e cultura traduzindo-se de uma forma singular e independente em relação a concorrentes.

Para finalizar, é necessária também a identificação dos **problemas** (cruzamento entre fraquezas e ameaças), e aqui descobre-se o espelho de um país em que cada vez mais tem dificuldade em lidar com o problema da desertificação dos concelhos do interior, e apresenta-se também em Alfândega da Fé o crescente envelhecimento populacional, aliado a uma baixa taxa de natalidade, a um decréscimo populacional e ao êxodo rural. Desta feita, o concelho terá de criar programas que beneficiem a fixação de jovens no concelho, e publicitar o investimento nos seus recursos naturais, de forma a dinamizar a sua produção agrícola, como forma de fixação no meio rural, sob pena de funcionar como passagem e ligação entre os territórios.

## CAPÍTULO XII .BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, C. (2001), Flora e vegetação da Serra da Nogueira e do Parque Natural de Montesinho. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.
- AGUIAR C., Honrado J. & Silva R.A. (2000): Bosques primitivos do Norte de Portugal. Resumos das IV Jornadas do Quaternário. FLUP, Porto, 35.
- ALONSO, M. et al. (2004), Guia para la elaboración de estudios del medio físico – Contenido y metodología, Séries monográficas, 5ª reimpressão, Ministerio Fomento, Centro de Publicaciones, Madrid.
- Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (1993), Plano Diretor Municipal de Alfândega da Fé - Proposta de Plano. Parte II - Elementos Complementares e Anexos do Plano.
- BETTENCOURT et al. (1874), Diccionario Corografico de Portugal com suas divisões Administrativas, Judicial, Ecclesiastica e militar. Lisboa.2ª ed.
- Cabral J. (1995), Neotectónica em Portugal Continental, Memórias do Instituto Geológico e Mineiro. Lisboa.
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé (2009), Volume I – Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM. GeoAtributo, Lda, Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé (2013), Memória Descritiva da Proposta de Delimitação da REN do Concelho de Alfândega da Fé. GeoAtributo, Lda, Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé (2013), Relatório do Plano, Revisão do PDM. GeoAtributo, Lda, Câmara Municipal de Alfândega da Fé.
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé (2015), Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. Serviço municipal de Proteção Civil de Alfândega da Fé. Alfândega da Fé.
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé (2008), Carta Educativa – Plano estratégico Educativo Municipal. Alfândega da Fé.
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé (2017), Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios 2017 - 2021. Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- Câmara Municipal de Alfândega da Fé (2009), Levantamento dos Povoamentos de Sobreiros e Azinheira – Relatório SIG. Gabinete Técnico Florestal. Alfândega da Fé.
- CANCELA d'Abreu, A. (1989), Caracterização do sistema biofísico com vista ao ordenamento do território, tese de Doutoramento, Universidade de Évora, Évora.
- CANGUEIRO J. (1991), Planos Diretores Municipais; A reserva ecológica nacional, Direção Regional do Ambiente e Recursos Naturais, Porto.
- CARDOSO, P. Luiz (1747-1751), Dicionário Geográfico (Memórias Paroquiais), Lisboa Edição.
- CARRILHO, Maria José (2002), Evolução Demográfica no Período Intercensitário 1991 – 2001, Instituto Nacional de Estatística, Departamento das Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- CERQUEIRA, J. (2001), Solos e clima em Portugal, 2ª edição, Clássica Editora, Lisboa.

- COSTA J.C., Aguiar C., Capelo J.H., Lousã M. & Neto C. (1998): Biogeografia de Portugal Continental. Quercetea, 0, 5-56.
- DAVEAU Suzanne (1985), Mapas climáticos de Portugal: nevoeiro e nebulosidade; contrastes térmicos. Memórias, 7, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- DAVEAU Suzanne, COELHO C., COSTA V. & CARVALHO L. (1977), Répartition et rythme des précipitations au Portugal. Memórias, 3, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.
- DAVEAU, Suzanne et al. (1994), Geografia de Portugal; II O Ritmo Climático e a Paisagem, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- DAVEAU, Suzanne (2000), Portugal Geográfico, Ed. João Sá da Costa, Lisboa.
- DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2006), Servidões e restrições de utilidade pública, 4ª edição, revista atualizada, Lisboa.
- DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2000), Vocabulário do ordenamento do território, Lisboa.
- DIAS, Maria Helena (1995), Os Mapas em Portugal: da tradição aos novos rumos da Cartografia, Edição Cosmos, Lisboa.
- Direção-Geral do Território (2019), Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental de 2010 e 2015.
- Direção-Geral do Território (2018), Carta Administrativa Oficial de Portugal Continental (CAOP) 2018.
- GARCÍA, Felipe Fernández (1996), Manual de climatología Aplicada: clima, medio ambiente y planificación, Editorial síntesis, Madrid.
- GONÇALVES D. (1985), Contribuição para o estudo do clima da bacia superior do rio Sabor. Influência da circulação geral e regional na estrutura da baixa atmosfera. Tese de Doutoramento, Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- HONRADO J., Aguiar C., Caldas F.B., Silva R.A. & Capelo J.H. (2001), Paleoclimatic relicts and climatic disjunctions in the flora of northern Portugal. Estudos do Quaternário, 4, 49-60.
- IEFP (2011), Desemprego registado por Concelho – Estatísticas Mensais. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., janeiro de 2011, Lisboa, Portugal.
- IEFP (2012), Desemprego registado por Concelho – Estatísticas Mensais. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., janeiro de 2012, Lisboa, Portugal.
- IEFP (2013), Desemprego registado por Concelho – Estatísticas Mensais. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., janeiro de 2013, Lisboa, Portugal.
- IEFP (2014), Desemprego registado por Concelho – Estatísticas Mensais. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., janeiro de 2014, Lisboa, Portugal.
- IEFP (2015), Desemprego registado por Concelho – Estatísticas Mensais. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., janeiro de 2015, Lisboa, Portugal.
- IEFP (2016), Desemprego registado por Concelho – Estatísticas Mensais. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., janeiro de 2016, Lisboa, Portugal.

- IEFP (2017), Desemprego registado por Concelho – Estatísticas Mensais. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., janeiro de 2017, Lisboa, Portugal.
- IEFP (2018), Desemprego registado por Concelho – Estatísticas Mensais. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., janeiro de 2018, Lisboa, Portugal.
- IEFP (2019), Desemprego registado por Concelho – Estatísticas Mensais. Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., janeiro de 2019, Lisboa, Portugal.
- INE (2019), XII, XIII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e Habitação. Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2019), Recenseamento Agrícola (1999, 2009). Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto de Conservação da Natureza (ICN). (2006). Plano Setorial da Rede Natura 2000. Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) e Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) (1999), Indicadores urbanos do continente, Lisboa.
- MAGALHÃES, Manuela Raposo, (2001), A Arquitetura Paisagista – morfologia e complexidade, Editorial Estampa, Lisboa.
- Martínez Catalán J.R., Martínez Poyatos D. & Bea F. (Coords.) (2004), Zona Centroibérica. In J.A. VERA (Ed.) Geología de España, SGE-IGME, Madrid, 68-133.
- MARTIN-SERRANO A. (1988), El relieve de la región occidental zamorana. La evolución geomorfológica de un borde del macizo Hespérico, Instituto de Estudios Zamoranos “Florian de Ocampo”, Zamora, 311 p.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1996), Geografia de Portugal, ambiente natural e ocupação humana uma introdução, Editorial Estampa, Lisboa.
- MEDEIROS, Carlos Alberto et al. (2005), Geografia de Portugal – O Ambiente Físico, Círculo de Leitores, Lisboa.
- MSUE (2011), Edificação e Urbanização na região Norte – Mapa da Situação Urbanística Existente, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Logica, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Geografia, Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, novembro de 2011, Portugal.
- NAZARETH, J. Manuel (2004), Demografia: a ciência da população. Editorial Presença. Lisboa.
- PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (1999), Introdução ao Ordenamento do Território, Universidade Aberta, Lisboa
- D'HAINAUT, Louis (1997), Conceitos e Métodos da Estatística, Vol. I: Uma Variável a uma Dimensão, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- PARTIDÁRIO, Maria do Rosário (2000), Indicadores de qualidade do ambiente urbano, coleção estudos 4, DGOTDU, Lisboa.
- PEREIRA D.I. (1997), Sedimentologia e estratigrafia do Cenozóico de Trás-os-Montes Oriental (NE Portugal). Tese de Doutoramento. Universidade do Minho. Braga.
- PEREIRA D.I. (2004), Dos aspetos gerais a algumas particularidades da geomorfologia do Nordeste Transmontano e do Alto Douro. In M.A. Araújo & A. Gomes (Eds.) Geomorfologia do NW da Península Ibérica, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEDES.

- PEREIRA E. (Coord.) (2006), Notícia explicativa da folha 2 da Carta Geológica de Portugal, na escala 1:200.000, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa.
- PEREIRA P. (2006), Património geomorfológico: conceptualização, avaliação e divulgação. Aplicação ao Parque Natural de Montesinho. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- REIS, Elisabeth (2002), Estatística Descritiva, Edições Sílabo, Lisboa.
- RIBEIRO A., Antunes M.T., Ferreira M.P., Rocha R., Soares A.F., Zbyszewski G., Moitinho de Almeida F., Carvalho D. & Monteiro J.H. (1979), Introduction à la géologie générale du Portugal, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- RIBEIRO O., LAUTENSACH H. & DAVEAU S. (1988), Geografia de Portugal. Volume 2 – O Ritmo Climático e a Paisagem. Editora João Sá da Costa, Lisboa.
- RIBEIRO, O., Lautensach, H. & Daveau, S. (1987), Geografia de Portugal. Volume 1 – A posição geográfica e o território. Editora João Sá da Costa, Lisboa, 334 p.
- RIBEIRO, Orlando; Lautensach, Herman; Daveau, Suzanne (1994), Geografia de Portugal, volumes I, II, III e IV, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- SILVA A.F., REBELO J. & RIBEIRO L. (1989), Notícia explicativa da folha 11-C (Torre de Moncorvo) da Carta Geológica de Portugal, na escala 1:50.000, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 65 p.
- SILVA, Ana Alexandrino (2006), Gráficos e mapas – representação de informação estatística. LIDEL, edições técnicas, Lda. Lisboa.
- SUMMERFIELD, Michael A. (1991), Global Geomorphology, Longman.
- Turismo do Porto e Norte de Portugal (2015), Estratégia de Marketing Turístico do Porto e Norte de Portugal, Horizonte 2015 – 2020. Turismo do Porto e Norte de Portugal, novembro, 2015, Castelo Santiago da Barra, Viana do Castelo, Portugal.
- Turismo de Portugal (2017), Estratégia Turismo 2027 – Liderar o Turismo do Futuro. Turismo de Portugal, I.P., março, 2017, Portugal.

## SÍTIOS

Agência Portuguesa do Ambiente: <https://apambiente.pt/index.php>

Câmara municipal de Alfândega da Fé <http://www.cm-alfandegadafe.pt/>

Carta Social: <http://www.cartasocial.pt/>

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte <http://www.ccdr-norte.pt>

Comunidade Intermunicipal – CIM Terras de Trás-os-Montes: <http://cim-ttm.pt/>

Diário da República eletrónico <http://dre.pt/>

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural: <https://www.dgadr.gov.pt/>

Direção-Geral de Energia e Geologia: <http://www.dgeg.gov.pt/>

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano <http://www.dgotdu.pt>

Direção-Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos <http://www.ersar.pt>

Infraestruturas de Portugal: <http://www.infraestruturasdeportugal.pt/>

Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta: <https://www.icnf.pt/>

Instituto do Emprego e Formação Profissional: <https://www.iefp.pt/>

Instituto dos Vinhos do Douro e Porto: <https://www.ivdp.pt/>

Instituto Nacional de Estatística <http://www.ine.pt/>

PORDATA: <https://www.pordata.pt/Home>

Registo Nacional de Turismo: <https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/ConsultaAoRegisto.aspx>

Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos <http://snirh.pt>

Turismo de Portugal: <https://www.turismodeportugal.pt/pt/Paginas/homepage.aspx>

## DOCUMENTOS LEGAIS

Decreto de 24 de dezembro de 1901 – Enquadra o Regime Florestal

Decreto n.º 8/83, de 24 de janeiro – Classifica vários imóveis como de interesse público e como valores concelhios.

Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro – Estabelece as restrições básicas ou níveis de referência referentes à exposição humana a campos eletromagnéticos derivados de linhas, instalações e demais equipamentos de alta e muito alta tensão, regulamentando a Lei n.º 30/2010, de 2 de setembro.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro – Aprova o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 169/89, de 14 de junho.

Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de março – Aprova o regulamento das águas minerais.

Decreto-Lei n.º 90/90, de 16 de março – Disciplina o regime geral de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos.

Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março – Aprova o regime de proteção das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação – No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 12/2006, de 4 de abril, estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho – Cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.

Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho – Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.

Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho – Estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificadas, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 110/2012, de 21 de maio – Estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público.

Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de novembro – No uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de julho, aprova o Código Florestal.

Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril – Estabelece nova regulamentação para a correta e atempada demarcação da propriedade e uma eficiente guarda e conservação dos sinais geodésicos e cadastrais, em substituição do regime estabelecido pelo ultrapassado Decreto-Lei n.º 36505, de 11 de setembro de 1947.

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, retificado pela Declaração de Retificação n.º 63-B/2008, de 21 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, n.º 96/2013, de 19 de julho e n.º 80/2015, de 14 de maio – Aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e revoga o Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de março.

Decreto-Lei n.º 169/2001, e 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho e Despacho Normativo n.º 2/2014, de 29 de janeiro – Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira.

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de outubro, alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 12/2003, de 16 de agosto – Redefine o Plano Rodoviário Nacional (PRN) e cria estradas regionais.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 265/2012, de 28 de dezembro – estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na sua redação atual – Regula a ocupação do solo objeto de incêndio florestal.

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro – Aprova a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3.

Decreto-Lei n.º 384-B/99, de 23 de setembro – Cria diversas zonas de proteção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das Diretivas n.ºs 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio.

Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de maio – Sujeita a servidões administrativas, denominadas radioelétricas, bem como a outras restrições de utilidade pública, as zonas confinantes com os centros radioelétricos nacionais que prossigam fins de reconhecida utilidade pública.

Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, alterado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro – Cria um regime especial das expropriações necessárias à realização de infraestruturas que integram candidaturas beneficiárias de co-financiamento por fundos comunitários, bem como das infraestruturas afetas ao desenvolvimento de plataformas logísticas, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 31/2010, de 2 de setembro.

Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto – Altera o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Decreto – Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro – Aprova o Regulamento de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão.

Deliberação do ICNF n.º 717/2017, de 27 de julho – Atribuição das áreas protegidas de interesse nacional, dos sítios e zonas de proteção especial da Rede Natura 2000 e das áreas florestais sob gestão do ICNF, I.P., aos departamentos de conservação da natureza e florestas.

Despacho n.º 8383/2010, de 18 de maio – Determina a constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo, a favor das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., sobre parcelas de terreno localizadas nas freguesias de Alfândega da Fé,

Sambade e Vales, concelho de Alfândega da Fé, com vista à implantação da conduta adutora do subsistema de abastecimento de água de Sambade.

Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, alterado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro – Aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro – Aprova o regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público e revoga o Decreto-Lei n.º 28468, de 15 de fevereiro de 1938.

Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, na sua atual redação – Estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro – Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua redação atual – Aprova o Código das Expropriações.

Lei n.º 211, de 19 de agosto de 1961, alterada pelo Decreto-Lei n.º 360/77, de 1 de setembro – Regulamento Geral das Estradas e Caminhos Municipais.

Portaria n.º 57/2009, de 11 de fevereiro – Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD).

Portaria n.º 156/2015, de 28 de maio – Aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do município de Alfândega da Fé.

Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março – Fixa os parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva.

Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio – Determina a reclassificação das albufeiras de águas públicas de serviço público.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho – Aprova o Plano Setorial da Rede \_Natura 2000 relativo ao território continental.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto – Aprova a lista nacional de sítios (1.ª fase) prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de agosto (transpõe para o direito interno a Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens).

## .ANEXOS

## XII2 ANEXO I – IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

### CÓDIGO

	Designação	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO, MATRIZ DE SAMBADE
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Sambade
	Acesso	Ao correr da EN315, dentro da freguesia de Sambade.
P01	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal composta por cinco corpos de diferentes alturas e de volumes articulados, numa disposição horizontal, constituindo a nave, capela-mor mais estreita e baixa, torre sineira e sacristia no lado esquerdo, e um anexo, designado Casa das Almas, no lado direito. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, percorridas por embasamento de cantaria, com cunhais apilastrados, rematados por pináculos, e remates em friso e cornija. Coberturas diferenciadas, em telha de aba e canudo, de duas águas no corpo da igreja e na cabeceira, de três águas no anexo e quatro na sacristia.</p> <p>Fachada principal virada a O., com portal em arco abatido, moldurado e ladeado por duas colunas de fuste liso e capitéis coríntios e remate em frontão semicircular interrompido, com uma vieira no centro do tímpano e de onde irrompe uma janela gradeada, de contornos curvos, igualmente rematada por cornija saliente. Um friso e cornija, encurvados na zona central, marcam o arranque da empena de lanços, por seu turno, com cornija e cruz latina na zona central.</p> <p>Construída aproximadamente no século XVIII/ XIX.</p>
	Designação	CAPELA DE SÃO BERNANRDINO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Gebelim e Soeima
P02	Acesso	No sentido Gebelim a Chacim, até que se vira à esquerda num cruzamento, com direção ao cimo da montanha, a 1km da povoação.
	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal composta por nave retangular e capela-mor, tendo a N. a sacristia, também de planta quadrangular e, a S., um alpendre retangular. Os volumes são articulados e possuem uma disposição horizontal. Coberturas diferenciadas em telhado de duas águas, que se prolonga a uma no corpo da sacristia, e a três águas sobre o alpendre, com telha de aba e canudo. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, percorridas por embasamento, exceto na sacristia, circunscritas por pilastras toscanas e remates em friso e cornija. A fachada principal voltada a O.,</p> <p>é dominada por ampla porta de verga reta, enquadrada por pilastras estriadas com capitéis lisos que</p>

animam os seus pés-direitos e têm, de cada lado, uma fresta retangular horizontal gradeada, no interior; porta de madeira apainelada. O conjunto é sobrepujado por em entablamento de arquitrave lisa e cornija saliente que sustenta um frontão sensivelmente triangular, interrompido nos vértices por volutas, o superior com medalhão florido, ladeado por pirâmides boleadas dispostas no eixo das pilastras. O frontão ostenta, no seu interior, um nicho em semicúpula em forma de vieira, atualmente vazio. A truncar a empena, uma sineira de volta perfeita com cornija e cruz latina no topo. Os cunhais da fachada são de cantaria com pináculos piramidais.

Construída aproximadamente no século XVIII.

	Designação	CAPELA DE NOSSA SENHORA DE JERUSALÉM
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
P03	Acesso	Monte sobranceiro a Sendim da Serra, a 4km de caminho de terra batida.
	Descrição Sumária	<p>Capela de planta simples com cobertura exterior de duas águas. A fachada apresenta uma porta de volta perfeita com as aduelas do arco tipo pedra almofadada. Por cima e independente da porta surge um frontão semicircular interrompido, donde irrompe um nicho com pilastras adossadas, sobrepujado por frontão triangular. No topo e na vertical da porta um pequeno sino. Os cantos da fachada são servidos por dois cunhais de pedra com dois remates de formato piramidal.</p> <p>Construída aproximadamente no século XIX.</p>
	Designação	CASA DOS VISCONDES DE VALPEREIRO, PORTAL, TERREIRO E ANEXOS AGRÍCOLAS
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Bom
P04	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XIX.
	Designação	TORRE DO RELÓGIO
	Tipologia	Arquitetura Militar
P05	Estado de Conservação	Regular
	Localização	Alfândega da Fé

	Acesso	Rua do Relógio.
	Descrição Sumária	Torre de planta quadrangular, de massa simples, coberta por telhado de quatro águas, formando coruchéu piramidal, encimado por cata-vento. Fachadas em aparelho de alvenaria de xisto, com as juntas avivadas a branco, estreitando da base para o topo, característica que é acentuada pelo escalonamento que apresenta a 3/4 da altura, tornando-se mais estreita no último registo.  Construída aproximadamente no século XVIII.
P06	Designação	CAPELA DE SANTO AMARO (LEGOÍNHA)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Mau
	Localização	Vilar Chão
	Acesso	Legoinha.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XVIII/ XX
P07	Designação	CAPELA DE SÃO GERALDO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
	Acesso	Situada a 2km a norte da povoação, numa encosta.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P08	Designação	SOLAR DO MORGADO DE VILARELHOS
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Vilarelhos
	Acesso	Vilarelhos, núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Planta composta em U integrando capela no ângulo SE., com pátio interior ladeado por muro pelo lado S. dispondo de portal de acesso. Edifícios de função agrícola adossam-se às alas do edifício desenvolvendo-se para o lado oposto à fachada principal. Um muro corre também pelo lado N. cercando espaço de jardim. Volumes articulados no solar e na capela, cobertura diferenciada em quatro, três e duas águas no edifício central, capela e edifícios anexos. Fachada principal orientada

a E. flanqueada a S. por capela, sendo as outras duas alas do solar orientadas a N. e S.

Construído aproximadamente no século XVIII.

P09	Designação	ENTRADA DA ANTIGA CAPELA DA CASA DOS TÁVORAS
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Rua 13 de janeiro, n.º 68.
Descrição Sumária	<p>Edifício de planta retangular segmentada, com fachada principal de 1 ou 2 pisos adaptados ao pendor do terreno. Cobertura em telhado de 2 águas sobre cornija de estuque com três frisos ondulantes sobrepostos. Fachada principal de 2 corpos separados por habitação recente que interrompeu a continuidade do solar.</p> <p>Construída aproximadamente no século XVIII/ XIX/ XX.</p>	
P10	Designação	CASA GRANDE (EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ)
	Tipologia	Arquitetura Administrativa/ Edifício Público
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Largo D. Dinis.
Descrição Sumária	<p>Planta em U irregular com corpo recente envidraçado, retangular, disposto na fachada posterior. Volumes articulados com coberturas diferenciadas em telhados de quatro águas e de várias águas no torreão. Fachadas rebocadas e pintadas, de três pisos, separados por faixa de cantaria ou por friso, com cunhais apilastrados, terminadas em friso e cornija e rasgadas regularmente por vãos retilíneos, com molduras formando ligeiro recorte lateral e com caixilharia de duas folhas e bandeira. Fachada principal formando gaveto virado a SE., com o piso térreo formando ligeiro talude, sobretudo na zona do ângulo, e revestido a cantaria em falso rusticado e com zonas das arestas em cantaria. No gaveto abrem-se, ao nível do piso térreo, porta entre duas janelas de peitoril, no segundo três janelas semelhantes e no terceiro varanda facetada, com arquitrave apoiada em duas colunas de fuste liso, assente em balaustrada de cantaria e acrotérios; à varanda, com teto de madeira de apainelados, acedem duas portas-janelas. Sobre esta zona, ergue-se torreão facetado, sensivelmente recuado, superiormente percorrido por friso de azulejos figurativos, policromos, com motivos florais, protegido por aba corrida de madeira, assente em falsas mísulas de madeira dispostas em ritmo equidistante.</p> <p>Construída aproximadamente no século XX.</p>	

P11	Designação	EDIFÍCIO DOS ANTIGOS PAÇOS DO CONCELHO/ TRIBUNAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ
	Tipologia	Arquitetura Administrativa/ Edifício Público
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Praça do Município.
	Descrição Sumária	Urbano, isolado. Junto à fachada lateral desenvolve-se o Jardim Joaquim Cândido de Mendonça, com parque infantil e coreto central. Junto à fachada posterior possui espaço calçadado, com bancos de jardim.  Construído aproximadamente no século XX.
P12	Designação	CASA DA CULTURA DE ALFÂNDEGA DA FÉ
	Tipologia	Arquitetura Administrativa/ Edifício Público
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Largo da Capela de S. Sebastião.
	Descrição Sumária	Construída no século XXI.
P13	Designação	LAGAR D'EL REI
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Mau
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Praça do Município.
	Descrição Sumária	É um edifício de planta retangular com três portas fronhas e pequenos postigos. As esquinas são de pedra lavrada ao gosto barroco, que denuncia a sua origem. O telhado atual é de duas águas. Não devia ter sido essa a sua configuração original. No seu interior encontram-se numerosos mecanismos do moinho e do lagar, cuja valia é inquestionável, constituindo excelentes exemplos de arqueologia industrial. O edifício serviu durante parte do século XX de armazém e comércio. Os cunhais, ombreiras, padieiras e soleiras são em granito e a alvenaria do edifício é em xisto da região. Fazia parte deste complexo o Portal que serve de entrada para o terreiro da Casa dos Mendonça, atuais proprietários deste edifício.  Construído aproximadamente no século XVI ou XVII (anterior a 1758).

	Designação	ESCOLA PRIMÁRIA (TIPOLOGIA ADÃES BERMUDES)
	Tipologia	Arquitetura Administrativa/ Edifícios Público
P14	Estado de Conservação	Mau
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Travessa da Carreira da Bola em Alfândega da Fé.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	ESCOLA PRIMÁRIA (TIPOLOGIA ADÃES BERMUDES)
	Tipologia	Arquitetura Administrativa/ Edifícios Público
P15	Estado de Conservação	Mau
	Localização	Vilarelhos
	Acesso	Largo da Escola Primária.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	SOLAR DE SANTA JUSTA
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Mau
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	Santa Justa, interior do núcleo norte da aldeia.
P16	Descrição Sumária	<p>Planta retangular composta adossando capela levemente recuada em relação à fachada do edifício virada a S. Entre o corpo principal do solar e a capela interpõe-se pano de parede também ele recuado. Volumes articulados com coberturas diferenciadas em telhados de três águas na ala O. e duas águas na ala E. e capela. O solar, atualmente dividido em dois corpos, recebeu obras no lado O., que confina com o jardim e que funciona como casa independente. A fachada principal apresenta 3 portas no 1º piso e um vão de pequena dimensão. No 2º piso rasgam-se 5 janelas 2 das quais, que se situam sobre as portas, são de sacada com pequeno balcão. É rematada por cornija. A ala recentemente reformada recebeu pintura a branco enquanto o resto do edifício mantém a pintura a amarelo ocre bem como o pano de parede recuado que apresenta porta no 1º piso e janela no 2º. A capela tem portal de vão reto sobrepujado por frontão com volutas, encimado por pináculos laterais e interrompido por cruz latina ao centro. Sobre o frontão um óculo quadrilobado. A empena truncada é rematada por cornija encimada ao centro por uma sineira. Uma gárgula e um pináculo encimam cada uma das pilastras laterais.</p>

Construído aproximadamente no século XVIII.

P17	Designação	CASAS SOLARENGAS, CRUZEIRO DE SÃO ROQUE E FONTE DE MERGULHO
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Vilares da Vilariça
	Acesso	Vilares de Baixo, no centro da aldeia.
	Descrição Sumária	<p>Conjunto constituído por cruzeiro no centro do largo, fonte de mergulho integrada em parede avançada em relação ao frontispício de casa de boa construção, pela própria casa e por casa fronteira, no ângulo NO. do largo. Edifício de planta retangular, com alçados de dois pisos, rebocadas a branco, com cunhais apilastrados e molduras dos vãos graníticos; cobertura de telha a quatro águas. Frontispício virado ao largo no qual se abre fresta e duas portas no 1º registo. Houve necessidade de construir as escadas de acesso à porta mais a O. para vencer o desnível do terreno.</p> <p>Construídas aproximadamente no século XVIII e XIX.</p>
P18	Designação	CASA BRASONADA
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Vilar Chão
	Acesso	Núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Construída em 1760.
P19	Designação	CASA, EIRA E FONTE (COLMEAIS)
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Mau
	Localização	Vilares da Vilariça
	Acesso	Lugar de Colmeais – freguesia de Vilares da Vilariça.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P20	Designação	QUINTA DO BARRACÃO DA VILARIÇA
	Tipologia	Arquitetura Civil

	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Vilarelhos
	Acesso	A 2km a sudoeste de Vilarelhos, a 1km da EN102.
	Descrição Sumária	Foi estalagem do séc. XIX, como comprovam documentos existentes no Museu de Vila Flor, que dão notícia da inauguração da "Estalagem do Barracão" em 1850. Parece que desde sempre esta casa teve como vocação acolher viajantes. 1 km da casa passa a N102 a Caminho da aldeia da Trindade e Macedo de Cavaleiros, que fazia parte do percurso dos "Caminhos de Santiago", havendo mesmo a 2 km a aldeia de Lodões que era um local privilegiado de peregrinação com a capela consagrada a Santiago.
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE VALVERDE/ IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P21	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	Rua da Portela.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE AGROBOM
	Tipologia	Arquitetura religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
P22	Acesso	A partir de Alfândega da Fé pela EN215, em direção a Mogadouro, após 22km, à esquerda por Estrada Municipal em direção a Agrobom.
	Descrição Sumária	Planta longitudinal, composta por nave única, capela-mor e sacristia adossada a S. Volumes escalonados com coberturas diferenciadas, em telhados de 2 águas na igreja e de 1 na sacristia. Fachadas em alvenaria rebocada e pintada a branco, com embasamento marcado por faixa pintada a cinzento. Fachada principal revestida a azulejo monocromático, orientada a O, enquadrada por pilastras rematadas por duplo capitel e encimadas por pináculos, terminada em empena ondulada, truncada por campanário, de 2 ventanas de arco pleno, rematado em cornija e coroado por cruz de trevo ladeada por pináculos.
	Designação	IGREJA MATRIZ DE ALFÂNDEGA DA FÉ/ IGREJA DE SÃO PEDRO
P23	Tipologia	Arquitetura Religiosa

	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Rua do Adro da Igreja.
	Descrição Sumária	Planta longitudinal composta de nave e capela-mor, mais estreita e mais alta, tendo adossado à fachada lateral esquerda torre sineira quadrangular, sacristia e anexo retangulares. Volumes articulados com coberturas diferenciadas em telhados de duas águas na igreja, a da capela-mor mais alta, de uma água nos anexos e de quatro na torre, rematadas em beirada simples. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, a igreja com embasamento de cantaria, à exceção da fachada principal e da torre sineira que é em cantaria aparente, terminadas em cornija e com cunhais coroados por pináculos piramidais sobre acrotério. Fachada principal virada a O.
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE EUCÍSIA/ IGREJA DE SÃO PAIO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	Rua do Vale
P24	Descrição Sumária	Planta longitudinal simples, com nave, capela-mor e sacristia de planta retangular, adossada a S. Volumes escalonados com coberturas diferenciadas, em telhado de duas águas na igreja e de três na sacristia. Fachadas em alvenaria rebocada e pintada a branco, com embasamento marcado por faixa pintada a cinzento, circunscritas por cunhais apilastrados, pintados de cinzento, exceto na principal, e rematadas por frisos e cornijas em cantaria de granito. Fachada principal voltada a O, com embasamento em cantaria, enquadrada por cunhais apilastrados encimados por fogaréus e remate em empena contracurvada, truncada por sineira de duas ventanas em arco de volta perfeita, rematado em cornija e coroado por cruz sobre pedestal, ladeada por fogaréus. Portal axial em arco abatido, com moldura e cornija recortada que se interliga ao óculo oval que se lhe sobrepõe, também com moldura e com remate em cornija; possui porta de duas folhas e bandeira, com apainelados decorados com elementos geométricos e o Sol, surgindo, superiormente, a data "1882".  Construída aproximadamente no século XVIII e XIX.
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE FERRADOSA/ IGREJA DE SANTO AMARO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P25	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acesso	Avenida da Igreja.

	Descrição Sumária	Construída em 1706.
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE GOUVEIA/ IGREJA DE SÃO BARTOLOMEU
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
P26	Acesso	A partir de Alfândega da Fé, pela EN215, em direção a Torre de Moncorvo; após 6km, à esquerda, por Estrada Municipal, em direção a Gouveia.
	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal simples, com nave e capela-mor mais estreita e baixa, com torre sineira de planta quadrada adossada a S. e sacristia retangular adossada a N. Volumes escalonados, com coberturas diferenciadas em telhados de duas águas na igreja, de uma na sacristia e de coruchéu piramidal na torre. Fachadas em alvenaria rebocada e pintada a branco, com embasamento marcado por faixa pintada a creme, cunhais apilastrados com duplo capitel, firmados por pináculos, rematadas por frisos e cornijas em cantaria de granito.</p> <p>Construída aproximadamente no século XVII/ XX.</p>
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE POMBAL
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
P27	Localização	União das freguesias de Pombal e Vales
	Acesso	Nada definido.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE SALDONHA/ IGREJA DE SÃO MARTINHO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
P28	Localização	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
	Acesso	Junto ao Cemitério.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P29	Designação	IGREJA MATRIZ DE SENDIM DA RIBEIRA

	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
	Acesso	Acesso a partir de Alfândega da Fé, pela EN315 até ao cruzamento para Sendim da Ribeira, no extremo este da povoação.
	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal composta por nave, capela-mor mais estreita e sacristia adossada à fachada lateral esquerda, de volumes articulados com pé direito superior na capela-mor e cobertura diferenciada em telhado de duas águas, na igreja e de uma na sacristia. Fachadas em alvenaria de granito, rebocadas e pintadas de branco e terminadas em cornija no corpo da capela-mor. Fachada principal voltada a O., com pináculo piramidais sobre os cunhais e empena alteada relativamente à cornija e truncada por sineira de dupla ventana, em arco de volta perfeita, terminada por cornija e coroada por cruz latina de ferro ladeada por pináculos piramidais; portal de verga reta, sobrepujado por janelão em arco abatido e moldura de cantaria retilínea.</p> <p>Construída aproximadamente no século XVII/ XVIII.</p>
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE SENDIM DA SERRA/ IGREJA DE SÃO LOURENÇO
P30	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acesso	Junto ao Cemitério
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE SOEIMA/ IGREJA DE SÃO PELÁGIO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Gebelim e Soeima
P31	Acesso	A partir de Alfândega da Fé, pela EN315, em direção a Mirandela; após 10km, à direita, por Estrada Municipal, em direção a Soeima.
	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal, composta por nave única, capela-mor e sacristia, de planta quadrangular, adossada a S. Volumes escalonados com coberturas diferenciadas, em telhados de 2 águas na igreja e de 4 na sacristia. Fachadas em alvenaria rebocada e pintada a branco, com embasamento marcado por faixa pintada a cinzento, cunhais apilastrados, rematados por pináculo, e cornijas em cantaria de granito. Fachada principal orientada a O., terminada em empena, truncada por campanário, de 2 ventanas em arco pleno, rematado em cornija e coroado por cruz sobre pedestal</p>

decorado por volutas, ladeada por pináculos. Portal axial de verga reta e moldura simples, sobrepujado por cornija e óculo.

Construída aproximadamente no século XVII.

P32	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE VALES/ IGREJA DE SANTA CRUZ
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Pombal e Vales
	Acesso	Em Vales de Cima.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P33	Designação	IGREJA MATRIZ DE VILARCHÃO/ IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Vilar Chão
	Acesso	Rua da Capela.
	Descrição Sumária	Planta longitudinal composta por nave, capela-mor mais estreita e sacristia adossada à fachada lateral esquerda, de volumes articulados com pé direito superior na capela-mor e coberturas diferenciadas em telhados de duas águas, na igreja, e de uma na sacristia. Fachadas em alvenaria de xisto e granito, rebocadas a branco e com embasamento a cinzento, encimadas por cornija e flanqueadas por cunhais em alvenaria aparente, de xisto e granito. Fachada principal voltada a O., em alvenaria aparente de xisto e granito, com as juntas argamassadas e pintadas de branco, em empena truncada por campanário de dupla ventana em arco de volta perfeita, encimadas por relógio, terminado em empena angular coroada com cruz de trevo em metal; é rasgada por portal de verga reta dintelado, com a inscrição "1790", sendo visível a marcação de um arco encimado por óculo circular.  Construída aproximadamente no século XVIII.
P34	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE VILARELHOS/ IGREJA DE SÃO TOMÉ
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Vilarelhos

	Acesso	Rua da Igreja.
	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal, composta por nave e capela-mor mais estreita, com torre sineira quadrada, capela lateral e sacristia retangulares, adossadas à fachada lateral direita, de volumes escalonados, com pé direito superior na nave, coberturas diferenciadas em telhados de duas águas na igreja, de três na sacristia, de uma na capela lateral e de coruchéu na torre. Fachadas em alvenaria, rebocadas e pintadas de branco, percorridas por embasamento em cantaria de granito, flanqueadas por cunhais apilastrados encimados por pináculos e rematadas em friso e cornija. Fachada principal, voltada a O., mais larga na zona inferior, terminada em empena, coroada por cruz florenciada; portal em arco abatido com moldura de cantaria, cortada superiormente por cornija e fecho saliente, sobre o qual surge a inscrição: "ANNO 1830"; é ladeado por duas frestas longilíneas, com moldura e pequeno avental, e sobrepujado por óculo circular. Torre sineira com dois registos divididos por cornija.</p> <p>Construída aproximadamente no século XVII/ XVIII.</p>
P35	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE VILARES DA VILARIÇA/ IGREJA DE SANTA CATARINA
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Vilares da Vilariça
	Acesso	Rua da Igreja
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XVII.
P36	Designação	CAPELA DO DIVINO SENHOR DOS MILAGRES/ CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
	Acesso	Acesso a partir de Alfândega da Fé, pela EN315 até ao cruzamento para Sendim da Ribeira, no extremo este da povoação.
	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal composta por nave, capela-mor mais estreita e sacristia adossada à fachada lateral esquerda, de volumes articulados com pé direito superior na capela-mor e cobertura diferenciada em telhado de duas águas, na igreja e de uma na sacristia. Fachadas em alvenaria de granito, rebocadas e pintadas de branco e terminadas em cornija no corpo da capela-mor. Fachada principal voltada a O., com pináculo piramidais sobre os cunhais e empena alteada relativamente à cornija e truncada por sineira de dupla ventana, em arco de volta perfeita, terminada por cornija e coroada por cruz latina de ferro ladeada por pináculos piramidais; portal de verga reta, sobrepujado por janelão em arco abatido e moldura de cantaria retilínea.</p>

Construída aproximadamente no século XVIII.

P37	Designação	CAPELA DA FAMÍLIA DOS FERREIRAS
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Nada definido.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P38	Designação	CAPELA DA MISERICÓRDIA
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Largo e Rua da Misericórdia
	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal composta por nave única e capela-mor, mais estreita e da mesma altura, retangulares, tendo adossado ao longo da fachada lateral esquerda corpo retangular integrando sacristia, um anexo e ainda espaço mortuário. Igreja com cobertura indiferenciada em telhado de duas águas, prolongando-se a vertente do telhado sobre o corpo adossado, mais baixo. Fachadas com embasamento e cunhais em aparelho de alvenaria de xisto com as juntas pintadas a branco, exceto no corpo adossado e na fachada posterior, cujas paredes são totalmente rebocadas e pintadas a branco. Fachada principal virada a E., terminada em empena, de cornija, truncada por sineira com arco de volta perfeita, sobre pilares frontalmente decorados com losango, albergando sino, rematado em cornija reta coroada por cruz de cantaria, de braços quadrangulares sobre plinto, entre pináculos piramidais com bola; nos cunhais possui ainda pináculos piramidais com bola. É rasgada por portal de verga reta, com moldura encimada por friso e cornija, sobrepujada por nicho em arco de volta perfeita sobre pilastras, exteriormente ornado por volutas estilizadas e aletas, encimado por cornija reta; o nicho assenta em duas molduras sobrepostas contracurvadas.</p> <p>Construída aproximadamente no século XVIII/ XX.</p>
P39	Designação	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Alfândega da Fé

	Acesso	Largo de São Sebastião.
	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal com pequeno anexo posterior, formando massa simples com cobertura homogénea em telhado de duas águas. Fachadas rebocadas e pintadas de branco e faixa a cinzento, com cunhais coroados por pináculos piramidais almofadados com bola, sobre plintos paralelepípedicos. Fachada principal virada a O. e terminada em empena de cornija truncada por sineira de granito, constituída por arco de volta perfeita, sobre pilares decorados com almofadas retangulares e integrando a meio colunas torsas com pâmpanos e espira fitomórfica, que se prolongam em três arquivoltas de igual decoração, sendo o arco sobreposto por florão; alberga sino e é rematada por dupla cornija, intercalada por friso decorado com laçarias, coroado por cruz latina, de braços circulares e com nódulos, sobre acrotério e capitel de inspiração coríntia, entre dois pináculos piramidais almofadados com bola, sobre plintos paralelepípedicos; a sineira é ainda ladeada de aletas. A fachada é rasgada por portal de verga reta com ligeiro recorte lateral. Fachadas laterais semelhantes, rasgadas na zona do retábulo por janela retilínea com perfil interno abatido.</p> <p>Construída aproximadamente no século XVII.</p>
P40	Designação	CAPELA DE ZACARIAS
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Ruína
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	EN215 (Alfândega da Fé/ Macedo de Cavaleiros), no km 40, caminho de terra para a Quinta de Zacarias.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P41	Designação	CAPELA DE SANTA BARBÁRA (CASTELO)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Lugar de Castelo, freguesia de Alfândega da Fé
	Descrição Sumária	Nada definido.
P42	Designação	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Mau

	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	No topo da aldeia, em caminho de terra.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS DORES
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
P43	Localização	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acesso	Rua da Igreja.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	EN215, em direção a Torre de Moncorvo, após 6km, à esquerda, por Estrada Municipal, em direção a Gouveia.
P44	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal composta por cinco corpos de diferentes alturas e de volumes articulados, numa disposição horizontal, constituindo a nave, capela-mor mais estreita e baixa, torre sineira e sacristia no lado esquerdo, e um anexo, designado Casa das Almas, no lado direito. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, percorridas por embasamento de cantaria, com cunhais apilastrados, rematados por pináculos, e remates em friso e cornija. Coberturas diferenciadas, em telha de aba e canudo, de duas águas no corpo da igreja e na cabeceira, de três águas no anexo e quatro na sacristia. Fachada principal virada a O, com portal em arco abatido, moldurado e ladeado por duas colunas de fuste liso e capitéis coríntios e remate em frontão semicircular interrompido, com uma vieira no centro do tímpano e de onde irrompe uma janela gradeada, de contornos curvos, igualmente rematada por cornija saliente. Um friso e cornija, encurvados na zona central, marcam o arranque da empena de lanços, por seu turno, com cornija e cruz latina na zona central.</p>
	Designação	CAPELA DE SANTO ANTÃO DA BARCA
P45	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom

	Localização	União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
	Acesso	Junto ao rio Sabor (nova localização).
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XIX.
	Designação	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P46	Estado de Conservação	Regular
	Localização	Sambade
	Acesso	No núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Construída em 1725.
	Designação	CAPELA DE Santo António
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P47	Estado de Conservação	Regular
	Localização	Sambade
	Acesso	No núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P48	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Gebelim e Soeima
	Acesso	No núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	CAPELA DE NOSSA SENHORA DOS ANÚNCIOS
P49	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de	Bom

	Conservação	
	Localização	Vilarelhos
	Acesso	Situada a 2km da povoação.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	CAPELA DE SANTO ANTÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Ruína
	Localização	Vilarelhos
	Acesso	EN588-1 (troço Vilarelhos – Pombal)
P50	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal de nave única e cabeceira retangular marcada apenas pelo interior. A cobertura que desapareceu era em telhado de duas águas. Fachada principal orientada, com restos do reboco, aparelho em alvenaria de xisto, porta com ombreiras em granito e padieira granítica simples, encimada por padieira de descarga em madeira. Alçados em aparelho em alvenaria de xisto, por vezes com restos de reboco, sendo o virado a N. cego, o E. apresentando capela-mor com três pares de pequenos olhais e o a S. e também na capela-mor com vão estreito. Interior: a nave apresenta restos de reboco. Arco triunfal de volta perfeita, com 6 aduelas graníticas assente em impostas e pés-direitos em silhares de granito que formam dois pequenos vãos, um de cada lado do arco. Na capela-mor é visível o soco onde assentou o altar. O pavimento é em terra batida, mais alto na capela-mor, sendo a diferença vencida por um pequeno degrau granítico sob o arco.</p> <p>Construída aproximadamente no século XVI/ XVII.</p>
	Designação	PONTE DE ZACARIAS
	Tipologia	Arquitetura Infraestrutural
	Estado de Conservação	Mau
	Localização	Alfândega da Fé
P51	Acesso	EN215 (Alfândega da Fé/ Macedo de Cavaleiros), km 40, em caminho de terra para a Quinta de Zacarias.
	Descrição Sumária	<p>Ponte de cavalete sobre dois arcos de volta redonda aproximadamente iguais. As rampas encontram-se sobre o meio do arco do lado da margem direita. Aparelho de silhares de granito, alguns dos quais siglados com "P" e "D", na parte central dos arcos e do pegão contrafortado. Os encontros, as rampas e o que resta das guardas são em alvenaria de xisto e granito. As aduelas são largas e curtas com o extradorso regular. O contraforte tem talhante e talhamar triangulares. O pavimento é em terra. Conserva três gárgulas curtas de desenho cilíndrico simples do lado virado a</p>

jusante.

Construída na Idade Média.

P52	Designação	FONTE NOVA/ FONTE LIMPA
	Tipologia	Arquitetura Infraestrutural
P53	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Vilar Chão
P54	Acesso	Vilar Chão, extremo sul da aldeia.
	Descrição Sumária	Fonte de alpendre de planta retangular e cobertura em lajes graníticas sustentada na face posterior por dois pilares de silhares graníticos simples. Frontispício com arco de volta perfeita entaipado, terminado em frontão curvo de volutas interrompido, com motivo cordiforme ao centro contendo data inscrita: "1796". O frontão é encimado por peanha e uma inscrição muito delida desenvolvia-se nas aduelas cimeiras. Apresenta pilastras laterais rematadas superiormente por pináculos. O aparelho é em silhares de granito tendo sido o alpendre entaipado com cimento pelos quatro lados transformando a fonte em caixa de água à qual se acede por pequena porta metálica sob o arco. Na plataforma inferior, junto ao solo, rasga-se um nicho que alberga a torneira.
P53	Designação	EIRA (ANTIGO RELÓGIO DE SOL)
	Tipologia	Espaço Público
P54	Estado de Conservação	Mau
	Localização	Alfândega da Fé
P54	Acesso	Castelo
	Descrição Sumária	Nada definido.
P54	Designação	CASA COM POMBAL BRASONADO E CONSTRUÇÕES ANEXAS, NA RUA DO CENTRO
	Tipologia	Arquitetura Civil
P54	Estado de Conservação	Mau/ Regular
	Localização	Vilares da Vilarça
P54	Acesso	Vilares de Baixo, Rua do Centro.
	Descrição Sumária	Casa de planta composta, alçados de dois pisos e cobertura em telhado de duas águas. No frontispício portal ornado com volutas e encimado por frontão curvo interrompido com pedra de armas ao centro. O vão tem porta de madeira de duas folhas e bandeira envidraçada. Flanqueiam-na duas portas simples. No 2º registo rasgam-se duas janelas simples flanqueando de um e outro

lado a pedra de armas, tendo aposta persiana plástica em calhas de alumínio e janela de sacada. Atualmente, a porta a E. e a janela de sacada que a encima correspondem a casa independente. Esta ala, menor, tem o frontispício rebocado a branco, a ocidental foi rebocada em tom salmão. O edifício adossa-se a E. a uma casa com sacada corrida no frontispício, em granito, atualmente com gradeamento férreo e com colunelo no ângulo SE. que sustenta a cobertura em telhado de duas águas. A casa tem um cunhal apilastrado e reboco branco. Adossa-se a E nova construção, destoante, e abre-se largo pátio interno em redor do qual se estrutura um conjunto de construções rústicas, organizadas em U, em aparelho de alvenaria de granito, com vãos e cunhais em silhares de granito, não rebocado. No ângulo NE. uma padieira tem larga e elaborada inscrição muito delida. O pavimento do pátio é em terra batida.

Construída aproximadamente no século XVIII.

P55	Designação	CASA AGRÍCOLA OCHÔA
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Mau
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	Santa Justa, interior do núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P56	Designação	SANTUÁRIO DE CEREJAIS
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Cerejais
	Acesso	Rua do Santuário de Cerejais.
	Descrição Sumária	Santuário constituído por uma igreja de planta longitudinal composta por três naves e torre sineira isolada, integrando a capela de construção anterior, com coberturas diferenciadas, de duas águas na nave central e de uma nas laterais. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, percorridas por embasamento em cantaria de xisto com as juntas pintadas de branco. Fachada principal orientada e escalonada, rasgada por portal de verga reta encimado por imagem de Maria sobre inscrição, ladeada por seis vãos estreitos e altos de cada um dos lados, seccionados.  Construído aproximadamente no século XX.
P57	Designação	LOCA
	Tipologia	Arquitetura Religiosa

	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Cerejais
	Acesso	Rua da Loca.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	CALVÁRIO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P58	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Cerejais
	Acesso	Rua do Calvário
	Descrição Sumária	Construído aproximadamente no século XX.
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE CEREJAIS
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P59	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Cerejais
	Acesso	Rua da Igreja.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE GEBELIM/ IGREJA DE SÃO MARTINHO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P60	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Gebelim e Soeima
	Acesso	Largo da Praça.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P61	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE PARADA/ IGREJA DE SÃO TIAGO

	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
	Acesso	Rua de Cima.
	Descrição Sumária	<p>Planta longitudinal, composta por nave e capela-mor mais estreita, com torre sineira de planta quadrada adossada ao lado direito e sacristia retangular adossada ao lado oposto, de volumes escalonados, com pé direito mais elevado na nave e coberturas diferenciadas, em telhados de duas águas na igreja, de uma na sacristia e de coruchéu na torre. Fachadas em alvenaria, rebocadas e pintadas de branco, rematadas em beiral. Fachada principal voltada a O, com embasamento em alvenaria aparente de granito, com as juntas pintadas de branco, com pináculo piramidal sobre o cunhal NO e terminada em empena, com cornija, coroada por cruz em flor-de-lis; portal em arco abatido com flor-de-lis sobre o fecho, assente em pilastras, sobrepujado por janelão retangular em arco abatido, coroado pela inscrição "1930" e por uma pequena cruz latina, encimado por relógio circular com moldura pintada de rosa. Torre sineira de dois registos definidos por cornija, o inferior cego e o superior com quatro ventanas de arco de volta perfeita, enquadradas por cunhais apilastrados que suportam cornija e são rematados por pináculos piramidais; coruchéu coroado por catavento.</p> <p>Construída aproximadamente no século XVIII/ XIX e XX.</p>
	Designação	IGREJA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
P62	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acesso	No núcleo do lugar.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	IGREJA PAROQUIAL DE VALPEREIRO/ IGREJA DE SANTO APOLINÁRIO
P63	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
	Acesso	Nada definido.
	Descrição Sumária	Nada definido.

P64	Designação	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
	Acesso	Saída da aldeia, em direção a Gebelim.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P65	Designação	CAPELA DO ESPÍRITO SANTO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	Alfândega da Fé
	Acesso	Rua Camilo de Mendonça – Adro do Espírito Santo.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P66	Designação	CAPELA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS (CABREIRA)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	Rua da Capela.
	Descrição Sumária	Construída no século XIX (1885).
P67	Designação	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Cerejais
	Acesso	Entrada da aldeia.
	Descrição	Construída aproximadamente no século XX.

Sumária

P68	Designação	CAPELA DE SÃO LOURENÇO (COLMEAIS)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Vilares da Vilariça
	Acesso	No núcleo do lugar.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P69	Designação	CAPELA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Sambade
	Acesso	Lugar de Covelas
	Descrição Sumária	Nada definido.
P70	Designação	CAPELA DE SÃO LOURENÇO (FELGUEIRAS)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Valverde
	Acesso	No núcleo do lugar.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
P71	Designação	CAPELA DE SANTA MARINHA (GOUVEIA)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde

	Acesso	A 1km, pela Estrada Municipal, em direção ao lugar de Cabreira.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	CAPELA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO (PICÓES)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P72	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acesso	No núcleo do lugar.
	Descrição Sumária	Construída no século XXI (2009).
	Designação	CAPELA DE SANTA BÁRBARA (PICÓES)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P73	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acesso	No cimo da aldeia.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	CAPELA DE SANTA MARINHA (POMBAL)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P74	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Pombal e Vales
	Acesso	No núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	CAPELA DE SANTA JUSTA
P75	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular

	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	Acesso a partir de Alfândega da Fé, 6km pela EN215 até ao cruzamento para Eucísia, depois 5km por Estrada Municipal até Santa Justa.
	Descrição Sumária	Planta longitudinal composta por nave e capela-mor mais estreita, com sacristia retangular adossada à fachada lateral esquerda, de volumes articulados e cobertura homogénea em telhado de duas águas e diferenciado em telhado de uma água na sacristia. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, percorridas por faixa e com cunhais marcados a cinzento, sendo rematadas em cornija e beirado simples. Fachada principal voltada a O., em empena truncada por sineira de ventana simples em arco de volta perfeita assente em impostas salientes e encimada por cruz latina assente em plinto galbado; os cunhais são firmados por pináculos piramidais com bola, assentes em plintos cúbicos; portal de verga reta, com moldura simples em cantaria de granito.  Construída aproximadamente no século XVII/ XVIII.
	Designação	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P76	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
	Acesso	No núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P77	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Sambade
	Acesso	No cimo da aldeia
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	CAPELA DE SANTA BÁRBARA (SARDÃO)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P78	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira

	Acesso	Acesso a partir de Alfândega da Fé, 10km pela EN315 até ao cruzamento para Sendim da Ribera, depois por Estrada Municipal até Sardão.
	Descrição Sumária	Planta retangular, de volume único, com cobertura homogénea em telhado de duas águas. Fachadas rebocadas e pintadas de branco, percorridas por lambril pintado a castanho avermelhado e embasamento em betão nas fachadas lateral direita e posterior. Fachada principal voltada a O., em empena truncada por sineira de ventana simples em arco de volta perfeita assente em impostas salientes, encimada por cruz latina; portal de verga reta, com porta de duas folhas de madeira almofadada.
P79	Designação	CAPELA DE SANTA EUFÉMIA
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Mau
	Localização	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acesso	Monte sobranceiro a Sendim da Serra, em 1km de caminho de terra batida.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P80	Designação	CAPELA DE SANTO ANTÓNIO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acesso	No núcleo da aldeia
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
P81	Designação	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	Na entrada da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P82	Designação	CAPELA DE SÃO BERNARDINO DE SENA (VALVERDE)

	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	A 100m do lado direito do cruzamento da EN315 com a Estrada Municipal para Sendim da Serra. No cimo do caminho agrícola (asfaltado) para a aldeia de Valverde.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	CAPELA DE SÃO ROQUE (VILA NOVA)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	Sambade
P83	Acesso	A partir de Alfândega da Fé pela EN315 até Sambade e por Estrada Municipal até Vila Nova.
	Descrição Sumária	Planta longitudinal simples, com nave, capela-mor mais estreita e alpendre, de volumes articulados com coberturas diferenciadas em telhado de duas águas na capela e de três no alpendre. Fachadas em alvenaria rebocada e pintada, percorridas por embasamento pintado de cinzento, e cunhais pintados da mesma tonalidade, tendo remates em beiral. Fachada principal voltada a O, tendo adossado um pequeno alpendre aberto, suportado por duas colunas metálicas e cobertura de madeira; fachada em empena truncada por sineira em arco de volta perfeita, por seu turno rematada em empena coroada por cruz; portal axial de verga reta e porta de duas folhas de madeira.
	Designação	CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO (VILAR Chão)
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular
P84	Localização	Vilar Chão
	Acesso	Estrada Municipal, no início da aldeia.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	CAPELA DO SENHOR DA SALVAÇÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
P85	Estado de Conservação	Bom

	Localização	Vilar Chão
	Acesso	No final da aldeia, a sul.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	CAPELA DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
P86	Localização	Vilares da Vilarça
	Acesso	A 2km a norte da povoação.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XIX/ XX.
	Designação	CAPELA DE SANTA MART
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
P87	Localização	Vilares da Vilarça
	Acesso	No final da aldeia, a este, em Vilares de Cima.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	CAPELA DE SÃO JOÃO
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Bom
P88	Localização	Vilares da Vilarça
	Acesso	Entrada da aldeia vindo de Pombal, do lado direito, por caminho asfaltado.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	ERMIDA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
P89	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de	Bom

	Conservação	
	Localização	União das freguesias de Gebelim e Soeima
	Acesso	No núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Construída aproximadamente no século XX.
	Designação	PONTE DO ARQUINHO I
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	Alfândega da Fé
P90	Acesso	EN215 (Alfândega da Fé – Macedo de Cavaleiros).
	Descrição Sumária	<p>Ponte de tabuleiro horizontal sobre arco de volta perfeita. Aduelas graníticas, estreitas e compridas, almofadadas, formando cadeia em alhetas e extradorso irregular. Apresenta 6 pares de agulheiros. O aparelho é de alvenaria de xisto. Flanqueando o arco tem, para jusante, dois talhantes de forma tronco-piramidal que partem da base e se desenvolvem até ao tabuleiro em aparelho rusticado. A ponte, orientada SO / N., tem pavimento de asfalto e guardas com 45cm de altura média e 25cm de largura.</p> <p>Construída aproximadamente no século XIX.</p>
	Designação	PONTE DO ARQUINHO II
	Tipologia	Arquitetura Civil
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
P91	Acesso	EN215 (Alfândega da Fé – Macedo de Cavaleiros).
	Descrição Sumária	<p>Ponte de tabuleiro horizontal sobre arco de volta perfeita. Aduelas graníticas, estreitas e compridas, almofadadas, formando cadeia em alhetas e extradorso irregular. Apresenta 6 pares de agulheiros. O aparelho é de alvenaria de xisto. Flanqueando o arco tem, para jusante, dois talhantes de forma tronco-piramidal que partem da base e se desenvolvem até ao tabuleiro em aparelho rusticado. A ponte, orientada SO / NE, tem pavimento de asfalto e guardas com 45cm de altura média e 25cm de largura.</p> <p>Construída aproximadamente no século XIX.</p>
	Designação	PONTE DO ARQUINHO III
P92	Tipologia	Arquitetura Civil

	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Agrobom, Saldonha e Vale Pereiro
	Acesso	EN215 (Alfândega da Fé – Macedo de Cavaleiros).
	Descrição Sumária	<p>Ponte de tabuleiro horizontal sobre arco de volta perfeita. Aduelas graníticas, estreitas e compridas, almofadadas, formando cadeia em alhetas e extradorso irregular. Apresenta 6 pares de agulheiros. O aparelho é de alvenaria de xisto. Flanqueando o arco tem, para jusante, dois talhantes de forma tronco-piramidal que partem da base e se desenvolvem até ao tabuleiro em aparelho rusticado. A ponte, orientada SO / NE, tem pavimento de asfalto e guardas com 45cm de altura média e 25cm de largura.</p> <p>Construída aproximadamente no século XIX.</p>
P93	Designação	FONTE EM GEBELIM I
	Tipologia	Arquitetura Infraestrutural
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Gebelim e Soeima
	Acesso	Núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P94	Designação	FONTE EM GEBELIM II
	Tipologia	Arquitetura Infraestrutural
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Gebelim e Soeima
	Acesso	Núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.
P95	Designação	FONTE DE MERGULHO
	Tipologia	Arquitetura Infraestrutural
	Estado de Conservação	Mau
	Localização	Sambade

	Acesso	Extremo esquerdo da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	FONTE DE MERGULHO
	Tipologia	Arquitetura Infraestrutural
P96	Estado de Conservação	Bom
	Localização	União das freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
	Acesso	Caminho agrícola a sul da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	FONTES
	Tipologia	Arquitetura Infraestrutural
P97	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Gebelim e Soeima
	Acesso	No núcleo da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.
	Designação	FONTE DESIGNADA FONTAREJA
	Tipologia	Arquitetura Infraestrutural
	Estado de Conservação	Bom
	Localização	Vilares da Vilariça
P98	Acesso	Vilares de Baixo, no extremo este da aldeia, junto a antigo caminho entre muros que leva aos campos e seguiria rumo a este e sul.
	Descrição Sumária	Fonte, tanque e lavadouro em aparelho de boa cantaria granítica. A fonte a E. do conjunto, tem planta retangular e cobertura plana que a vegetação esconde. No frontispício rasga-se arco de volta perfeita, com aduelas largas formando extradorso regular, que dá acesso ao pequeno espaço abobadado que cobre o tanque. O arco recebeu porta semicircular em ferro tendo sido a água canalizada para torneira que se situa abaixo do arco. Sobre a cobertura é visível um pináculo *1. Um muro em cantaria prolonga a parede posterior da fonte para O. servindo de fundo ao lavadouro e tanque.

Construída na Idade Média.

P99	Designação	CRUZEIRO DE GOUVEIA
	Tipologia	Arquitetura Religiosa
	Estado de Conservação	Regular
	Localização	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acesso	Largo do Cruzeiro
	Descrição Sumária	<p>Cruzeiro granítico assente em soco circular com dois degraus. A base, de labor simples, é de secção circular e apresenta data incisa muito delida: "1868". Sobre ele, coluna com fuste de secção circular ornado por colarinho encordado, rematada por capitel cúbico. Encima-o cruz latina simples.</p> <p>Construído aproximadamente no século XIX.</p>
P100	Designação	ATALAIA DAS INCULCAS
	Tipologia	Arquitetura Militar
	Estado de Conservação	Ruína
	Localização	Cerejais
	Acesso	Caminho agrícola de 1 km a sudeste da aldeia.
	Descrição Sumária	Nada definido.

## XI3 ANEXO II – LISTAGEM DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

### CÓDIGO

	Designação	CASTELO DE PICÕES
	Tipo Sítio	Povoado Fortificado
	Período	Indefinido
	Estado de Conservação	Regular
	Freguesia	União das freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
A.1	Acessos	Caminho agrícola a partir da estrada que liga as localidades de Picões e Cabreira.
	Descrição	<p>Povoado fortificado situado no topo de um monte a meia encosta da margem direita do rio Sabor. Este povoado apresenta uma cintura de muralha a Norte, a que se associa um fosso e um pequeno muro já bastante destruído. É possível identificar a entrada do povoado a partir desta muralha. Esta, encontra-se destruída em alguns pontos, mas ainda é possível identificar partes intactas que poderão ter entre 2 a 3 metros de altura e cerca de 1.8 metros de largura. A Sul e a Oeste aproveitaram-se as escarpas como meio defensivo natural. À superfície identificaram-se dois fragmentos de escória (LOPES, 2006). No interior do povoado (intra-muros) é possível identificar uma abertura no solo que se associa à exploração mineira (LEMOS, 1993). Nas proximidades existem linhas de água provenientes de escorrências da vertente e a vegetação é constituída por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.</p>
	Designação	POVOADO FORTIFICADO DO PINHAL
	Tipo Sítio	Povoado Fortificado
	Período	Indefinido
	Estado de Conservação	Mau
A.2	Freguesia	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acessos	Caminho agrícola a partir da estrada que liga as localidades de Picões e Cabreira.
	Descrição	<p>Povoado fortificado no topo de um monte apelidado de Pinhal Grande, localizado a Sudoeste da localidade de Cabreira. Identificou-se uma linha de muralha retangular com cerca de 250 metros de comprimento. Nesta mesma muralha encontrava-se uma mó dormente manual em granito. Não se encontram outros vestígios à superfície à exceção de um fragmento de machado de pedra polida no caminho florestal que passa pelo meio do povoado. As condições de visibilidade</p>

são excelentes para todos os pontos cardeais, sobretudo para o vale do Baixo Sabor que lhe fica a Sul. Nas imediações encontram-se linhas de água provenientes de escorrências da vertente e a vegetação é constituída por pinheiros, giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.

	Designação	POVOADO FORTIFICADO DO CURRAL DA CERCA
	Tipo Sítio	Povoado Fortificado
	Período	Indefinido
	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
A.3	Acessos	Caminho agrícola a partir da EN215.
	Descrição	Povoado fortificado no topo da Serra de Sendim da Serra, localizado a Nordeste da localidade de Gouveia. Identificou-se uma linha de muralha subcircular com cerca de 100 metros de comprimento. Não se encontram vestígios arqueológicos à superfície. A partir do local, as condições de visibilidades são excelentes para a área onde se encontram os castros de Santa Justa e Nossa Senhora dos Anúncios, ou seja, já praticamente implantados no Vale da Vilariça e para a Serra de Bornes. Nas imediações encontram-se linhas de água provenientes de escorrências da vertente e a vegetação é constituída por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	CASTELO DE GOUVEIA
	Tipo Sítio	Povoado Fortificado/ Atalaia
	Período	Indefinido
	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	União das freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
A.4	Acessos	Caminho agrícola a partir da EN215
	Descrição	Povoado fortificado ou atalaia situada no topo da Serra de Sendim da Serra, localizado a Nordeste da localidade de Gouveia. Identificou-se uma linha de muralha com cerca de 20 metros de comprimento já bastante destruída. O único vestígio arqueológico encontrado à superfície foi um fragmento de cerâmica bastante pequeno já rolado de cronologia incerta. A partir do local, as condições de visibilidades são excelentes para todos os pontos cardeais. Nas imediações encontram-se linhas de água provenientes de escorrências da vertente e a vegetação é constituída por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	CASTELINHO
A.5	Tipo Sítio	Habitat

	Período	Indefinido
	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	Alfândega da Fé
	Acessos	Caminho agrícola a partir da EN315.
	Descrição	Próximo da aldeia de Castelo, encontram-se estruturas pétreas que poderão ter origem de época moderna ou contemporânea, ainda que não seja de descurar uma cronologia mais antiga. Trata-se de uma casa com anexo de três divisões. À superfície encontra-se com abundância fragmentos de telha e uma pia de grandes dimensões (1m x 0.70 m) escavada no xisto. A Sudoeste, passa a ribeira da Carvoeira. A vegetação é constituída por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	CABEÇO DO AGUILHÃO
	Tipo Sítio	Povoado fortificado
	Período	Indefinido
	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	Cerejais
A.6	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada R206, passando pelo santuário do Santo Antão.
	Descrição	Povoado fortificado com uma única linha de muralha pouco perceptível, mas com alguns indícios a este e noroeste. Não foram identificados materiais arqueológicos à superfície. No entanto, em visitas anteriores foi possível verificar a ocorrência de cerâmicas manuais que indicam ser pré-históricas. Este povoado é de reduzidas dimensões, ocupando uma parte do topo do monte. A sul, na parte mais íngreme, há uma zona com algumas escarpas, ainda que de pequenas dimensões. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas e estevas. A sul e este, corre o rio Sabor e a oeste a ribeira de Zacarias. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	CASTRO DA NOSSA SENHORA DOS ANÚNCIOS
	Tipo Sítio	Povoado fortificado
	Período	Pré-história Recente/Idade do Ferro/Romano/Idade Média/Moderno/Contemporâneo
A.7	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	Vilarelhos
	Acessos	Caminho que parte do cruzamento para Vilarelhos em direção santuário da N. S. dos Anúncios.
	Descrição	O povoado fortificado da Nossa Senhora dos Anúncios, encontra-se implantado num cabeço já inserido no Vale da Vilarça. Deste modo, proporciona-lhe um amplo domínio visual sobre este

vale. O povoado que seria da Idade do Ferro já se encontra bastante destruído, não evidenciando vestígios à superfície. No entanto, é possível que, através de escavações arqueológicas nalguns setores, possam surgir estruturas. Este sítio evidencia uma ocupação pré-histórica porque à superfície foram encontrados fragmentos de cerâmica manual e um machado de pedra polida. Foi possível identificar fragmentos de cerâmica bastante micácea que poderão corresponder à Idade do Ferro. Também apareceu escória, fragmentos de telha e imbrices, cerâmica comum e *sigillatas* já do período romano. Na encosta este, foi escavada, na década de 70 do século XX, uma necrópole romana, onde ainda é possível verificar alguns vestígios das sepulturas. O cabeço encontra-se entre a confluência da ribeira de Santa Justa e a ribeira da Vilarça. Nas imediações há a presença de vegetação arbustiva e oliveiras e o substrato rochoso é o xisto.

	Designação	CASTRO DE SANTA JUSTA
	Tipo Sítio	Povoado fortificado
	Período	Calcolítico/Idade do Ferro/Idade Média
	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada que liga as localidades de Santa Justa e Eucísia
A.8	Descrição	O povoado fortificado de Santa Justa encontra-se num cabeço a sul da aldeia de Santa Justa e a sudeste da ribeira de Santa Justa. Este povoado também se encontra bastante próximo do de Nossa Senhora dos Anúncios e, deste modo, também apresenta um bom domínio visual para o Vale da Vilarça. À superfície identificam-se cerâmicas penteadas de cronologia calcolítica, cerâmica proto-histórica e medieval. É possível visualizar algumas estruturas apesar da densa vegetação. No topo do monte, foi identificada uma muralha bastante derrubada, mas que ainda apresenta algumas partes em razoável estado de conservação. Recentemente, e a uma cota inferior, foi possível identificar outra linha de muralha de maiores dimensões, também bastante derrubada. É de admitir que esta muralha seja mais antiga devido ao avançado estado de degradação. A vegetação é constituída por sobreiros, amendoeiras, giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	FRAGA DAS FERRADURAS
	Tipo Sítio	Arte rupestre
	Período	Pré-história Recente e Idade do Ferro
	Estado de Conservação	Bom
A.9	Freguesia	União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada N215 entre a Eucísia e os Nozelos.
	Descrição	Conjunto de rochas de xisto com gravuras, localizadas numa encosta na margem direita de uma pequena ribeira, logo a seguir ao paredão de uma pequena represa. As rochas apresentam-se orientadas em linhas paralelas à ribeira, com a face externa virada à encosta e com acentuada

inclinação, e as faces internas viradas à ribeira, quase verticais. As gravuras encontram-se nas faces internas das rochas. Ao todo, detetaram-se 5 diferentes rochas gravadas, umas ao lado das outras. Identificaram-se 6 painéis com gravuras efetuadas através da técnica de incisão filiforme e picotagem. Os motivos gravados são motivos em U, linhas paralelas e um podomorfo. Algumas gravuras apresentam uma patine mais acentuada do que outras.

	Designação	PEDRA ESCRITA DE RIDEVIDES
	Tipo Sítio	Arte rupestre
	Período	Pré-história Recente e Idade do Ferro
	Estado de Conservação	Bom
	Freguesia	União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acessos	Caminho de acesso ao santuário a partir da estrada que liga Vilarelhos a Santa Justa.
A.10	Descrição	<p>Conjunto de rochas de xisto com gravuras, situado perto da margem esquerda da ribeira da Vilariça. Tem uma implantação numa pequena depressão sobre uma linha de água, afluente da ribeira, que torna o conjunto muito escondido e de difícil localização. Observam-se três painéis distintos, dispostos horizontalmente ao nível do solo. O painel 1 é o principal, e dá o nome ao sítio. Situa-se na parte mais baixa da depressão, quase junto à linha de água, e é o maior. É este painel que apresenta maior densidade e variedade de motivos. Dentro do aparente caos de figuras, podem distinguir-se alguns motivos, existindo covinhas, algumas ligadas por sulcos profundos e compridos, reticulados, cruciformes, antropomorfos, sinais em triângulo muito numerosos e passíveis de serem interpretados como pontas de lança ou de seta, ferraduras, com ou sem ponto central, entre outros motivos. No essencial, todos os motivos foram obtidos por abrasão, com exceção de algumas das ferraduras, que foram picotadas. Dentro dos motivos obtidos a abrasão, há diferentes tipos de traços, aparecendo filiformes, traços suaves de perfil em U, e traços profundos de perfil em V. É provável que haja diferentes fases de gravação, as quais se parecem concentrar essencialmente neste painel. O painel 3 situa-se acima e à direita do painel 1, sendo também uma rocha grande, embora menor que a primeira. Tem uma fraca densidade de motivos, essencialmente alguns reticulados e sinais em triângulo, entre mais alguns. Por fim, o painel 2 é o mais pequeno dos três, localizando-se no meio dos outros dois. Apresenta-se muito pouco gravado, apenas com alguns traços, sem conexão aparente. A vegetação, nas imediações é constituída por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.</p>
	Designação	NECRÓPOLE DE SANTA EUFÉMIA
	Tipo Sítio	Necrópole
A.11	Período	Idade Média
	Estado de Conservação	Bom
	Freguesia	União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra

	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada M614.
	Descrição	A sudeste da capela de Santa Eufémia localizam-se 3 sepulturas escavadas na rocha. As duas sepulturas maiores apresentam dimensões iguais com 1.80 m de comprimento máximo por 0.50 metros de largura máxima. Uma outra sepultura, de menores dimensões, apresenta 1 m de comprimento máximo por 0.30 m de largura máxima. Todas as sepulturas têm a cabeceira orientada a Noroeste. Esta necrópole encontra-se na confluência de duas linhas de água. A vegetação nas imediações é constituída por sobreiros, pinheiros, giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	CASAS DOS MOUROS
	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	Vilares da Vilariça
A.12	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada que liga Vilares da Vilariça a Colmeais.
	Descrição	O local conhecido por Casa dos Mouros encontra-se a nordeste do santuário da Nossa Senhora do Socorro. Nesta zona, identificam-se várias plataformas naturais e abrigos naturais na encosta da margem direita da ribeira do Cerejal. A partir do local obtém-se excelentes condições de visibilidade para o Vale da Vilariça. À superfície identificam-se fragmentos de cerâmica manual frescos e rolados de cronologia pré-histórica e alguns destes podem ser calcólíticos devido a terem decoração penteada. Também foram recolhidos machados de pedra polida em anfibolito. A dispersão destes materiais é de cerca de 120 metros. Nas imediações há linhas de água provenientes de escorrências de vertente, para além da ribeira do Cerejal e a vegetação é constituída por giestas, estevas, sobreiros e oliveiras. O substrato rochoso é o granito.
	Designação	CASTELO DA MARRUÇA
	Tipo Sítio	Povoado fortificado
	Período	Pré-história Recente/Idade do Ferro
	Estado de Conservação	Razoável
A.13	Freguesia	União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada M592.
	Descrição	O povoado fortificado da Marruça encontra-se num cabeço sobranceiro na margem direita do rio Sabor, praticamente inserido no planalto de Parada/Vilarchão. À superfície identificaram-se alguns fragmentos de cerâmica de pastas claras já bastante rolados e, portanto, de cronologia incerta e um machado de pedra polida em anfibolito nas imediações do povoado. Apresenta uma linha de muralha a oeste, sudoeste e noroeste, sendo a restante aproveitada pelas escarpas, servindo como muralha natural. As condições de visibilidades são algo reduzidas, dominando

apenas uma parte da margem esquerda do rio Sabor e algumas áreas adjacentes. Este povoado apresenta pedras fincadas, taludes e plataformas a noroeste, típicas de alguns "castros" de Trás-os-Montes. A vegetação é constituída por giestas, estevas, carrascos e zimbros e, nas imediações há linhas de água provenientes de escorrências da vertente. O substrato rochoso é o xisto.

A.14	Designação	CASTELO/CASTILHÃO
	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Romano
	Estado de Conservação	Regular
	Freguesia	União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da localidade de Saldonha.
	Descrição	O sítio conhecido por Castelo/Castilhão encontra-se num olival aplanado próximo da ribeira do Crasto. À superfície encontram-se bastantes fragmentos de cerâmica romanos, dos quais um fragmento de tégula. Também foi encontrado, à superfície, um fragmento de <i>sigillata</i> . Para além de objetos enquadráveis no período romano, também se identificaram 3 lascas, duas em quartzo e uma em sílex. A vegetação é constituída por oliveiras e sobreiros e há, nas imediações, linhas de água provenientes de escorrências de vertente. O substrato rochoso é o xisto.
A.15	Designação	VALE DAS CORDAS
	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Medieval/Moderno
	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	União de Freguesias de Pombal e Vales
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada M1151.
	Descrição	O habitat de Vale das Cordas encontra-se numa encosta virada a sul para o Vale do Vilarça, na confluência de duas ribeiras, uma das quais a ribeira Trás da Breia. Apesar da densa vegetação, é possível identificar muros e alguns derrubes com aspeto mais antigo, podendo remontar a construções da Idade Média. Junto ao caminho de acesso a este sítio, encontra-se a capela de Santo António, já em bastante estado de degradação. Apenas apresenta as paredes, parcialmente derrubadas, ainda com algum reboco com cal e areia. A vegetação nas imediações é constituída por giestas, estevas, sobreiros, oliveiras e amendoeiras. O substrato rochoso é o xisto.
A.16	Designação	CRASTO
	Tipo Sítio	Povoado Fortificado

	Período	Idade do Ferro
	Estado de Conservação	Destruído
	Freguesia	União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada N215.
	Descrição	O sítio do Crasto localiza-se num pequeno cabeço entre as ribeira de Vale de Nabos e do Crasto. Devido à densa vegetação, não se identificaram estruturas e materiais à superfície apesar de na base de dados da DGPC referirem que foram identificados, nas imediações, fragmentos de cerâmica manual e que poderão corresponder à Idade do Ferro. Não foram identificadas estruturas, uma vez que na zona também se efetuaram trabalhos de florestação que poderiam ter destruído algum indício ocupacional que aí pudesse ter existido. Apresenta afloramentos de modestas dimensões a sudoeste e a oeste e que poderia servir como muralha natural. É possível identificar o único colo de acesso a nordeste. O topónimo Crasto e as características do local, sugerem que poderia ter aí existido um povoado fortificado. A vegetação é constituída por giestas, estevas e sobreiros. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	CASTELO
	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Romano
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	Vilarchão
A.17	Acessos	Caminho de terra batida que parte da Legoinha em direção a sudoeste.
	Descrição	No cabeço conhecido por Castelo, não foram identificados vestígios arquitetónicos que se relacionem com a topónimo do local. Existem junto aos penedos ali existentes, estruturas pétreas contemporâneas. No entanto, à superfície, abundam cerâmicas modernas de cobertura, ou seja, telha de tipo "mourisca" e nalguns setores existe bastante quantidade de telhas e imbrices que correspondem ao período romano. É num olival antigo, na encosta sudeste, onde se verifica essa maior concentração de materiais do período romano. O local situa-se próximo da povoação de Legoinha, que lhe fica a nordeste num monte com pendentes suaves. A partir do topo deste monte, obtém-se uma excelente visibilidade para todos os pontos cardeais. Todo o cabeço está agricultado com vinha, oliveiras e amendoeiras. Nas proximidades existem linhas de água provenientes de escorrências da vertente. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	ABRIGO 1
A.18	Tipo Sítio	Abrigo natural
	Período	Pré-história Recente
	Estado de	Indeterminado

Conservação	
Freguesia	Vilares da Vilarça
Acessos	Caminho de terra batida que parte da localidade de Colmeais em direção à ribeira da Burga.
Descrição	A meia encosta sobre a margem esquerda da ribeira da Burga e a Oeste da localidade de Colmeais, foi identificado um abrigo natural sob rocha. À superfície, surgiram materiais cerâmicos de pastas manuais atribuíveis à Pré-história Recente. Algumas destas cerâmicas são provenientes de escorrências de vertente, atendendo ao grau de rolamento verificável nos objetos. A Norte, foi levantado um murete com cronologia recente. A vegetação nas imediações é constituída por giestas e sobreiros. As linhas de água mais próximas são as ribeiras da Burga e o ribeiro do Moinho. O substrato geológico é o granito. Identificado pelo autor em 2014.
Designação	CASTELO DE ALFÂNDEGA DA FÉ
Tipo Sítio	Castelo
Período	Idade Média
Estado de Conservação	Destruído
Freguesia	Alfândega da Fé
Acessos	Largo do Castelo.
A.19	<p>Descrição</p> <p>A antiga vila medieval fortificada e atual centro histórico de Alfândega da Fé, localiza-se num morro sobranceiro à vila, de encostas suaves e topo aplanado, ocupando uma importante posição estratégica no planalto entre os vales da Vilarça e do Sabor e a sul da serra de Bornes. Da vila medieval, quase nada resta visível e a ocupação urbana terá destruído quase todos os vestígios arquitetónicos e arqueológicos, se bem que nalgumas zonas ainda baldias das encostas possa haver ainda estratigrafia preservada. O crescimento urbano da atual vila acabou por aglutinar e destruir as antigas estruturas medievais, mas o traçado urbanístico da zona histórica evidência uma organização de nítidos contornos medievais. O Abade de Baçal refere o aparecimento de uma moeda de prata de época romana, presumivelmente na área ocupada pelo castelo e vila medieval, que poderá indicar uma ocupação anterior à Idade Média. Existe uma pequena zona escarpada a oeste e nesta encosta foram identificados alguns materiais cerâmicos com decoração plástica que podem corresponder ao período medieval. Também foi encontrada escória de ferro e alguns fragmentos de granito. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas, oliveiras e amendoeiras. O substrato rochoso é o xisto.</p>
Designação	
REGADAS	
Tipo Sítio	
Arte rupestre	
A.20	Período
Indeterminado	
Estado de Conservação	
Bom	

	Freguesia	União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da localidade de Cabreira.
	Descrição	A sudoeste da localidade de Cabreira, identificou-se uma rocha com gravuras. Este sítio está implantado próximo do leito da margem direita do ribeiro das Relvas. Esta rocha está inserida num moinho, servindo como suporte superior do edifício. Apresenta um painel com gravuras na parte mais junto ao chão, orientado a sudeste. A técnica utilizada foi a raspagem e os motivos gravados consistem em linhas paralelas e um zoomorfo (ave). As gravuras estão circunscritas apenas a uma pequena parte do painel, apesar deste ser de dimensões consideráveis. Há a sobreposição de motivos. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas, estevas e oliveiras. O substrato rochoso é o xisto. Este sítio arqueológico foi identificado pelo autor em 2008.
	Designação	CHÁS
	Tipo Sítio	Povoado (?)
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
A.21	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada que liga as localidades de Cabreira e Picões.
	Descrição	A sul da localidade de Cabreira, identificou-se um fragmento de uma mó dormente manual, um percutor, ambos em granito, e pequenos fragmentos de cerâmica bastante rodada que podem ter uma cronologia pré-histórica. As condições de visibilidade para a envolvente são razoáveis. Este sítio está implantado num pequeno planalto sobranceiro na margem esquerda do ribeiro das Relvas. É neste local que parece existir uma pequena linha de muralha já bastante destruída, mas que faz supor a existência de um alinhamento. É de referir que nas proximidades existe uma nascente, para além das linhas de água provenientes de escorrências da vertente e alguns solos com aptidão agrícola. Posto isto, este local reúne condições relativamente favoráveis para uma ocupação. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas. O substrato rochoso é o xisto. Este sítio arqueológico foi identificado pelo autor em 2008.
	Designação	QUEBRADA
	Tipo Sítio	Achado isolado
	Período	Pré-história Recente
A.22	Estado de Conservação	Razoável
	Freguesia	União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada que liga as localidades de Cabreira e Gouveia.

Descrição A norte da localidade de Cabreira, já próximo da serra de Gouveia, foi identificado um machado de pedra polida em anfíbolito, num caminho de terra batida. Nesta zona os solos são relativamente argilosos. Nas imediações existem linhas de água provenientes de escorrências de vertente. A vegetação é constituída por giestas, estevas, oliveiras e amendoeiras. O substrato rochoso é o xisto. Este achado foi identificado pelo autor em 2008.

	Designação	REBENTÃO
	Tipo Sítio	Povoado fortificado
	Período	Calcolítico
	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
A.23	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada que liga as localidades de Cabreira e Picões.
	Descrição	Povoado fortificado com uma única linha de muralha ainda perceptível nos lados nordeste e este. Foram identificados alguns materiais arqueológicos, nomeadamente uma ponta de seta em xisto, fragmentos de cerâmica de fabrico manual lisas e com decoração penteada e alguns líticos. Este povoado é de reduzidas dimensões, ocupando uma parte do topo do monte. O local onde está implantado tem uma zona mais íngreme e um pouco escarpada na vertente sul e um colo de acesso na parte norte, a meia encosta da margem direita do rio Sabor. As condições de visibilidade são excelentes para o vale do rio Sabor. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas e estevas. As linhas de água nas proximidades são provenientes de escorrências de vertente não sendo, deste modo, permanentes. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	CASTELO
	Tipo Sítio	Povoado fortificado
	Período	Idade do Ferro
	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	União de Freguesias de Gebelim e Soeima
A.24	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada que liga as localidades de Gebelim e Felgueiras.
	Descrição	O Castelo de Gebelim é um povoado fortificado que se situa na confluência da ribeira de Gebelim com a ribeira da Camba, na margem direita destas linhas de água. Apresenta uma única linha de muralha e um pequeno campo de pedras fincadas a sudoeste no colo de acesso. É de pequenas dimensões, atendendo à especificidade do local. Existe uma zona escarpada a norte e a oeste e pendente bastante íngreme a este. Numa visita recente ao local, verificou-se a destruição do pequeno campo de pedras fincadas através de meios mecânicos, uma vez que foram realizados trabalhos de arroteamento junto a este sítio arqueológico. À superfície é possível verificar fragmentos de cerâmica de pastas escuras com acabamento liso e um bordo com decoração. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas, estevas e pinheiros. O substrato rochoso é

o xisto.

	Designação	ATALAIA DAS INCULCAS
	Tipo Sítio	Atalaia (?)
	Período	Idade Média
	Estado de Conservação	Inexistente
	Freguesia	Cerejais
A.25	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada que liga a localidade de Cerejais ao santuário da Loca.
	Descrição	No cume chamado Inculcas, citado como Atalaia, não se observam estruturas que evidenciem uma fortificação, nem outro tipo de vestígios arqueológicos que indiquem ocupação. Contudo, trata-se de um local privilegiado para o controlo dos vales que a partir do rio Sabor permitiam aceder ao castelo de Alfândega da Fé. Nestas circunstâncias, poderá admitir-se a possibilidade de aí ter existido uma atalaia que terá sido destruída pelo cultivo intensivo que se pratica naquela zona. A vegetação, nas imediações, é constituída por oliveiras e alguns sobreiros. As linhas de água são provenientes de escorrências de vertente, apesar deste sítio se encontrar entre duas ribeiras com um caudal considerável, ou seja, as ribeiras de Zacarias e do Calvário. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	BARRAGEM DE SAMBADE
	Tipo Sítio	Indeterminado
	Período	Medieval/Moderno
	Estado de Conservação	Indeterminado
A.26	Freguesia	Sambade
	Acessos	Próximo do paredão da barragem de Sambade.
	Descrição	Segundo os técnicos da DGPC, foram identificados fragmentos de cerâmica de construção e cerâmica comum doméstica em terrenos da encosta sudoeste do vale da ribeira da Fonte, na periferia da área de intervenção da barragem de Sambade. O espólio recolhido parece apontar para horizontes cronológicos baixo-medievais ou modernos. Poderia tratar-se de vestígios de um casal ou de um edifício agrícola existente no local. A vegetação, nas imediações, é constituída por cerejeiras, castanheiros e oliveiras. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	CABEÇO DO MURADO
A.27	Tipo Sítio	Povoado Fortificado
	Período	Indeterminado

	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	Vilares da Vilarça
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada N102.
	Descrição	<p>O povoado fortificado do Cabeço do Murado encontra-se num monte com o mesmo nome. Apresenta excelentes condições de visibilidade para todos os pontos cardeais, com particular domínio visual sobre o Vale da Vilarça. Nas imediações existem linhas de água provenientes de escorrências de vertente, apesar de ser no extremo este deste monte que corre a ribeira da Burga com caudal mais volumoso. Segundo os técnicos da DGPC, este povoado apresenta uma linha de muralha e foram encontradas, à superfície, fragmentos de cerâmica manual. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas, estevas, pinheiros e eucaliptos. O substrato rochoso é o xisto.</p>
	Designação	CABEÇO DO MURADO 2
	Tipo Sítio	Monumento megalítico
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	Vilares da Vilarça
A.28	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada N102.
	Descrição	<p>No âmbito da prospeção efetuada pelos técnicos da DGPC em 2005, identificaram uma anta com alguns esteios dispostos de forma circular e ainda visíveis. No entanto, após visita ao local, não foi possível identificar qualquer tipo de estrutura. É de referir que esta anta se encontrava numa zona plantada por eucaliptos e, deste modo, os trabalhos agrícolas são frequentes. Esta anta encontrar-se-ia na vertente sul do monte onde se localiza o povoado fortificado do Cabeço do Murado. O local, já quase inserido numa zona de vale, apresenta várias linhas de água provenientes de escorrências de vertente. No entanto, encontra-se relativamente próxima da ribeira da Burga, na margem direita. A vegetação é constituída por eucaliptos, pinheiros e vegetação mais rasteira, nomeadamente giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.</p>
	Designação	CASINHAS BRANCAS
	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Indeterminado
A.29	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	Alfândega da Fé
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada N215 e que passa pela Quinta de Zacarias.

Descrição No âmbito da realocação efetuada pelos técnicos da DGPC em 2000, foi possível identificar estruturas com diversos compartimentos no interior. Após visita ao local, não foi possível ver estas estruturas devido à densa vegetação. O local encontra-se entre as ribeiras do Lameirão e das Lourenças, para além de outras linhas de água provenientes de escorrências de vertente. A vegetação é constituída por carvalhos, giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.

Designação CASTELO BRANCO

Tipo Sítio Povoado fortificado (?)

Período Idade do Ferro

Estado de Conservação Destruído

Freguesia União de Freguesias de Parada de Sendim da Ribeira

Acessos Caminho de terra batida que parte da localidade de Sendim da Ribeira.

A.30

Descrição O sítio conhecido por Castelo Branco encontra-se no topo de um monte sobranceiro à aldeia de Sendim da Ribeira. Apesar do sítio apresentar as condições propícias para o estabelecimento de povoados da Idade do Ferro, não foi possível identificar qualquer tipo de estrutura ou materiais à superfície. Para além da realocação efetuada em 2000 pelos técnicos da DGPC e da prospeção em 2009, não se identificaram vestígios arqueológicos. No entanto, Francisco Sande Lemos refere o aparecimento de fragmentos de cerâmica enquadráveis na Idade do Ferro. Após visita ao local, também não identificámos nenhum vestígio arqueológico. Este monte apresenta uma zona escarpada voltada para noroeste e um colo de acesso a sudeste. Encontra-se próximo da ribeira de Zacarias, para além das linhas de água provenientes de escorrências de vertente. A estrada IC5 cortou uma parte deste monte, passando muito próximo deste suposto sítio arqueológico. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas, estevas, oliveiras e uma vinha quase no topo do monte. O substrato rochoso é o xisto.

Designação CHÃ

Tipo Sítio Habitat

Período Romano

Estado de Conservação Submerso

Freguesia Cerejais

A.31

Acessos Caminho de terra batida que parte da localidade de Cerejais.

Descrição O habitat da Chã encontra-se numa plataforma na margem direita da ribeira de Zacarias, bastante próxima desta. Identificam-se, à superfície, fragmentos de cerâmica que poderão enquadrar-se no período romano. É de referir que os trabalhos arqueológicos, no âmbito do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor, permitiram a abertura de sondagens arqueológicas de diagnóstico que permitiram colocar a descoberto uma estrutura. Só após a publicação dos resultados é que poderemos obter uma melhor compreensão deste sítio. A vegetação é constituída por oliveiras e o substrato rochoso é o xisto. É de referir que este sítio ficou submerso

peelo enchimento da albufeira deste mesmo aproveitamento hidroelétrico.

A.32	Designação	COVA DA MOURA
	Tipo Sítio	Abrigo (?)
	Período	Indeterminado
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada N315.
	Descrição	No termo de Sendim da Ribeira, existem alguns abrigos em xisto de várias dimensões. Apesar de não conseguirmos identificar este abrigo, existem alguns nas margens do ribeiro da Viola. A vegetação, nas imediações, é constituída por pinheiros, sobreiros, oliveiras e algum mato rasteiro, constituído, essencialmente, por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.
A.33	Designação	FRAGA DO TABIAS
	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	Alfândega da Fé
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da localidade de Castelo.
	Descrição	No topo de um monte, já próximo do Monte da Pala, e sobranceiro na margem direita da ribeira da Carvoeira, identificaram-se, numa pequena plataforma, um fragmento de cerâmica manual e 3 lascas em quartzo leitoso. Os técnicos da DGPC, na realocização efetuada em 2000, também recolheram materiais arqueológicos, nomeadamente fragmentos de cerâmica manual, dois machados de pedra polida e uma ponta de seta em sílex branco. O local apresenta boas condições de visibilidade para sul e este. Recentemente, efetuaram-se arroteamentos nesta área através de meios mecânicos. A vegetação é constituída por giestas e estevas e as linhas de água são provenientes de escorrências da vertente. O principal curso de água encontra-se a oeste deste monte, ou seja, a ribeira da Carvoeira. O substrato rochoso é o xisto.
A.34	Designação	NECRÓPOLE DA IGREJA DE SENDIM DA SERRA
	Tipo Sítio	Necrópole
	Período	Medieval/Moderno
	Estado de Conservação	Destruído

	Freguesia	União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acessos	Adro da igreja.
	Descrição	No adro da igreja matriz de Sendim da Serra, foi descoberto, em 1967, um conjunto de oito ou nove sepulturas escavadas no afloramento xistoso de tipologia antropomórfica. A descoberta ocorreu quando se procedia à pavimentação do referido adro, mas acabariam por ser destruídas pelos operários que participaram nas obras. A informação foi recolhida pelos técnicos da DGPC, a partir do testemunho de um dos operários que realizou este trabalho, o Sr. Armandino Penarroias. Segundo a sua informação as sepulturas descobertas foram na sua totalidade arrasadas. Pela descrição feita por esta testemunha, é provável que estas sepulturas se encontrassem seladas, a julgar pela grande quantidade de materiais osteológicos que delas foram retirados e que provavelmente pertenceriam a inumações individuais. Esta necrópole aponta para uma cronologia medieval da igreja de Sendim da Serra. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	LARINHO
	Tipo Sítio	Necrópole
	Período	Indeterminado
	Estado de Conservação	Destruído
A.35	Freguesia	Vilarelhos
	Acessos	Ao lado do caminho que segue para o santuário da Nossa Senhora dos Anúncios.
	Descrição	A norte do povoado da nossa Senhora dos Anúncios, existiu, segundo o Professor Francisco José Lopes, uma necrópole que acabou por ser destruída aquando da abertura da estrada que liga a barragem do Salgueiro ao santuário da Nossa Senhora dos Anúncios. Após visita ao local, não foi possível identificar mais sepulturas, mas é provável que as obras de abertura do caminho não tenham destruído por completo esta necrópole. A vegetação é constituída por giestas e estevas e, nas imediações, existem olivais relativamente extensos. Há também a existência de linhas de água nas provenientes de escorrências de vertente. O substrato geológico é o xisto.
	Designação	MARCO/SAMPAIO
	Tipo Sítio	Arte rupestre
	Período	Pré-história Recente
A.36	Estado de Conservação	Bom
	Freguesia	Alfândega da Fé
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada M615.
	Descrição	Numa área relativamente aplanada, foi descoberto, no âmbito do acompanhamento arqueológico da construção do IC5, um afloramento com 3 covinhas junto a uma casa de apoio agrícola já em

ruínas. A cronologia para estas gravuras pode ser enquadrável na Pré-História Recente. A vegetação é constituída por sobreiros e giestas. As linhas de água existentes nas imediações provêm de escorrências de vertente. O substrato rochoso é o xisto. Não nos é possível a ceder a esta rocha, uma vez que a propriedade se encontra vedada.

	Designação	MONTE DAS CHOUSINHAS
	Tipo Sítio	Monumento megalítico
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Destruído
	Freguesia	Alfândega da Fé
A.37	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada N215.
	Descrição	Junto ao topo do Monte das Chousinhas, foram identificadas 3 grandes lajes, provavelmente de xisto, que poderiam eventualmente corresponder a dois esteios e à tampa de cobertura de uma câmara de um monumento megalítico. Convém referir que este eventual monumento encontra-se totalmente destruído e os monólitos removidos das suas posições originais encontram-se acumulados num moroiço. Outro aspeto que merece destaque é o facto da matéria-prima destas lajes não estar relacionada com o substrato geológico do local, que corresponde mais a quartzitos. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas, estevas e pinheiros. O substrato rochoso é o xisto com alguma presença de quartzitos.
	Designação	MONTE DO CASTELO
	Tipo Sítio	Povoado (?)
	Período	Pré-história Recente (?)
	Estado de Conservação	Destruído
	Freguesia	União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
A.38	Acessos	Caminho de terra batida que parte do cruzamento para Sendim da Serra.
	Descrição	Segundo a base de dados da DGPC, no sítio denominado Monte do Castelo, há a forte probabilidade de aí ter existido um povoado fortificado. Segundo os técnicos da DGPC, foram encontrados fragmentos de cerâmica manual lisa e um talude que pode corresponder a uma linha de muralha. No entanto, após visita ao local, não foi possível identificar materiais arqueológicos à superfície, uma vez que o local encontra-se coberto por mato rasteiro relativamente denso, constituído por giestas. As condições de visibilidade são relativamente fracas, uma vez que se encontra sobranceiro à ribeira da Fonte Fria, ou seja, numa cota mais baixa. Para além da proximidade a esta ribeira, no local também se identificam linhas de água provenientes de escorrências de vertente. O substrato rochoso é o xisto.
A.39	Designação	MONTE DO CONCELHO

	Tipo Sítio	Capela
	Período	Indeterminado
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada N315.
	Descrição	Segundo os técnicos da DGPC, e no âmbito da realocização/prospeção efetuada em 2000, referem uma estrutura quadrangular adossada a um afloramento em xisto e na parte mais elevada desta rocha estaria um pináculo que serviria de torre sineira. Após visita ao local, não identificámos estruturas, uma vez que a vegetação é bastante densa. Esta é constituída por giestas, estevas e zimbros. As linhas de água nas imediações são provenientes de escorrências de vertente e, a norte, corre o ribeiro da Viola. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	NECRÓPOLE DA NOSSA SENHORA DE JERUSALÉM
	Tipo Sítio	Necrópole
	Período	Medieval/Moderno
	Estado de Conservação	Destruído
A.40	Freguesia	União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada M614.
	Descrição	A igreja de Nossa Senhora de Jerusalém, apesar de todas as alterações construtivas que sofreu ao longo dos tempos, apresenta as características próprias do estilo românico. As terraplanagens efetuadas próximas da capela, terão destruído as sepulturas aí existentes que o Abade de Baçal refere. Situa-se numa pequena elevação e a vegetação, nas imediações, é constituída por giestas, estevas, eucaliptos e cedros. Para além das linhas de água provenientes de escorrências da vertente, encontra-se próxima da ribeira de Malimão. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	OLIVAL DA SANTA
	Tipo Sítio	Mancha de ocupação
	Período	Pré-história Antiga/Romano
A.41	Estado de Conservação	Submerso
	Freguesia	União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
	Acessos	A partir da aldeia de Ferradosa por caminho de terra batida no sentido da Quinta do Badalo. O terraço fluvial situa-se abaixo desta quinta junto à margem direita do rio Sabor.

Descrição Num olival situado na margem direita do rio Sabor, com uma extensão de cerca de 750 m, foram identificados alguns materiais líticos constituídos por núcleos e lascas em quartzo e quartzito. Estes materiais encontram-se num terraço fluvial constituído por cascalheiras em quartzito, quartzo, xisto e granito cuja origem pode estar inserida no Pleistoceno Final e estes materiais podem indicar uma cronologia da Pré-História Antiga, mais concretamente do Paleolítico Superior. O local, sendo de fundo de vale, não apresenta grandes condições de visibilidade. A vegetação é constituída por cedros, oliveiras e giestas. O substrato rochoso é o xisto. É de referir que este sítio encontra-se submerso pela albufeira do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.

	Designação	OLIVAL DO PITOGAIO
	Tipo Sítio	Mancha de ocupação
	Período	Indeterminado
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
A.42	Acessos	Caminho de terra batida que parte do caminho da Loca, nos Cerejais, em direção ao ribeiro do Calvário.
	Descrição	<p>Num olival, conhecido por Olival do Pitogaio, foram identificados, à superfície, fragmentos de cerâmica tanto doméstica como de construção. Através destes dados, é difícil avançarmos uma cronologia, mas, muito provavelmente, serão atribuídos ao período medieval ou moderno. Também se identificam alguns fragmentos de granito e uma espécie de argamassa que também é visível à superfície. As condições de visibilidade deste sítio são relativamente fracas, dominando, visualmente, apenas um pequeno troço do ribeiro do Calvário. A vegetação é constituída por giestas, estevas, amendoeiras, oliveiras e zimbros. Para além do ribeiro acima citado, as linhas de água na envolvente são provenientes de escorrências da vertente. O substrato rochoso é o xisto.</p>
	Designação	PAPEIRA
	Tipo Sítio	Mancha de ocupação
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Indeterminado
A.43	Freguesia	Alfândega da Fé
	Acessos	Junto às rotundas que dão acesso à aldeia de Cerejais e ao IC5.
	Descrição	<p>No acompanhamento arqueológico efetuado nos anos de 2010/2011, no âmbito das obras do IC5, foi identificada uma mancha de ocupação com materiais pré-históricos. Após visita ao local, identificámos duas lascas e um núcleo sobre lasca, todos em quartzo leitoso. O local apresenta boa visibilidade para todos os pontos cardeais à exceção de norte. A vegetação, nas imediações,</p>

é constituída por oliveiras, giestas e estevas. As linhas de água, nas imediações, são provenientes de escorrências de vertente para além da ribeira do Nabo que corre a oeste deste local e que apresenta maior caudal. O substrato rochoso é o xisto.

	Designação	PARADA
	Tipo Sítio	Arte rupestre
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Submerso
	Freguesia	Vilarchão
A.44	Acessos	Caminho de terra batida que parte da localidade de Vilarchão em direção ao rio Sabor.
	Descrição	Na margem direita da ribeira da Ribeirinha, próximo da foz desta linha de água que desagua na margem direita do rio Sabor, identificou-se, a cerca de 30 metros do leito deste rio, um abrigo em xisto com várias gravuras, sendo de destacar a grande quantidade de covinhas e outras efetuadas pela técnica de abrasão, conhecidas na região por "unhadas do diabo". Também há gravuras efetuadas pela técnica de picotagem, para além de outras já do período contemporâneo. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto. É de referir que este sítio encontra-se submerso pelo Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.
	Designação	PENAS RUIVAS
	Tipo Sítio	Arte rupestre
	Período	Indeterminado
	Estado de Conservação	Submerso
A.45	Freguesia	Cerejais
	Acessos	Caminho de terra batida em direção à Quinta de S. Gonçalo.
	Descrição	Num dos afluentes da margem esquerda da ribeira de Zacarias, identificaram-se gravuras filiformes de difícil perceção. Apesar de difícil atribuição cronológica, não se exclui uma cronologia paleolítica. As gravuras encontram-se num painel orientado para noroeste. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas e as linhas de água são provenientes de escorrências de vertente. O substrato rochoso é o xisto. É de referir que este sítio encontra-se submerso pela albufeira do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.
	Designação	QUINTA DE ZACARIAS
A.46	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Indeterminado

	Estado de Conservação	Destruído
	Freguesia	Alfândega da Fé
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada N215, em direção à Quinta do Coronel e passando-se a ponte de Zacarias.
	Descrição	<p>Povoação abandonada, de possível origem medieval, cujas estruturas foram destruídas devido a trabalhos agrícolas através de meios mecânicos destinadas à plantação de eucaliptos.</p> <p>Atualmente, da antiga povoação apenas resta uma pequena capela bastante destruída. Em 1706 esta povoação tinha cerca de 6 fogos. A curta distância fica a ponte de Zacarias, sobre a ribeira de Zacarias, que permitia a ligação entre Alfândega da Fé e Castro Vicente. Estruturalmente é composta por três arcos de volta perfeita, em alvenaria, o restante panejamento é constituído por aparelho de pedra miúda em xisto, e apresenta um talha-mar de cada lado. Terá sido construída por iniciativa dos Távoras, em meados do século XVIII. A oeste corre a ribeira de Zacarias e a este a ribeira do Brasil, para além das linhas de água provenientes de escorrências de vertente. O substrato rochoso é o xisto.</p>
	Designação	CABEÇO DO AGUILHÃO 1
	Tipo Sítio	Arte rupestre
	Período	Indeterminado
	Estado de Conservação	Submerso
	Freguesia	União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
A.47	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada R206 em direção ao santuário do Santo Antão da Barca.
	Descrição	<p>Na vertente este do Cabeço do Aguilhão existem alguns abrigos/palas que apresentam paredes verticais e semiverticais. Numa pala, mais propriamente num bloco solto, foram identificadas gravuras efetuadas pela técnica de abrasão e que são conhecidas, na região, por "unhadas do diabo". Estes afloramentos encontram-se na margem direita do rio Sabor a uma cota muito próxima do leito do rio. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto. É de referir que este sítio encontra-se submerso pela albufeira do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.</p>
	Designação	CABEÇO DO AGUILHÃO 2
	Tipo Sítio	Arte Rupestre
	Período	Indeterminado
A.48	Estado de Conservação	Submerso
	Freguesia	União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira

	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada R206 em direção ao santuário do Santo Antão da Barca.
	Descrição	Na vertente este do Cabeço do Aguilhão existem alguns abrigos/palas que apresentam paredes verticais e semiverticais. Numa pala, mais propriamente numa rocha horizontal, foram identificadas gravuras efetuadas pela técnica de abrasão e que são conhecidas, na região, por "unhadas do diabo". São gravuras semelhantes às do Cabeço do Aguilhão 1. Estes afloramentos encontram-se na margem direita do rio Sabor a uma cota muito próxima do leito do rio. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	CABEÇO DO AGUILHÃO 3
	Tipo Sítio	Arte Rupestre
	Período	Indeterminado
	Estado de Conservação	Submerso
	Freguesia	União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
A.49	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada R206 em direção ao santuário do Santo Antão da Barca.
	Descrição	Na vertente este do Cabeço do Aguilhão existem alguns abrigos/palas que apresentam paredes verticais e semiverticais. Num pequeno abrigo fechado foram identificadas gravuras filiformes. Aparentemente, a sua cronologia será da Idade do Ferro, embora não seja de excluir uma cronologia mais recente. Estes afloramentos encontram-se na margem direita do rio Sabor a uma cota muito próxima do leito do rio. Este sítio encontra-se submerso pela albufeira do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	MIRAGAIA/SANTO ANTÃO DA BARCA
	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Indeterminado
	Estado de Conservação	Submerso
	Freguesia	União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
A.50	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada R206 em direção ao santuário do Santo Antão da Barca.
	Descrição	Na margem direita do rio Sabor, encontra-se um habitat que, provavelmente, era a partir daqui que se fazia a passagem do rio no período medieval e que ligaria Alfândega da Fé a Mogadouro. É possível ver algumas construções antigas, mas que, ao longo dos tempos, foram alvo de sucessivas remodelações. O local apresenta boas condições de visibilidade para o rio Sabor, o que não acontece para norte. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas e estevas. Par além da proximidade do rio Sabor, o local encontra-se drenado pelas escorrências de

vertente. O substrato rochoso é o xisto. É de referir que este local encontra-se submerso pela albufeira do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.

	Designação	QUINTA DE SANTO ANTÃO DA BARCA
	Tipo Sítio	Achado isolado
	Período	Pré-história Antiga
	Estado de Conservação	Submerso
	Freguesia	União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
A.51	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada R206 em direção ao santuário do Santo Antão da Barca.
	Descrição	Na margem direita do rio Sabor, próximo do antigo santuário do Santo Antão da Barca, identificou-se um terraço fluvial com cotas que variam entre os 180 e os 200 m. É de referir que se identificaram seixos rolados em quartzo, quartzito e xisto à superfície. Segundo os técnicos da DGPC, foram encontrados 5 núcleos em quartzito. Após visita ao local, não se verificaram materiais arqueológicos à superfície pelo facto de o local estar coberto por mato rasteiro o que impossibilita uma adequada visualização do local. É de admitir que estes materiais se situem na Pré-história Antiga. As condições de visibilidade são relativamente fracas, dominando apenas um pequeno troço do rio Sabor. O substrato rochoso é o xisto. É de referir que este local encontra-se submerso pela albufeira do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor.
	Designação	CAPELA DE SANTA MARINHA
	Tipo Sítio	Capela
	Período	Medieval/Moderno
	Estado de Conservação	Destruído
	Freguesia	Vilarelhos
A.52	Acessos	Junto ao cruzamento para o santuário da Nossa Senhora dos Anúncios.
	Descrição	A capela de Santa Marinha, em Vilarelhos, e segundo a descrição da base de dados (Endovélico) da DGPC, situa-se numa zona com habitações e apenas se identifica os alicerces da capela que era utilizada como depósito de entulho. Esta relocalização foi efectuado pelos técnicos do IPA (Instituto Português de Arqueologia) em 2000. Atualmente, já não se identificam as ruínas desta capela. É possível verificar um portal da capela numa construção particular. É de referir que o culto a Santa Marinha se iniciou na Idade Média e, cronologicamente, é possível inserir este templo nesse período. O substrato rochoso é o xisto.

	Designação	FRAGAS DA MOURA
	Tipo Sítio	Monumento megalítico
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	Sambade
A.53	Acessos	Estradão que parte da EN315 em direção ao Parque Eólico da serra de Bornes.
	Descrição	Na base de dados da DGPC ( <i>Endovélico</i> ) há a referência a duas mamoas num pequeno planalto situado na encosta meridional da serra de Bornes. Esta mamoa corresponde a um pequeno empedrado subcircular com 2 metros de diâmetro. A sua relocação foi efetuada em 2003. Na altura, os técnicos do IPA referiram que a câmara foi violada devido aos trabalhos de florestação efetuados. Devido a estes trabalhos, dois esteios foram retirados e colocados no outro lado do estradão. Após visita ao local, não nos foi possível relocalizar esta mamoa ou os esteios da câmara funerária. Com o contínuo revolvimento das terras, é provável que esta mamoa tenha sido completamente destruída. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas, pinheiros e castanheiros. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	CAPELA DE SANTO ANTÃO
	Tipo Sítio	Capela
	Período	Medieval/Moderno
	Estado de Conservação	Mau
	Freguesia	Vilarelhos
	Acessos	Junto à estrada 588-1 que liga Vilarelhos a Pombal.
A.54	Descrição	A capela de Santo Antão situa-se a cerca de 2200 metros a nordeste de Vilarelhos, próxima da estrada M588-1 que liga esta localidade a Pombal. Está implantada a meia encosta, com pendente suave, na margem direita da ribeira das Pias, onde o substrato rochoso é o xisto. Foi efetuada uma plataforma com muro de sustentação na vertente sul com pedras de xisto de grandes dimensões. Houve, portanto, a intenção de terraplanagem prévia para a construção deste templo. Nas imediações, existem algumas giestas, carrascos, e estevas, mas encontra-se numa zona bastante agricultada com amendoeiras e, sobretudo, oliveiras. O aparelho construtivo utilizado é o xisto e o granito. O xisto foi utilizado para erguer as paredes e o granito foi utilizado nos portais, tanto do corpo mais antigo como do construído posteriormente. Em mais nenhuma parte do imóvel foi utilizado o granito. O xisto utilizado é de pequenas dimensões e é claramente local. O edifício, no seu todo, tem uma planta retangular, apenas com uma nave e capela-mor. No entanto, o corpo original, voltado a este, tinha uma planta retangular pouco pronunciada e a do corpo construído posteriormente já é praticamente quadrada. Apesar dos derrubes das paredes, é possível verificar que tinha telhado de duas águas. Esta capela conheceu dois momentos construtivos distintos, com o corpo original a ser erguido, provavelmente, no século

XVI. Possui dois corpos, sendo o corpo voltado a oeste uma adição ao edifício original. É mais pequeno e o portal bem mais modesto. O corpo mais antigo apresenta um arco de volta perfeita em granito e os elementos decorativos estão ausentes. Os alçados interiores e exteriores do corpo mais recente, encontravam-se rebocados com cal e areia. A parte mais antiga tem o aparelho em xisto praticamente todo à vista, tanto no interior como no exterior. No entanto, parece-nos que também foi rebocada, mas tal já é pouco perceptível. Também o telhado já não existe. Como a estrutura é em madeira, ou seja, material perecível, esta foi a primeira a desaparecer. A cobertura seria em telha de tipo "mourisca" devido aos fragmentos que vão aparecendo nas imediações. Aliás, é no olival que lhe fica a sul onde se encontram abundantes fragmentos de cerâmica que devem corresponder à cobertura desta capela. Alguns deles já se encontram bastante rolados, pressupondo uma posição pós-deposicional. ORIENTAÇÃO: este-oeste.

	Designação	BORNES
	Tipo Sítio	Monumento megalítico
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	Sambade
A.55	Acessos	Estradão que parte da EN315 em direção ao Parque Eólico da serra de Bornes.
	Descrição	Montículo artificial de forma subcircular, com cerca de 20 m de diâmetro, cratera central correspondente à violação da câmara funerária. Afetada no lado ocidental devido à instalação e alargamento do estradão que percorre a cumeada. As lavras do povoamento florestal foram interrompidas na passagem correspondente à mamoa. No entanto é provável que alguns (dois pelo menos) esteios do interior da câmara tenham sido arrancados, quando as máquinas por aqui passaram e colocados no extremo ocidental do monumento, do outro lado do estradão. Após visita ao local, ainda não foi possível identificar esta mamoa. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas, pinheiros e castanheiros. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	PLATAFORMA 1
	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Pré-história Recente
A.56	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	Vilares da Vilariça
	Acessos	Caminho de terra batida que parte da localidade de Colmeais em direção à ribeira da Burga.
	Descrição	A meia encosta sobre a margem esquerda da ribeira da Burga e a Oeste da localidade de Colmeais, foi identificada uma plataforma natural. À superfície, surgiram materiais cerâmicos decorados de pastas manuais atribuíveis à Pré-história Recente. Algumas destas cerâmicas são

provenientes de escorrências de vertente, atendendo ao grau de rolamento verificável nos objetos. Próximo desta plataforma. num caminho, foi identificado um machado de pedra polida em anfibolito. A vegetação nas imediações é constituída por giestas e sobreiros. As linhas de água mais próximas são as ribeiras da Burga e o ribeiro do Moinho. O substrato geológico é o granito.

	Designação	PLATAFORMA 2
	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	Vilares da Vilarça
A.57	Acessos	Caminho de terra batida que parte da localidade de Colmeais em direção à ribeira da Burga.
	Descrição	A meia encosta sobre a margem esquerda da ribeira da Burga e a Oeste da localidade de Colmeais, foi identificada uma plataforma natural. À superfície, surgiram materiais cerâmicos decorados de pastas manuais atribuíveis à Pré-história Recente. Algumas destas cerâmicas são provenientes de escorrências de vertente, atendendo ao grau de rolamento verificável nos objetos. Próximo desta plataforma. num caminho, foi identificado um machado de pedra polida em anfibolito. A vegetação nas imediações é constituída por giestas e sobreiros. As linhas de água mais próximas são as ribeiras da Burga e o ribeiro do Moinho. O substrato geológico é o granito.
	Designação	CALVÁRIO
	Tipo Sítio	Arte rupestre
	Período	Idade do Ferro
	Estado de Conservação	Bom
	Freguesia	União de Freguesias de Ferradosa e Sendim da Serra
A.58	Acessos	Caminho de terra batida que parte da localidade de Ferradosa em direção à ribeira do Calvário.
	Descrição	A nordeste da localidade de Ferradosa, foi identificado um painel gravado com a técnica de incisão. Os motivos gravados são variados. Existe um motivo solar, um antropomorfo sobre um equídeo e um canídeo. Estes são os motivos identificáveis, embora seja possível verificar linhas em ziguezague e outras raspadas de maior dificuldade de interpretação. Este sítio está implantado a meia encosta na margem esquerda da ribeira do Calvário. A vegetação, nas imediações, é constituída por giestas e estevas. O substrato rochoso é o xisto. Este sítio arqueológico foi descoberto pelo autor em 2021.
A.59	Designação	HABITAT ROMANO (SANTA MARINHA)

	Tipo Sítio	Habitat
	Período	Romano
	Estado de Conservação	Indeterminado
	Freguesia	União de Freguesias de Eucísia, Gouveia e Valverde
	Acessos	Junto à estrada CM1157 que liga as localidades de Gouveia e Cabreira.
	Descrição	A sudeste da localidade de Gouveia, nas imediações da capela de Santa Marinha, foram identificados fragmentos de material de construção romano, nomeadamente tégulas e imbrices. Este sítio arqueológico foi identificado aquando da construção do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor por arqueólogos que fizeram prospeção no âmbito deste empreendimento. A dispersão dos materiais é relativamente ampla (cerca de 1 ha) e que pode corresponder a processos pós-deposicionais, uma vez que existe algum grau de rolamento dos objetos. Este sítio encontra-se próximo da ribeira dos Moinhos e numa zona relativamente plana com bons solos agrícolas. A vegetação nas imediações é constituída por giestas, estevas, sobreiros e oliveiras. O substrato rochoso é o xisto.
	Designação	POÇO DA MOURA
	Tipo Sítio	Arte rupestre
	Período	Pré-história Recente/Idade do Ferro
	Estado de Conservação	Bom
A.60	Freguesia	Vilarelhos
	Acessos	Caminho de terra batida que parte de Santa Justa em direção à Quinta do Barracão.
	Descrição	A sudoeste da localidade de Santa Justa, foi identificada por Santos Júnior nos inícios do século XX uma rocha com gravuras que poderão corresponder a momentos da Pré-história Recente e Idade do Ferro. Esta rocha localiza-se na margem direita da ribeira da Vilarça, praticamente sobre o leito desta linha de água. A pendente é para sudoeste e foram identificados motivos solares incisões, fusiformes e motivos em U ou em "ferradura". Atualmente, devido à densa vegetação, não é possível identificar as gravuras. A vegetação nas imediações é constituída por giestas, estevas, silvas e olmos.
A.61	Designação	HABITAT ROMANO DE S. GERALDO
	Tipo Sítio	Habitat

Período	Pré-história Recente/Romano
Estado de Conservação	Parcialmente destruído
Freguesia	União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro
Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada N215.
Descrição	O habitat romano de S. Geraldo foi identificado no decorrer do acompanhamento arqueológico no âmbito do projeto "História a Fresco-Rota da Pintura Mural", realizado em 2023. Encontra-se num pequeno outeiro da margem esquerda da ribeira de Valpereiro, a cerca de 100 metros de distância. Foram identificados fragmentos de cerâmica à superfície que correspondem, na sua grande maioria, a telhas e imbrices. Na encosta virada para esta ribeira, foi identificado um fragmento de cerâmica manual com decoração penteada que poderá corresponder a um momento da Pré-história Recente. Foram efetuadas sondagens arqueológicas de diagnóstico. Nestas sondagens foram identificados fragmentos de cerâmica doméstica, terra <i>sigillata</i> , para além dos imbrices e telhas, metais, vidros e estruturas. O substrato rochoso é o xisto e a vegetação, nas imediações, é constituída por giestas, estevas, carrascos, amendoeiras e oliveiras.

Designação	CASTELO/MONTE DA PALA
Tipo Sítio	Povoado fortificado
Período	Idade do Ferro (?)
Estado de Conservação	Mau
Freguesia	Alfândega da Fé
Acessos	Caminho de terra batida que parte da localidade de Castelo.
Descrição	Povoado fortificado sobranceiro à aldeia de Castelo e à ribeira da Carvoeira. A sua implantação permite-lhe um controlo estratégico sobre uma extensa área. O povoado implanta-se num esporão de completa inacessibilidade pelas vertentes voltadas à ribeira da Carvoeira, e pela vertente Este que descai no sentido da atual aldeia de Castelo. A plataforma onde se detetam vestígios de ocupação, nomeadamente fragmentos cerâmicos com provável cronologia do ferro, apresenta uma configuração subcircular e é cercada em todo a sua área por um talude, sendo em alguns pontos ainda visíveis vestígios estruturais e pequenos derrubes da única linha de muralha construída à base de pedra de xisto. A zona de mais fácil penetração situa-se a Norte, onde se desenvolve um colo que permite ao acesso ao reduto amuralhado. Aqui, na área interna do povoado concentra-se uma maior quantidade de pedra que parece articulada com uma estrutura já muito alterada, mas que poderia constituir um pequeno torreão de reforço defensivo deste setor. Atualmente, o local encontra-se agricultado com oliveiras, mas uma parte considerável do terreno encontra-se coberto por mato constituído principalmente por silvas, giestas e estevas.

A.62

Designação	FONTE VELHA
Tipo Sítio	Sarcófago
Período	Idade Média
Estado de Conservação	Razoável
Freguesia	União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro
Acessos	Largo principal da aldeia
Descrição	<p>No largo principal da aldeia de Saldonha, encontra-se o que aparenta ser um sarcófago medieval. É esculpido num só bloco de xisto. A população local conhece-o apenas pela sua função de bebedouro de gado, não havendo memória da sua origem inicial, embora tenha sido trasladado para a sua atual localização de uma antiga fonte da aldeia, a Fonte Velha, que fica numa rua transversal deste largo. O sarcófago não tem o interior em forma antropomórfica, o que dificulta a sua clara identificação como sarcófago, mas a forma trapezoidal que apresenta valida esta classificação.</p>

A.63

Designação	EP 621 – SANTO ANTÃO DA BARCA
Tipo Sítio	Arte rupestre
Período	Pré-história Recente
Estado de Conservação	Submerso
Freguesia	União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada R206 em direção ao santuário do Santo Antão da Barca.
Descrição	<p>Corresponde a um grande afloramento em xisto localizado nas imediações do santuário de Santo Antão. Apresenta uma superfície sub-vertical bastante polida e de coloração escura devido à constante submersão sazonal. No total dos seis painéis foram identificados trinta motivos, dos quais vinte e quatro são enquadráveis no grupo de motivos abstratos, que correspondem a manchas de negativos ou picotados dispersos, existindo ainda possíveis representações de covinhas e um grupo de traços lineares paralelos incisivos; um dos motivos identificados no painel A, corresponde ao grupo de motivos alfabéticos e que corresponde a um ato de vandalismo recente. Cinco motivos são figurativos, representando zoomorfos, mais concretamente cervídeos. Após relacionar a implantação geográfica do afloramento, o meio envolvente, a iconografia patente, com as diversas variedades de iconografia, técnica, estilo, pode-se aferir que se tratam de representações balizadas entre o epipaleolítico e o calcolítico.</p>

A.64

	Designação	EP 954 – CABEÇO DO AGUILHÃO
	Tipo Sítio	Arte rupestre
	Período	Pré-história Recente
	Estado de Conservação	Submerso
	Freguesia	União de Freguesias de Parada e Sendim da Ribeira
A.65	Acessos	Caminho de terra batida que parte da estrada R206 em direção ao santuário do Santo Antão da Barca.
	Descrição	<p>O elemento patrimonial corresponde a um painel vertical, de formato sub-retangular, com 99,6cm de largura e 1,42cm de altura. Alberga seis motivos iconográficos picotados, sendo quatro de natureza abstrata e dois zoomorfos. O motivo que melhor se destaca no painel é o veado, que apresenta forte paralelo com as gravuras do vale do Tejo. Atendendo a estas semelhanças, ao contexto arqueológico local e à existência de outro tipo de estações arqueológicas conhecidas nas redondezas com cervídeos representados, embora em suportes diferentes, inseriu-se esta gravura na arte pós-glacial entre o epipaleolítico e o calcolítico. Quanto ao outro zoomorfo, é difícil definir o tipo de animal, embora tenha algumas semelhanças com um bovídeo. Este foi executado entre 2000 e Outubro de 2008.</p>